



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 904

Segunda-feira - 09 de Janeiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	30
Camboriú	30
Campo Alegre	31
Campos Novos	54
Capinzal	54
Catanduvas	56
Chapadão do Lageado	57
Concórdia	60
Coronel Martins	63
Curitibanos	66
Ermo	66
Forquilha	68
Fraiburgo	68
Garopaba	98
Gaspar	106
Herval do Oeste	107
Iomerê	110
Irineópolis	113
Itaiópolis	116
Joaçaba	117
Leoberto Leal	131
Lindóia do Sul	133
Luzerna	133
Maracajá	134
Meleiro	134
Monte Carlo	135
Nova Trento	143
Novo Horizonte	145
Paial	146
Passo de Torres	146
Paulo Lopes	187
Pinheiro Preto	188
Rio do Sul	188
São Bento do Sul	188
Schroeder	195
Timbó	197
Três Barras	197
Vidal Ramos	197
Videira	198
Vitor Meireles	200

Consórcios

CIGA	201
CIS/AMURC	201
CISAMA	202

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 036/2012

PORTARIA N° 036/2012

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 20 dias, a servidor ANICI JOSIANE WIESE DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 02 de Janeiro de 2012, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2007 a 01/04/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 037/2012

PORTARIA N° 037/2012

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor ODETE KOCH LEITE, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 09 de Janeiro de 2012, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2010 a 01/04/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 038/2012

PORTARIA Nº 038/2012
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor PAULO DE MELO, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 15 de Janeiro de 2012, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2010 a 01/08/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 039/2012

PORTARIA Nº 039/2012
Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 009/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, ANA PAULA EGERT, para o Cargo de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, em caráter temporário, a partir de 05 de Janeiro de 2012 a 04 de Janeiro de 2013, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 05 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 040/2012

PORTARIA Nº 040/2012
Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, JOAO FERNANDO DA CRUZ FILHO, para o Cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, a partir de 06 de Janeiro de 2012 a 05 de Janeiro de 2013, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 06 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 06 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 003/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 003/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 003/2012; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da frota de veículos da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; abertura: dia 20/01/2012 as 09:00 (Nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no email administração@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 06 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Ata da Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2009-2010

Ata da Sessão para Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos, para o biênio 2009 a 2010.

No primeiro (1º) dia do mês de janeiro de dois mil e nove (2009), às 11:30 horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, reuniram-se os Senhores Vereadores sob a Presidência da Senhora Vereadora, ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG, para que na forma regimental fosse escolhida a nova Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2009 a 2010. Havendo número regimental, em nome de Deus, a Presidente declarou abertos os trabalhos solicitando aos Senhores Vereadores que apresentassem a Presidência, Chapas concorrentes para os Cargos da Mesa

Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos. Foram apresentadas duas (02) Chapas, assim constituídas: CHAPA 1: Presidente: EDSON LAIR DECKER; Vice-Presidente: VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER; 1º Secretário: EMERSON ROBERTO SCHAPPO; 2º Secretário (a): ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG. CHAPA 2: Presidente: MARGARIDA LUZIA SCHMITZ KRETZER; Vice-Presidente: ADELMO KOCH; 1º Secretário: ALTAMIRO A. KRETZER e 2º Secretário: PIO ELIAS RODRIGUES. Após a apresentação das Chapas, a Senhora Presidente passou à Votação Secreta, na forma da lei, solicitando ao Secretário, Vereador Vilson, que fizesse a chamada nominal dos Vereadores, para votação correspondente aos cargos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos. Terminada a votação, a Senhora Presidente convidou os Vereadores EMERSON ROBERTO SCHAPPO - PMDB, ALTAMIRO ANTÔNIO KRETZER - PT e PIO ELIAS RODRIGUES - PP, para conferir os votos e proceder ao Escrutínio. Conferidos e contados os votos constatou-se que a CHAPA 1 obteve a maioria dos votos, no total de cinco (05), contra quatro (04) votos da CHAPA 2. Em seguida a Senhora Presidente declarou eleitos e empossados os Senhores Vereadores membros da CHAPA 1 concorrente para os cargos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos: Presidente: EDSON LAIR DECKER; Vice-Presidente: VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER; 1º Secretário: EMERSON ROBERTO SCHAPPO e 2º Secretário (a): ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG. Prosseguindo, a senhora Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Presidente eleito, Vereador Edson Lair Decker. Fazendo uso da palavra o Presidente fez o seguinte pronunciamento: " - É com imensa alegria e satisfação que assumo pela segunda vez a Presidência da Câmara de Vereadores de nosso Município, a qual aproveito para agradecer aos companheiros a confiança em mim depositada. Temos muito trabalho a fazer, sempre visando o melhor para nossos municípios e pensando nas causas de nosso Município. Companheiros do Legislativo temos uma grande missão nestes próximos dois anos, um de tentarmos a construção de nossa sede, outra é fazer com que os municípios participem cada vez mais dos atos do Legislativo e seus interesses. Muito Obrigado e um Feliz 2009 a todos!!". Antes de finalizar a Sessão o Presidente informou que o Secretário Administrativo da Câmara, Senhor MAURI BERTOLDO ELIAS, responderá também pela Tesouraria. Não havendo nada mais a ser tratado, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão, marcando a próxima, em caráter ordinário, para o dia dois (02) de fevereiro, do corrente ano, às 19:00 horas. E para constar eu, Vilson Antônio Gelsleichter, mandei lavrar a presente, que segue assinada pela Mesa Diretora.

Antônio Carlos, 01 de janeiro de 2009.

EDSON LAIR DECKER
Presidente

EMERSON R. SCHAPPO
1º Secretário

ORLANDINA M. LUDVIG
2ª Secretária

Ata da Eleição da Mesa para o Biênio 2011-2012

Ata da 41ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo, da 11ª Legislatura, realizada no dia 21 de dezembro de 2010.

Aos vinte e um (21) dias do mês de dezembro de dois mil e dez (2010), às 19:00 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Antônio Carlos, reuniram-se os Senhores (as) Vereadores (as), que sob a Presidência do Vereador Edson Lair Decker, assinaram o livro de presença. Havendo número regimental em nome de Deus, o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Sessão, do 2º Período Legislativo, solicitando o Vereador Altamiro que fizesse a oração inicial. Em seguida o 1º Secretário fez a leitura da Ata da Sessão anterior e não havendo vereadores interessados na

discussão, foi a referida ata Submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura do Expediente recebido: Do Executivo Municipal foi lida a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 1363/2010 que "Acrescenta termos ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº1363/2010, que define os locais e formas de colocar propagandas em áreas públicas no Município de Antônio Carlos"; Lido também os ofícios (1.160.540; 1.169.745; 1.178.822; 1.189.494; 1.205.275 e 1.206.010) do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos. Lido por último os Comunicados (187.694; 221.144; 221.145; 240.900 e 240.901) do Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação informando a liberação de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Educação de Antônio Carlos. Não havendo nada mais a ser lido no Expediente do Dia, o Presidente passou para as Explicações Pessoais: Fazendo uso da Tribuna o Vereador Altamiro lembrou que durante estes 2 (dois) anos de mandato fez várias indicações nesta Casa, trazendo as reivindicações dos Municípios ao Poder Público. Destas, muitas foram atendidas, outras ainda aguardam por uma atenção do Poder Público Municipal. Altamiro citou indicações ainda não atendidas, algumas delas feitas ainda no ano de 2009: - melhorias na Rua de acesso a propriedade da Senhora Inácia Koerich Zimmermann (indicação 007 de 09/02/2010 e 034 de 13/04/2010), na Localidade do Morro da Glória, que também foi solicitada pelos Vereadores Emerson e Vilson. Neste período apenas foi feito o patrolamento desta via, não foi colocado qualquer tipo de material ou feito qualquer bueiro; - melhorias na Servidão José Antônio Fraga (indicação 003 de 17/02/2009), na Localidade de Canudos. Na oportunidade a Secretaria de Obras realizou o patrolamento da via, mas não realizou a abertura de uma vala localizada às margens desta e, agora a situação do referido logradouro exige melhorias urgentes, se possível com mais eficácia; - Melhorias na Rua José Luiz Hoffmann (indicação 005 de 17/03/2009; indicação 079 de 06/10/2009 e indicação 073 de 05/10/2010), no trecho não pavimentado, mais especificamente, onde predomina a lama, nos dias de chuva e depois os buracos. Que referido logradouro está dentro do perímetro urbano do Município. E, se não há possibilidade de conclusão do calçamento, que pelo menos sejam mantidas as condições de trafegabilidade; - Limpeza constante do acostamento da Avenida João Frederico Martendal e Rua Daniel Petry, principalmente agora que a Prefeitura adquiriu uma máquina para realizar este tipo limpeza; - Que fossem identificados todos os veículos e maquinários a serviço deste Município, para mostrar mais transparência e facilitar aos Municípios a identificação destes; - Conclusão do calçamento da Servidão Régis; - Melhorias na Avenida João Antônio Besen (indicação 079 de 19/10/2010); - Pintura de uma faixa de pedestre em frente ao Mercado FF (matriz) (indicação 031 de 06/04/2010) para se evitar que ocorram outros acidentes no local; - Construção de abrigo de passageiros entre as Ruas Vitalina Schetz Martendal e Almir Schmitt, no perímetro Urbano e um na Localidade do Morro da Glória, próximo à propriedade de Silvano Pitz (indicação 041 de 26/06/2009). Foram instalados alguns abrigos no Município e, estes locais não foram contemplados; - construção de banheiro público nas proximidades da Praça Anchieta (indicação 076 de 06/10/2009); - Instalação de uma academia ao ar livre, em ponto estratégico de nossa Cidade (indicação 065 de 17/08/2010); - construção de um bueiro nas proximidades da residência do senhor João Pedro Pitz, na Localidade de Morro da Glória (indicação 082 de 23/11/2010); - patrolamento e macadamização da Rua Apolônia Sthaelin, na Localidade de Santa Maria. Altamiro aproveitou a oportunidade para desejar a todos um feliz e abençoado Natal e um 2011 de muita paz, saúde e muito trabalho em prol de nossa Comunidade. Fazendo uso da Tribuna o Vereador Emerson lembrou que no próximo ano (2011) precisamos tomar algumas medidas preventivas para que não ocorra mais o que ocorreu no final de semana antes do Natal (19/12/2010), onde a CELESC interrompeu o fornecimento de energia

para manutenção da rede, justamente no dia em que o comércio resolveu abrir suas portas para atendimento aos clientes. Isso precisa ser evitado, com planejamento, disse o Vereador. Emerson disse ter obtido esta garantia do Secretário de Planejamento, que para 2011 este tipo de acontecimento deverá ser evitado. Que o Poder Público possa investir um pouco mais no embelezamento de nossa Cidade, principalmente em épocas festivas, como o Natal, pois em 2010 a decoração natalina de nossa cidade deixou muito a desejar. Emerson também parabenizou o Prefeito pela aquisição de mais um veículo VAN para o Transporte de pessoas para consultas médicas nos Hospitais e Clínicas e também para o transporte dos excepcionais para a APAE e de uma máquina para a limpeza de nossas Ruas e Avenidas. Que em 2011 o Executivo e o Legislativo possam estar mais próximos, com um único objetivo, o engrandecimento de nossa Cidade e de nosso Povo. Emerson também parabenizou o Governo Lula pelo seu índice de popularidade, porém, lembrou de algumas obras inacabadas deste governo que ficará para a futura Presidente: - Duplicação do Trecho Sul da BR 101; - Reforma da Ferrovia Tereza Cristina que não saiu do papel; Reforma de aeroportos em parceria com os Governos Estaduais, dentre outros. Emerson disse ter ficado muito decepcionado com a Presidente eleita, que após ser escolhida pelo povo para ser a Presidente do Brasil, não foi capaz de elaborar seu próprio discurso, teve que esperar alguém trazer pronto. Espero que nossa Presidente faça seu Governo sem esperar por idéia de outras pessoas alheias à Presidência e as verdadeiras necessidades de nosso país, disse o Vereador. Emerson finalizou sua explanação desejando a todos um feliz e santo Natal e um 2011 de muitas conquistas. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente passou para a Ordem do dia, solicitando ao 1º Secretário que procedesse a leitura do Parecer exarado pelas Comissões a Emenda Aditiva do Projeto de Lei 1363/2010 que "Acrescenta termos ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº 1363/2010, que define os locais e formas de colocar propagandas em áreas públicas no Município de Antônio Carlos". Não havendo vereadores interessados na discussão foi referida Emenda submetida a apreciação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o 1º Secretário fez a leitura do Parecer do Projeto de Lei 1363/2010 que "define os locais e formas de colocar propagandas em áreas públicas no Município de Antônio Carlos". Não havendo vereador interessado na discussão, foi referido projeto submetido à apreciação do Plenário, sendo aprovado por unanimidade. O 1º Secretário também fez a leitura do Parecer do Projeto de Lei 1365/2010 que "Institui o Programa de Educação de Jovens e Adultos no Município de Antônio Carlos e dá outras providências". Não havendo vereador interessado na discussão, foi referido projeto submetido a apreciação do Plenário, sendo aprovado por unanimidade. O 1º Secretário ainda fez a leitura do Parecer do Projeto de Lei 1366/2010 que "Cria o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Antônio Carlos - CEJAAC". Não havendo vereador interessado na discussão, foi referido projeto submetido à apreciação do Plenário, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a ser tratado na Ordem Dia e Vereadores inscritos no Expediente, o Presidente passou para a Eleição Secreta para escolha da nova Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2011/2012. Foi apresentada CHAPA ÚNICA, composta pelos seguintes membros: Presidente: VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER; Vice-Presidente: ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG; 1º Secretário: EDSON LAIR DECKER; 2º Secretário: EMERSON ROBERTO SCHAPPO. Após a apresentação da Chapa, O Senhor Presidente passou à Votação Secreta, na forma da lei, passando a fazer a chamada nominal dos Vereadores, para votação correspondente aos cargos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos. Terminada a votação, o Senhor Presidente convidou os Vereadores EMERSON ROBERTO SCHAPPO - PMDB e MARGARIDA LUZIA SCHMITZ KRETZER - PP para conferir os votos e proceder ao Escrutínio. Conferidos e contados os votos constatou-se que a CHAPA ÚNICA obteve unanimidade dos votos, no total de nove (09). Em seguida o Senhor Presidente declarou eleitos os Senhores Vereadores membros da CHAPA ÚNICA concorrente para os cargos da

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antônio Carlos para o biênio 2011/2012: Presidente: VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER; Vice-Presidente: ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG; 1º Secretário: EDSON LAIR DECKER e 2º Secretário: EMERSON ROBERTO SCHAPPO. O Presidente eleito agradeceu o apoio unânime recibo dos Companheiros (as) que o conduziu ao tão sonhado cargo de Presidente desta Casa. Vilson disse que irá retribuir fazendo um bom trabalho frente à presidência do Legislativo, sempre procurando o bem comum e, para isto conta com o apoio dos companheiros (as) Vereadores (as) e funcionários da Casa. Antes de encerrar a Sessão o Presidente, Vereador Edson agradeceu o apoio, a compreensão e o companheirismo dos Vereadores (as) manifestados nos 02 (dois) anos de seu mandato. Pediu desculpas se cometeu alguns erros ou equívocos que por ventura possa ter ofendido algum companheiro (a). Desejou a todos um feliz e santo Natal e um 2011 de muito trabalho e realizações. Também ficou definido que o Secretário Administrativo desta Casa continuará respondendo pela Tesouraria. Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente solicitou o Vereador Altamiro que fizesse a oração final e após, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão, marcando a próxima, para o dia 1º de fevereiro de 2011, após o período de recesso, no horário regimental. E para constar eu, Emerson Roberto Schappo, 1º Secretário, mandei lavrar a presente, que segue assinada pela Mesa Diretora.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2010.

EDSON LAIR DECKER
Presidente

EMERSON ROBERTO SCHAPPO
1º Secretário

ORLANDINA MARTENDAL LUDVIG
2ª Secretária

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Orgânica do Município de Biguaçu LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC PREÂMBULO

Os representantes do povo de Biguaçu, reunidos em forma de Assembléia Orgânica Municipal, sob a proteção de Deus, com o objetivo de criar condições de progresso, bem estar e desenvolvimento, promulgam com respaldo nas Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Biguaçu é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade de direito público interno que, no âmbito de seu território com a autonomia que lhe é assegurada pela Constituição Federal, objetiva o seu desenvolvimento sustentável fundamentado na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, alicerçada nos princípios que formam o Estado Democrático, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos municípios, por meio de seus representantes eleitos diretamente, nos termos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - A ação municipal será desenvolvida em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, orientados no sentido de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem estar de todos, livre de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º - São símbolos do Município a bandeira, o hino, o brasão e outros estabelecidos em Lei.

Art. 3º - O Município, visando integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas e a defesa de interesses comuns, pode associar-se ao Estado e aos demais municípios, neste caso, sob a forma de associações regionais ou microrregionais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º - O Município de Biguaçu organiza-se política e administrativamente nos termos desta Lei Orgânica e das demais leis que adotar.

Art. 5º - O território do Município compreende o espaço físico geográfico que atualmente se encontra sob sua jurisdição.

Parágrafo Único - Qualquer alteração territorial, só poderá ser feita na forma da Lei Complementar Estadual e dependerá de consulta prévia ao eleitorado de todo o município, mediante plebiscito.

Art. 6º - O Município de Biguaçu compõe-se do Distrito Sede e dos Distritos de Guaporanga e Sorocaba do Sul.

§ 1º - A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de Lei, observado o que dispuser a legislação estadual.

§ 2º - A Sede do Município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade, designando-se o distrito pela lei que o criou.

Art. 7º - É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, dificultar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 8º - Ao Município compete:

I - dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

- elaborar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;
- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços públicos;
- arrecadar e aplicar as rendas que lhes pertencerem, na forma da lei;
- organizar e prestar, diretamente ou sob a forma de concessão ou permissão, os seus serviços públicos;
- dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus

bens;

f) adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação, por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

g) elaborar e manter atualizado o seu Plano Diretor;

h) promover o adequado ordenamento do seu território urbano, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo;

i) estabelecer as servidões necessárias aos seus serviços;

j) regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

1) prover sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado por meio de concessão ou permissão, definindo-se o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas;

2 - autorizar o transporte individual de passageiros, por meio de concessão ou permissão fixando-se os locais de estacionamento e as tarifas respectivas;

3 - fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites da zona de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

4 - disciplinar os serviços de carga e descarga definindo-se a tonelagem e a velocidade máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

5 - Conceder autorização para o transporte escolar e transporte turístico.

k - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

l - promover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino final do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

m - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

n - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

o - regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de placas e cartazes de anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

p - dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

q - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e similares:

1 - conceder ou renovar licença para instalação, localização e funcionamento;

2 - revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;

3 - promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a lei;

II - estabelecer e impor as penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

III - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

V - promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

VI - constituir sistema de guarda e vigilância destinada à proteção das instalações de bens e serviços municipais;

VII - celebrar e firmar ajustes, convênios e acordos com a União, com o Estado e com outros municípios para execução de suas leis, serviços ou decisões;

VIII - complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Art. 9º - É competência comum do Município, do Estado e da União:

I - velar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis destas esferas de governo e das instituições democráticas;

II - cuidar da saúde e da assistência social, da proteção e garantia dos direitos das pessoas com algum tipo de limitação;

III - proteger e conservar o patrimônio público, os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, punindo-se na forma da lei, os eventuais transgressores;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Incentivar a criação de parques e reservas florestais públicos e particulares;

VIII - preservar as florestas, a fauna, a flora e os recursos naturais;

IX - fomentar a produção agrícola, agropecuária, pesca e maricultura e organizar o abastecimento alimentar.

X - Fortalecer a indústria e o comércio gerando emprego e renda;

XI - Apoiar as entidades que compõem o chamado terceiro setor, inclusive com a criação de um cadastro único das organizações não governamentais do município;

XII - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

XIII - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores mais desfavorecidos;

XIV - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XV - estabelecer e implantar a política de educação ambiental e de segurança do trânsito.

CAPÍTULO III DOS BENS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Constituem patrimônio do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações e outros bens que, a qualquer título, lhe pertençam:

I - de uso comum do povo, tais como, as estradas municipais, as ruas e praças;

II - de uso especial, tais como, os edifícios ou terrenos aplicados ao serviço municipal;

III - dominiais, que constituem o patrimônio do Município, como

objeto de direito pessoal ou de direito real.

Art. 11 - Cabe ao Prefeito Municipal a administração dos bens do município, respeitada a competência da Câmara, em relação àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 12 - A alienação de bens do Município e de suas autarquias e fundações, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação pública.

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) permuta
- c) venda de ações, que poderão ser negociadas na bolsa;
- d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.

§ 1º - A administração, preferentemente à venda ou doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante licitação, dispensada esta, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público ou as entidades sem fins econômicos, devidamente reconhecidas como de Utilidade pública municipal.

§ 2º - entende-se por investidura, para os fins desta lei, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior a avaliação, de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se torne inaproveitável isoladamente.

Art. 13 - Os bens imóveis necessários à realização de obras e serviços, de interesse do Município, serão adquiridos por compra, permuta, doação e, ou desapropriação.

§ 1º - A aquisição por compra ou permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

§ 2º - Sempre que exigir o interesse social, a necessidade ou utilidade pública, o Município poderá intervir na propriedade particular e promover a desapropriação, na forma da lei.

Art. 14 - Os bens móveis inservíveis, obsoletos ou excedentes serão alienados por concorrência ou leilão, permitida a doação para entidade filantrópica, educacional, cultural, cívica ou esportiva.

Art. 15 - Os imóveis adquiridos para fins especiais de urbanização e estímulo à agricultura, à indústria ou ao turismo, serão alienados na forma que dispuser lei específica, elaborada com as seguintes cautelas:

I - será abstrata e geral de forma a aplicar-se a todos os casos semelhantes;

II - obedecerá ao princípio da isonomia;

III - benefício, de modo a poder ser aplicada no caso concreto, independentemente de nova autorização legislativa, assegurado o interesse público.

Art. 16 - O uso de bens municipais, por terceiros, poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e quando houver interesse público, devidamente justificado.

Art. 17 - O Município poderá, com suas máquinas e equipamentos, executar serviços particulares, mediante remuneração na forma que for disciplinado em lei.

CAPITULO IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - A administração municipal compreende:

I - os órgãos da administração direta, tais como secretarias ou órgãos equiparados, na forma como dispuser a lei da Estrutura Administrativa;

II - entidades da administração indireta ou fundacional, dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo Único - As entidades compreendidas na administração direta serão criadas por lei específica e vinculadas às secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiverem enquadradas sua principal atividade.

Art. 19 - A administração pública municipal direta, indireta ou fundacional, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, economicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, os empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedada a ocupação por pessoas condenadas em sentença judicial transitada em julgado;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios para a sua admissão;

VII - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

VIII - a lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado como limite máximo os valores percebidos como remuneração, pelo Prefeito Municipal;

IX - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índice, far-se-á sempre na mesma data;

X - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XI - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal;

XII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de benefícios sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIII - os vencimentos dos servidores públicos municipais serão irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo, inciso XI e XII, o princípio da isonomia, a obrigação do pagamento do imposto de renda retido na fonte, excetuados os aposentados com mais de sessenta e cinco anos;

XIV - é vedada a cumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários nos seguintes casos:

- a) a de dois cargos de professor,
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de profissional da saúde, com profissões regulamentadas;

XV - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

XVI - nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuídas do cargo que ocupa, a não ser em substituição;

XVII - a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XVIII - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação delas em empresas privadas;

XX - ressalvados os casos determinados na legislação federal específica, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, e serão suspensas noventa dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.

§ 2º - A não observância do disposto no inciso II e III deste artigo implicará na nulidade do ato e na punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos municipais serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma prevista na legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão solidariamente pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 20 - Os convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres firmados pelos órgãos e entidades da administração pública serão submetidos a Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, contados da celebração e serão apreciados na forma e nos prazos previstos em seu regimento interno.

Art. 21 - A publicação das leis e dos atos municipais que produzam efeitos externos será feita em órgão oficial do Município ou da respectiva associação municipal, ou em órgão da imprensa local ou da microrregião a que pertencer, ou, ainda, em meio eletrônico digital de acesso público, bem como pela afixação de edital em local próprio de acesso público na sede do município.

§ 1º - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de repercussão externa só produzirão efeito após sua publicação.

Art. 22 - Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito Municipal ou Vice-Prefeito Municipal, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a regra do inciso anterior.

IV - em qualquer caso que exige o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 23 - O regime jurídico dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas será o definido em lei.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder e entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se aos servidores municipais os seguintes direitos:

I - salário mínimo fixado em lei federal, com reajustes periódicos;

II - irredutibilidade de salários, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IV - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

V - salário família para os seus dependentes;

VI - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada.

VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VIII - remuneração dos serviços extraordinários, superior ao normal, no mínimo, em cinquenta por cento;

IX - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos um terço a mais do que a remuneração normal, vedada a acumulação e a indenização;

X - licença à gestante, remunerada, nos termos da lei;

XI - licença à paternidade, nos termos da lei;

XII - proteção do mercado de trabalho para a mulher, nos termos da lei;

XIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho;

XIV - adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XV - proibição de diferenças de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 24 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional que impossibilite o trabalho em outra função ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de contribuição e idade mínima de sessenta anos se homem e aos trinta anos de contribuição e idade mínima de cinquenta e cinco anos se mulher com proventos integrais, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

b) aos trinta anos se homem e aos vinte e cinco se mulher, de efetivo exercício, exclusivamente na funções de magistério, na educação infantil, ensino fundamental e ou ensino médio, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, e pelo menos dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos na função em que se dará a aposentadoria se homem e aos vinte e cinco, se mulher, também com pelo menos dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos na função em que se dará a aposentadoria, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º - O servidor no exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, terá reduzido o tempo de serviço e a idade para efeito de aposentadoria, na forma da lei complementar federal sobre este assunto.

§ 2º - O tempo de serviço público federal, estadual ou de outros municípios, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 3º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 4º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 25 - São estáveis, após 03 (três) anos de efetivo exercício, e aprovados por comissão criada para avaliação do estágio probatório, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público municipal, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 26 - É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observado o seguinte:

I - haverá uma só associação sindical para os funcionários da administração direta, das autarquias e das fundações;

II - é assegurado o direito de filiação do servidor, profissional liberal das áreas jurídica, engenharia e arquitetura, da saúde e da educação, à associação sindical de suas respectivas categorias;

III - os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio.

SEÇÃO III DAS INFORMAÇÕES, DO DIREITO DE PETIÇÃO E DAS CERTIDÕES

Art. 27 - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão apresentadas no prazo de quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade ou das instituições públicas.

Parágrafo Único - São assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas até o limite de dez laudas:

I - o direito de petição aos Poderes Públicos municipais para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

II - a obtenção de certidões referentes ao inciso anterior.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - Salvo as expressas exceções previstas nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos poderes delegar competência.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de vereadores, representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, em sistema proporcional, dentre brasileiros maiores de dezoito anos, atendidas as demais condições da legislação eleitoral.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, divididos em dois períodos ou sessões legislativas de dois anos.

Art. 30 - A eleição para Vereador se fará simultaneamente, com a do Prefeito e do Vice-Prefeito, antes do término do mandato dos que devem suceder, nas datas estabelecidas pela Justiça Eleitoral.

SEÇÃO II DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 31 - A Câmara Municipal a partir de 2013, compor-se-á de 15 (quinze) vereadores, eleitos pelo voto direto e secreto respeitada a legislação federal sobre este assunto.

Parágrafo Único - O número de Vereadores, em caso de alteração da legislação federal sobre a matéria, será fixado pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, até noventa dias antes das eleições, obedecidos os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 32 - Ao Poder Legislativo é assegurado autonomia administrativa e financeira na forma desta Lei Orgânica.

Art. 33 - Salvo disposição em contrário, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos seus vereadores.

Art. 34 - A Câmara Municipal será representada judicial e extrajudicialmente pelo seu Presidente.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 35 - Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;

II - deliberar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual e o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - decidir sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - dispor sobre a criação, organização ou extinção de distritos e alteração dos limites do município, mediante prévia consulta plebiscitária em todo o seu território;

XII - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XIII - aprovar o Plano Diretor;

XIV - autorizar a constituição de consórcios com outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de vias e logradouros públicos;

XVII - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XVIII - definir critérios de uso da propriedade e zoneamento urbano;

XIX - aprovar a criação ou alteração dos símbolos do Município.

Art. 36 - À Câmara compete, exclusivamente, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la na forma regimental;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ou autorização:

a) aos Vereadores, por motivo de saúde, para tratar de interesse particular, missão temporária ou viagens ao exterior;

b) ao Prefeito Municipal e ao Vice-Prefeito Municipal, para afastamentos temporários do cargo para viagens ao exterior;

VI - autorizar o Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por período superior a dez dias;

VII - fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

VIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requer pelo menos um terço de seus membros;

IX - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

X - convocar os secretários municipais, para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XI - autorizar referendo e plebiscito;

XII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XIII - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, por maioria absoluta nas hipóteses previstas no art. 44, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

XIV - dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º - A Câmara Municipal delibera, mediante Projeto de Lei, sobre matéria de interesse geral, Projeto de Resolução, sobre matéria de caráter político ou administrativo, de sua economia interna e através de Decreto Legislativo sobre matéria de sua exclusiva competência que tenha efeito externo.

§ 2º - É fixado em quinze dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente lei.

§ 3º - O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta ao Presidente da Câmara ou a comissão solicitante, na conformidade da legislação federal, requerer a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

Art. 37 - Cabe, ainda a Câmara, conceder título de cidadão honorário ou de honra ao mérito a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO IV DOS VEREADORES

Art. 38 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro às dezenove horas, independentemente de convocação, sob a presidência do mais idoso entre os presentes, os Vereadores eleitos, em sessão solene de instalação, prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara.

§ 2º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e na mesma ocasião e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio.

Art. 39 - O mandato do Vereador será remunerado.

§ 1º - A remuneração a que se refere este artigo será fixada em parcela única por lei de iniciativa da Câmara Municipal, sob a forma de subsídio.

§ 2º - A fixação da remuneração atenderá ainda o seguinte:

I - dividir-se-á em parte fixa e parte variável;

II - a parte variável não poderá ser inferior a fixa e corresponderá ao comparecimento do Vereador às reuniões e a participação nas

votações;

III - somente uma sessão por dia poderá ser remunerada;

IV - não poderão ser remuneradas mais de duas sessões extraordinárias por mês;

V - a representação do Presidente da Câmara será fixada em 50% (cinquenta por cento) da remuneração do vereador.

Art. 40 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por moléstia devidamente comprovada ou licença-gestante;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município por prazo determinado;

III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença, mediante justificativa aceita pelo plenário;

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em pleno exercício o Vereador licenciado, nos termos dos incisos I e II;

§ 2º - No caso do inciso III, o vereador licenciado será remunerado apenas nos primeiros 30 dias de licença; uma única vez a cada ano;

§ 3º - Em todos os casos de licença previstos neste artigo, assumirá o suplente que terá direito a remuneração integral;

Art. 41 - o Vereador investido em um cargo de confiança da estrutura do Poder Executivo Municipal, não perderá o mandato e considerar-se-á automaticamente licenciado.

Parágrafo Único - a investidura em cargo público em outras esferas de Governo, não implica no afastamento do Vereador, exceto se houver incompatibilidade de horário para a participação nas sessões da Câmara Municipal;

Art. 42 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

Art. 43 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum" nas entidades constantes na alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 44- Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado por maioria absoluta de seus pares, incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença, doença comprovada ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os seus direitos políticos;

V - quando o decretar a justiça, nos casos previstos em lei;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível;

VII - que fixar residência exclusiva fora do Município.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 45 - Não perderá o mandato o Vereador.

I - investido no cargo de Secretário Municipal ou qualquer outro cargo equivalente na estrutura administrativa municipal;

II - licenciado pela Câmara, por qualquer motivo desde que, o afastamento não ultrapasse o período de licença concedido sem um novo pedido.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença do titular igual ou superior a trinta dias, devendo tomar posse no prazo de cinco dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo, sob pena de renúncia tácita em favor do próximo suplente.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral, procedendo-se nova eleição, para o preenchimento dessa vaga, isto se faltar mais de doze meses para o término do mandato.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se referem os parágrafos anteriores não for preenchida, calcular-se-á o quorum para as deliberações com base nos Vereadores remanescentes.

§ 4º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato, cabendo ao Poder Executivo o dever de pagamento.

§ 5º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á em licença, no período em que não haja o comparecimento às reuniões, de Vereador privado da sua liberdade, em virtude de processo criminal, inclusive em caso de prisão temporária.

Art. 46 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre

informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

SEÇÃO V DAS REUNIÕES

SUBSEÇÃO I DA SEÇÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 47 - Independentemente de convocação a sessão legislativa anual desenvolve-se de 01 de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

§ 3º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias, especiais ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica, obedecido o disposto no § 2º do artigo 39, desta Lei Orgânica;

Art. 48 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação da ordem ou do decoro parlamentar.

§ 1º - As sessões da Câmara serão realizadas na sua sede em dias previamente agendados com início às 19h00min horas e término às 21h00min horas.

§ 2º - Uma sessão por mês poderá ser realizada fora de sua sede, em local apropriado e previamente aprovado pela mesa da Câmara Municipal.

Art. 49 - As sessões só poderão ser iniciadas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO II DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 50 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal obedecerá ao que dispuser o Regimento Interno e se fará:

I - pelo Presidente da Câmara, para o compromisso de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo Único - Durante a sessão extraordinária ou especial, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO VI DA MESA E DAS COMISSÕES

SUBSEÇÃO I DA MESA DA CÂMARA

Art. 51 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo

maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita e empossada a Mesa.

Art. 52 - A eleição para renovação da mesa realizar-se-á na última sessão ordinária do ano, ficando os eleitos compromissados em tomar posse em Gabinete, no prazo de dez a 10 dias a contar da data de início da sessão Legislativa.

Parágrafo Único - O Regimento Interno da Câmara Municipal disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa.

Art. 53 - O mandato dos membros da Mesa da Câmara será de dois anos permitida à reeleição.

Parágrafo Único - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para complementar o mandato.

Art. 54 - À Mesa, dentre outras atribuições compete:

I - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II - elaborar e aprovar as dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação orçamentária da Câmara Municipal;

IV - suplementar as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VI - enviar ao Prefeito, até o último dia do mês de fevereiro, as contas do exercício anterior;

VII - nomear, promover, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da lei;

VIII - declarar a perda do mandato do Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros, ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e V do artigo 44.

Art. 55 - Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V - fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ela promulgadas;

VI - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei, salvo as hipóteses dos incisos III, IV e V do artigo 44:

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VIII - apresentar ao Plenário até o dia vinte de cada mês, o balanete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou Ato Municipal;

X - solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

Art. 56 - O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III - quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

§ 1º - Não poderá votar o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, considerando-se nula a votação em que tenha participado.

§ 2º - O voto será público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos que será secreto:

I - No Julgamento dos Vereadores, do Prefeito Municipal e do Vice Prefeito;

II - Na eleição dos Membros Mesa da Câmara;

III - Na destituição de Membros da Mesa;

IV - Na votação dos subsídios dos Vereadores;

V - Na apreciação do veto apostado pelo Prefeito Municipal.

SUBSEÇÃO II DAS COMISSÕES

Art. 57 - A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensa, na forma do Regimento, a competência do Plenário salvo com recurso de um terço dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários Municipais ou dirigentes de Autarquias e Fundações para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - acompanhar, junto ao governo, os atos de regulamentação velando por sua completa adequação;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI - acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras e sobre eles emitir parecer.

Art. 58 - As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º - As comissões parlamentares de inquérito, no interesse da investigação, poderão:

I - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III - transportar-se aos lugares onde se fizer necessário a sua presença e ali realizar os atos que lhes competirem.

§ 2º - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

I - determinar as diligências que reputarem necessárias;

II - requerer a convocação de Secretário Municipal ou outros servidores públicos;

III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta.

SEÇÃO VII DO PROCESSO LEGISLATIVO SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 59 - O processo legislativo compreende:

I - emendas à Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - decretos legislativos;

VI - resoluções.

**SUBSEÇÃO II
DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA**

Art. 60 - A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I - do Prefeito;

II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número e ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º - Na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município, a Lei Orgânica não poderá ser alterada;

§ 5º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda que:

I - ferir qualquer princípio das Constituições Federal e Estadual;

II - atentar contra a harmonia e independência dos poderes.

**SUBSEÇÃO III
DAS LEIS**

Art. 61 - As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IV - Estrutura Administrativa do Município;

V - Plano Diretor do Município;

VI - Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo.

Art. 62 - As leis ordinárias exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 63 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar a delegação da Câmara Municipal para ações de maior complexidade.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

§ 2º - A delegação do Prefeito terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 64 - A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos nesta lei.

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 66 - Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica ou fundacional;

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 67 - É da competência privativa da Câmara Municipal a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II - fixação de aumento de remuneração de seus servidores, limitado ao índice concedido aos servidores do poder executivo;

III - organização e funcionamento dos seus serviços.

Art. 68 - Não será admitida emenda que implique no aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvadas as exceções previstas em lei;

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 69 - a iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação a Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município, considerando-se para este fim o número de eleitores aptos a votar na última eleição municipal.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§ 2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta Lei Orgânica.

§ 3º - Somente poderá ser objeto de Projeto de Lei de iniciativa popular matérias que não sejam de competência exclusiva do

Prefeito Municipal.

Art. 70 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado pelo "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto às demais matérias, com exceção do disposto no § 4º do artigo 72.

Art. 71 - O projeto aprovado em dois turnos de votação será no prazo de dez dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará e publicará, no prazo de quinze dias úteis.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção tácita.

Art. 72 - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão e votação.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 4º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 2º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º - Em caso de veto integral e sendo este rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em quarenta e oito horas, para a promulgação.

§ 6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo fazê-lo.

§ 7º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo Presidente, com o mesmo número da lei original, observado o prazo estipulado no § 6º deste artigo.

§ 9º - O prazo previsto no § 2º deste artigo, corre nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

§ 10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 - Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 73 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da

Câmara.

SUBSEÇÃO IV DOS DECRETOS LEGISLATIVOS

Art. 74 - O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - O decreto legislativo aprovado pelo Plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SUBSEÇÃO V DAS RESOLUÇÕES

Art. 75 - O projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria de ordem político-administrativa da Câmara de sua competência exclusiva, e não depende de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - O projeto de resolução aprovado pelo Plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 76 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Prestará contas, nos termos e prazos de lei, qualquer pessoa física ou entidade jurídica de direito público ou privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em seu nome, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 77 - O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - emitir parecer prévio sobre as contas que o Prefeito Municipal deve prestar anualmente, incluídas nestas as da Câmara Municipal, até o último dia do exercício financeiro em que foram prestadas;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de administração de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão; bem como os de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, especialmente

quando forem requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos recebidos do Estado ou da União e seus órgãos da administração direta e indireta, decorrentes de convênio, acordo, ajuste, auxílio e contribuições, ou outros atos análogos;

VI - prestar dentro de quinze dias úteis, as informações solicitadas pela Câmara Municipal ou pela comissão técnica referida no art. 130, § 1º, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre andamento e resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas; sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário público;

VIII - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade ou irregularidade;

IX - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

X - representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do exercício seguinte, as contas do Município, incluídas nestas as da Câmara, as quais ser-lhe-ão entregues até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 2º - O parecer prévio a ser emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, consistirá numa apreciação geral e fundamentada sobre o exercício e a execução do orçamento, e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, se for o caso, as parcelas impugnadas.

§ 3º - As decisões do Tribunal de Contas do Estado de que resulte imputação de multa terão eficácia de título executivo.

Art. 78 - A comissão permanente a que se refere o art. 130, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos ou julgados insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão ao tesouro do Município, determinará sua sustação.

Art. 79 - Para o exercício da auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, os órgãos da administração direta e indireta municipal deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos e prazos estabelecidos, balancetes mensais, balanços anuais e demais demonstrativos e documentos que forem solicitados.

Art. 80 - O Tribunal de Contas do Estado, para emitir parecer prévio sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, poderá requisitar documentos, determinar inspeções e auditorias e ordenar

diligências que se fizerem necessárias e a correção de erros, irregularidades, abusos e ilegalidades.

Art. 81 - No exercício do controle externo, caberá à Câmara Municipal:

I - julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução do plano de governo;

II - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

III - realizar, por delegados de sua confiança, inspeções sobre quaisquer documentos de gestão da administração direta e indireta municipal, bem como a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

IV - representar às autoridades competentes para apuração de responsabilidade e punição dos responsáveis por ilegalidade ou irregularidade praticadas, que caracterizem corrupção, descumprimento de normas legais ou que acarretem prejuízo ao patrimônio público municipal.

§ 1º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A Câmara Municipal remeterá ao Tribunal de Contas do Estado cópia do ato de julgamento das contas do Prefeito.

§ 3º - As contas anuais do Município ficarão na Câmara Municipal, a partir de 31 de março do exercício subsequente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.

§ 4º - A Câmara Municipal julgará as contas, independentemente do parecer prévio do Tribunal de Contas caso este não o emita até o último dia do exercício financeiro em que forem prestadas.

Art. 82 - A Câmara Municipal, na deliberação sobre as contas do Prefeito, deverá observar os seguintes preceitos:

I - o julgamento das contas do Prefeito, incluídas as da Câmara Municipal, far-se-á em até noventa dias, contados da data da seção em que for procedida a leitura do parecer do Tribunal de Contas do Estado;

II - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara Municipal procederá à leitura, em Plenário, até a terceira sessão ordinária subsequente;

III - decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as contas serão incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se proceda a votação;

IV - rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de até sessenta dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins;

V - na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes;

VI - A Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem

indícios de irregularidade, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo parecer;

VII - Recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas, no prazo estabelecido no inciso I, deste artigo.

VIII - O Prazo a que se refere o inciso I interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.

Art. 83 - O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Câmara Municipal.

Art. 84 - O controle interno, a ser exercido pela administração direta e indireta municipal, deve abranger:

I - o acompanhamento da execução do orçamento municipal e dos contratos e atos jurídicos análogos;

II - a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem na arrecadação de receitas e na realização de despesas;

III - a verificação da regularidade e contabilização de outros atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

IV - a verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e de responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 85 - As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo, mediante encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal, nos prazos seguintes:

I - até 15 de janeiro, as leis estabelecendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual em vigor.

II - até trinta dias subsequentes ao mês anterior, o balancete mensal;

III - até o dia 31 de março do exercício seguinte, o Balanço Anual.

Parágrafo Único - Os balancetes a serem remetidos a Câmara Municipal, no prazo do inciso II, serão acompanhados dos respectivos empenhos e do decreto de alterações do orçamento.

Art. 86 - A Câmara Municipal, em deliberação por dois terços de seus membros, ou o Tribunal de Contas do Estado, poderá representar ao Governador do Estado, solicitando intervenção no Município, quando:

I - deixar de ser paga, sem justo motivo, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO III DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO

Art. 87 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal auxiliado pelos Secretários Municipais e demais colaboradores.

Art. 88 - O Prefeito é eleito simultaneamente com o Vice-Prefeito e os Vereadores, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus direitos políticos.

Art. 89 - O Prefeito tomará posse em sessão solene da Câmara Municipal, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição, prestando o compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a Estadual, a Lei Orgânica do Município e observar as leis, promover o bem-estar geral e desempenhar o seu cargo honrada, leal e patrioticamente.

§ 1º - Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer à posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio.

§ 4º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando a lei o exigir, deverão desincompatibilizar-se, no ato da posse.

Art. 90 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse e enquanto durar o mandato, sob pena de perda deste:

I - firmar ou manter contrato com o Município, com autarquia, empresa pública municipal, sociedade de economia mista de que participe o Município ou com empresa concessionária do serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum" nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze

de favor, concessão ou privilégio, decorrente de contrato com qualquer das entidades a que se refere o inciso I, nem exercer na empresa qualquer função ou atividade remunerada;

VI - constituir-se fornecedor ou credor de qualquer das entidades referidas no inciso I ou em seu devedor a qualquer título;

VII - a proibição de ser fornecedor ou credor estenda-se a seu cônjuge e aos demais parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive;

VIII - fixar residência exclusiva fora do Município;

IX - ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de dez dias, sem licença ou autorização da Câmara Municipal.

X - O Prefeito Municipal fica proibido de nomear para cargo em comissão, ou contratar por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos em linha reta ou colateral até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais ou dos titulares dos cargos que lhes sejam equiparados, e dos dirigentes dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município, bem como dos Vereadores e dos titulares de cargos em comissão no âmbito da Câmara Municipal.

a) As pessoas a serem nomeadas ou contratadas, antes da posse ou assunção o respectivo cargo deverão assinar declaração, por escrito, de que não tem relação de matrimônio, união estável, ou de parentesco que importe na prática vedada pelo disposto no caput deste artigo.

b) Não estão sujeitas à vedação prevista no caput deste artigo as nomeações de pessoas para ocuparem cargos de agentes políticos, quais sejam, Secretários do Poder Executivo ou titulares dos cargos que lhes sejam equiparados.

Art. 91 - Será de quatro anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 92 - São inelegíveis por mais de duas vezes para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

Parágrafo Único - A vedação prevista no caput deste artigo se aplica ao Prefeito para concorrer a Vice-Prefeito.

Art. 93 - Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, exceto o Vice-Prefeito para concorrer a Prefeito, mas não poderá substituir interinamente o titular neste período.

Parágrafo Único - Na hipótese do Vice-Prefeito assumir afetivamente o cargo de Prefeito Municipal nos seis meses que antecedem o pleito, somente poderá concorrer à reeleição.

Art. 94 - A remuneração do Prefeito Municipal será fixada sob a forma de subsídio, em parcela única, mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Art. 95 - A remuneração do Vice-Prefeito, será fixada em parcela única, sob forma de subsídio mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Art. 96 - Os secretários Municipais farão jus a subsídio mensal, em parcela única, mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Art. 97 - A extinção ou cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação federal.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 98 - Ao Prefeito compete privativamente:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais e demais titulares de cargos em comissão da administração municipal;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

III - representar o Município em Juízo ou fora dele;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar, no todo ou em parte, projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI - decretar desapropriações e instituir servidões administrativas;

VII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros na forma da lei;

IX - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

X - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XI - remeter mensagem e plano de governo a Câmara, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual, nos prazos definidos em lei;

XIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;

XIV - encaminhar à Câmara o balancete mensal acompanhado dos respectivos empenhos, até os trinta dias subsequentes ao mês anterior,

XV - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVI - fazer publicar os atos oficiais;

XVII - prestar a Câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental;

XVIII - superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XIX - colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze dias de sua aquisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só

vez, e, até o dia vinte e cinco de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

XX - aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revogá-las quando impostas irregularmente;

XXI - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhes forem dirigidas;

XXII - oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;

XXIII - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIV - solicitar o auxílio da polícia do Estado para garantia de cumprimento de seus atos;

XXV - decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município, a ordem pública ou a paz social;

XXVI - elaborar e manter atualizado o Plano Diretor;

XXVII - celebrar com a União, Estado e outros Municípios, convênios e ajustes "ad referendum" da Câmara;

XXVIII - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

Art. 99 - O Prefeito Municipal deverá comparecer ou indicar um Secretário Municipal que o faça em sessão solene da Câmara Municipal, na abertura do ano legislativo, para dirigir ao Poder Legislativo e a sociedade a sua mensagem anual que deverá conter as diretrizes administrativas do exercício.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 100 - São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito Municipal que atentarem contra esta Lei Orgânica e os previstos na legislação federal e estadual.

Parágrafo Único - Quando acusado de crime de responsabilidade o Prefeito será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 101 - São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal, puníveis com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara Municipal;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, por ocasião de investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e na forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos administrativos sujeitos a publicação;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e na forma regular, a proposta orçamentária, a lei de diretrizes orçamentárias

e o plano plurianual;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição da lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do Município, sujeito à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, sem autorização ou por tempo superior ao permitido em lei;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XI - deixar de repassar mensalmente os recursos orçamentários à Câmara Municipal.

Art. 102 - o processo de cassação do mandato do Prefeito, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao rito estabelecido no regimento interno e na lei federal sobre a matéria.

Art. 103 - O Prefeito perderá o mandato por extinção, cassação ou condenação por crime de responsabilidade, na forma e condições estabelecidas em lei federal.

Parágrafo Único - A extinção do mandato, que independerá de deliberação da Câmara Municipal, se tornará efetiva com a declaração pelo Presidente, registrando-se em ata.

Art. 104 - A suspensão do mandato do Prefeito Municipal poderá ocorrer por ordem judicial e de conformidade com a legislação federal, e ainda, quando ocorrer intervenção no Município.

SEÇÃO IV DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 105 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

Art. 106 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou na vacância dos respectivos cargos, assumirá o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 107 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição no prazo de até noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo à vacância nos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, trinta dias depois da última vaga, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de mandato dos seus antecessores.

Art. 108 - O Prefeito Municipal poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo, no seu retorno enviar à Câmara relatório circunstanciado dos resultados de sua viagem;

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

III - para gozo de férias, em período continuado não superior a trinta dias por ano.

Parágrafo Único - Nos casos previstos neste artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio integral.

Art. 109 - O substituto, quando no exercício no cargo de Prefeito, perceberá a remuneração a este atribuída.

SEÇÃO V DO VICE-PREFEITO

Art. 110 - O Vice-Prefeito eleito simultaneamente com o Prefeito, sujeito às mesmas condições de elegibilidade, exerce o mandato como expectante de direito.

§ 1º - Prestará compromisso juntamente com o Prefeito e com ele tomará posse.

§ 2º - Substituirá o Prefeito no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no caso de vaga.

§ 3º - A substituição far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio assinado no gabinete do Prefeito, dando-se imediata ciência à Câmara Municipal.

§ 4º - A reassunção no cargo pelo Prefeito independe de qualquer formalidade.

Art. 111 - Quanto à incompatibilidade do Vice-Prefeito:

I - quando no exercício do cargo de Prefeito, o Vice-Prefeito se submete as mesmas incompatibilidades do titular, na forma e condições estabelecidas;

II - fora do exercício do cargo de Prefeito, salvo a hipótese do inciso III deste artigo, o Vice Prefeito sujeita-se às incompatibilidades estabelecidas no artigo 90 desta Lei Orgânica.

III - Independentemente das prerrogativas deste artigo, ao Vice-Prefeito poderão ser atribuídos outros encargos, como segue:

- a) manter e dirigir o seu gabinete, aplicando as respectivas dotações orçamentárias;
- b) desempenhar, a convite do Prefeito missões especiais protocolares ou administrativas;
- c) exercer em comissão, funções administrativas;

Art. 112 - Prestado o compromisso, o Vice-Prefeito fará jus, a título de subsídio a remuneração fixada pela Câmara, a qual não poderá ser percebida cumulativamente com o vencimento do cargo que por ventura ocupar na administração municipal.

Art. 113 - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, salvo para não incidir em inelegibilidade, sob pena de extinção do respectivo mandato.

SEÇÃO VI DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 114 - Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de dezoito anos, residentes no Município, e no exercício pleno dos seus direitos políticos.

Art. 115 - A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias.

Art. 116 - Compete ao Secretário Municipal:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes a sua área de competência;

III - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados na Secretaria;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V - expedir instruções normativas para a execução das leis;

VI - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica e demais dispositivos legais específicos.

Art. 117 - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas secretarias.

Art. 118 - Os Secretários serão nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecerem.

SEÇÃO VII DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 119 - O Conselho do Município é o órgão superior de consulta do Prefeito Municipal e dele participam:

I - o Prefeito Municipal, que o preside;

II - o Vice-Prefeito Municipal;

III - Um Ex-Prefeito Municipal indicado pelo Prefeito;

IV - o Presidente da Câmara Municipal;

V - Os líderes dos partidos políticos com representante na Câmara Municipal;

VI - quatro cidadãos maiores de trinta anos de idade, sendo dois nomeados pelo Prefeito e dois eleitos pela Câmara Municipal, todos com mandato de dois anos.

Art. 120 - Compete ao Conselho do Município pronunciar-se, quando convocado pelo Prefeito, sobre questões de relevante interesse para o Município.

Art. 121 - A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho do Município, vedada qualquer remuneração aos seus membros.

TÍTULO IV DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 122 - A legislação municipal sobre finanças públicas observará as normas gerais de direito financeiro, fixadas pela União e pelo Estado.

§ 1º - Ressalvadas as de antecipação de receitas, nenhuma operação de crédito poderá ser contratada pelo Município e seus órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional, sem prévia e específica autorização legislativa.

§ 2º - A lei que autorizar operações de crédito, cuja liquidação ultrapasse o exercício financeiro deverá dispor sobre os valores que

devam ser incluídos nos orçamentos anuais, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para sua liquidação.

§ 3º - Na administração da dívida pública, o Município observará a competência do Senado Federal para:

I - autorizar operações externas de natureza financeira;

II - fixar limites globais para o montante da dívida consolidada;

III - dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno.

Art. 123 - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais e somente através delas poderão ser aplicadas.

Parágrafo Único - A lei, quando o interesse público recomendar, poderá excetuar depósitos e aplicações dessa obrigatoriedade.

Art. 124 - As dívidas do Município e dos seus órgãos e entidades da administração direta, quando inadimplidas, independentemente de sua natureza, serão atualizadas monetariamente, a partir do dia do seu vencimento até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para corrigir as obrigações tributárias.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, não se aplicam às operações de crédito contratadas com instituições financeiras.

Art. 125 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município, inclusive encargos sociais, não poderá exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das suas receitas correntes.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargo ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Art. 126 - O Poder Executivo publicará até o último dia do mês subsequente, relatório resumido da execução orçamentária mensal, evidenciando a fonte dos recursos e a destinação dos mesmos.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 127 - Leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias:

I - detalhará as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

III - disporá sobre alterações na legislação tributária.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto.

§ 4º - A lei orçamentária anual não conterá matéria estranha à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para:

I - abertura de créditos suplementares, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias;

II - a contratação de operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 5º - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 6º - A Lei Orçamentária anual indicará o percentual da receita a ser definido pela sociedade por meio do Orçamento Participativo.

Art. 128 - Lei Complementar, respeitada a Lei Complementar Federal disporá sobre:

I - o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 129 - O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, das diversas unidades gestoras da Administração Municipal, obedecerão aos seguintes prazos para encaminhamento e votação na Câmara Municipal:

I - o Plano Plurianual será encaminhado à Câmara de Vereadores pelo Chefe do Poder Executivo Municipal até 31 de julho do primeiro ano do mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada à Câmara Municipal pelo Chefe do Poder Executivo até 20 de setembro de cada exercício;

III - A Lei Orçamentária Anual será encaminhada à Câmara Municipal pelo Chefe do Poder Executivo até 15 de novembro de cada exercício.

§ 1º - A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Chefe do Poder Executivo os instrumentos de planejamento referidos nos incisos deste artigo, nos seguintes prazos:

I - o Plano Plurianual, até 31 de agosto do primeiro ano do

mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias, até 30 de outubro de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária Anual, até 15 de dezembro de cada exercício para o exercício seguinte;

IV - excepcionalmente o prazo previsto no inciso anterior poderá ser prorrogado, mas a Câmara Municipal não poderá entrar em recesso antes da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, sem que esteja concluída a votação, a Câmara Municipal passará a realizar sessões diárias, até se concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando-se todas as outras matérias em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 130 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno, obedecido o disposto neste artigo.

§ 1º - Caberá a uma comissão técnica permanente:

I - examinar e emitir parecer sobre esses projetos e sobre as contas anualmente apresentadas pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, previstos nesta Lei Orgânica;

III - exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões técnicas.

§ 2º - As emendas só serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer para posterior apreciação do Plenário.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos de créditos adicionais somente podem ser acolhidos caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os provenientes de anulação de despesas, excluídas as relativas:

- a) a dotações para pessoal e seus encargos;
- b) o serviço da dívida pública;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na comissão técnica, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 131 - É vedado:

I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - realizar despesas ou assumir obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - iniciar investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão;

IV - vincular receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, e a saúde como estabelecido na Constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita; exceto os percentuais destinados ao Orçamento Participativo;

V - realizar operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal;

VI - abrir crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII - transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VIII - utilizar, sem autorização legislativa específica, recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - instituir fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - conceder ou utilizar créditos ilimitados.

§ 1º - Os créditos especiais e extraordinários, terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro sub-sequente.

§ 2º - A abertura de créditos extraordinários, somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 132 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, lhes serão entregues em duodécimos até o dia vinte cinco de cada mês.

CAPÍTULO III DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 133 - O Sistema Tributário Municipal obedecerá às disposições da Lei Complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal:

I - sobre conflito de competência, em matéria tributária, entre pessoas de direito público,

II - sobre regulamentação às limitações constitucionais do poder de tributar,

III - as normas gerais sobre:

- a) definição de tributos e suas espécies, bem como fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- c) adequado tratamento tributário do ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;

§ 1º - A função social dos tributos, constitui princípio a ser observado na legislação que sobre ela dispuser.

§ 2º - Os prazos de recolhimento dos tributos serão fixados por lei.

§ 3º - A lei poderá determinar a atualização monetária dos tributos, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo pagamento.

Art. 134 - O Município poderá celebrar convênios com a União, Estado ou com outros Municípios para fiscalizar e arrecadar os tributos de sua competência.

SEÇÃO II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 135 - Sem prejuízo e outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

II - estabelecer tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributo:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituir ou aumentou;

IV - utilizar tributos com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público Municipal;

VI - instituir imposto sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, dos órgãos da administração direta ou indireta;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- e) emissoras de Rádio e TV comunitárias e educativas;

VII - estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII - instituir taxas sobre:

- a) as petições encaminhadas ao Poder Público Municipal em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 1º - A redação do inciso VI "a" é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às destas decorrentes.

§ 2º - As redações do inciso VI "a" e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação de pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o primeiro comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As redações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - Qualquer anistia, remissão ou isenção de tributo, só poderá ser concedida mediante lei específica aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

SEÇÃO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 136 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

II - imposto sobre a transmissão "intervivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e a sua aquisição;

III - imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza não incluídos no artigo 155, II da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar Federal;

V - taxas:

- a) em razão do exercício do poder de polícia;
- b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestadas ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VI - contribuição de melhoria de obras públicas;

VII - contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.

VIII - de iluminação pública;

IX - de controle e fiscalização ambiental;

X - de vigilância sanitária;

XI - de recolhimento e destino final de resíduos sólidos.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

- a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem

sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na área territorial do Município.

§ 3º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, e também, não poderão ser cobradas em valor superior ao custo de seus fatos geradores.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTARIAS

Art. 137 - Pertence ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele instituídas e mantidas;

II - cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no território do Município;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, realizadas no território do Município.

§ 1º - As parcelas de receita pertencentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

a) três quartos no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território;

b) até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.

§ 2º - Para fins do disposto no § 1º deste artigo, a definição do valor adicionado cabe a Lei Complementar Federal.

Art. 138 - Pertence ao Município, vinte e dois inteiros e cinco décimos do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados que constituem o Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo Único - As normas de entrega desses recursos são as estabelecidas em Lei Complementar Federal.

Art. 139 - Pertence ao Município setenta por cento do montante relativo ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários que venha a incidir sobre outros recursos originários do Município.

Art. 140 - Pertence, também, ao Município vinte e cinco por cento dos recursos que a União entregar ao Estado, a título de participação no imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente às respectivas exportações de produtos industrializados, distribuídos segundo os critérios de distribuição do ICMS.

Art. 141 - O Município participará no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos naturais no seu território, nos termos definidos em lei federal.

Art. 142 - O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, relatórios com os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 143 - A ordem econômica do Município de Biguaçu-SC, obedecendo os princípios da Constituição Federal fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Art. 144 - Para incrementar o desenvolvimento Econômico, o Município tomará, entre outras, as seguintes providências:

I - apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas associativas;

II - estímulo a produtividade agrícola e pecuária, mediante a disseminação de técnicas adequadas;

III - apoio e estímulo ao desenvolvimento industrial, com preferência para as indústrias não poluentes;

IV - tratamento diferenciado às microempresas, as empresas de pequeno porte e aos produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar, assim definidas em lei, visando a apoiá-los mediante:

a) simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias;

b) criação de programas específicos;

c) redução escalonada ou eliminação de tributos, por meio de lei específica.

Art. 145 - Ao Município incumbe a prestação de serviços públicos de sua competência, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.

Parágrafo Único - A execução desses serviços será regulada por lei complementar, que assegure:

I - a exigência de licitação;

II - definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos dos usuários;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviços adequados.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 146 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos aglomerados urbanos e povoados e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, de

implantação e observância obrigatória, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º - Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo casos do inciso III, § 5º.

§ 4º - A Lei poderá criar áreas urbanas em regiões de características rurais, respeitados os direitos da propriedade rural.

§ 5º - O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada nos termos da lei federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e os juros legais.

SEÇÃO II DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 147 - O Município terá um plano de desenvolvimento rural, o qual será planejado, controlado e avaliado, com a efetiva participação das classes produtoras, trabalhadores rurais e profissionais técnicos do setor, devendo estar em consonância com a capacidade de uso sustentado dos recursos naturais, obedecendo a técnicas adequadas de planejamento regional e estadual, a fim de harmonizar as ações do serviço público.

Art. 148 - O Município co-participará com o Governo da União e do Estado, na manutenção do serviço de assistência, conforme prevêem as Constituições Federal e Estadual, assegurando prioritariamente ao pequeno e médio produtor rural, a orientação sobre a produção, a organização rural, a comercialização, a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e a melhoria das condições de vida e bem estar da população rural.

Art. 149 - O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde, educação e bem estar social.

Art. 150 - O Município deverá estar atento à manutenção de uma estrutura fundiária em seu território, colaborando com os programas de revisão do uso e posse da terra e para tanto, adotar medidas que desestimulem a concentração de posse da terra, buscando evitar o êxodo de trabalhadores rurais.

Parágrafo Único - A Prefeitura manterá um cadastro de terras e sua utilização, bem como do contingente de trabalhadores rurais sem terra.

Art. 151 - O município adotará uma política municipal definida para o meio ambiente em consonância com o planejamento do desenvolvimento rural, com as atividades industriais e a infraestrutura urbana.

Parágrafo Único - o Município apoiará e participará juntamente

com as instituições municipais, nos programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis, sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Art. 152 - A lei criará e estabelecerá a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho.

SEÇÃO III DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA E MARICULTURA

Art. 153 - O município incentivará as atividades da pesca e maricultura como fontes de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

Art. 154 - A Lei estabelecerá a política de desenvolvimento da pesca e da maricultura no município de Biguaçu.

SEÇÃO IV DO TURISMO

Art. 155 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fonte de desenvolvimento social e econômico.

Parágrafo Único - Lei Municipal estabelecerá a política do turismo no Município de Biguaçu devendo contemplar o agroturismo, o ecoturismo, o turismo religioso, de entretenimento e de lazer.

SEÇÃO V DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 156 - o Município promoverá, na forma da Lei, a defesa do consumidor.

§ 1º - Fica instituída a Comissão de Defesa do Consumidor, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à formulação da política municipal de defesa e orientação do consumidor, que terá os seus objetivos e ações regulamentados em Lei Complementar.

§ 2º - A política Municipal de defesa do consumidor, definida na forma do parágrafo anterior, levará em conta entre outras, as seguintes necessidades:

I - promoção dos interesses e direitos dos destinatários e usuários finais de bens e serviços;

II - criação de programa de atendimento, educação e informação do consumidor;

III - medidas para que os consumidores sejam esclarecidos sobre seus direitos, inclusive a cerca dos impostos e taxas cobrados pelo poder público;

IV - articulação com ações e programas federal e estadual na área.

TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 157 - A ordem social do Município fundamenta-se no primado do trabalho e tem como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

CAPÍTULO II DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

SEÇÃO I DA SAÚDE

Art. 158 - A saúde é direito de todos e dever do Município, no âmbito de sua competência, de executar políticas sociais que visem à redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 159 - Cabe ao órgão municipal de saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar o processo de formulação, gestão e avaliação das Políticas Municipais de Saúde;

II - revisão periódica do Plano Municipal de Saúde, em consonância com o Plano Estadual de Saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde, aprovados por lei;

III - estabelecer compromissos orçamentários a nível municipal para o adequado financiamento das ações de saúde, independente das transferências de recursos financeiros da União e do Estado;

IV - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde ;

V - executar ações de vigilância sanitária e epidemiológicas, bem como as de saúde do trabalhador;

VI - participar da formulação da política e da execução das ações municipais de saneamento básico;

VII - colaborar na proteção do meio ambiente, e garantir condições adequadas de trabalho;

VIII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

IX - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

X - implementar mecanismos de informação à população sobre saúde, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde;

XI - acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores municipais de morbi mortalidade;

XII - fiscalizar o funcionamento e autorizar a instalação dos estabelecimentos privados na área da saúde.

Art. 160 - As ações e serviços municipais de saúde:

I - terão direção única;

II - visarão ao atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;

III - serão planejados executados e controlados por equipes multidisciplinares;

IV - serão realizadas diretamente pelo Poder Público, em caráter complementar, atendidas as diretrizes do sistema municipal de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio com instituições privadas, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

V - serão custeadas com recursos dos orçamentos municipal, estadual e federal de seguridade social ou provenientes de outras fontes;

VI - serão organizados de forma descentralizada, por distritos,

regiões administrativas ou bairros que comporão os sistemas locais de saúde;

VII - serão gratuitos, ainda que realizados por intermédio de terceiros no âmbito do Sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - É vedada a destinação de recursos municipais para auxílios e subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 161 - O Município prestará assistência social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição.

Art. 162 - São objetivos das ações de serviços municipais de assistência social:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e aos idosos;

II - o amparo às crianças e aos adolescente;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a prestação de atenção especial à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

Art. 163 - As ações e serviços municipais de assistência social serão realizadas diretamente pelo poder público, com a colaboração de entidades beneficentes e comunitárias.

SEÇÃO III DA EDUCAÇÃO

Art. 164 - O Município organizará o seu sistema de ensino inspirado nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade humana, bem-estar social e democracia, visando o pleno exercício da cidadania.

Art. 165 - O sistema de ensino do Município será mantido com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado e atuará prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 1º - Os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I - vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências;

II - as transferências específicas da União e do Estado.

§ 2º - os recursos previstos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos, também, às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas e ao fornecimento de bolsas de estudos para alunos que demonstrem insuficiência de recursos, assegurando-se prioritariamente o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos dos planos municipal estadual e nacional de educação.

Art. 166 - O ensino municipal será executado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o

pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos do Município;

VI - garantia do padrão de qualidade; para uma educação cidadã,

VII - promoção da integração escola e comunidade;

VIII - organização de currículos e calendários adaptados à realidade do Município;

IX - valorização dos profissionais de ensino, com a adoção de planos de carreira para o magistério público, piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas ou provas e títulos;

Art. 167 - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - oferta de vagas para a educação infantil para crianças de zero a cinco anos;

II - ensino fundamental de 09 anos, gratuito para todos, a partir dos seis anos de idade, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência física, mental ou sensorial;

IV - espaço físico adequado para o funcionamento das escolas e Centros de Educação Infantil;

V - atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte;

VI - membros do magistério em número suficiente para atender a demanda escolar.

Art. 168 - O Plano Municipal de Educação, articulado com os planos nacional e estadual, será elaborado com a participação da comunidade e submetido à deliberação pela Câmara Municipal para discussão e aprovação, devendo ser reavaliado ou referendado a cada 4 anos, sempre no primeiro ano de cada gestão administrativa.

SEÇÃO IV DA CULTURA

Art. 169 - O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, às diretamente ligadas à história do Município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens.

Art. 170 - Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e bens de valor histórico, paisagístico, artístico, cultural ou ecológico tombados ou declarados de interesse social pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único - Os bens tombados pela União e pelo Estado merecerão igual tratamento do município mediante convênio.

Art. 171 - Será organizado o arquivo público oficial do Município, cuja consulta à documentação será livre e gratuita a todos os

interessados.

Art. 172 - O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade, através de concurso, exposições, publicações e outros meios ao seu alcance.

SEÇÃO V DO DESPORTO

Art. 173 - O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, observado:

I - a prioridade aos alunos da rede de ensino e a promoção desportiva dos clubes locais;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção do desporto, com prioridade para o educacional;

III - a autonomia das entidades desportivas e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

IV - a educação física como disciplina obrigatória.

V - observadas essas diretrizes, o Município promoverá:

a) o incentivo a competições desportivas municipais e regionais;
b) a prática de atividades desportivas pelas comunidades, facilitando o acesso às áreas públicas destinadas à prática do esporte;
c) estimulará parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para a difusão do desporto.

CAPÍTULO III DO MEIO AMBIENTE

Art. 174 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

Art. 175 - A formulação e implementação de políticas públicas, os projetos de desenvolvimento da iniciativa privada e os comportamentos dos cidadãos devem ser orientados pelos princípios da preservação do meio ambiente, da justiça social e do desenvolvimento econômico sustentável.

Art. 176 - Para assegurar a efetividade desse direito e desses princípios, incumbe ao Município e à coletividade:

I - promover a educação ambiental, para toda a população, destacando-se o valor ético, estético e econômico da natureza;

II - proteger a fauna e a flora, vedadas às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais a tratamento cruel;

III - promover o manejo sustentado do solo, incluindo:

a) a preservação das florestas;
b) a proteção e manutenção da diversidade da fauna;
c) o controle biológico de pragas;
d) o incentivo a agricultura orgânica;
e) a utilização racional e moderada dos sistemas mecânicos;
f) o controle da utilização dos agrotóxicos;
g) a adoção de práticas para coibir as queimadas e o desmatamento;

IV - preservar e recuperar os recursos hídricos, fonte primeira da reprodução e manutenção da vida, vedadas, na forma da lei, as práticas degradadoras de suas propriedades, notadamente os rios, riachos e córregos existente no Município;

V - proteger nascentes de águas, lagoas e a zona litorânea enquanto fonte de reprodução da vida, em particular os manguezais;

VI - promover a mudança de hábitos da população, com o objetivo de diminuir a produção de resíduos sólidos e implementação de reciclagem;

VII - dar destinação e tratamento adequado aos rejeitos, sendo dever das indústrias, hospitais, postos de gasolina e restaurantes, dar destinação específica a seus resíduos, na forma da Lei;

VIII - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer tipo de degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IX - os empreendimentos que geram desequilíbrio ecológico, comprometem aspectos paisagísticos ou a qualidade de vida do povo, em operação no município, terão o prazo de um ano a contar de 01 de maio de 2010 para apresentarem os estudos de impacto ambiental, com o início da recuperação dos valores lesados;

X - aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão municipal, na forma da lei;

XI - as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

§ 1º - A Fundação do Meio Ambiente- FAMABI e o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA, são os órgãos de gestão e de consulta respectivamente do Poder Executivo, a quem compete pronunciarem-se, sobre os assuntos concernentes ao meio ambiente.

§ 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) será integrado por representantes dos poderes municipais e por cidadãos dos diversos segmentos comunitários, vedado qualquer tipo de remuneração;

§ 3º - A lei regulamentará a organização e o funcionamento da Fundação do Meio Ambiente e do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 4º - A participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

§ 5º - São consideradas áreas de proteção especial, os promontórios, morros e elevações florestadas ou não e que compõem a paisagem do Município, vedado o seu desmatamento.

Art. 177 - Fica tombada a Serra de São Miguel e Serra Queimada bem como as elevações adjacentes, já definida em lei específica, como área de interesse ecológico e de preservação permanente, competindo ao Município e a coletividade o dever de defendê-la e preservá-la para as presentes e futuras gerações.

CAPÍTULO IV

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

SEÇÃO I DA FAMÍLIA

Art. 178 - O Município dispensará especial proteção à família, mediante a proteção e a execução de programas que assegurem:

I - ações capazes de favorecer a estabilidade da instituição familiar;

II - a aplicação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares;

III - o amparo às famílias numerosas e carentes de recursos;

IV - orientação sobre planejamento familiar, respeitando a livre decisão do casal, fornecendo os meios necessários à concretização desse planejamento, em articulação com o órgão municipal de saúde;

V - à gestante, o atendimento pré, Peri e pós-natal, observadas as normas federais.

SEÇÃO II DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 179 - O Município manterá serviços e realizará ações destinadas a garantir os direitos constitucionais da criança e do adolescente.

Art. 180 - Os planos e programas municipais de amparo à criança e ao adolescente observarão, além de outras diretrizes, as seguintes:

I - respeito absoluto aos direitos humanos;

II - atendimento em seu próprio ambiente e modo de vida;

III - estímulo a adoção;

IV - atendimento em período integral à criança de zero a cinco anos;

V - atenção integral à criança de zero a dezesseis anos, com ênfase para a nutrição, saúde, saneamento e a educação;

VI - aplicação de percentual de recursos destinados à saúde, na assistência materno-infantil;

VII - programas educacionais aos carentes, favorecendo o acesso da criança e do adolescente à escola em turno compatível com o seu interesse;

VIII - ações de prevenção de atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e outros vícios;

IX - ações de prevenção e educação sexual às crianças e adolescentes;

X - assistência especializada à gestante adolescente durante o pré, Peri e pós-natal.

Art. 181 - A lei assegurará nas praças, jardins públicos, vilas, bairros e conjuntos habitacionais, a obrigatoriedade de áreas reservadas ao lazer infanto juvenil.

SEÇÃO III DO IDOSO

Art. 182 - O Município promoverá programa de amparo às pessoas idosas, para assegurar a sua participação na comunidade, a defesa de sua dignidade, bem como a garantia do direito a vida com qualidade.

Art. 183 - Nas ações de amparo ao idoso o Município:

I - dará preferência ao atendimento aos idosos em seus lares;

II - assegurará incentivo à criação de asilos de idosos e estabelecimentos similares, fiscalizando seu funcionamento;

III - prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso;

IV - colaborará com o treinamento de pessoal para as instituições beneficentes dedicadas ao idoso;

V - incentivará o associativismo de trabalho das pessoas idosas para aproveitamento de suas habilidades e complementação da renda para sua sobrevivência;

VI - garantirá aos maiores de sessenta e cinco anos, gratuidade dos transportes coletivos urbanos, independente da renda;

VII - exigirá o cumprimento das leis estaduais e federais em benefício dos idosos no âmbito do município;

SEÇÃO V DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 184 - O Município, em regime de colaboração com a União e o Estado, dispensará apoio às pessoas com deficiência, para assegurar sua integração à vida comunitária e condições para o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos.

Art. 185 - A lei estabelecerá critérios que assegure acessibilidade aos prédios públicos e privados, bem como nos logradouros públicos, transporte coletivo, bancos e estabelecimentos comerciais.

Art. 186 - O apoio do Município às pessoas com deficiência será efetivado mediante a garantia, nos termos da lei, ao que segue:

I - atendimento especializado em educação, de preferência na rede de ensino;

II - promoção de ações preventivas no campo da saúde;

III - oferta de serviços especializados em habilitação e reabilitação;

IV - facilidade de acesso aos estabelecimentos municipais de saúde, com oferta de tratamento adequado;

V - oportunidade de inserção do mercado de trabalho mediante:

- a) programas específicos para o trabalho e capacitação profissional;
- b) concessão e estímulos à iniciativa privada para sua admissão em ocupação profissional;
- c) reserva de vagas na administração pública municipal, direta, indireta e fundacional, a serem preenchidas por concurso público, preservado o princípio da igualdade entre os concorrentes.

VI - criação de normas que permitam seu acesso e livre trânsito nas vias, logradouros e edificações públicas ou privadas de uso coletivo, com a remoção e eliminação de barreiras arquitetônicas;

VII - acesso aos meios de transportes coletivos, com condições adequadas de uso;

VIII - incentivo à pesquisa científica e à capacitação tecnológica voltadas para a solução dos problemas municipais;

IX - programas específicos de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

X - estímulo às iniciativas comunitárias e filantrópicas, com ênfase para a educação especial;

XI - promoção das ações cíveis públicas destinadas à proteção de seus direitos coletivos ou difusos.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 187 - O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais e os Vereadores, no ato da promulgação desta Lei Orgânica, renovarão o compromisso solene de mantê-la, defendê-la e cumpri-la.

Art. 188 - Todo e qualquer cidadão é parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 189 - A legislação estadual é subsidiária da municipal e aplica-se aos fatos e atos administrativos quando omissa a local.

Art. 190 - As áreas, praias, locais, prédios e demais bens declarados de interesse histórico, artístico, arqueológico, cultural ou turístico, ficarão sujeitos às restrições de uso, conservação e disponibilidade segundo legislação aplicável.

Art. 191 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens, prédios, vias públicas, praças, programa de ação e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 192 - Até 31 de dezembro de 2010, a Câmara Municipal deverá elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, para adaptar-se aos novos dispositivos desta Lei Orgânica Municipal.

Biguaçu, 05 de abril de 1990
(data da primeira promulgação)

Biguaçu, 06 de setembro de 2010
(data da promulgação do novo texto).

LUIZ ROBERTO FEUBACK
Presidente

MANOEL JOSÉ DE ANDRADE
Vice-Presidente

VILSON NORBERTO ALVES
1º Secretário

VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA
2º Secretário

ANDRÉ CLEMENTINO DA SILVA

JOSÉ BRAZ DA SILVEIRA

LÉDIO GERHARDT

MANOEL AIRTON PEREIRA

NACET TOMAZ DE SOUZA

SALETE ORLANDINA CARDOSO

Aviso de Pregão (PRESENCIAL) 240/2011- PMB
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 240/2011- PMB

OBJETO: aquisição com instalação de ar-condicionados para as secretarias de planejamento, governo, rh e obras.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 19 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 19 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 5 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 27/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO, UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS POSTOS E SAMU DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 20/01/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 05 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo de Renovação do Contrato Nº 503/2010 TP Nº 36/2010 -FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global por valor unitário para construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. Sendo que a empresa contratada terá que fornecer o material e a mão de obra para conclusão da obra, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 503/2010 TP Nº 36/2010 -FMS

Fornecedor: Aline Construções e Incorporações Ltda.

Vigência: de 01/01/2012 a 31/01/2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Publicação Contrato Número 10. 261/2011/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 261/2011/FMS

OBJETO: Contratação emergencial de mão de obra para o conserto do telhado da Unidade de Saúde do bairro Santa Catarina.

Contratado: NG CONSTRUTORA LTDA ME

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Prazo de vigência: 31/01/2012

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital pregão 1/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1/2012

EDITAL DE LIC. PREGAO 1/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:00 horas do dia 20.01.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de material médico hospitalar. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 06 de janeiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

Errata - Lei Complementar Nº. 040/2012

ERRATA:

A Chefe do Poder Executivo Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Lei Orgânica do Município, declara nula e sem efeito a publicação do Anexo I (pgs. 53 e 54), Anexo II (pg. 55), Anexo III (pg. 56) e Anexo IV (pg. 57), realizada em 05/01/2012, na edição nº. 902 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, uma vez que estes estão eivados de vícios formais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 05 de janeiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.792 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.792 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. INEZ SILVANE NEPLL LISCZKOVSKI, Professor I, Registro no Sistema nº 954961, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.799 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.799 DE 04 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.789 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.789 de 23 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Contratar o Sr. IVAIR ALBERTO TEIXEIRA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954971, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 23 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Decreto Nº 6.800 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.800 DE 04 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.790 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.790 de 23 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Contratar o Sr. EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954972, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 23 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Decreto Nº 6.801 de 05 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 6.801 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; DECRETA:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder

Executivo Municipal, a Servidora - IZABEL MARQUES, Matrícula Funcional nº 354, Registro no Sistema Sob o nº 353780, declarando vacância no cargo de Agente Operacional I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de janeiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Decreto Nº 6.802 de 06 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.802 DE 06 DE JANEIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar o Sr. JORGE LUIZ LEMOS, do Cargo de Assessor de Comunicação Social, Registro no Sistema Sob nº 954830 do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 06 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.822 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.822 DE 04 DE JANEIRO DE 2012
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.680 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.680 de 20 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.823 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.823 DE 04 DE JANEIRO DE 2012
ALTERA DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 8.687 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições dos Artigos 1º e 2º da Portaria nº 8.687 de 20 de dezembro de 2011, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.824 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.824 DE 04 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 8.732 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições dos Artigos 1º e 2º da Portaria nº 8.732 de 20 de dezembro de 2011, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Professor Auxiliar, SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.825 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.825 DE 04 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.774 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.774 de 21 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.826 de 05 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.826 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.775 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.775 de 21 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.827 de 05 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.827 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.776 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.776 de 21 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.828 de 05 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.828 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; RESOLVE:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. MARLI AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 832910, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.184 de 13 de março de 2000, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 06 de janeiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.829 de 05 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.829 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

INTERROMPE FÉRIAS DO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Interromper as Férias do Assessor de Comunicação Social - JORGE LUIZ LEMOS, Registro no Sistema Sob nº 954830, a partir de 05 de janeiro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de

janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.830 de 05 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.830 DE 05 DE JANEIRO DE 2012

INTERROMPE FÉRIAS DO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - IZABEL MARQUES, Matrícula Funcional nº 354, Registro no Sistema Sob nº 353780, a partir de 05 de janeiro de 2012.

Parágrafo único: A interrupção de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista o pedido de exoneração formulado pela servidora e devidamente protocolado junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Chamamento Cadastro Registro Fornecedores

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

VILMAR GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no § 1º, do Art. 34, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, torna público para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, que o Serviço de Suprimentos estará realizando a inscrição de novos fornecedores e atualização para os já existentes. Os interessados deverão apresentar (no Serviço de Suprimentos) a documentação que trata a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do telefone (47) 3632-2266, Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 248/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI1946	55140683C	7030/1	12/04/2010	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 247/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWY8883	55140891C	5010/0	20/10/2010	162 * I
MBD8429	55140756C	6599/2	07/09/2010	230 * V
MFC1362	55140955C	5274/1	15/11/2010	175
MFV8694	55140953C	5525/0	14/11/2010	181 * XV
MGN1769	55140754C	5010/0	03/09/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 246/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZT3875	55140734C	6599/2	30/10/2010	230 * V
LZT3875	55140897C	6912/0	30/10/2010	232
MJA6350	55140735C	6599/2	30/10/2010	230 * V
MJA6350	55140899C	5010/0	30/10/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 245/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIG0500	55140873C	6769/1	02/08/2010	230 * XXII
AIG0500	55140874C	6769/1	02/08/2010	230 * XXII
AIG0500	55140876C	6769/2	02/08/2010	230 * XXII
LZM9311	55140864C	6556/1	25/07/2010	230 * I
LZM9311	55140865C	7030/1	25/07/2010	244 * I
LZM9311	55140866C	5010/0	25/07/2010	162 * I
LZM9311	55140867C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MBH0607	55140721C	5185/1	25/07/2010	167
MDK2937	55140856C	7048/1	25/07/2010	244 * II
MDK2937	55140857C	7030/1	25/07/2010	244 * I
MEU0974	55140825C	6564/0	18/08/2010	230 * II
MFT7868	55315000B	7030/1	25/07/2010	244 * I
MFY9058	55140878C	7030/2	02/08/2010	244 * I
MGJ1675	55140855C	7030/2	25/07/2010	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 244/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFI1105	55140200C	6700/1	01/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Editais de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 243/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMS2180	55140199C	5010/0	01/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCR7178	55140198C	5525/0	01/07/2010	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 242/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV5874	55140827C	6599/2	25/08/2010	230 * V
MCV3692	55140757C	5010/0	08/09/2010	162 * I
MCV3692	55140758C	6556/1	08/09/2010	230 * I
MCV3692	55140758C	6599/2	08/09/2010	230 * V
MHU0877	55140823C	5320/0	13/08/2010	176 * V
MHU0877	55140824C	6599/1	13/08/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 241/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWX2705	55140612C	6599/2	19/08/2010	230 * V
LWX2705	55140613C	5010/0	19/08/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 240/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGW9743	55140812C	6653/2	24/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 238/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ8367	55140692C	6548/2	19/06/2010	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 238/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ8367	55140692C	6548/2	19/06/2010	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 235/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HQS2499	55140215C	6599/2	23/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBE7703	55140655C	6726/1	02/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGJ1675	55140679C	7030/2	13/03/2010	R\$ 191,53	244 * I
MGJ1675	55140680C	6653/2	13/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 236/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBW8323	55140690C	5169/1	15/06/2010	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 234/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJX0862	55140189C	6599/2	01/05/2010	230 * V
AJX0862	55140190C	5169/1	01/05/2010	165
MFK0542	55140687C	6599/2	12/05/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 233/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA7457	55140706C	6408/0	22/03/2010	R\$ 85,12	221
LZC2550	55140179C	6599/2	20/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAA8364	55140662C	5010/0	06/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAA8364	55140663C	5061/0	06/03/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 232/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP5225	55140563C	5185/1	19/03/2010	167
ACP5225	55140564C	5193/0	19/03/2010	168
DWT5090	55140718C	6564/0	01/05/2010	230 * II
MBG6085	55140192C	5185/1	04/05/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 231/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO1936	55140802C	5185/1	30/03/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 230/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP3078	55140426C	7030/2	06/12/2009	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 229/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALM6664	55140378C	6556/1	09/03/2010	230 * I
ALM6664	55140378C	6599/2	09/03/2010	230 * V
MCF5478	55140380C	5010/0	09/03/2010	162 * I
MCF5478	55140380C	6556/1	09/03/2010	230 * I
MCF5478	55140380C	6599/2	09/03/2010	230 * V
MDZ8657	55140665C	5010/0	07/03/2010	162 * I
MDZ8657	55140669C	5274/1	07/03/2010	175
MDZ8657	55140669C	5720/0	07/03/2010	186 * I
MDZ8657	55140670C	5835/0	07/03/2010	195
MDZ8657	55140670C	5967/0	07/03/2010	203 * V
MDZ8657	55140671C	6912/0	07/03/2010	232
MDZ8657	55140671C	7030/2	07/03/2010	244 * I
MDZ8657	55140672C	5118/0	07/03/2010	164 c/c 162 * I
MFZ8017	55140673C	7030/2	09/03/2010	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE JANEIRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 02_2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 20/01/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTÍ GRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL. Conforme proposta padronizada. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial localizado na Rua: São João Batista, Praça Lauro Muller, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 09 de janeiro 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Retificação de Contrato e Extrato Nº 468/2011

RETIFICAÇÃO: ONDE SE LÊ VIGÊNCIA PARA 31/01/2012, LÊ SE VIGÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 468/2011 PROCESSO 186/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEKSIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência para 31/01/2012, do contrato original do Processo Licitatório Nº 186/2011 da CONSTRUÇÃO DE DUAS QUADRAS DE AREIA, SENDO UMA NO COLÉGIO VALDEMAR RUPP E UMA NO CONJUNTO HABITACIONAL ELDORADO onde contratada obriga-se a obedecer ao prazo de 02 (dois) meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, e conforme cronograma físico-financeiro.

DATA: 30/12/2011

CONTRATO: 468/2011 ADITIVO PRAZO

Capinzal

PREFEITURA

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0126/2008

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0126/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2012, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 29/12/2011 A 31/12/2012

Classificação Concurso Público 041/2011 - Farmacêutico/Bioquímico**DIVULGAÇÃO DOS APROVADOS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 041/2011****CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO CRITÉRIO DE DESEMPATE DO EDITAL - ÍTEM 8.4**

CARGO: FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO							
M.F	CANDIDATO	C.E	C.G	C.M	C.I	C.P	CLASSIFICAÇÃO
5,6	0001 - JULIANA GODOY	3,0	0,6	1,2	0,4	0,4	1º LUGAR
5,6	0005 - JOSE GABRIEL C. DAMBROS	3,0	0,4	1,2	0,6	0,4	2º LUGAR
5,0	0003 - PAULO JOAQUIM G. BRAGATTO	3,0	0,4	0,8	0,4	0,4	3º LUGAR

*Para que não se alegue desconhecimento, faz-se baixar a presente publicação que será afixado no Murl Público da Prefeitura e no endereço eletrônico **www.aprender.com.br***

APRENDER.COM

Publicado em 09/01/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0115/2011 - Edital de Dispensa Nº 0005/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0115/2011

Edital de Dispensa Nº 0005/2011

Objeto: Contratação de serviços em pronto atendimento com plantão e emergência visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde.

Informações: Maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 05 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0117/2011 - Edital de Pregão Presencial Nº 0038/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0038/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de material de expediente visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Assistência Social, Administração e Finanças e Saúde.

Abertura das Propostas: às 14h30 do dia 19 de janeiro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 10 de janeiro de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 6 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Edital Nº 002/2012

EDITAL Nº 002/2012

PUBLICA ALTERAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DO EDITAL Nº 001, QUE DISCIPLINA O PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012.

A Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de promover adequações no Edital nº 001;

Considerando o interesse em possibilitar o acesso do maior número possível de candidatos à seleção para o preenchimento das vagas disponibilizadas;

Torna público para o conhecimento dos interessados, as seguintes

alterações ao Edital nº 001, que disciplina o Processo Seletivo nº 001/2011.

II – Das Alterações:

a) O item “3.4.1”, do Edital nº 001, passa a vigorar com a seguinte redação:

3.4.1 – As inscrições serão:

a) deferidas/indeferidas pela empresa contratada para a execução das fases do Processo Seletivo, sob a supervisão da Comissão do Processo Seletivo, em até dois dias após o encerramento do período de inscrição; e

b) publicadas em Edital afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Catanduvas/SC e na internet nos sites www.sccurso-setreinamentos.com.br e www.catanduvas.sc.gov.br.

b) O item “4.33.1”, do Edital nº 001, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.33.1 – Após a publicação dos gabaritos preliminares e da disponibilização dos cadernos de provas, julgados todos os recursos interpostos em face de questões e dos gabaritos das mesmas, em sessão pública, em local apropriado, na Prefeitura Municipal de Catanduvas/SC, com a presença de prepostos da empresa SC – Cursos e Treinamentos Ltda. – ME, dos membros da Comissão do Processo Seletivo, de candidatos e de outras pessoas interessadas, serão abertos os envelopes que acondicionam as grades de respostas e aqueles que acondicionam a identificação dos candidatos, para o processo de desidentificação das grades de respostas. A data e horário de abertura da sessão pública de que trata este item, será informado aos candidatos e aos demais interessados, por intermédio de Edital próprio, que será publicado no dia seguinte daquele determinado para a aplicação da prova objetiva escrita.

c) O item “4.49”, do Edital nº 001, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.49 – Para a avaliação de títulos e apuração de tempo de serviço serão considerados documentos e os valores gradativos que constam do quadro seguinte:

PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO			
Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Artes e Professor de Inglês			
ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO		PONTUAÇÃO MÁXIMA¹
Especialização, exclusiva para a docência na Educação Básica, conforme habilitações identificadas no quadro do item “2.1.1”, deste Edital. Serão consideradas todas as especializações, independentemente do nível (pós-graduação, mestrado ou doutorado), bastando que tenham relação à área de atuação e habilitação em que o candidato se inscreveu.	Pós-Graduação	0,50 (trinta e cinco centésimos) de um ponto	2,0 (dois pontos)
	Mestrado	0,70 (cinquenta centésimos) de um ponto	
	Doutorado	0,80 (sessenta e cinco centésimos) de um ponto	

Graduação, específica para a habilitação pretendida.	0,70 (setenta centésimos)	1,0 (um ponto)
Nível Médio em Magistério (Normal)	0,30 (trinta centésimos)	

II – Das demais disposições do Edital nº 001:

As demais disposições do Edital nº 001, disciplinador deste Processo Seletivo, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

Gabinete da Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, em 4 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Edital de Credenciamento Universal Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2012

Objeto: O presente Edital destina-se a receber as inscrições para "Credenciamento de fornecedores para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural." Informações: Maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h as 12h e das 13h30 as 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas (SC), 6 de fevereiro de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 007 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 007/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99, Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99 e o Edital de Processo Seletivo nº. 006/2011/SMECE.

RESOLVE

Art.1º Admitir em caráter temporário, MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verry Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 09.01.2012 a 07.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 001 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 001/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 09.01.2012 à 07.02.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
ADEMAR PODGAIESTSKY	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ADENIZIA CLEONICE FARIAS SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ADELICIO DA SILVA	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ANGELITA M. DA SILVA WESTPHAL	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ALEXSON MACHADO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
CLAUDIA ADRIANA AMORIM	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
CLAUDINEI SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
CLEBER MEURER	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
DALVA PASSIG DA SILVA	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
DILVA ROSA CORREIA PAUL	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
EMERSON HOFFMANN	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ERNESTO FRANCISCO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ISOLETE SEBOLD PEREIRA	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
JOÃO CLEMENTE	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes..

JULIANA MARIA LONGEN	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LAURITA PAUL	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LÍDIA TEREZINHA PALHANO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LENIR PAUL KERSCHBAUM	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LEANDREIA H. DA SILVA	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LILIANE SCHEIDT JASPER	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LUCELIA KEMPNER INACIO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
MÁRCIA SCHWAMBACH SCHIMIT	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
NERCI RAMOS	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
NEIDE SEBOLD DA SILVA	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
PATRICIA MACHADO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
PEDRO LOPES	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ROGERIO CAPISTRANO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
ROSIMERI RAYMUNDO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
RONI CAPISTRANO	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
SERGIO SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
VANIO KERSCHBAUM	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
VANDELEI POLICARPO	2011/2012	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
VERA LUCIA GRACI DEMENTRIO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro

de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 002 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 002/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 09.01.2012 à 07.02.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
ADRIANA MARTINS DAMANN	2010/2011	Secretaria de Desenvolvimento Social
ADENILSON ANTONIO	2010/2011	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
ALCEU PEREIRA	2010/2011	Secretaria da Saúde
ÂNGELA DA SILVA PAUL	2010/2011	Secretaria da Saúde
CLEUSA F. SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CLOBSON SCHEIDT	2010/2011	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
DEIZE REGINA DOS SANTOS	2010/2011	Secretaria de Desenvolvimento Social
DIRCE DE SOUZA	2010/2011	Secretaria da Saúde
ERALDO LUIZ MONTEIRO	2010/2011	Secretaria da Agricultura Indústria e Comercio
ELAINE DA SIVEIRA DA SILVA	2010/2011	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
ELIANE APARECIDA SALVADOR	2010/2011	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
FABIO FRANZ	2010/2011	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
FERNANDA DE SOUZA	2010/2011	Secretaria da Saúde
GIOVANI FARIAS	2010/2011	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
GUILHERMINO BILK	2011/2012	Secretaria Municipal de administração e Planejamento
GERALDO SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo
IZOLENE BATISTA CORREA	2010/2011	Secretaria da Agricultura Indústria e Comercio
JAQUES ERNANI BEZERRA	2010/2011	Secretaria da Agricultura Indústria e Comercio
JONAS SCHNEIDER	2010/2011	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo
JOÃO ALOIR F. DE OLIVEIRA	2010/2011	Secretaria da Saúde
JOELCIO CARLOS CABRAL	2010/2011	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
LEANDRO MACARIO CORREIA	2010/2011	Secretaria da Agricultura Indústria e Comercio
LUCIANI PAUL KERSCHBAUM	2010/2011	Secretaria de Desenvolvimento Social
MAICON RODRIGO PAUL	2010/2011	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento



MARIA DA SILVA SEBOLD	2010/2011	Secretaria da Saúde
MAICSON MONTIBEL- LER	2010/2011	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo
MARIO DA SILVA	2010/2011	Secretaria de Desenvolvimento Social
NEUSA FRANCISCO LUCKMANN	2010/2011	Secretaria Municipal de Adminis- tração e Planejamento
SANTOS AVELINO DA SILVA	2010/2011	Secretaria Municipal de Transpor- tes, Obras e Serviços Urbanos.
SANDRA REGINA CHI- QUIO	2011/2012	Secretaria da Agricultura Indústria e Comercio
SEBASTIÃO MACHADO	2010/2011	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo
ZULEIDE DIEL SCHNEI- DER	2010/2011	Secretaria da Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 003 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 003/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar as férias regulamentares de 20(vinte) dias, no período de 09.01.2012 à 28.01.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99, aos servidores municipais abaixo relacionados:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Daniely Aparecida Esser	2011/2012	Secretaria da Fazenda.
Joelsio Machado	2011/2012	Secretaria da Fazenda.
Vera Lucia Bittencourt	2011/2012	Secretaria da Fazenda.
Eva Aparecida Kempner Abreu	2011/2012	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 004 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 004/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder e autorizar a gozar as férias regulamentares, aos servidores municipais ocupantes do Emprego Publico de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, abaixo relacionados, no período de 09.01.2012 à 07.02.2012.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Caciane Momm	2011/2012	Secretaria da Saúde
Cleide Josiane Eduardo Ferreira	2010/2011	Secretaria da Saúde
Daiana de Souza	2011/2012	Secretaria da Saúde
Márcia Michels Farias	2011/2012	Secretaria da Saúde
Mariza Borges dos Santos	2011/2012	Secretaria da Saúde
Rozelene Schneider Oliveira	2011/2012	Secretaria da Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 005 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 005/2012

- CONSIDERANDO que as servidoras designadas, têm lotação na Administração Central;
- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina das Secretarias Municipais;
- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;
- CONSIDERANDO os efeitos das portarias nº 001 e 002 de 06.01.2012, que concede férias aos Servidores Públicos, pelo período de 09/01/2012 a 07/02/2012;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho das Servidoras Públicas abaixo relacionadas, que passarão a exercer suas funções junto as Secretarias Municipais, conforme tabela a seguir, pelo período de 09/01/2012 a 07/02/2012.

NOME	CARGO	LOCAL DE TRABALHO
Elisiane Felipe Tomiosso	Agente de Serviços Gerais- 40 horas	Secretaria de Administração e Planejamento
Marciane Lopes	Agente de Serviços Gerais-40 horas	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. 20 horas Unidade de Educação Infantil Pro- fessor Verny Passig. 20 horas
Patrícia Aparecida Batista	Agente de Serviços Gerais-40 horas	Secretaria da Saúde
Silvia Kerschbaum Maciel	Agente de Serviços Gerais-40 horas	Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 006 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 006/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99, Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99, e o Edital de Processo Seletivo nº. 006/2011/SMECE;

RESOLVE

Art.1º Admitir em caráter temporário, JULIE MARA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 09.01.2012 a 07.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 008 de 06.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 008/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99, Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99 e o Edital de Processo Seletivo nº. 006/2011/SMECE.

RESOLVE

Art.1º Admitir em caráter temporário, REGIANE MARQUEZ, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 09.01.2012 a 07.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****Portaria N 4/2012, de 6 de Janeiro de 2012**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA N 4/2012, DE 6 DE JANEIRO DE 2012.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora HILARIA KROTH ESSING.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 6 de janeiro de 2012, à servidora HILARIA KROTH ESSING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, nível 1-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 94846-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração da servidora no cargo referido, e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON,

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 6 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES

Escrevente

Portaria Nº 1/2012, de 2 de Janeiro de 2012.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 1/2012, DE 2 DE JANEIRO DE 2012.

Convoca Servidor em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Servidora ONEIDE BERTOLINI, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço nos dias 2 a 10 e 26 a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES
Escriturária

Portaria Nº 2/2012, de 2 de Janeiro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 2/2012, DE 2 DE JANEIRO DE 2012.
Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora MARLI PILONI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I e § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações e

considerando o Laudo Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída através da Portaria nº 18/2011, de 29 de junho de 2011, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora MARLI PILONI para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de janeiro de 2012, à servidora MARLI PILONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, 40 horas semanais, nível 2-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 96822-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES
Escrevente

Portaria Nº 3/2012, de 3 de Janeiro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 3/2012, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.

Concede Pensão por Morte aos dependentes presumidos do servidor AMARILDO ANTONIO SAIBEL, segurado ativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, II, 8º e 18, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, II, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora IVONETE LUIZA CONTI e ao senhor JARDEL CONTI SAIBEL, dependentes presumidos do servidor AMARILDO ANTONIO SAIBEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, 40 horas semanais, nível 5-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e matriculado sob nº 88536-00, segurado ativo do IPRECON.

Art. 2º Os proventos serão equivalente à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de dezembro de 2011.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 3 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES
Escrevente

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2012 - FUMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - FUMAS

A Presidente do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS, em exercício, torna público que ratificou o ato da senhora Walli Schoenell Asen, Encarregado de Seção em exercício, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do artigo 25, Caput da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações para o credenciamento de Empresas para prestação de serviços aos segurados nominados na Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor das empresas: OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, no valor total estimado de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); CLINICA PEDIATRICA MERLO & SCHUMACHER S/S, no valor total estimado de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais); FST - SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES S/S LTDA, no valor total estimado de 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA LM PICCOLI LTDA, no valor total estimado de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S, no valor total estimado de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais); BIOSEG - CLÍNICA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, no valor total estimado de R\$

18.000,00 (dezoito mil reais); CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA ALESSANDRA, no valor total estimado de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais); SURGAPED - SERVIÇO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA S/S, no valor total estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); CLINICA DE MEDICINA INTEGRADA LTDA, no valor total estimado de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais); SEGURMED SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO S/S, no valor total estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MORI LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); CLINICA NEUROCIRURGICA MEIRELLE S/S, no valor total estimado de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); CENTRO UNIFICADO DE REABILITAÇÃO LTDA, no valor total estimado de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); SICAVI - SERVIÇO INTEGRADO DE CIRURGIA ABDOMINAL E VIDEOLAPAROSCOPIA S/S LTDA, no valor total estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); CLINICA MÉDICA PRETTO LTDA, no valor total estimado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais); FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA, no valor total estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); CARDIOCLINICA CERUTTI LTDA, no valor total estimado de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); LABORATÓRIO ANALIC LTDA, no valor total estimado de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais); CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES & KOEFENDER, no valor total estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S, no valor total estimado de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S/S, no valor total estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); LABORATÓRIO DE ANÁLISES CONCORDIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); CLINICA DE PSICOLOGIA PSICOVITAL LTDA, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); ADRIANA CORAZZA & CIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); PHYSIUS - CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); CLINICA CORPUS FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, no valor total estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, no valor total estimado de R\$ 1.740.000,00 (um milhão setecentos e quarenta mil reais); CLINICA BONNA SALUTE LTDA, no valor total estimado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); DIE LORELAÍ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, no valor total estimado de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); ORTOPEDIA CONCORDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA, no valor total estimado de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais); DERMACLINIC - CLINICA DERMATOLÓGICA, no valor total estimado de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); NEO DIAGNÓSTICO LTDA, no valor total estimado de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); CLINICA BERNARDI S/S, no valor total estimado de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); DERMATO CLINICA S/S LTDA, no valor total estimado de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES S/S, no valor total estimado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); CLINICA MÉDICA SÃO ROQUE S/S, no valor total estimado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); CIRGIPED - SERVIÇOS DE CIRURGIA, GINECOLOGIA E PEDIATRIA S/S, no valor total estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); CLINICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES S/S, no valor total estimado de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); FENIX PSICOLOGIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); CLINICA MÉDICA INTEGRAL E DIAGNÓSTICO - CMID, no valor total estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); CR - CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA, no valor total estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); IPUMED - SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); SANTA MARIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, no valor total estimado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS, no valor total estimado de R\$ 12.000,00

(doze mil reais) e CLINICA MÉDICA GMMCOP S/S, no valor total estimado de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Concórdia, SC, 03 de janeiro de 2012.
MARIA SUELI DOS S. BIGATON
Presidente FUMAS em exercício

Extrato 1º TA Contrato Nº 44/2011 - FMS

Contrato Nº: 44/2011 1º TA 44/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: UNIQ SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 10/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.01650000
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.01650000
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUDE PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE ALTA COMPLEXIDADE, DE EXAMES DE ALTO CUSTO E CIRURGIAS ELETIVAS PARA ATENDIMENTO A POPULACAO.
Vigência: Início: 30/12/2011 Término: 31/01/2012
Valor R\$ 5.842,50(CINCO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Extrato 5º TA Contrato Nº 13/2008 - FMS

Contrato Nº: 13/2008 5º TA 13/2008
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: ODONTO LABOR LTDA
Licitação: Pregão 19/2007
Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.333903299000000.01640000
Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.333903299000000.01640000
Objeto: AQUISICAO DE PROTESES DENTARIAS PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DO SUS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Vigência: Início: 22/12/2011 Término: 02/01/2013
Valor R\$ 39.600,00(TRINTA E NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato 7º TA Contrato Nº 4/2008 - FMS

Contrato Nº: 4/2008 7º TA 4/2008
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 14/2007
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903399000000.01650000
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903399000000.01650000
Objeto: AQUISICAO DE PASSAGENS DE SERVICO DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MEDICO-HOSPITALAR (TFD) NO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS.
Vigência: Início: 30/12/2011 Término: 02/01/2013
Valor R\$ 508.703,68(QUINHENTOS E OITO MIL E SETECENTOS E TRES REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS)

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA
MUNICÍPIO DE CONCORDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a

liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, repasse no valor de R\$ 1.708,68 (um mil e setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2011.

CRISTIANE WERLANG

Gestora do FMAS

Errata do Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 1/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR
ERRATA DO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2012

Na publicação do Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 1/2012, veiculado no Diário Oficial dos Municípios, Edição 903, página 23, do dia 06 de janeiro de 2012, onde Lê-se: "

ratificou o ato do senhor Pedro Funez Neto, Encarregado de Seção"; Leia-se: " ratificou o ato da senhora Walli Schoenell Asen, Encarregada de Seção em exercício; e ainda: onde Lê-se: " nos termos do Inciso I ", Leia-se: " nos termos do Inciso II."

Concórdia, SC, 06 de janeiro de 2012.

MARIA SUELI DOS S. BIGATON

Presidente FUMAS em exercício

Errata dos Extratos de convênios de nº 22/2011, 23/2011, 24/2011, 25/2011, 26/2011, 27/2011, 28/2011, 29/2011, 30/2011 e 31/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Fundação Municipal de Cultura

ERRATA

Retificamos a publicação da data da assinatura dos convênios, dos extratos de convênios de nº 22/2011, 23/2011, 24/2011, 25/2011, 26/2011, 27/2011, 28/2011, 29/2011, 30/2011 e 31/2011, de 19 de dezembro de 2011, publicados na Edição nº 889, do Diário Oficial dos Municípios, fls. 58 e 59, LEIA-SE: DATA DA ASSINATURA: 22 de novembro de 2011.

Concórdia, SC 04 de janeiro de 2012.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Convênio Nº 32/2011 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 32/2011 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS FRONTEIRA DA QUERÊNCIA, inscrito no CNPJ sob nº. 83.575.175/0001-54, representado pelo seu Patrão, senhor SÉRGIO DOMINGOS RADIN.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para o fomento das atividades culturais do Município.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 005, de 02 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA Prefeito Municipal E CHEFE DE GABINETE COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, o Prefeito Municipal, Senhor Darci Cabral de Medeiros, e o Chefe de Gabinete, Senhor Lucas Cuchi, como Ordenadores Primários das Despesas do Município de Coronel Martins SC, bem como autorizados a responder por pagamentos por o exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de Janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 006, de 02 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Srta. Lorinete da Aparecida de Jesus, ocupante do cargo de Diretora de Departamento Social e o Senhor Lucas Cuchi ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, bem como autorizados a responder por pagamentos durante o exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 007, de 02 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E

RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Senhora Índia Nara Turmina Santetti, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social, e o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU, bem como autorizados a responder por pagamentos durante o exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 008, de 02 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o Senhor Gibrair José Madella, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Agropecuário - FUNAGRO, bem como autorizados a responder por pagamentos durante o exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 010, de 06 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº. 010, DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Senhora Fabiana Cenci Inacio, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Saúde Pública, e o Senhor

Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 09 de janeiro a 07 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 06 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 011, de 06 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 011, DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA VICE-Prefeito Municipal E CHEFE DE GABINETE COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, o Vice-Prefeito Municipal, Senhor Pedro Kielb, e o Chefe de Gabinete, Senhor Lucas Cuchi, como Ordenadores Primários das Despesas e demais atos financeiros e administrativos do Município de Coronel Martins SC, na ausência do Prefeito Municipal Sr. Darci Cabral de Medeiros no exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 06 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 005 de 05 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº. 005 DE 05 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 29/01/2012 à 27/02/2012.

Nome	Cargo	Referência
Marinilse de Freitas Fin	Auxiliar Administrativo	17/07/2010 à 16/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 007 de 06 de Janeiro de 2012

PORTARIA Nº. 007 DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/01/2012 à 07/02/2012.

Nome	Cargo	Referência
Belonir dos Santos	Agropecuária	12/07/2010 à
Técnico em		11/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 008 de 06 de JANIRO de 2012.

PORTARIA Nº. 008 DE 06 DE JANIRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 09/01/2012 à 23/01/2012.

Nome	Cargo	Referências
Dinaura Dallacqua	Assistente Social	07/2006 à 07/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 009 de 06 de Janeiro de 2012

PORTARIA Nº. 009 DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/01/2012 à 07/02/2012.

Nome	Cargo	Referência
India Nara Turmina	Sec. Municipal de	05/05/2010 à
Santetti	Saude	04/05/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº.006 , de 05 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº.006 , DE 05 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 28/02/2012 à 28/03/2012.

Nome	Cargo	Referências
Marinilse de Freitas Fin	Auxiliar Administrativo	07/2006 à 07/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de janeiro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preços Nº1/2012.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2012.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 23/01/2012, às 15h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 05 de janeiro de 2012.

ALZANI ADRIANO SCUR

Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preços Nº2/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2012.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de passagens de serviços de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual, para atender a pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Curitibanos. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 24/01/2012, às 15h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 05 de janeiro de 2012.

ALZANI ADRIANO SCUR

Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO

Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Contrato FMS nº 02/2012

CONTRATO nº 02/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Aquisição de lubrificantes e filtros p/ manutenção e funcionamento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.364,10

Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 01/2012

CONTRATO nº 01/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel) p/ manutenção e funcionamento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 78.884,00

Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 03/2012

CONTRATO nº 03/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Laboratório Rech Ltda

OBJETO: Prestação de serviços de análises clínicas (exames de laboratório) p/ atender os programas de saúde deste Município, durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 24.223,15

Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 04/2012

CONTRATO nº 04/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo p/ manutenção do atendimento médico e odontológico do posto de saúde p/ o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 56.241,01

Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 05/2012

CONTRATO nº 05/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Medsouza Produtos Hospitalares Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo p/ manutenção do atendimento médico e odontológico do posto de saúde p/ o

exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 9.474,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 12/2012

CONTRATO nº 12/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda
OBJETO: Aquisição de medicamentos p/ atendimento dos programas de saúde deste Município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 4.265,70
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 06/2012

CONTRATO nº 06/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo p/ manutenção do atendimento médico e odontológico do posto de saúde p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 8.988,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 07/2012

CONTRATO nº 07/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda
OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos p/ o atendimento dos programas de saúde deste município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 60.910,48
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 08/2012

CONTRATO nº 08/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda
OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos p/ o atendimento dos programas de saúde deste município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 10.191,70
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 09/2012

CONTRATO nº 09/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda
OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos p/ o atendimento dos programas de saúde deste município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.145,80
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 10/2012

CONTRATO nº 10/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda

OBJETO: Aquisição de medicamentos p/ atendimento dos programas de saúde deste Município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 57.250,30
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 11/2012

CONTRATO nº 11/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Medsouza Produtos Hospitalares Ltda
OBJETO: Aquisição de medicamentos p/ atendimento dos programas de saúde deste Município p/ o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 6.227,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS nº 14/2012

CONTRATO nº 14/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: Farmácia Tramontin Ltda Me
OBJETO: Aquisição de medicamentos especificados pela marca através de receituário médico p/ o atendimento de urgência a pessoas carentes do Município, durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 69.933,47
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato FMS Nº 13/2012

CONTRATO nº 13/2012
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: De Nez Recco Drogaria Ltda Me
OBJETO: Aquisição de medicamentos especificados pela marca através de receituário médico p/ o atendimento de urgência a pessoas carentes do Município, durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 9.996,40
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 01/2012

CONTRATO nº 01/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda
OBJETO: Aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel) p/ consumo dos veículos e máquinas pertencentes a Prefeitura durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 389.096,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 02/2012

CONTRATO nº 02/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda
OBJETO: Aquisição de lubrificantes p/ manutenção e funcionamento dos veículos e máquinas pertencentes a Prefeitura durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 ` à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 37.633,60
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 03/2012

CONTRATO nº 03/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Santech Saneamento e Tecnologia Ambiental Ltda
OBJETO: contratação de empresa especializada para executar a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares produzidos no município de Ermo, em Aterro Sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais, durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 22.500,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 04/2012

CONTRATO nº 04/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Evandro Bitencourt
OBJETO: assessoria jurídica nas demandas em que o Município de Ermo atuar, no pólo ativo ou passivo, na fase administrativa ou judicial, cobrança de dívida ativa tributária e emissão de pareceres em contratos e licitações, durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 26.400,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 05/2012

CONTRATO nº 05/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Pâmela Silva Bruno Me
OBJETO: Serviços na área da medicina, especialização do trabalho, realização de exames admissionais, demissionais, periódicos, assessoria e consultoria em segurança do trabalho, durante o exercício de 2012
PRAZO: 02/01/2012 à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 10.800,00
Data da assinatura:02/02/2012.

Contrato nº 06/2012

CONTRATO nº 06/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Marilda Alexandre Rovaris
OBJETO: assessoria jurídica nas demandas em que o Município de Ermo necessitar, especialmente p/ o atendimento na área da assistência social, durante o exercício de 2012.
PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.
VALOR ESTIMADO: R\$ 26.400,00
Data da assinatura:02/01/2012.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 108/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 108/2011
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 47/2011

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
LOCADOR - LUIZ CARLOS FRELLO
DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a Locação de área de terras, localizado na Rodovia Gabriel Eyng, Comunidade de São Gabriel, que será utilizado como passagem de caminhões e equipamentos da frota municipal para o acesso até o Rio Mãe Luzia, para retirada de seixo rolado.
DO VALOR: O valor mensal permanece inalterado em R\$ 600,00 (seiscentos reais) totalizando R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos

reais) para o ano de 2012.
DO PRAZO: O contrato PMF nº 47/2011 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2011 para 31/12/2012 com base no artigo 57 da lei 8.666/93.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 28/12/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 88/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 88/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 178/2009
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA
DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 198/PMF/2009 o valor de R\$ 27.936,00 (vinte e sete mil novecentos e trinta e seis reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações, relativo ao pregão 104/PMF/2009.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 01/12/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0008/2012

DECRETO Nº 0008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0028, de 19 de outubro de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº 0028 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	1	FRANCISCO CARLOS BECKER LECK		25
2	2	GUSTAVO DE PAULA LEITE		14
3	4	ANDRÉ LUIS RIBAS DE ABREU		10
4	3	RAIMUNDO ROMILTON LEAL DO ROSÁRIO		0

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	1	NÃO	29/7/1957
10	4	0	0	NÃO	30/3/1971
0	10	0	0	NÃO	21/2/1986
0	0	0	0	NÃO	10/1/1978

Portaria Nº 0085/2012

PORTARIA N.º 0085 DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2012 até 09 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0086/2012

PORTARIA N.º 0086 DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 041.654.339-18, na função de ENFERMEIRO - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2012 até 09 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0087/2012

PORTARIA N.º 0087 DE 06 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LEANDRO FOGAÇA DA ROCHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.825.729-30, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2012 até 09 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0002/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0004/2012 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2012

O Município de Fraiburgo (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2012 - PMF referente contratação da empresa MG Franquia Empresarial Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 73.539.306/0001-94 para prestação de serviços postais e telemáticos para o exercício de 2012, no valor total estimado de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) com base no art. 25 caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0003/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0005/2012 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2012 - PMF

O Município de Fraiburgo/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal torna público, com fundamento no art. 25, inc. I e II combinado com Art.13 Inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2012 - PMF, cujo objeto é a contratação da empresa VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA, inscrita no CNPJ de nº 05.801.233/0001-07, para a contratação de um conjunto de recursos didático-pedagógicos, contendo material didático para o aluno, material de apoio e palestras aos pais, material e assessoramento pedagógico para os professores, equipes

técnico-pedagógicas das escolas e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental denominado SISTEMA EDUCACIONAL UNIBRASIL, no valor total de R\$ 314.750,00 (trezentos e quatorze mil, setecentos e cinquenta reais), a serem pagos R\$ 251.800,00 (duzentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais) de material e R\$ 62.950,00 (sessenta e dois mil novecentos e cinquenta reais) para os serviços de treinamento aos sistemas.

Fraiburgo (SC), 05 de janeiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0006/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2011 - SF

O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e análise de amostras de água bruta e água tratada, efluente bruto e tratado, tipo físico-químico e bacteriológico, nas quantidades e em locais determinados, incluindo as despesas de transporte e coleta do material, a serem realizadas durante o período de janeiro a dezembro de 2012, houve a participação das seguintes empresas: SEBRAQ - Serviço Brasileiro de Análises Ambientais Químicas e Biológicas S/S Ltda, Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas de Curitiba S/S Ltda e FREITAG Laboratórios Ltda, restando plenamente HABILITADAS pela Comissão pela apresentação regular de toda documentação prevista no item 5 do Edital. Assim, caso expirado in albis o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei de Licitações, fica desde já designado o dia 17/01/2012 às 14:00 horas para abertura dos envelopes nº 02 "PROPOSTAS DE PREÇOS" das empresas habilitadas.

Fraiburgo(SC), 06 de janeiro de 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Contrato ACT Nº 454/2011

PORTARIA N.º : 2.173/2011.
CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
CONTRATADO : MARLI APARECIDA XAVIER
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA 19 de dezembro de 2011 até 31 de janeiro de 2012.
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE : 660,49 (Seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

TA 0486/2011

TERMO ADITIVO Nº 0486, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 119/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 06/12/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROBERTA PEDROSO LEANDRO DE PAULA
Contratado

TA 0487/2011

TERMO ADITIVO Nº 0487, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 375/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 06/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANA DOMINGUES
Contratado

TA 0488/2011

TERMO ADITIVO Nº 0488, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 078/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

OLVINO MORAIS DE SOUZA
Contratado

TA 0489/2011

TERMO ADITIVO Nº 0489, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 552/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo

determinado, para o período de 02/08/2010 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

RUDE RICHTER
Contratado

TA 0490/2011

TERMO ADITIVO Nº 0490, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 409/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2011 a 09/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIRENE DA LUZ
Contratado

TA 0491/2011

TERMO ADITIVO Nº 0491, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 531/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/07/2010 a 13/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI
Contratado

TA 0492/2011

TERMO ADITIVO Nº 0492, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 461/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/04/2010 a 13/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0493/2011

TERMO ADITIVO Nº 0493, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 588/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/10/2010 a 13/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/09/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SIMONE DALAGNOL MACHADO
Contratado

TA 0494/2011

TERMO ADITIVO Nº 0494, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 077/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADAIR ERASMO PASINI
Contratado

TA 0495/2011

TERMO ADITIVO Nº 0495, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 131/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CIDINEI MARCONDES
Contratado

TA 0496/2011

TERMO ADITIVO Nº 0496, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 355/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DARCY DE ALMEIDA
Contratado

TA 0497/2011

TERMO ADITIVO Nº 0497, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 123/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO MARIA PRATES
Contratado

TA 0498/2011

TERMO ADITIVO Nº 0498, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 447/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 23/03/2010 a 13/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 23/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LIDIANE APARECIDA FANTIN DE MATIA
Contratado

TA 0499/2011

TERMO ADITIVO Nº 0499, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 125/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOSÉ SANTILIO DOS SANTOS
Contratado

TA 0500/2011

TERMO ADITIVO Nº 0500, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 350/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

PEDRO PAULO DA SILVA
Contratado

TA 0501/2011

TERMO ADITIVO Nº 0501, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 352/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VADAIR CHAVES DE SOUZA
Contratado

TA 0502/2011

TERMO ADITIVO Nº 0502, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 498/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/05/2010 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ALVES MORASKI
Contratado

TA 0503/2011

TERMO ADITIVO Nº 0503, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 283/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA PONTEL
Contratado

TA 0504/2011

TERMO ADITIVO Nº 0504, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 283/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/03/2011 a 30/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA PONTEL
Contratado

TA 0505/2011

TERMO ADITIVO Nº 0505, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 394/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

BELONI DE MORAIS TAVARIOL
Contratado

TA 0506/2011

TERMO ADITIVO Nº 0506, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 156/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 18/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CINTIA REGIANE BOTH
Contratado

TA 0507/2011

TERMO ADITIVO Nº 0507, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 443/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 24/11/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DENIR CORREA DE FIGUEIREDO
Contratado

TA 0508/2011

TERMO ADITIVO Nº 0508, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELEANE LUCIA VARELA BECHER
Contratado

TA 0509/2011

TERMO ADITIVO Nº 0509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 220/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 04/04/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELENITA ZAMBONIM
Contratado

TA 0510/2011

TERMO ADITIVO Nº 0510, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR

PRAZO DETERMINADO Nº 188/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELISETTE CIRINO DE FREITAS PASSOS
Contratado

TA 0511/2011

TERMO ADITIVO Nº 0511, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 118/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

TA 0512/2011

TERMO ADITIVO Nº 0512, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 405/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/09/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA
Contratado

TA 0513/2011

TERMO ADITIVO Nº 0513, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 262/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANETE ESQUINCA
Contratado

TA 0514/2011

TERMO ADITIVO Nº 0514, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 179/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JUCELE APARECIDA PALHANO FURTADO
Contratado

TA 0515/2011

TERMO ADITIVO Nº 0515, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 110/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS
Contratado

TA 0516/2011

TERMO ADITIVO Nº 0516, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 396/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ
Contratado

TA 0517/2011

TERMO ADITIVO Nº 0517, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 406/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/09/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MAGALI CRISTINA PONTES
Contratado

TA 0518/2011

TERMO ADITIVO Nº 0518, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 293/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO
Contratado

TA 0519/2011

TERMO ADITIVO Nº 0519, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 438/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/11/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARCIA TEREZINHA HUNING
Contratado

TA 0520/2011

TERMO ADITIVO Nº 0520, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 294/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 23/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS
Contratado

TA 0521/2011

TERMO ADITIVO Nº 0521, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 201/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ANGELA TOMIN
Contratado

TA 0522/2011

TERMO ADITIVO Nº 0522, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 120/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA FÁTIMA DE OLIVEIRA CONTE
Contratado

TA 0523/2011

TERMO ADITIVO Nº 0523, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 138/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARITANA LUCIMÉIA PASQUALIN GHELLER
Contratado

TA 0524/2011

TERMO ADITIVO Nº 0524, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 319/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NICÉLI GOMES SCOLARO
Contratado

TA 0525/2011

TERMO ADITIVO Nº 0525, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 047/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01 /2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NOELI PRATES SILVEIRA
Contratado

TA 0526/2011

TERMO ADITIVO Nº 0526, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 226/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02 /2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

OLEDIR FERREIRA CORREA
Contratado

TA 0527/2011

TERMO ADITIVO Nº 0527, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 436/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/11/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SIRLEI DIAS DE ALMEIDA
Contratado

TA 0528/2011

TERMO ADITIVO Nº 0528, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 411/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO
Contratado

TA 0529/2011

TERMO ADITIVO Nº 0529, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 177/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SOLANGE BUSSATTO
Contratado

TA 0530/2011

TERMO ADITIVO Nº 0530, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 225/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TEREZINHA DOS SANTOS
Contratado

TA 0531/2011

TERMO ADITIVO Nº 0531, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 395/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/09/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO
Contratado

TA 0532/2011

TERMO ADITIVO Nº 0532, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 257/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TEREZINHA THIBES DE SOUZA
Contratado

TA 0533/2011

TERMO ADITIVO Nº 0533, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 209/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/08/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VALDECIR DE JESUS SANTANA
Contratado

TA 0534/2011

TERMO ADITIVO Nº 0534, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 439/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/11/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ZELIA DOS SANTOS CELESTINO
Contratado

TA 0535/2011

TERMO ADITIVO Nº 0535, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 341/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADEMIR SOUZA PONTE
Contratado

TA 0536/2011

TERMO ADITIVO Nº 0536, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 414/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADILSON RODRIGUES
Contratado

TA 0537/2011

TERMO ADITIVO Nº 0537, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2010 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE CARLOS CHELLI
Contratado

TA 0538/2011

TERMO ADITIVO Nº 0538, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 058/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONINHO DOS SANTOS
Contratado

TA 0539/2011

TERMO ADITIVO Nº 0539, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 275/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO LUIZ BLEICHVHL
Contratado

TA 0540/2011

TERMO ADITIVO Nº 0540, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 276/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO NAZÁRIO
Contratado

TA 0541/2011

TERMO ADITIVO Nº 0541, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 056/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DARCI DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0542/2011

TERMO ADITIVO Nº 0542, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 423/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/10/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0543/2011

TERMO ADITIVO Nº 0543, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 441/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 21/11/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALISARA DAS ALMAS PEREIRA
Contratado

TA 0544/2011

TERMO ADITIVO Nº 0544, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 325/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0545/2011

TERMO ADITIVO Nº 0545, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 377/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FERNANDO DE SOUZA BARBOSA
Contratado

TA 0546/2011

TERMO ADITIVO Nº 0546, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 379/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

AGOSTINHO BARBOSA DE SOUZA
Contratado

TA 0547/2011

TERMO ADITIVO Nº 0547, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 303/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALUIR FERREIRA
Contratado

TA 0548/2011

TERMO ADITIVO Nº 0548, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 381/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALVIR ALBUQUERQUE
Contratado

TA 0549/2011

TERMO ADITIVO Nº 0549, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 127/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ENORI FURLAN FERREIRA
Contratado

TA 0550/2011

TERMO ADITIVO Nº 0550, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 260/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FABIANO DE JESUS
Contratado

TA 0551/2011

TERMO ADITIVO Nº 0551, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 126/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FRANCISCO DE ASSIS PRATES
Contratado

TA 0552/2011

TERMO ADITIVO Nº 0552, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 380/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FRANCISCO SEGALA
Contratado

TA 0553/2011

TERMO ADITIVO Nº 0553, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 169/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GERSO MOTTER
Contratado

TA 0554/2011

TERMO ADITIVO Nº 0554, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 261/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GILMAR PONIECINSKI
Contratado

TA 0555/2011

TERMO ADITIVO Nº 0555, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 132/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ITOR NUNES GONÇALVES
Contratado

TA 0556/2011

TERMO ADITIVO Nº 0556, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 170/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO ADELMIR BUENO
Contratado

TA 0557/2011

TERMO ADITIVO Nº 0557, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 124/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO CARLOS DE SOUZA
Contratado

TA 0558/2011

TERMO ADITIVO Nº 0558, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 264/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEANDRO DE JESUS SILVA
Contratado

TA 0559/2011

TERMO ADITIVO Nº 0559, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 349/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANO MONTEIRO
Contratado

TA 0560/2011

TERMO ADITIVO Nº 0560, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 21/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS MACHADO
Contratado

TA 0561/2011

TERMO ADITIVO Nº 0561, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 281/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARLON STEVEN HOFFMANN DO PRADO
Contratado

TA 0562/2011

TERMO ADITIVO Nº 0562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 267/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NICOLAU DE LARA
Contratado

TA 0563/2011

TERMO ADITIVO Nº 0563, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 573/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/09/2010 a 13/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI
Contratado

TA 0564/2011

TERMO ADITIVO Nº 0564, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 289/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DAYANE GEBROSKI
Contratado

TA 0565/2011

TERMO ADITIVO Nº 0565, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 187/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DEONILCE MARIA PASSINI
Contratado

TA 0566/2011

TERMO ADITIVO Nº 0566, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 386/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TAMIREZ MARQUES
Contratado

TA 0567/2011

TERMO ADITIVO Nº 0567, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 403/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/09/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA COSTA DA SILVA
Contratado

TA 0568/2011

TERMO ADITIVO Nº 0568, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 326/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SILVIA APARECIDA FERREIRA RIBEIRO
Contratado

TA 0569/2011

TERMO ADITIVO Nº 0569, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 344/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA SILMAR MAGALHÃES FARINA
Contratado

TA 0570/2011

TERMO ADITIVO Nº 0570, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 055/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JADETE DALLAGNOL
Contratado

TA 0571/2011

TERMO ADITIVO Nº 0571, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 001/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/01/2011 a 30/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LICEIA RINALDI RAMOS
Contratado

TA 0572/2011

TERMO ADITIVO Nº 0572, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 002/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/01/2011 a 30/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIANE FRUET
Contratado

TA 0573/2011

TERMO ADITIVO Nº 0573, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 076/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/01/2011 a 30/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ
Contratado

TA 0574/2011

TERMO ADITIVO Nº 0574, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SINIRA TEREZINHA LEANDRO GONÇALVES SABATKE
Contratado

TA 0575/2011

TERMO ADITIVO Nº 0575, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 334/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/05/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELIZABETE CARLESSO
Contratado

TA 0576/2011

TERMO ADITIVO Nº 0576, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 391/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/09/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CLAUDIO DE SOUZA
Contratado

TA 0577/2011

TERMO ADITIVO Nº 0577, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 075/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EROLDO GERLACH
Contratado

TA 0578/2011

TERMO ADITIVO Nº 0578, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 200/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TATIANE PAZ DOS SANTOS
Contratado

TA 0579/2011

TERMO ADITIVO Nº 0579, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 366/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA DENARDI
Contratado

TA 0580/2011

TERMO ADITIVO Nº 0580, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 400/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/09/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TIAGO PELLIZZETTI
Contratado

TA 0581/2011

TERMO ADITIVO Nº 0581, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 003/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

YARA MARIA GOMES
Contratado

TA 0582/2011

TERMO ADITIVO Nº 0582, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 006/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/01/2011 a 30/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CRISTINE PRUNER
Contratado

TA 0583/2011

TERMO ADITIVO Nº 0583, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 316/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA
Contratado

TA 0584/2011

TERMO ADITIVO Nº 0584, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 357/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MÔNICA DE OLIVEIRA MEIRELES
Contratado

TA 0585/2011

TERMO ADITIVO Nº 0585, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 046/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FLAVIO LEAL FERNANDES
Contratado

TA 0586/2011

TERMO ADITIVO Nº 0586, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 044/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

HELIO CAMARGO
Contratado

TA 0587/2011

TERMO ADITIVO Nº 0587, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 435/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/11/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IRENE PRATES
Contratado

TA 0588/2011

TERMO ADITIVO Nº 0588, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 007/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CLAUDIA ADRIANI TRAESEL
Contratado

TA 0589/2011

TERMO ADITIVO Nº 0589, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA
Contratado

TA 0590/2011

TERMO ADITIVO Nº 0590, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 128/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ROZENA DA CRUZ
Contratado

TA 0591/2011

TERMO ADITIVO Nº 0591, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 351/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SOLANGE DE SOUZA
Contratado

TA 0592/2011

TERMO ADITIVO Nº 0592, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 010/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0593/2011

TERMO ADITIVO Nº 0593, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 323/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSMARI DE SOUZA
Contratado

TA 0594/2011

TERMO ADITIVO Nº 0594, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES
Contratado

TA 0595/2011

TERMO ADITIVO Nº 0595, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 013/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSEMERI ALVES DA ROCHA
Contratado

TA 0596/2011

TERMO ADITIVO Nº 0596, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 011/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

RITA PRATES RIBEIRO
Contratado

TA 0597/2011

TERMO ADITIVO Nº 0597, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 051/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NEUSA BASSANI SILVA
Contratado

TA 0598/2011

TERMO ADITIVO Nº 0598, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 206/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NEIVA DÓRIS BARTEL
Contratado

TA 0599/2011

TERMO ADITIVO Nº 0599, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 306/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

TA 0600/2011

TERMO ADITIVO Nº 0600, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 034/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS
Contratado

TA 0601/2011

TERMO ADITIVO Nº 0601, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 307/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EUNICE PEDROZO MASSAROLI
Contratado

TA 0602/2011

TERMO ADITIVO Nº 0602, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 019/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FÁTIMA PAULINO IESBIK
Contratado

TA 0603/2011

TERMO ADITIVO Nº 0603, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 331/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FERNANDA RIBEIRO DA SILVA
Contratado

TA 0604/2011

TERMO ADITIVO Nº 0604, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 041/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL
Contratado

TA 0605/2011

TERMO ADITIVO Nº 0605, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 031/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

HELENA CORRÊA MASSAROLI
Contratado

TA 0606/2011

TERMO ADITIVO Nº 0606, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 048/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES
Contratado

TA 0607/2011

TERMO ADITIVO Nº 0607, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 018/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI
Contratado

TA 0608/2011

TERMO ADITIVO Nº 0608, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 016/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉIA GIRARDI
Contratado

TA 0609/2011

TERMO ADITIVO Nº 0609, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 066/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0610/2011

TERMO ADITIVO Nº 0610, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 021/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA
Contratado

TA 0611/2011

TERMO ADITIVO Nº 0611, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 054/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
Contratado

TA 0612/2011

TERMO ADITIVO Nº 0612, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 023/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA
Contratado

TA 0613/2011

TERMO ADITIVO Nº 0613, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 363/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/07/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EDENILCE DALAGNOL
Contratado

TA 0614/2011

TERMO ADITIVO Nº 0614, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 024/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANETE APARECIDA BORGES TIBES FELISBINO
Contratado

TA 0615/2011

TERMO ADITIVO Nº 0615, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 291/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOCELI PEREIRA
Contratado

TA 0616/2011

TERMO ADITIVO Nº 0616, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 413/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

KÉDINA ANTUNES DA LUZ
Contratado

TA 0617/2011

TERMO ADITIVO Nº 0617, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 354/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LENI DA SILVA COELHO
Contratado

TA 0618/2011

TERMO ADITIVO Nº 0618, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LENIR APARECIDA BLASIUS
Contratado

TA 0619/2011

TERMO ADITIVO Nº 0619, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 017/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEONILDA ANTUNES PEREIRA
Contratado

TA 0620/2011

TERMO ADITIVO Nº 0620, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 014/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO
Contratado

TA 0621/2011

TERMO ADITIVO Nº 0621, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 365/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/07/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA HELENA DOS SANTOS
Contratado

TA 0622/2011

TERMO ADITIVO Nº 0622, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 065/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARINES GOMES
Contratado

TA 0623/2011

TERMO ADITIVO Nº 0623, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 012/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARISTELA DAS GRAÇAS DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

TA 0624/2011

TERMO ADITIVO Nº 0624, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 022/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIZA APARECIDA DE SOUZA CARVALHO
Contratado

TA 0625/2011

TERMO ADITIVO Nº 0625, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA
Contratado

TA 0626/2011

TERMO ADITIVO Nº 0626, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 060/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VALDEVINO BENTO
Contratado

TA 0627/2011

TERMO ADITIVO Nº 0627, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 196/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 16/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0628/2011

TERMO ADITIVO Nº 0628, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 313/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCIANO DOS SANTOS
Contratado

TA 0629/2011

TERMO ADITIVO Nº 0629, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 315/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARILDE ANTUNES MOREIRA
Contratado

TA 0630/2011

TERMO ADITIVO Nº 0630, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 360/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI
Contratado

TA 0631/2011

TERMO ADITIVO Nº 0631, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 376/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ACIR RIBEIRO JÚNIOR
Contratado

TA 0632/2011

TERMO ADITIVO Nº 0632, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 421/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/10/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IZABEL RIBEIRO DE GOES MACIEL
Contratado

TA 0633/2011

TERMO ADITIVO Nº 0633, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 358/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/06/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ZILMA MACHADO DOS SANTOS CARVALHO
Contratado

TA 0634/2011

TERMO ADITIVO Nº 0634, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 186/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO
Contratado

TA 0635/2011

TERMO ADITIVO Nº 0635, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 047/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam retificar o número de contrato do primeiro termo aditivo, alterando para nº 047/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NOELI PRATES SILVEIRA
Contratado

TA 0636/2011

TERMO ADITIVO Nº 0636, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 446/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GILBERTO ANTUNES DE LIMA
Contratado

TA 0637/2011

TERMO ADITIVO Nº 0637, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 447/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0638/2011

TERMO ADITIVO Nº 0638, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 448/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

OSVALDIR CAMARGO
Contratado

TA 0639/2011

TERMO ADITIVO Nº 0639, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 444/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ILDO ANTONIO COUTO
Contratado

TA 0640/2011

TERMO ADITIVO Nº 0640, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 445/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/01/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS
Contratado

TA 0641/2011

TERMO ADITIVO Nº 0641, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 450/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

REGIANE APARECIDA BATAGLION
Contratado

TA 0642/2011

TERMO ADITIVO Nº 0642, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 449/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA
Contratado

TA 0643/2011

TERMO ADITIVO Nº 0643, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 433/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANAINA PITT
Contratado

TA 0644/2011

TERMO ADITIVO Nº 0644, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.
SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 490/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/05/2010 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/05/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA ANTUNES DE LIMA
Contratado

TA 0645/2011

TERMO ADITIVO Nº 0645, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 440/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 21/11/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

SALETE PARIS

Contratado

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.607/2012

LEI N.º 1.607, DE 05 DE JANEIRO DE 2012.
DENOMINA RUAS NO BAIRRO GAMBOA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Ruas do Bairro Gamboa no município de Garopaba, passam a serem denominadas de acordo com os artigos desta Lei.

Art. 2º. RUA GAMBOA, com início na divisa com o município de Paulo Lopes, segue em direção ao sudeste até o canto sul da Praia da Gamboa.

Art. 3º. RUA DUNAS DA FAÍSCA, com início na rua Gamboa, segue em direção ao nordeste pela divisa dos municípios de Garopaba e Paulo Lopes até as dunas do Faísca.

Art. 4º. RUA SÃO SEBASTIÃO, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao norte, passando em frente a Capela São Sebastião e a escola Municipal Febrônio Tancredo de Oliveira até a Rua Dunas do Faísca.

Art. 5º. RUA DAS BROMÉLIAS, com início na Rua São Sebastião, na Escola Municipal Febrônio Tancredo de Oliveira, segue em direção ao leste até a Praia da Gamboa.

Art. 6º. RUA ZEFERINA CONCEIÇÃO PEREIRA, com início na Rua das Bromélias, segue em direção ao norte.

Art. 7º. RUA DOS BENTEVIS, com início na Rua das Bromélias, segue em direção ao sul até a Rua do Ilhote.

Art. 8º. RUA DOS BUTIÁS, com início na Rua Carrasquenho, segue em direção ao leste até a Rua do Coral.

Art. 9º. RUA DO ILHOTE, com início na Rua Carrasquenho, segue

em direção ao leste, paralela ao sul da Rua dos Butiás, até a Rua do Coral.

Art. 10. RUA DO CORAL, com início na Rua Carrasquenho, segue em direção ao norte, paralela a Praia da Gamboa, até a Rua das Bromélias.

Art. 11. RUA DOS PIRILAMPOS, com início na Rua São Sebastião, na Capela São Sebastião, segue em direção ao leste até a Rua Beira Mar.

Art. 12. RUA BEIRA MAR, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao norte, passando em frente ao campo de futebol até a Rua dos Pirilampos.

Art. 13. RUA DAS FRAGATAS, com início na Rua Pinga Pura, segue em direção ao oeste.

Art. 14. RUA TALHAMAR, com início na Rua Beira Mar, ao norte do campo de futebol, segue em direção ao leste.

Art. 15. RUA FELICIDADE, com início na Rua Beira Mar, próximo ao engenho de Meca, segue em direção ao leste, com fim nas terras do Philip.

Art. 16. RUA CIRO MAGALHÃES, com início na Rua Gamboa, junto ao início da Rua São Sebastião, segue em direção ao leste, passando pela Rua Beira Mar, ao Norte do campo de futebol, com fim nas terras do Philip.

Art. 17. RUA CLAUDINA, com início na Rua Beira Mar, próximo ao Engenho do Meca, segue em direção ao oeste.

Art. 18. RUA ÁGUAS NASCENTES, com início na Rua Gamboa,, segue em direção ao leste, passando pela casa de bombas da CASAN, até a rua Beira Mar, no campo de futebol.

Art. 19. RUA DOS ARAÚJOS, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao noroeste na propriedade do Sr. Agenor.

Art. 20. RUA MARCELINO ALFREDO PEREIRA, com início na Rua Gamboa, logo após o Posto de Saúde, segue em direção ao noroeste.

Art. 21. RUA DO PIRI, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao oeste.

Art. 22. RUA NICOLAU ISAÍAS DO NASCIMENTO, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao oeste.

Art. 23. RUA DO TAPECEIRO, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao oeste até a Pousada do Tapeceiro.

Art. 24. RUA CUSTÓDIO AVELINO VIEIRA, com início na Rua Gamboa, próximo ao Mercado Gamboa, segue em direção ao sudoeste.

Art. 25. RUA BERTOLDO GASPAR VIEIRA, com início na Rua Gamboa, próximo a casa do Alci, segue em direção ao sul até o encontro da Rua Tribo Pássaro com a Rua Caminho do Rei.

Art. 26. RUA CAMINHO DO REI, com início no encontro da Rua Bertoldo Gaspar Vieira com a Rua Tribo Pássaro, segue em direção ao noroeste.

Art. 27. RUA TRIBO PÁSSARO, com início no encontro da Rua Bertoldo Gaspar Vieira com a Rua Caminho do Rei, segue em direção ao sul.

Art. 28. RUA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO, com início na

Rua Bertoldo Gaspar Vieira, segue em direção ao sul;

Art. 29. RUA CÂNDIDO JOÃO NASCIMENTO, com início na Rua Bertoldo Gaspar Vieira, segue em direção ao leste, dobrando em seguida ao sul.

Art. 30. RUA DOS PESCADORES, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao sudoeste.

Art. 31. RUA MANOEL DICA, com início na Rua dos Ramos, segue em direção ao sul.

Art. 32. RUA DAS PALMEIRAS, com início Rua do Pé Limpo, segue em direção ao oeste, dobrando em seguida ao sul.

Art. 33. RUA DOS RAMOS, com início na Rua Gamboa,, segue em direção ao sudeste, passando pela Rua do Pé Limpo, dobrando em seguida ao sul.

Art. 34. RUA ILHA DO CORAL, com início na Rua Gamboa, segue em direção ao sul ate o encontro da Rua Ida Rodrigues Lopes com a rua do Costão;

Art. 35. RUA IDA RODRIGUES LOPES, com início no encontro da Rua Ilha do coral com a Rua do Costão, segue em direção ao sul.

Art. 36. RUA DO COSTÃO, com início no encontro da Rua Ilha do Coral com a Rua Ida Rodrigues Lopes, segue em direção ao leste paralela ao costão.

Art. 37. RUA LEÔNCIO JOSÉ VIEIRA, com início na Rua Ilha do Coral, segue em direção ao oeste.

Art. 38. RUA ROSENDO DURVAL PEREIRA, com início na Rua Gamboa, junto a cassa do Alci, segue em direção ao norte.

Art. 39. As Ruas denominadas nesta Lei deverão possuir o dimensionamento mínimo determinado na Lei nº 1.466/2010 de 29/10/2010, que determina o seguinte:

I - Vias Conectoras, caixa de 14,00 metros;

II - Vias locais, caixa de 12,00 metros.

Art. 40. Esta Lei não regulariza parcelamento de solo irregular nem torna as vias nomeadas públicas.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/01/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 008/2012.

DECRETO N.º 008, DE 05 DE JANEIRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 15.880,12 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$

15.880,12 (quinze mil e oitocentos e oitenta reais e doze centavos) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 15.880,12

15451311.034 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas 15.880,12

4.4.90.0.3.24.001012 - Aplicações Diretas 15.880,12

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.880,12 (quinze mil e oitocentos e oitenta reais e doze centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/01/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso Inexigibilidade de Licitação 28/2011

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 248/2011; IL nº. 28/2011; Contratada: Mariomar Manoel Pereira; CPF: 029.481.359-40; Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar para as escolas do ensino básico municipal; Valor: R\$ 3.142,00 (Três Mil, Cento e Quarenta e Dois Reais) Data da Assinatura: 23/12/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação 29/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 249/2011; IL nº. 29/2011; Contratada: Maria Ondina Furtado; CPF: 059.035.419-17; Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar para as escolas do ensino básico municipal; Valor: R\$ 2.129,90 (Dois Mil, Cento e Vinte e Nove Reais e Noventa Centavos) Data da Assinatura: 23/12/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação 30/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 250/2011; IL nº. 30/2011; Contratada: Maria da Silveira Pereira; CPF: 058.272.069-97; Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar para as escolas do ensino básico municipal; Valor: R\$ 2.772,50 (Dois Mil, Setecentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos) Data da Assinatura: 23/12/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação 31/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 238/2011; IL nº. 31/2011; Contratada: Clínica de Diagnóstico Imbituba Ltda; CNPJ: 82.113.028/0001-08; Objeto: Credenciamento para contratação de serviços de exames de Raio - X, usando como referência os procedimentos da tabela SUS; Data da Assinatura: 28/12/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 001/2012 - IPREGOBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 001/2012; Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA; Contratada: Somma Investimentos S/S; CNPJ: 05.563.299/0001-06; Objeto: Estabelecer as condições para contratação de serviço técnico de consultoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações; Valor: R\$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais); Data da Assinatura: 02/01/2012.

Extrato de Contrato Nº 02 ao Contrato 10/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 10/2010; Processo nº. 07/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Narbal Alves; CPF: 113.214.070-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 60/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 60/2011 Processo nº 235/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: GP Indústria e Comércio de Placas Ltda.; CNPJ nº 09.314.355/0001-20; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pintura de sinalização viária na área central de Garopaba, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações do projeto básico; Valor: R\$ 48.682,20 (Quarenta e Oito Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Vinte Centavos); Data da Assinatura: 16/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 61/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 61/2011 Processo nº 235/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Sinasc - Sinalização e Construção de Rodovias Ltda.; CNPJ nº 07.150.434/0001-17; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pintura de sinalização viária na área central de Garopaba, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações do projeto básico; Valor: R\$ 31.506,00 (Trinta e Um Mil, Quinhentos e Seis Reais); Data da Assinatura: 16/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 62/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

TO DE CONTRATO

Contrato nº 62/2011 Processo nº 227/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Liberato & Lima Serviços de Urbanização Ltda.; CNPJ nº 12.604.489/0001-90; Objeto: Contratação de empresa para execução de Tratamento Superficial Betuminoso na Rua Nicolau Manoel de Abreu, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projeto Básico.; Valor: R\$ 102.325,30 (Cento e Dois Mil, Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Trinta Centavos); Data da Assinatura: 16/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 63/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 63/2011 Compra Direta nº 944/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Hardt Planejamento Ltda; CNPJ nº 81.911.794/0001-47; Objeto: Realização de assessoria técnica às emendas ao Plano Diretor Municipal de Garopaba.; Valor: R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais); Data da Assinatura: 20/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 64/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 64/2011 Processo nº 247/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Mistério Café Danceteria Ltda; CNPJ nº 10.259.995/0001-63; Objeto: É objeto deste contrato a realização de apresentação artística para eventos de natal e réveillon a serem realizados neste município; Valor: R\$

166.900,00 (Cento e Sessenta e Seis Mil e Novecentos Reais);
Data da Assinatura: 20/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 65/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 65/2011 Processo nº 234/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Zero Hora Editora Jornalística S/A; CNPJ nº 92.821.701/0001-00; Objeto: Contratação de empresa especializada em organização de eventos para planejamento, divulgação, organização e produção do projeto Garopaba Sem Stress, a ser realizada em Garopaba - SC, no período de 23 de dezembro de 2011 a 22 de fevereiro de 2012; Valor: R\$ 250.323,28 (Duzentos e Cinquenta Mil, Trezentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Oito Centavos); Data da Assinatura: 21/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 66/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 66/2011 Processo nº 236/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Fogos Primavera - Comércio Show Pirotécnico Ltda.; CNPJ nº 79.910.550/0001-06; Objeto: Contratação de empresa para execução de show pirotécnico a ser realizado em balsa flutuante, neste município, por ocasião do evento revellion 2011/2012, dia 31.12.11, em conformidade com o Projeto Descritivo (Termo de Referência) com prestação de todos os serviços de responsabilidade técnica e fornecimento dos materiais; Valor: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais); Data da Assinatura: 22/12/2011.

Extrato de Contrato Nº 67/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 67/2011 Processo nº 240/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ nº 10.789.611/0001-14; Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da obra de drenagem pluvial e pavimentação da Rua dos Girassóis, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações do projeto básico; Valor: R\$ 48.536,58 (Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta e Oito Centavos); Data da Assinatura: 22/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 03/2011; Processo nº. 07/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV; CNPJ: 07.420.381/000-07; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012, a partir de 01/01/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 04/2011; Processo nº. 08/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Silvío José Kremer; CPF: 042.162.609-77; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 05/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 05/2011; Processo nº. 10/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Pousada Basfak Praia Ltda; CNPJ: 04.202.472/0001-88; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012, a partir de 01/01/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 18/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 18/2011; Processo nº. 49/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Marcos Aurélio Junges; CPF: 405.283.919-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 30 dias, que vigorará até 31/01/2012, a partir de 01/01/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 19/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 19/2009; Processo nº. 51/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Marilane Pereira Pacheco Lentz; CPF: 004.134.079-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012, a partir de 01/01/2012; Data da Assinatura: 27/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato 32/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 32/2011; Processo nº. 40/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brasil Assessoria Contábil Governamental Ltda.; CNPJ: 10.653.587/0001-91; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 52/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 52/2011; Processo nº. 105/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Acrescer ao contrato nº 52/2011 o valor de 28.709,23 (Vinte e Oito Mil, Setecentos e Nove Reais e Vinte e Três Centavos) e prorrogar o seu prazo de vigência por mais 90 (Noventa) dias; Data da Assinatura: 16/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato 10/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 10/2010; Processo nº. 28/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Wânia Kalas Torraca; CPF: 005.474.058-47; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 06 meses, que vigorará até 30/06/2012, a partir de 01/01/2012 ; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato 27/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 27/2009; Processo nº. 49/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Ilton da Silva Lobo; CPF: 305.680.729-87; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato 01/2009 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 01/2009; Processo nº. 05/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Maria Aparecida de Souza Marcon; CPF: 789.921.929-91; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012, a partir de 01/01/2012 ; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato 20/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 20/2010; Processo nº. 29/2010 ; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Josimar Santino de Assis; CPF: 462.162.279-04; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 1 ao Contrato 22/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 22/2011; Processo nº. 45/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI; CNPJ: 83.052.191/0026-10; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 22/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 1 ao Contrato 28/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 28/2011; Processo nº. 44/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brazimp Comercio, Importação e Exportação Ltda.; CNPJ: 05.881.055/0001-71; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 27/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 1 ao Contrato 28/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 28/2011; Processo nº. 44/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brazimp Comercio, Importação e Exportação Ltda.; CNPJ: 05.881.055/0001-71; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 27/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 2 ao Contrato 53/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 53/2010; Processo nº. 106/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Anic Vescovi Vieira - MEI; CNPJ: 12.161.601/0001-65; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 3 ao CONTRAO 28/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 28/2009; Processo nº. 49/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Florentino Manoel Pereira; CPF: 179.835.419-53; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 3 ao Contrato 18/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 18/2009; Processo nº. 28/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Darci Vicentin Santos; CPF: 105.566.309-63; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 30/12/2011.

Extrato Termo Aditivo Nº 3 ao Contrato Nº 60/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 60/2009; Processo nº. 103/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Marilane Pereira Pacheco Lentz; CPF: 004.134.079-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará até 31/12/2012; Data da Assinatura: 27/12/2011.

Termo Aditivo Nº 2 ao Contrato 22/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 22/2011; Processo nº. 45/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI; CNPJ: 83.052.191/0026-10; Objeto: Atualizar valor contratual do Contrato nº. 22/2011 pelo índice 3,3153% do INPC, ficando o valor mensal em R\$ 2.445,13 (Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Treze Centavos); Data da Assinatura: 22/12/2011.

Homologação de Resultados - após recursos

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0016/2011
Após Recursos

FICAM HOMOLOGADOS os seguintes Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 016/2011, após recursos:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROFESSOR C/ LICENCIATURA I - Séries Iniciais - 20horas		
Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	029	Luciane Adelino Monteiro
02	049	Jaqueline da Silva Silveira
03	019	Mª das Graças Aguiar Pokreviescki
04	139	Fernanda Alves Cândido
05	114	Cristiani Pacheco Freitas Souza
06	009	Roberta Nascimento Pacheco Furtado
07	148	Juliana de Abreu
08	030	Joelma de Bona
09	054	Vanessa da Silva João Gonçalves
10	013	Kássia Souza Cardone
11	057	Lilian Bortolatto Nunes
12	010	Carmem da Motta Nunes
13	058	Angela Maria Zanelato
14	052	Lucimar Ferreira Silva Oliveira
15	149	Karla Cristhina Araujo Nascimento
16	025	Emerenciana Maciel
17	108	Santa Laura Martins
18	046	Jussara Machado da Rosa Duarte
19	094	Vera Lucia da Silva Pires
20	121	Amanda Cristina Noronha Gerchevski
21	119	Jucimere Terezinha Lopes

22	105	Etielle Pacheco de Sousa
23	089	Joyce Ferreira Rosa
24	103	Márcia August Marcelino
25	055	Simone da Silva Silveira
26	191	Tatiana da Silva Bond
27	127	Marli Borges Carboni
28	178	Paula Geraldine da Costa Lazzarini

SEM HABILITAÇÃO

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	015	Marilete Pinto de Oliveira
02	190	Andreia Quintanilha Lopes
03	064	Katia Regina Faustino
04	077	Denise Maria Rodrigues dos Santos
05	101	Glauce de Cássia Tacques Fogaça

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ESPANHOL - EJA 10horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	142	Maria Aparecida Pacheco Lopes
02	138	Thaisy Pereira Gonçalves Linhares
03	041	Tatiana Soares de Carvalho

Garopaba, 05 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Licitação - Nº. 01/2012

EDITAL DE LICITAÇÃO - Nº. 01/2012

MODALIDADE: CONVITE Nº. 01/2012

TIPO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Professor Antônio José Botelho, 113, Centro, através de sua Comissão Permanente de Licitação em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho 1993, e suas alterações e demais legislações cabíveis, torna público que fará realizar no local, data e hora estabelecidos no item 3.1 deste Edital, licitação na modalidade CONVITE, sob Nº 01/2012, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para Aquisição de combustível (tipo gasolina) para, uso no veículo locado pela Câmara Municipal de Garopaba, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Garopaba.

Anexo I - Relação dos Itens da Licitação;

Anexo II - Termo de Renúncia;

Anexo III - Declaração em cumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93;

Anexo IV - Minuta Contratual.

1. OBJETO:

Aquisição parcelada de Combustível (tipo gasolina) a ser utilizada no veículo locado pela Câmara Municipal de Garopaba, nas quantidades identificadas no anexo I, do Edital de Licitação nº. 01/2012, para fornecimento diário conforme necessidade da Câmara Municipal de Garopaba, admitindo um deslocamento máximo de 3000 metros do veículo.

2. DA REPRESENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A empresa interessada poderá se fazer representar por pessoa devidamente credenciada através de procuração, ou documento equivalente, contendo, obrigatoriamente, o número do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, admitida à substituição do representante



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

a qualquer tempo, sempre por procuração ou documento equivalente;

2.2. A ausência de credenciamento impede o representante de manifestar-se na Licitação;

2.3. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Local: Câmara Municipal de Garopaba, sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Professor Antônio José Botelho, 113, Centro, CEP 88495-000.

O recebimento dos Envelopes "A", contendo a documentação de habilitação dos interessados e Envelopes "B", contendo a proposta de preços dos interessados, dar-se-á até às 14:00 horas, do dia 18/01/2012.

A abertura dos Envelopes "A", contendo a documentação de habilitação, dar-se-á no mesmo local retro estabelecido, às 14:30 horas, do dia 18/01/2012. Havendo a concordância da Comissão de Licitações, e de todos os proponentes, formalmente expressa pela assinatura do Termo de Renúncia, conforme modelo constante no Anexo II, renunciando à interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura dos Envelopes "B", contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados.

3.1. Na data, hora e local designados no item 3, os interessados deverão entregar os envelopes, os quais deverão ser opacos, lacrados e identificados com o timbre (Razão social e C.N.P.J) ou com a apresentação do carimbo padronizado C.N.P.J. (MF), de qualquer forma, deverá conter os seguintes dizeres:

Envelope "A"

À

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

A/C: Comissão Permanente de Licitação - C.P.L.

CONVITE Nº 01/2012

ENVELOPE "A" - HABILITAÇÃO

NOME DO PROPONENTE: (Razão social do licitante)*

Envelope "B"

À

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

A/C: Comissão Permanente de Licitação

CONVITE Nº 01/2012

ENVELOPE "B" - PROPOSTA COMERCIAL

NOME DO PROPONENTE: (Razão social do licitante)*

* Neste local deverá ser colocado a Razão Social do Licitante.

3.2 O concorrente NÃO CONVIDADO, que manifestar interesse em participar do certame, com antecedência mínima vinte e quatro horas da data marcada para entrega dos envelopes contendo documentação e proposta, deverá apresentar no envelope "A" - Habilitação, sendo que, os documentos exigidos nos subitens "a", "b" e "c" do item 4, poderão ser substituído pela cópia da CERTIDÃO DE REGISTRO CADASTRAL (C.R.C), emitido pelo MPSC, autenticada ou com a apresentação do original para autenticação até às 13:00h do dia anterior à abertura do certame.

3.2.1. Considera-se como manifestação de interesse a solicitação por escrito endereçada a esta Comissão Permanente de Licitação via correio ou em mãos.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

- a) Cédula de identidade dos sócios ou representante legal;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,

devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, antigo CGC;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento das obrigações relativas às contribuições e encargos sociais instituídos por lei (INSS/CND);

h) Prova de regularidade junto ao fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS/CRF);

i) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de participação neste Certame Licitatório, conforme modelo no Anexo II;

j) Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, conforme modelo no Anexo III;

k) Comprovante de que está devidamente registrado na Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme Art. 8º da Lei 9478/97 e Art. 3º, inciso I da Portaria 116 da ANP.

l) Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT (essa certidão é expedida gratuitamente e eletronicamente através do site TST, CSJT e Tribunais Regionais do Trabalho)

4.1. As cópias dos documentos acima exigidos deverão ser obrigatoriamente, sob pena de inabilitação do licitante, autenticadas em cartório, podendo ser apresentados os originais, para autenticação pela CPL/Câmara Municipal de Garopaba, neste caso nos dias úteis anteriores à abertura do certame no horário normal de expediente, acompanhado de uma cópia legível, sem rasuras ou vícios;

4.2. Todos os documentos previstos no item 4, deverão estar com o PRAZO DE VALIDADE VIGENTE, no mínimo, até a data de abertura dos envelopes de habilitação. Nos casos omissos, a CPL aceitará documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias, que antecederem à data do recebimento e abertura das propostas.

5. DA PROPOSTA:

As propostas deverão ser digitadas, datadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, com a identificação do proponente (no mínimo Razão Social e CNPJ), e assinadas pelos representantes legais das licitantes, contendo, necessariamente o seguinte:

a) Especificação completa do objeto licitado;

b) Preços em valores unitários e totais, já incluídos todos os custos com encargos fiscais, comerciais, sociais/trabalhistas e frete (considerando o local de entrega previsto adiante). Quando houver divergência entre o Preço Unitário e o Preço Total, será considerado o preço unitário do item;

c) Prazo de validade das propostas, não inferior à 60 (sessenta) dias corridos e, em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo estabelecido, a partir da data de entrega da proposta comercial (envelope "B") da licitante.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetivado, no prazo de 24 (vinte quatro) dias, em parcela única, mediante a entrega dos tickets em litros do objeto contratado e da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo Presidente da Câmara e/ou Servidor da Câmara Municipal de Garopaba.

6.2. O não fornecimento do material ensejará o imediato



cancelamento da Nota de Empenho, e a aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 81, 86, 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.3 - A quantidade do item especificada no anexo I do presente edital de licitação é meramente estimativa, podendo variar durante a execução do contrato, não cabendo à empresa quaisquer direitos caso o mesmo não seja atingido durante o prazo de vigência do contrato.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

7.1 Esta licitação será processada e julgada de acordo com os procedimentos estabelecidos na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nos termos da presente CONVITE, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações e normas deste CONVITE e ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL, para execução do fornecimento de gasolina comum, conforme objeto desta licitação, considerando-se o critério de julgamento menor preço global;

7.2 A classificação dos licitantes far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitos;

7.3 Não serão aceitas ofertas de vantagens não previstas neste CONVITE, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes. Serão desclassificadas, as que não atenderem às condições exigidas neste CONVITE bem como da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou apresentem preços simbólicos, irrisórios ou excessivos, incompatíveis com os de mercado ou manifestamente inexequíveis;

7.4 Em havendo igualdade de condições entre duas ou mais propostas, como critério de desempate, a decisão será por sorteio, em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes.

8. PENALIDADES:

8.1 A Câmara Municipal de Garopaba caberá aplicar ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como quaisquer outros dispositivos legais, garantindo-se amplo direito de defesa;

8.2 Caberá também a Câmara Municipal de Garopaba aplicar as sanções previstas em Lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente em assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Art. 64 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores) dentro do prazo de 05 (cinco) dias, conforme estabelecido em lei;

8.3 Sem prejuízo das cobranças de perdas e danos, pelos não cumprimentos dos compromissos assumidos, poderão ser aplicados as seguintes sanções à ADJUDICADA ou contratada, cumulativamente, conforme o caso:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por dia de atraso na entrega do OBJETO licitado até o 20º (vigésimo) dia;
- c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da aquisição após o 20º (vigésimo) dia, o que ensejará o cancelamento da aquisição sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.4 As multas estipuladas nas alíneas anteriores deste item, serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

8.5 As multas referidas neste item serão descontadas do eventual pagamento devido pela Câmara Municipal de Garopaba;

8.6 A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais ou serviços forem devidamente justificados pela empresa vencedora, e aceito pela Câmara Municipal de Garopaba, que fixará novo prazo, este improrrogável, para completa execução das obrigações assumidas;

9. DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO

- a) O combustível, objeto desta licitação, a ser fornecido, deverá atender, rigorosamente, às especificações estabelecidas neste CONVITE, conforme Anexo I;
- b) O não fornecimento dos combustíveis no prazo limite, ensejará o imediato cancelamento da Nota de Empenho, e a aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 81, 86, 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- c) É pertinente, relevante e indispensável para a satisfação do interesse e necessidade da Administração que a empresa vencedora do certame mantenha, na sede do município de Garopaba/SC, um posto de combustível.

9.1 - DO FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS:

- a) O fornecimento do combustível será efetuado na sede do município, mediante apresentação de ticket ou autorização de fornecimento de combustível no Posto de Abastecimento vencedor;
- b) Na falta de gasolina comum, fornecer gasolina aditivada sem nenhum acréscimo ou decréscimo na quantidade explícita no ticket ou na autorização.
- c) No ato do fornecimento, o Posto deverá conferir a autenticidade dos tickets emitidos pelo posto. O fornecedor ficará obrigado a efetuar a entrega do combustível até o esgotamento dos tickets ou autorização de fornecimento do combustível.
- d) o prazo de início para entrega do objeto licitado será de no máximo a 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da entrega da respectiva Nota de Empenho ao fornecedor. Em caso de omissão ou aposição da expressão: "imediato", considerar-se-á aceito o prazo acima estipulado (cinco dias).

10. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 A partir da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por meio termo aditivo, mediante acordo entre as partes, de acordo com inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não serão aceitas propostas via FAX, TELEX, TELEGRAMA e E-MAIL;

11.2. A participação no procedimento seletivo é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, implicará aceitação integral e irrevogável do interessado, das condições expressas neste Convite;

11.3. Os interessados, poderão solicitar à CPL esclarecimentos ou informações até o prazo de 24 horas anteriores a data fixada, para entrega dos envelopes na Câmara Municipal de Garopaba,

na Rua Professor Antônio José Botelho, 113, Centro, Garopaba/SC, na sala da Comissão Permanente de Licitação, telefone: 48 3254-3279;

11.4. A participação na presente licitação, implicará na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, decaindo do direito de impugnar os seus termos, o licitante que, não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta comercial, conforme preconiza o parágrafo 2º do Art. 41 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

11.5. Caso o licitante ou o seu representante não estiverem presentes nas reuniões, o licitante aceitará todas as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação registradas em ata, salvo quando couber ou houver recurso;

11.6 Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

11.7. Caso o vencedor restar inadimplente, prosseguir-se-á na chamada do segundo classificado, e assim sucessivamente, até que se atinja o objetivo da presente licitação, conforme disposto no Art. 24, Inciso XI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

11.8. Na hipótese de processo judicial, é competente o foro da Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina.

Garopaba, 04 de janeiro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

(Processo nº. 01/2012)

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.400, de 09 de Janeiro de 2012.

LEI Nº. 3.400, DE 09 DE JANEIRO DE 2012.

ALTERA A LEI Nº. 2.612/2005, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar os cargos de provimento em comissão abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS CRIADAS	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO	HABILITAÇÃO
Gerente de Meio Ambiente	CC	78	40	01	Gabinete do Prefeito	Conclusão de Ensino Médio
Coordenador Florestal	CC	50	40	01	Gabinete do Prefeito	Conclusão de Ensino Médio
Encarregado de Controle da Poluição Ambiental	CC	21	40	01	Gabinete do Prefeito	Conclusão de Ensino Médio

Secretário Adjunto de Administração e Finanças	CC	78	40	01	Secretaria de Administração e Finanças	Conclusão de Ensino Médio
--	----	----	----	----	--	---------------------------

Art. 2º Fica reduzido o número de vagas dos cargos abaixo mencionados, existentes no quadro pessoal da Administração Direta e Indireta, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS EXCLUÍDAS	TOTAL DE VAGAS	ÓRGÃO DE ATUAÇÃO
Encarregado de Transportes Coletivos	CC	21	40	02	01	01	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Assessor Administrativo	CC	64	40	01	01	--	Secretaria de Agricultura
Diretor de Meio Ambiente	CC	55	40	01	01	--	Secretaria de Agricultura
Assessor Administrativo	CC	64	40	01	01	--	Fundação Municipal de Esportes
Diretor-Geral de Desenvolvimento Social e Comunitário	CC	64	40	01	01	--	Secretaria de Desenvolvimento Social

Art. 3º Fica acrescido o inciso VIII junto ao artigo 3º da Lei 2.612, de 4 de julho 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º []
[]

VIII - Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - GEMADS. (NR)"

Art. 4º Fica revogado o inciso II, do artigo 10, da Lei 2.612/2005.

Art. 5º Em decorrência das alterações efetuadas na presente lei ficam modificados os Anexos I, II, VI e IX, os Quadros I, III, V, VII e X do Anexo X da Lei 2.612/2005 e o Anexo I da Lei 1.392, de 9 de dezembro de 1992.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar, 09 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 039/2012

PORTARIA Nº 039/2012

Adair José Ceron, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 029/2012, que concedeu férias regulamentares à Servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), onde se lê: para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 01 de janeiro de 2012; leia-se: para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2012 a 31 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Tomada de Preços Nº 009/2011 - DESERTA

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Fundo Municipal de Habitação

DECLARAÇÃO LICITAÇÃO DESERTA

PL 0109/2011 Tomada de Preços 009/2011

Em face do não comparecimento de interessados na licitação em epígrafe, DECLARO DESERTA a licitação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

Herval d'Oeste, 04 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Tomada de Preços Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2012

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2012

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste com fornecimento de Material e mão de obra.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:30 horas do dia 24/01/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 322.168,59 (trezentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito em Exercício

Cancelamento da Ata de Registro de Preços Nº 009-E/2011

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DO COTEGIPE

Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/MF Nº 03.652.030/0001-70

Endereço: ROD. BR 480 Nº 795

Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2011

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-E/2011

Com fundamento no artigo 7º Inciso I alínea "a", do Decreto Municipal nº 1987/2005, bem como do edital de pregão presencial nº 014/2011, através da decisão proferida no processo administrativo nº 003/2011, fica cancelada, nesta data, a Ata de Registro de Preços n. 09-E/2011, que trata da aquisição de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, originada do Pregão Presencial nº 014/2011 e celebrada entre esta Municipalidade e a CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ/MF nº 03.652.030/0001-70), em 06/06/11, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2012

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Cancelamento da Ata de Registro de Preços Nº 009-J/2011

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante
Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
Empresa: L A DALLA PORTA JUNIOR.
CNPJ/MF Nº 11.145.401/0001-56
Endereço: Rua Pascoal Gomes Librelotto, 20- Parque Dom Antonio
Contratada
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2011
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 009-J/2011

Com fundamento no artigo 7º Inciso I alínea "a", do Decreto Municipal nº 1987/2005, bem como do edital de pregão presencial nº 014/2011, através da decisão proferida no processo administrativo nº 005/2011, fica cancelada, nesta data, a Ata de Registro de Preços n. 09-J/2011, que trata da aquisição de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, originada do Pregão Presencial nº 014/2011 e celebrada entre esta Municipalidade e a empresa L A DALLA PORTA JUNIOR. (CNPJ/MF nº 11.145.401/0001-56), em 06/06/11, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2012

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços Nº 009-O/2011

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Goiás

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

Empresa: SÓ DROGAS DISTRIBUIDORA DE MED. E MAT. HOSP. LTDA.

CNPJ/MF Nº 09.615.457/0001-85

Endereço: Rua 11, Quadra 34 Lote 1a 14 Nº 20 - Jardim Santo Antonio

Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2011

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-O/2011

Com fundamento no artigo 7º Inciso I alínea "a", do Decreto Municipal nº 1987/2005, bem como do edital de pregão presencial nº 014/2011, através da decisão proferida no processo administrativo nº 002/2011, fica cancelada, nesta data, a Ata de Registro de Preços n. 09-O/2011, que trata da aquisição de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, originada do Pregão Presencial nº 014/2011 e celebrada entre esta Municipalidade e a empresa SÓ DROGAS DISTRIBUIDORA DE MED. E MAT. HOSP. LTDA. (CNPJ/MF nº 09.615.457/0001-85), em 06/06/11, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2012

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

IPREVI/HO

Resolução Nº 029/2011

RESOLUÇÃO Nº 029/2011

"CONCEDE REVISÃO GERAL E REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM E SEM PARIDADE, AOS BENEFÍCIOS MAJORADOS POR FORÇA DA ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DO ENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SADIR ROVÊA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Lei nº 2.911 de 19.12.2011;

RESOLVEM:

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte, com e sem paridade, equivalentes ao piso salarial do Ente no mês de janeiro de 2012, no valor de R\$ 626,62 (Seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos) no mês de janeiro de 2012, conforme índices estabelecidos na Lei Municipal nº 2.911/2011, para os benefícios concedidos até Dezembro de 2011;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 002/2011.

Herval d'Oeste (SC), 23 de dezembro de 2011.

JAQUELINE RAZERA SADIR ROVÊA

Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

Resolução Nº 28/2011

RESOLUÇÃO Nº 028/2011

"CONCEDE REVISÃO GERAL E REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM PARIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SADIR ROVÊA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto nos arts. 37 e 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 55, 56, 57 e 58 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Lei nº 2.911 de 19.12.2011;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a Revisão Geral Anual aos proventos de

aposentadoria e pensão por morte com paridade, no percentual de 6,97% (seis ponto noventa e sete por cento) no mês de janeiro de 2012, conforme índice estabelecido na Lei nº Municipal 2.911/2011, para os benefícios concedidos até Dezembro de 2011;

Art. 2º Conceder Reajuste aos proventos de aposentadoria e pensão por morte com paridade, no percentual de 7,29% (sete ponto vinte e nove por cento) no mês de janeiro de 2012, conforme índice estabelecido na Lei Municipal nº 2.911/2011, para os benefícios concedidos até Dezembro de 2011;

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 003/2011.

Herval d' Oeste (SC), 23 de dezembro de 2011.

JAQUELINE RAZERA SADIR ROVÊA
Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

Iomerê

PREFEITURA

Cronograma de Execução em Metas Mensal de Desembolso para 2012

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

Município de IOMERÊ

(CONSOLIDADO) Emissao: 06/01/2012 - 11:23:04

ESTADO DE SANTA CATARINA

Cronograma de Execução em metas Mensal de Desembolso - Cfme. Artigo 4 e Artigo9 da L.C. 101/00

Exercício: 2012

Conta	Janeiro	Fevereiro	Marco	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,86	475.101,33
CÂMARA MUNICIPAL	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,77	39.591,86	475.101,33
GABINETE DO PREFEITO	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.500,11	258.000,00
GABINETE DO PREFEITO	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.499,99	21.500,11	258.000,00
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.105,48	1.225.256,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.104,62	102.105,48	1.225.256,30
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.157,37	248.159,00	2.977.890,07
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.782,41	198.783,56	2.385.390,07
ESPORTE	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,33	18.583,37	223.000,00
LAZER	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
CULTURA	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,65	13.916,85	167.000,00
TURISMO	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,32	208,48	2.500,00
SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.899,49	1.006.788,38
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.898,99	83.899,49	1.006.788,38
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.669,20	1.484.023,80
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.668,60	123.669,20	1.484.023,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.919,18	1.943.020,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.918,28	161.919,18	1.943.020,26
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,54	138.029,38
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,44	11.502,54	138.029,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.508,72	796.513,60	9.558.109,52

Demonstrativo do Desdobramento de Metas Fiscais de Arrecadação em Metas Bimestrais para 2012

[www.cplinformatica.com.br]

Município de IOMERÊ

{ 001 }

Emissão: 06/01/2012

Demonstrativo do desdobramento de metas fiscais de arrecadação em metas Bimestrais conf. art. 4 e art. 9 da Lei 101/00 CONSOLIDADO

Descrição	Resumo das Receitas por Fonte "Pela Média Orçamento Anual"						
	Total Orçado	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.558.109,52	1.593.018,26	1.593.018,26	1.593.018,26	1.593.018,26	1.593.018,26	1.593.018,22
Receitas Correntes	8.626.328,75	1.437.721,46	1.437.721,46	1.437.721,46	1.437.721,46	1.437.721,46	1.437.721,45
Receita Tributária	283.062,13	47.177,02	47.177,02	47.177,02	47.177,02	47.177,02	47.177,03
Impostos	242.973,44	40.495,58	40.495,58	40.495,58	40.495,58	40.495,58	40.495,54
Imposto Sobre Patrimonio e a Rend	170.480,44	28.413,40	28.413,40	28.413,40	28.413,40	28.413,40	28.413,44
Imposto Sobre a Propriedade Predi	56.945,11	9.490,86	9.490,86	9.490,86	9.490,86	9.490,86	9.490,81
Imp.s/a Renda e Prov.qualquer Nat	96.601,57	16.100,26	16.100,26	16.100,26	16.100,26	16.100,26	16.100,27
Imp.s/transm.interv.bens Imov.e D	16.933,76	2.822,30	2.822,30	2.822,30	2.822,30	2.822,30	2.822,26
Imposto Sobre a Producao e a Circ	72.493,00	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,20
Imposto Sobre Servicos de Qualque	72.493,00	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,16	12.082,20
Taxas	34.255,69	5.709,28	5.709,28	5.709,28	5.709,28	5.709,28	5.709,29
Taxa Pelo Exercicio Poder de Poli	15.998,06	2.666,34	2.666,34	2.666,34	2.666,34	2.666,34	2.666,36
Taxa de Fiscalizacao de Vigilanci	839,41	139,90	139,90	139,90	139,90	139,90	139,91
Taxa de Licenca P/func.de Estabel	11.938,97	1.989,82	1.989,82	1.989,82	1.989,82	1.989,82	1.989,87
Taxa de Licenca P/ Execucao de Ob	1.695,46	282,58	282,58	282,58	282,58	282,58	282,56
Outras Taxas Pelo Exercicio de Po	1.524,22	254,04	254,04	254,04	254,04	254,04	254,02
Taxas Pela Prestacao de Servicos	18.257,63	3.042,94	3.042,94	3.042,94	3.042,94	3.042,94	3.042,93
Taxa de Limpeza Publica	16.086,07	2.681,02	2.681,02	2.681,02	2.681,02	2.681,02	2.680,97
Outras Taxas Pela Prestacao de Se	2.171,56	361,92	361,92	361,92	361,92	361,92	361,96
Contribuicao de Melhoria	5.833,00	972,16	972,16	972,16	972,16	972,16	972,20
Contribuicao de Melhoria P/ Pavime	5.833,00	972,16	972,16	972,16	972,16	972,16	972,20
Receita de Contribuicoes	47.962,44	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74
Contribuicoes Economicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. P/custeio de Servico de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuicao Para o Custeio do Ser	47.962,44	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74	7.993,74
Receita Patrimonial	63.831,58	10.638,60	10.638,60	10.638,60	10.638,60	10.638,60	10.638,58
Receitas Imobiliarias	10.111,89	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,29
Taxa de Ocupacao de Imoveis	10.111,89	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,32	1.685,29
Receitas de Valores Mobiliarios	53.719,69	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,29
Remuneracao de depositos Bancario	53.719,69	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,28	8.953,29
Remuneracao de depositos de Recur	8.680,51	1.446,76	1.446,76	1.446,76	1.446,76	1.446,76	1.446,71
Remuner.de depositos de Recursos	45.039,18	7.506,54	7.506,54	7.506,54	7.506,54	7.506,54	7.506,48
Receita de Servicos	62.821,98	10.470,34	10.470,34	10.470,34	10.470,34	10.470,34	10.470,28
Servicos Administrativos	14.450,30	2.408,38	2.408,38	2.408,38	2.408,38	2.408,38	2.408,40
Serv. de Preparacao da Terra Em Pro	48.371,68	8.061,94	8.061,94	8.061,94	8.061,94	8.061,94	8.061,98
Transferencias Correntes	8.102.221,83	1.350.370,30	1.350.370,30	1.350.370,30	1.350.370,30	1.350.370,30	1.350.370,33
Transferencias Intergovernamentais	8.049.744,29	1.341.624,04	1.341.624,04	1.341.624,04	1.341.624,04	1.341.624,04	1.341.624,09
Transferencias da Uniao	4.025.031,40	670.838,56	670.838,56	670.838,56	670.838,56	670.838,56	670.838,60
Participacao Na Receita da Uniao	3.407.438,87	567.906,48	567.906,48	567.906,48	567.906,48	567.906,48	567.906,47
Outras Transferencias da Uniao	5.000,00	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30
Transf. da Compensacao Financeira	56.640,26	9.440,04	9.440,04	9.440,04	9.440,04	9.440,04	9.440,06
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-	412.598,29	68.766,38	68.766,38	68.766,38	68.766,38	68.766,38	68.766,39
Transferencias Rec. Fdo.nacional	13.005,63	2.167,60	2.167,60	2.167,60	2.167,60	2.167,60	2.167,63
Transf.recursos Fdo.nac.desenv.ed	107.574,69	17.929,12	17.929,12	17.929,12	17.929,12	17.929,12	17.929,09
Transf.financ. Icms desoneracao L	28.467,08	4.744,52	4.744,52	4.744,52	4.744,52	4.744,52	4.744,48
Transferencias dos Estados	3.506.929,38	584.488,22	584.488,22	584.488,22	584.488,22	584.488,22	584.488,28
Participacao Na Receita dos Estad	3.369.544,31	561.590,72	561.590,72	561.590,72	561.590,72	561.590,72	561.590,71
Transf.rec. Estado P/programa de	52.913,31	8.818,88	8.818,88	8.818,88	8.818,88	8.818,88	8.818,91
Outras Transferencias dos Estados	84.471,76	14.078,62	14.078,62	14.078,62	14.078,62	14.078,62	14.078,66
Transferencias Multigovernamentai	517.783,51	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,21
Transf.rec.fundo Manut.desenv.edu	517.783,51	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,26	86.297,21
Transferencias de Convenios	52.477,54	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,24
Transferencias de Convenios da Un	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv. da Uniao destin.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias de Convenios dos M	52.477,54	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,24
Outras Transferencias de Convenio	52.477,54	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,26	8.746,24
Outras Receitas Correntes	66.428,79	11.071,46	11.071,46	11.071,46	11.071,46	11.071,46	11.071,49

Multas e Juros de Mora	18.189,43	3.031,58	3.031,58	3.031,58	3.031,58	3.031,58	3.031,53
Multas e Juros de Mora dos Tribut	1.410,27	235,04	235,04	235,04	235,04	235,04	235,07
Multas/juros de Mora do Imp.s/pro	858,89	143,14	143,14	143,14	143,14	143,14	143,19
Multas e Juros de Mora do Imposto	65,38	10,90	10,90	10,90	10,90	10,90	10,88
Multas Juros Mora das Contribuico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros	486,00	81,00	81,00	81,00	81,00	81,00	81,00
Multas e Juros de Mora da Divida	8.927,18	1.487,86	1.487,86	1.487,86	1.487,86	1.487,86	1.487,88
Multas/juros Mora Divida Ativa do	2.709,40	451,56	451,56	451,56	451,56	451,56	451,60
Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas/juros Mora Div.ativ. de Co	6.217,78	1.036,30	1.036,30	1.036,30	1.036,30	1.036,30	1.036,28
Multas/juros Mora Divida Ativa de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas de Outras Origens	7.851,98	1.308,66	1.308,66	1.308,66	1.308,66	1.308,66	1.308,68
Multas Previstas Na Legislacao de	1.287,81	214,64	214,64	214,64	214,64	214,64	214,61
Outras Multas	6.564,17	1.094,02	1.094,02	1.094,02	1.094,02	1.094,02	1.094,07
Indenizacoes e Restituicoes	27.226,38	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,68
Restituicoes	27.226,38	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,68
Outras Restituicoes	27.226,38	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,74	4.537,68
Receita da Divida Ativa	11.105,20	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,90
Receita da Divida Ativa Tributari	11.105,20	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,86	1.850,90
Receita Divida Ativa Imp.s/propr.	4.426,78	737,80	737,80	737,80	737,80	737,80	737,78
Receita Divida Ativa das Contribu	6.678,42	1.113,08	1.113,08	1.113,08	1.113,08	1.113,08	1.113,02
Receitas Diversas	9.907,78	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,28
Outras Receitas	9.907,78	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,30	1.651,28
Receitas de Capital	931.780,77	155.296,80	155.296,80	155.296,80	155.296,80	155.296,80	155.296,77
Operacoes de Credito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes Cred.internas Contr. Re	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operacoes Credito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Bens	86.780,77	14.463,48	14.463,48	14.463,48	14.463,48	14.463,48	14.463,37
Alienacao de Bens Moveis	25.252,30	4.208,72	4.208,72	4.208,72	4.208,72	4.208,72	4.208,70
Transferencias de Capital	845.000,00	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,40
Transferencias de Convenios	845.000,00	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,32	140.833,40
Transferencias de Convenios da Un	300.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transf. de Conv. Uniao P/sistema	100.000,00	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70
Transferencias de Conv. da Uniao	100.000,00	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70
Outras Transferencias de Convenio	100.000,00	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70
Transferencias de Convenios dos E	545.000,00	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,30
Transferencias de Conv.dos Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias de Conv.dos Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfrecias de Conv. dos Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias de Convenio	545.000,00	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,34	90.833,30

Irineópolis

PREFEITURA

Teste Seletivo Nº 01/2012

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 001/2012

Secretaria Municipal de Educação

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Wanderlei Lezan, torna público que se encontram abertas de 16/01/2012 a 19/01/2012 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Professores para a Secretaria Municipal de Educação, para o exercício de 2012, com fundamento na Lei Complementar Municipal 013/2003, com alteração na Lei Complementar Municipal nº 022/2005, Art. 2º, Inciso 4º; para atuação na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, PETI e Disciplinas específicas do Ensino Fundamental, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para cargos de professor disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano letivo de 2012.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

2. DAS VAGAS

2.1. O preenchimento das vagas da Secretaria Municipal de Educação dar-se-ão, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato poderá se inscrever nas seguintes disciplinas, áreas e níveis de ensino:

- Educação Infantil;
- Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- Artes;
- Educação Física;
- Matemática;
- Geografia
- História
- Língua Portuguesa;
- Língua Inglesa;
- Ciências;
- PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

3.2. A inscrição deverá ser feita através da internet, no site www.irineopolis.sc.gov.br. Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato deverá:

- Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;
- Acessar www.irineopolis.sc.gov.br para INSCRIÇÃO ON LINE e preencher o requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;
- Imprimir o requerimento de inscrição;
- Entregar os documentos exigidos para a efetivação da Inscrição, com envelope devidamente lacrado e rubricado pelo candidato até o dia 19/01/2012 até as 16:00 hs na Secretaria Municipal de Educação que encaminhará no mesmo dia para a Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, a qual fornecerá um

protocolo de recebimento.

e. Efetuar o depósito identificado (diretamente no caixa/dentro da agência) no valor da inscrição, no Banco do Brasil - Agência 5240-X, Conta Corrente nº 6135-2. (RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA)

3.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição a opção, pela área e pela disciplina.

3.3.1 O Candidato deverá observar a formação mínima exigida para os cargos seguindo a tabela abaixo:

DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil).
Séries Iniciais	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais).
Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.
Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.
Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras/Português. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Português.
Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras / Inglês. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras em Inglês.

Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências.
PETI	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou de Licenciatura Plena Artes – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Séries Iniciais. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes – Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia / Séries Iniciais.

3.4. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

3.5. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina ou área.

3.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. O candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos, terá sua inscrição indeferida.

3.7. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.8 O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.9 O valor da inscrição será de R\$ 30,00 (trinta reais), para aqueles que se inscreverem em uma área de ensino ou uma disciplina específica.

3.9.1 O valor da inscrição será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para aqueles que se inscreverem em duas disciplinas ou áreas de ensino conforme habilitação.

3.9.2 As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas no dia 23/01/2012 até às 16:30 hs no mural de publicações da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e nos sites definidos no item 1.2 deste edital, onde caberá recurso no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) dirigido à Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA).

4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas conforme o artigo 37, da Constituição Federal, fica assegurado o direito de inscrição no teste seletivo desde que a deficiência de que são portadores sejam compatíveis com o exercício do cargo.

4.2. Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento).

4.3. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

4.4. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões clinicamente estabelecidos.

4.5. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada e de acordo com as vagas por lei reservadas.

4.6. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.

4.7. A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feito em duas listas, contendo na primeira a pontuação total de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiências e, a segunda relação somente com a classificação dos portadores de deficiência (para os cargos que atinjam o percentual reservado).

4.8. Quando da convocação para a contratação, o candidato portador de deficiência passará por avaliação médica a fim de atestar a deficiência alegada e analisar a compatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

4.9. Caso fique comprovado que o candidato não é portador de deficiência, o mesmo perderá o direito a vaga, da mesma forma que se verificar a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

5. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

5.1. O Candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição os seguintes documentos:

5.1.1. Documento de Identificação com foto.

5.1.2. Fotocópia do Diploma de conclusão do curso, devidamente registrado ou certidão de colação de grau ou declaração de frequência a partir da 4ª fase.

5.1.3. Cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização.

5.1.4. Atestado de Tempo de Serviço na área da educação com data até 30/11/2011.

6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Secretaria Municipal de Educação.

6.2. As provas serão elaboradas e aplicadas pela Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

7. DAS PROVAS:

7.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos aos cargos pretendidos; 10 (dez) questões de conhecimentos gerais.

7.1.1. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

7.2. Prova de Títulos: Escolaridade, cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização, de caráter classificatório, com a seguinte pontuação:

Requisito	Pontuação:
a - Pós-graduação na área da Educação	30 (trinta)
b - Cursando pós-graduação na área da Educação	10 (dez)
c - Graduação na área de Educação	30 (trinta)
d - Cursando graduação na área da Educação	10 (dez)
e - Curso de Magistério completo	05 (cinco)
f - Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação ofertada por instituições oficiais	05 (cinco) pontos para cada 40 horas
g - Tempo de serviço na área de Educação	05 (cinco) pontos para cada 12 meses

7.2.1. Para receber a pontuação relativa ao título, o candidato deverá apresentar fotocópia dos diplomas ou certificados devidamente registrados, na área da Educação, com carga horária mínima de 10 (dez) horas e realizados no período de 01/12/2009 a 01/12/2011, para fins de comprovação de atualização na área.

7.2.2. Para comprovação e avaliação do Tempo de Serviço, será feita através de atestado de Tempo de Serviço na área da educação, emitido por órgão oficial, na Rede Pública Municipal, Estadual e Rede Particular, onde obterá pontuação de 5.0 (cinco) para cada 12 (doze) meses completos de Tempo de Serviço, limitando-se a 10 anos.

7.2.3. Para as Disciplinas Específicas o candidato deverá comprovar a habilitação para o cargo.

7.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

8. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

8.1. A prova escrita terá duração máxima de 1h 30min (uma hora e trinta minutos) e será realizada no dia 28/01/2012, com início às 09 (nove) horas, nas dependências da Escola de Educação Básica Horácio Nunes, sito a Rua Paraná, nº 744.

8.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

8.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II - consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

8.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

8.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 45 minutos a partir do início.

8.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

9. CLASSIFICAÇÃO GERAL

9.1. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos disponíveis na Secretaria Municipal de Educação será no dia 02/02/2012, divulgadas no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: www.irineopolis.sc.gov.br, após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

9.2. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos interpostos através de requerimento próprio sendo o mesmo dirigido à Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, devendo o mesmo ser protocolado até o dia 06/02/2012 às 16:30hs, junto à Secretaria Municipal de Educação.

9.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela referida Empresa e, após a análise de todos os recursos interpostos temporariamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 08/02/2012 até às 16:30 horas;

9.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

9.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

9.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

10. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

a) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

b) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

c) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado adicional fornecido pelo médico.

d) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

e) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor - Comprovar idade mínima

de 18(dezoito) anos; - Carteira Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

10.2. Os classificados serão notificados a comparecer no departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desclassificação do Teste Seletivo, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

10.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

11. DO REGIME JURÍDICO

11.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar nº 013/2003 de 25/06/2003, com redação dada pelas Leis Complementares nº 022/2005 e 040/2008, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

12. DAS ESCOLHAS DE VAGAS

12.1. A escolha das vagas para a Secretaria Municipal da Educação ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 09/02/2012 na Secretaria Municipal da Educação com horário previsto às 09 horas da manhã.

12.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

12.3. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

12.4. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para segunda e última chamada.

12.5. Após a fase disposta no item 12.4, no surgimento de vagas durante o ano de 2012, a Secretaria Municipal da Educação realizará novas chamadas para preenchimento das vagas, dando continuidade a listagem de classificação de vaga respeitando a ordem de classificação.

12.6. O candidato terá 02 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para dar retorno sobre a convocação. Expirando o prazo, será dada continuidade à convocação dos demais candidatos, respeitando a seqüência da ordem da classificação.

12.7. O candidato que for selecionado para uma substituição por período inferior a 30 dias permanecerá na mesma ordem de classificação até a existência da próxima vaga.

12.8. O candidato que escolher a vaga e entrar com toda a documentação exigida junto ao departamento de recursos humanos da prefeitura municipal, não poderá desistir da vaga escolhida durante o período de 30 (trinta) dias, sujeito ao contrário pagar uma multa de um salário a instituição contratante.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, conforme Contrato nº 131/11 de 30 de novembro de 2011.

13.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o (a) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a

ordem de classificação dos candidatos;

13.3 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

13.4 O professor regularmente contratado para exercer suas funções durante o ano letivo de 2012, poderá ter seu contrato rescindido antecipadamente, se:

a) Apresentar 05 (cinco) faltas injustificadas, apontadas pelo chefe imediato;

b) Apresentar 02 (duas) ocorrências funcionais (advertência).

13.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 05 de janeiro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

ROSANE DE CÁSSIA DOS SANTOS CORRÊA PRUST

Diretora de Educação Infantil

ANEXO I

CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise de texto: compreensão e interpretação, estrutura e vocabulário. Gêneros e tipos de textos.

Coerência e coesão textual. Instrumentos de coesão textual. Valor semântico e emprego de conectivos. O sistema ortográfico do português: emprego de letras; acentuação gráfica e sinais diacríticos. Emprego dos sinais de pontuação. Emprego do pronome pessoal (Reto, Oblíquo e Pronome de Tratamento), do pronome possessivo, do pronome indefinido, do pronome demonstrativo e do pronome relativo. Elementos morfológicos do verbo e do nome; processos de formação de palavras. Flexão nominal de gênero e número. Flexão verbal. Valores da coordenação e da subordinação. Sintaxe de concordância. Sintaxe de regência. Emprego do sinal indicativo da crase. Sintaxe de colocação. Aspectos semânticos: adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. Estilística: figuras sintáticas, semânticas e fonológicas. Níveis de língua e funções da linguagem.

OBS: Em virtude de ainda não terem sido assimiladas as mudanças ortográfica e de acentuação gráfica pela maioria dos usuários da Língua Portuguesa, não serão consideradas as novas orientações segundo o Acordo Ortográfico.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de ambiente Windows e suas funcionalidades: ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão, Word e Excel, PowerPoint. Conceitos básicos de Internet e utilização de ferramentas de navegação: navegadores, correio eletrônico, busca e pesquisa. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Região, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo). História do Município de Irineópolis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES

Constituição Federal e Estadual; LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais, Decreto 6094/07. FNDE/MEC; Resolução 47/07 FNDE/MEC; Resolução 029 MEC FNDE; Lei 10.639/2003; Lei 10.172/01. Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano de Ações Articuladas; FUNDEB. Compromisso todos pela Educação. Regime de Colaboração entre os Entes Federados. Conselhos da Área

Educacional: Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho

Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho da Alimentação Escolar, Conselhos Escolares, Conselho Tutelar. Gestão Orçamentária da Educação, Articulação Escola Comunidade. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CONTEÚDO PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ACORDO COM A MATÉRIA

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização no Método Fonético. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos /Material Didático e tecnológico. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física. A importância social na Educação Física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social; Psicomotricidade; Planos de aulas para: cardiopatas, hipertensos, diabéticos, obesos, desvios posturais, gestantes, desvios respiratórios, distúrbios ortopédicos; Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos esportivos.

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

Fundamentos históricos, filosóficos da Educação Artística. História do ensino das artes no Brasil. Metodologias e procedimentos pedagógicos, recursos materiais e objetivos do ensino das linguagens da arte na escola. Conhecimentos específicos das diferentes linguagens da arte: Teatro (Artes Cênicas), Artes Visuais e Música quanto ☐ ao desenvolvimento infantil, à prática específica e a história das artes universal e brasileira, em seus vários períodos até os movimentos contemporâneos.

Itaiópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 1/2012

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC

Processo Licitatório nº 01/2012; Pregão Presencial nº 01/2012; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na FHMSA. Entrega dos Envelopes; Até às 09:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2012; Abertura dos Envelopes: as 09:15 horas do dia 19 de Janeiro de 2012 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fone 047 3652 1787 - Ramal 22 ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br. Célia Terezinha Weinert, Administradora Hospitalar.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria n.º 3.674

PORTARIA Nº 3.674 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ADRIANA FRANCESCHET BELANDI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.675

PORTARIA Nº 3.675 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ADRIANA POSPOR, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.676

PORTARIA Nº 3.676 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ALEXANDRE AUGUSTO VIDI ROESLER, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.677

PORTARIA Nº 3.677 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ALINI ALVES CABRAL, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.678

PORTARIA Nº 3.678 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ALINI SIMADON, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.679

PORTARIA Nº 3.679 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) AMANDA LUZIA FERRANDINI, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.680

PORTARIA Nº 3.680 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA DAVERSA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.681

PORTARIA Nº 3.681 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA LIDIA DE ALMEIDA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.682

PORTARIA Nº 3.682 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA MARA DE FREITAS SOARES, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março

de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.683

PORTARIA Nº 3.683 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA PAULA MELLEGARI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.684

PORTARIA Nº 3.684 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA PIOVESAM, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.685

PORTARIA Nº 3.685 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA RAQUEL MARCON, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a

data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.686

PORTARIA Nº 3.686 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANALIE PASQUALI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.687

PORTARIA Nº 3.687 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANDERSON CRISTIANO DA SILVA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.688

PORTARIA Nº 3.688 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a)

Servidor(a) Sr.(a) ANDREIA MARIA BERNARDT, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.689

PORTARIA Nº 3.689 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANEDRE ROSSI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.690

PORTARIA Nº 3.690 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA NUNES MOREIRA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.691

PORTARIA Nº 3.691 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANGELA HERICKS, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.692

PORTARIA Nº 3.692 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CARLA APARECIDA MODESTO BALESTRIN, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.693

PORTARIA Nº 3.693 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CARLA ROSANA PADILHA DE OLIVEIRA, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.694

PORTARIA Nº 3.694 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CAROLINE APARECIDA BARILLI GUTERRES, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.695

PORTARIA Nº 3.695 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CLARICE DUDAS, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.696

PORTARIA Nº 3.696 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CRISTIAN LEMOS CERINO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.697

PORTARIA Nº 3.697 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CRISTIANE CANUTO BERTELLE DE OLIVEIRA, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.698

PORTARIA Nº 3.698 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CRISTIANE LORENZET DA SILVA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.699

PORTARIA Nº 3.699 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CRISTIANE TURRA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.700

PORTARIA Nº 3.700 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DANIELE PATRICIA PRATTO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.701

PORTARIA Nº 3.701 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DANIELI FELL, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.702

PORTARIA Nº 3.702 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DEISE CRISTINA ALVES BOTH, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.703

PORTARIA Nº 3.703 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DENYSE CARLETTI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.704

PORTARIA Nº 3.704 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DIELE TRINDADE, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.705

PORTARIA Nº 3.705 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DIOMAR FLORES DE CAMARGO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.706

PORTARIA Nº 3.706 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DULCE HACHMANN SCHNEIDER, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.707

PORTARIA Nº 3.707 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) EDELIR FATIMA DEITOS, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.708

PORTARIA Nº 3.708 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE GONÇALVES LAMPERTI, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.709

PORTARIA Nº 3.709 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE PAVIANI GAB, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.710

PORTARIA Nº 3.710 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIETE ADRIANA CASANOVA TEDESCO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.711

PORTARIA Nº 3.711 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIR ALEXANDRETTI BARCARO, Professor Com Magistério Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.712

PORTARIA Nº 3.712 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELSA CARMEM RIBEIRO DOS SANTOS, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.713

PORTARIA Nº 3.713 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELISANGELA GONÇALVES DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.714

PORTARIA Nº 3.714 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELISANGELA TERESINHA BALESTRIN SOSTER, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011

JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.715

PORTARIA Nº 3.715 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIZABET MARIA LORENZON COVOLAN, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.716

PORTARIA Nº 3.716 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELMA CECILIA ETGES, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.717

PORTARIA Nº 3.717 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) EULEZIA FATIMA VANZIN LISSA DAL PRA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.718

PORTARIA Nº 3.718 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) EVERTON KRUG, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.719

PORTARIA Nº 3.719 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIANE TAIS FORMIGUERI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.720

PORTARIA Nº 3.720 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.721

PORTARIA Nº 3.721 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIOLA TEIXEIRA GOETZE, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.722

PORTARIA Nº 3.722 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIULA GIUSTI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.723

PORTARIA Nº 3.723 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FATIMA APARECIDA PINHEIRO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.724

PORTARIA Nº 3.724 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FATIMA PRANDO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.725

PORTARIA Nº 3.725 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FATIMA ZARTH, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.726

PORTARIA Nº 3.726 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) FRANCIELI CARABOLANTE, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.727

PORTARIA Nº 3.727 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) GABRIELA PEREIRA ZANINI, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.728

PORTARIA Nº 3.728 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) GISELLE THAIS NERES CORSO, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.729

PORTARIA Nº 3.729 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) GISLAINE ANTUNES PEREIRA, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de

Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.730

PORTARIA Nº 3.730 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) IARCANE DALL ORSOLETTA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.731

PORTARIA Nº 3.731 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) IEDA COLLA DE SOUZA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.732

PORTARIA Nº 3.732 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a)

Servidor(a) Sr.(a) IVANISA RODRIGUES DA SILVA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.733

PORTARIA Nº 3.733 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.734

PORTARIA Nº 3.734 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JACKELIANE PELLEGRINI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.735

PORTARIA Nº 3.735 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOICE SALETE ROSSONI NEGRI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.736

PORTARIA Nº 3.736 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.737

PORTARIA Nº 3.737 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOSE ANTONIO CRUZ, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.738

PORTARIA Nº 3.738 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOSIELI NATALINA GARCOA FLEMMING, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.739

PORTARIA Nº 3.739 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA TOMASI SAMOURA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.740

PORTARIA Nº 3.740 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JULIANA LETICIA DEBERTOLIS, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011

JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.741

PORTARIA Nº 3.741 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JULIO PASQUAL RIGO, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.742

PORTARIA Nº 3.742 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JUNE BAHU ROVEA, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.743

PORTARIA Nº 3.743 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JUNGLES BENTHAS DOS PASSOS, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.744

PORTARIA Nº 3.744 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JUREMA CARICIMI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.745

PORTARIA Nº 3.745 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) KASSIA FERNANDA CALLAI, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.746

PORTARIA Nº 3.746 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) KELLY PATRICIA MELLO SILVA, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.747

PORTARIA Nº 3.747 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) LAURECI TEREZINHA DE LIMA, Professor Com Magistério ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.748

PORTARIA Nº 3.748 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) LÍCIANE BULGARELLI, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.749

PORTARIA Nº 3.749 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) LÍCIANE OLIVEIRA DOS SANTOS DINNEBIER, Professor Sem Habilitação ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Portaria n.º 3.750

PORTARIA Nº 3.750 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG, Professor Licenciatura Plena ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, até a data de 14 de dezembro de 2012, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2011
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Extrato PP 43/2011/FMS - PL 51/2011/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2011/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011/FMS

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadro informativo semanal de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 20/01/2012, a partir das 15h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h do dia 20/01/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2011.
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em exercício

VILMAR ZÍLIO
Gestor do FMS

Extrato PP 62/2011/PMJ - PL 134/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE RETIFICAÇÃO 1
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 134/2011/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2011/PMJ

O Município de Joaçaba, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, JOVENTINO DE MARCO, torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial nº 62/2011/PMJ, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 04/01/2011, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de portaria junto ao prédio do Tiro de Guerra 05-008, neste Município", sendo a forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM:

1) ONDE SE LÊ:

"Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 17/01/2011". LEIA-SE:

"Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 17/01/2012".

As demais disposições do extrato de edital permanecem inalteradas.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2011.
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Extrato PP 63/2011/PMJ - PL 133/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2011/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2011/PMJ

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, em emissoras de frequência AM e FM, com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, em conformidade com as especificações do objeto, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 20/01/2012, a partir das 15h30min na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 20/01/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 21 de dezembro de 2011.
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Errata Contrato 874

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 874/2012/PMJ, publicado no DOM em 05/01/2012.

1) Onde se lê:

"PL 123/2012/PMJ - PP 59/2012/PMJ":

Leia-se:

"PL 123/2011/PMJ - PP 59/2011/PMJ"

2) Onde se lê:

"CONTRATADA: MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA";

Leia-se:

"CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 02/01/2012

Errata Contrato 875

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 875/2012/PMJ, publicado no DOM em 05/01/2012.

1) Onde se lê:

"PL 123/2012/PMJ - PP 59/2012/PMJ";

Leia-se:

"PL 123/2011/PMJ - PP 59/2011/PMJ"

2) Onde se lê:

"CONTRATADA: MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA";

Leia-se:

"CONTRATADA: GUILHERME BRAGHIROLI ME".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 02/01/2012

Errata Contrato 876

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 876/2012/PMJ, publicado no DOM em 05/01/2012.

1) Onde se lê:

"PL 123/2012/PMJ - PP 59/2012/PMJ";

Leia-se:

"PL 123/2011/PMJ - PP 59/2011/PMJ"

Joaçaba, SC, 02/01/2012

Errata Contrato 877

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 877/2012/PMJ, publicado no DOM em 05/01/2012.

1) Onde se lê:

"PL 123/2012/PMJ - PP 59/2012/PMJ";

Leia-se:

"PL 123/2011/PMJ - PP 59/2011/PMJ"

Joaçaba, SC, 02/01/2012

Errata Contrato 878

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 878/2012/PMJ, publicado no DOM em 05/01/2012.

1) Onde se lê:

"PL 123/2012/PMJ - PP 59/2012/PMJ";

Leia-se:

"PL 123/2011/PMJ - PP 59/2011/PMJ"

2) Onde se lê:

"CONTRATADA: MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA";

Leia-se:

"CONTRATADA: TRANSLIANA DIST. DE ALIMENTOS LTDA

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 02/01/2012

Leoberto Leal

PREFEITURA

Extrato Resultado Processo Licitatório Nº 093/2011

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2011.

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Aquisição de material para construção de 05 (cinco) Casas Populares, com 36,00m² (trinta e seis metros quadrados), sendo dois dormitórios, um com 7,56m² (sete metros, vírgula cinquenta e seis décimos quadrados) e um quarto com 7,76 (sete metros, setenta e seis décimos quadrados); uma sala conjugada com a cozinha com 14,06m² (quatorze metros, vírgula seis décimos quadrados); e um banheiro com 2,40m² (dois metros, vírgula quarenta décimos quadrados). Empresa Vencedora do Certame: Agro Comercial Lopes LTDA ME. Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Dotação: 05.03.08.244.0007.1.021.4.4.90.00.00.00.00.0.1.002 4 (10) - Secretaria da Saúde e Assistência Social - Construção de Casas Populares

05.03.08.244.0007.1.021.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (11) - Secretaria da Saúde e Assistência Social - Construção de Casas Populares

Leoberto Leal/SC, 06/01/2012.

Signatários: TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Contratante e HEVERTON SEBASTIÃO LOPES - Contratado.

Contrato Nº 003/2012 PMLL

CONTRATO Nº 003/2012 - PMLL

"Contrato para aquisição de material para construção de 05 (cinco) Casas Populares, com 36,00m² (trinta e seis metros quadrados), sendo dois dormitórios, um com 7,56m² (sete metros, vírgula cinquenta e seis décimos quadrados) de área útil e um quarto com 7,76 (sete metros, setenta e seis décimos quadrados); uma sala conjugada com a cozinha com 14,06m² (quatorze metros, vírgula seis décimos quadrados); e um banheiro com 2,40m² (dois metros, vírgula quarenta décimos quadrados), conforme especificação constante do Anexo I do Edital de Licitação nº 093/2011"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Aquino de Campos, nº 203, Cidade de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.430.944/0001-12, neste ato representada Heverton Sebastião Lopes, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 065/2011, Processo Licitatório nº 093/2011, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a aquisição de material para construção de 05 (cinco) Casas Populares, com 36,00m² (trinta e seis metros quadrados), sendo dois dormitórios, um com 7,56m² (sete metros, vírgula cinquenta e seis décimos quadrados) de área útil e um quarto com 7,76 (sete metros, setenta e seis décimos quadrados); uma sala conjugada com a

cozinha com 14,06m² (quatorze metros, vírgula seis decímetros quadrados); e um banheiro com 2,40m² (dois metros, vírgula quarenta decímetros quadrados), conforme especificação constante do Anexo I do Edital de Licitação nº 093/2011.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 24/03/2012, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta de recursos previstos no orçamento fiscal vigente:

05.03.08.244.0007.1.021.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024 (10) - Secretaria da Saúde e Assistência Social - Construção de Casas Populares

05.03.08.244.0007.1.021.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (11) - Secretaria da Saúde e Assistência Social - Construção de Casas Populares

II - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em até 10 (dez) dias, após a Entrega do Material, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

III - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

IV - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do contratado, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cujo contratado é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII item 1 do Processo Licitatório nº 093/2011.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os

prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de janeiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

HEVERTON SEBASTIÃO LOPES

AGRO COMERCIAL LOPES LTDA

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 04-2011

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de recapagem, recauchutagem, vulcanização, e consertos de pneus usados para a manutenção de máquinas, caminhões e veículos, no dia 23 de janeiro de 2012, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de janeiro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal.

Extrato Pregão 05-2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de Transporte Escolar em Linhas do Interior do Município para o ano letivo de 2012, no dia 20 de janeiro de 2012 às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, na Secretaria Geral de Governo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 05 de janeiro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº: fms.001.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.001.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo

de vigência do Contrato fms.001.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2011 para 31 de dezembro de 2012, conseqüentemente, também alterando a Cláusula Oitava

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Contratante

SHEILA MANTOANI

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato Nº: pml.058.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.058.11

MODALIDADE: Carta-Convite para Compras e Serviços nº pml 0017/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e licença de uso de softwares, com acesso simultâneo de usuários da Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, que atenda as especificações técnicas e serviços descritos

VALOR: R\$ 66.876,00 (sessenta e seis mil e oitocentos e setenta e seis reais);

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2012, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento

DOTAÇÕES:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.39.08 - Manutenção de Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido: 016

Fonte 00 - Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna

Reduzido: 003

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 12.1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Reduzido: 006

Fonte 00 - Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 14.1401.08.243.002.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência à Criança e Adolescente e Contribuições

Reduzido: 003

Fonte 00 - Recursos Ordinário

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

PAULO ROBERTO SOMMER DA SILVA
Cpl Assessoria E Desenvolvimento Ltda
Contratada

Maracajá

PREFEITURA

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 01/2012 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de "medicamentos" para suprir o atendimento básico à população do município de Macarajá, para o exercício de 2012.

Abertura da Sessão: a partir das 13:30 horas do dia 19/01/2012.
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111.

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 003/2012

PORTARIA n.º 003/2012
TRATA DA NOMEAÇÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA .

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora NIALVA NICE MEZARI DEL MORO, para ocupar o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Cultura, nível de referência MAG 240, com carga horária de 40 horas, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Janeiro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 003/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 26/01/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2012, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 06 de janeiro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 25/01/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2012, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 06 de janeiro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/02/2012, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2012, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para executar a Destinação final de até 500 toneladas dos resíduos sólidos domiciliares e comercial urbano produzidos no município de Meleiro, até 31 de dezembro de 2012. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 06 de janeiro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 01/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme especificações físicas e técnicas constantes do ANEXO V, E PELAS CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 20/01/2012.

MENOR PREÇO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00 horas.

TELEFONE No (0__49) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte CARLO, 06 de janeiro de 2012.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

ALBERTINHO MANGOLT

Administrador

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 03/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2012

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERMERCADO BARPP LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº 1430, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.846.564/0001-56, neste ato representada pela Sra. EDAMARA FERNANDA ALVES, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO

MUNICIPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto da Licitação 72/2011 – PR 37/2011, a empresa vencedora receberá as importâncias unitárias constante da planilha abaixo pelas quantidades solicitadas e efetivamente entregues como segue:

LOTE: 01

SUPERMERCADO BARPP LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
1	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA INTEGRAL	LT	3200	2,17
2	Iogurte com polpa de fruta integral (bandeja)	bdj	5200	2,42
3	LEITE DE VACA INTEGRAL UHT EM EMBALAGEM TETRA	UNI	46000	1,81
	PARK 1 LT			
4	LEITE DE VACA DESNATADO TIPO LONGA VIDA C/ 01 LT	LT	1500	1,81
5	LEITE EM PO DE 1ª QUALIDADE CX CONTENDO 24 UNI DE 400GR	CXA	150	117,34
6	LEITE EM PÓ PARA RECÉM NASCIDO Nº 01. Embalagem com 400g.	UNI	50	16,52
7	LEITE EM PÓ RECEM NASCIDO Nº 02 C/ 400 GR	LATA	50	16,52
8	QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO SEM GLÚTEN. RESF	KG	1000	13,54
	ATÉ 10º C			

LOTE: 07

SUPERMERCADO BARPP LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
64	AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL. EM EMBALAGEM	PCT	2850	10,58
	PLASTICA, RESISTENTE			
65	Achocolatado em pó obtido pela mistura de: cacau em pó	UN	3000	3,31
66	ADOÇANTE LIQUIDO DIETÉTICO C/ 100 ML	UN	200	2,42
67	BALA MASTIGAVEL DIVERSOS SABORES EM PCT DE 700	PCT	430	5,65
	GR			
68	BALA MASTIGÁVEL TIPO GOMA CX DE 1,5 KG C/ 30 UND	CX	450	2,38
69	CESTA DE CHOCOLATE. Kit contendo diversos doces.	UNI	3000	1,89
	Armazenados			
70	DOCE EM PASTA DE FRUTAS EMBALADO C/ ATE 1 KG	POT	1000	4,29
71	DOCE DE LEITE (TIPO MUMU). EM EMBALAGEM PLASTICA	UNI	950	5,11
	RESISTENTE			
72	COCO RALADO EM PCT DE 01 KG	PCT	110	14,03
73	GELATINA EM PÓ, EM CAIXAS C/ 8 UND DE 1 KG	CXA	800	5,97
	DIVERSOS SABORES			
74	GELATINA EM PÓ DIET. Produto de primeira qualidade	CX	50	43,63
75	LEITE CONDENSADO. Tradicional, embalagem com 395g	UN	600	3,19

76	MEL DE ABELHA 1ª QUALIDADE. EM EMBALAGEM	UNI	210	10,64
	PLÁSTICA RESISTENTE			
77	OVO DE CHOCOLATE. Produto feito de chocolate ao leite.	UN	3000	2,68
	Taman			
78	PÊSSEGO EM CALDA. Selecionado e sem caroço.	UN	160	5,15
79	PIRULITO PLANO. Produto de diversos sabores.	PCT	400	2,96
80	PÓ PARA PUDIM EM PCT DE 01 KG DIVERSOS SABORES	PCT	500	5,66

LOTE: 11

SUPERMERCADO BARPP LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
98	AMENDOIM EMBALADO PCT C/ 500 GR	PCT	40	3,12
99	ERVILHA EM LATA C/ 02 KG	LATA	200	11,18
100	FEIJÃO PRETO. Produto de primeira qualidade.	PCT	5000	2,69
101	LENTILHAS DE PRIMEIRA QUALIDADE	PCT	1150	3,52
102	ALECRIM. Produto armazenado em embalagem com mínimo	PCT	280	1,12
	de 15g,			
103	caldo de galinha em tablete. embalagem atóxica, resistente.	CX	1200	2,14
104	CALDO DE GALINHA CX. COM 12 TABLETES (126 G)	UN	350	2,14
105	CANELA EM PÓ TUBO C/ 35 GR	TUB	250	1,58
106	CANELA EM CASCA. Embalagem em pacotes de no mínimo	UNI	150	1,02
	20g			
107	CRAVO. Embalagem com 8 gramas, com identificação do	UNI	100	1,72
	produto			
108	COLORAL D E 1ª QUALIDADE. EM EMBALAGEM PLÁSTICA	PCT	1000	2,14
109	EXTRATO DE TOMATE. Armazenado em embalagem	LATA	1450	3,73
	industrial			
110	FOLHA DE LOURO. Seca em embalagens com no mínimo de	PCT	280	0,99
	4g			
111	ORÉGANO EM PCT DE 100 GR	PCT	280	1,85
112	SAL IODADO. EM PACOTES DE 1 KG	PCT	1500	1,07
113	VINAGRE BRANCO. Produto derivado de álcool de primeira	UNI	850	1,12
114	FERMENTO BIOLÓGICO C/ 125 GR	UN	150	3,73
115	FERMENTO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE CONTENDO 250Gr	UNI	750	3,49

LOTE: 16

SUPERMERCADO BARPP LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
222	ACENDEDOR PARA FOGÃO A GÁS EM MAT. PLÁSTICO	UNI	75	5,89
	MEDINDO 22X3CM			
223	prato de louça	UN	350	3,89
224	POTES DE PLÁSTICO P/ ALIMENTOS 5 KG	UNI	150	5,79
225	PANELA DE INOX PARA 20 LTS	UN	50	74,17
226	PANELA INOX CAPACIDADE 3 LTS	UN	20	42,93
227	PANELA DE PRESSÃO PARA 4,5 LTS	UN	15	48,22
228	LEITEIRA DE INOX PARA 2 LTS	UN	36	64,89

229	LIXEIRO DE COZINHA COM PEDAL CAPACIDADE 50 LTS	UNI	20	37,54
230	FORMA DE BOLO ALUMÍNIO (QUADRADA) GRANDE.	UNI	30	13,88
231	forma para pudim média	UN	10	14,97
232	GARFO DESCARTÁVEL PLÁSTICO ADULTO	UN	100	5,59
233	GARRAFA TÉRMICA CAPAC. 1,8 LTS GLT PRESSÃO	UN	30	77,87
234	Garrafa isotérmica para líquidos frios/gelados - 1 litro	UN	30	28,95
235	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE 2 LTS	UN	30	28,95
236	GARRAFA TÉRMICA 5 L	UNI	30	31,95
237	garfo inox em embalagens com 12 unidades	UN	180	9,58
238	ESFREGADEIRA DE MADEIRA DE 1ª QUALIDADE	UN	25	16,27
239	ESPANADOR DE PÓ C/ PLUMAS DE AVES-TRUZ COM CABO	UNI	50	9,28
	DE 35 CM			
240	Faca carne/cozinha 10". Lâmina forjada em uma só peça	UN	15	5,99
241	FACA DE MESA EM EMBALAGEM C/ 12 UNID.	UN	180	9,58
242	FACA DE PAO CABO DE PLÁSTICO MIN. 20CM DE COMP.	UNI	20	5,29
	EM INOX			
243	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ NUMERO 103 EM CAIXAS	CX	200	2,30
244	ESCUMADEIRA COM ASTE INOX	UNI	30	4,69
245	COPO DE VIDRO TRANSPARENTE 250 ML	UNI	150	1,60
246	JARRA DE PLÁSTICO PARA 3 LTS	UNI	45	3,69
247	CHALEIRA DE INOX CAPACIDADE 2 LITROS	UN	24	38,93
248	CHALEIRA DE INOX PARA 5 LTS	UNI	24	47,22
249	COADOR DE PANO PARA CAFÉ COM CABO DE MADEIRA	UNI	250	1,70
	TAM GRANDE			
250	COLHER DE INOX COM 12 UNIDADE	UNI	180	9,68
251	CONCHA COM ASTE DE INOX	UN	25	4,69
252	CORDA PARA VARAL COM 10 MTS	UNI	35	1,79
253	KIT POTES PLÁSTICOS C/ 4 UNID.	KIT	35	15,97
254	AVENTAL DE TECIDO COM TOUCA	CJT	85	4,49
255	BULE DE INOX PARA 2 LTS	UN	30	94,84
256	BALDE 20 LT DE PLÁSTICO	BALD	170	6,59
257	BALDE DE PLÁSTICO RESISTENTE DE BOA QUAL. 50 LTS	UN	120	9,98
258	CONJUNTO DE POTES. Produto resistente com 5 unidades	CJT	30	31,95
259	COPOS PLÁSTICOS ESCOLAR	UNI	1000	1,70
260	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE 240 ml com 100	PCT	2000	3,79
	unid.			
261	FILTRO DE PAPEL P/ CAFÉ N 02 CX C/ 40 UND	CX	250	2,15
262	LIXEIRO PARA COZINHA. Capacidade de 20 litros	UN	30	46,92
263	LIXEIRO PARA SALA DE AULA PLÁSTICO CAPACIDADE 15	UN	180	3,69
	LTS			
264	LIXEIRO PARA BANHEIRO C/ CAPACIDADE 30 LTS	UN	75	6,69
265	PRATO ESCOLAR DE PLÁSTICO RESISTENTE DE BOA	UN	1000	2,87
	QUALIDADE			
266	PRATOS PLÁSTICOS PCT C/ 10 UNI	PCT	1200	2,80

267	TOALHA DE LOUÇA DE 1ª QUALIDADE ALVEJADA	UNI	700	3,39
268	TABUA DE CORTAR CARNE DE PLASTICO	UN	25	7,29
269	RALADOR EM PLÁSTICO	UN	25	3,88
270	TRAVESSA TIPO MARINEX GRANDE	UN	20	16,72
271	VALVULA PARA BUTIJOÃO DE GAS DE 13 KG C/ MANGUEIRA	UN	35	24,46
272	ESGUINCHO DE BOA QUALIDADE C/ 30 MTS	UNI	45	29,95
273	PRENDEDOR DE ROUPA DE MADEIRA C/ 12 UN	PCT	200	1,80
274	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA	UNI	115	5,69
275	PILHA 9 V	UNI	100	6,99
276	PILA ALCALINA AA C/ 04 UND	UN	50	6,49
277	PILHA MÉDIA C/ 02 UNID	UN	30	4,69
278	PILHA PALITO ALCALINA AAA 1,5 VOLTS	UN	100	7,09

As despesas decorrentes da entrega dos produtos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir enumerada:

As despesas decorrentes da entrega dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GAS DE COSINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir especificadas:

Entidade	órgão	Unidade	Projeto atividade	descrição
01	07.00	07.01	2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
01	07.00	07.01	2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
01	03.00	03.05	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM.
01	06.00	06.04	2.007	SEGURANÇA PÚBLICA
01	12.00	12.01	2.010	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS
01	12.00	12.01	2.011	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
01	07.00	07.01	2.016	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
01	07.00	07.01	2.017	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL
04	01.00	01.01	2.030	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
04	01.00	01.01	2.031	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
09	15.00	15.01	2.034	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
01	10.00	10.03	2.036	MANUTENÇÃO SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 72/2011, Pregão Presencial nº 37/2011 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 05 de janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Gerenciador	Supermercado BARPP LTDA EDAMARA FERNANDA ALVES Fornecedor
---	---

Fundo Municipal de Saúde MARCOS N. C. DE SIQUEIRA Órgão Participante	FUNREBOM ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Participante
--	--

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 04/2012 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2012

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ELETRO MECANICA E PADARIA MARCON LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marino Pisani, nº 1915, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.225.700/0001-59, neste ato representada pela Sra. MAUREN MARCON DOS SANTOS, doravante denominada FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto da Licitação 72/2011 - PR 37/2011, a empresa vencedora receberá as importâncias unitárias constante da planilha abaixo pelas quantidades solicitadas e efetivamente entregues como segue:

LOTE: 04				
PADARIA MARCON LTDA ME				
Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
29	PÃO FRANCÊS - 50 G	UN	200000	0,26
30	PÃO FATIADO EM PACOTES COM 22 FATIAS	PCT	9000	2,79
31	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	UN	11500	0,35
32	PÃO INTEGRAL FATIADO EM PCT C/ 22 FATIAS	PCT	1000	3,49
33	BOLO TIPO ANIVERSÁRIO RECHEADO C/ COBERTURA	KG	2000	10,97
VARIOS SABORES				
34	SALGADINHOS DIVERSOS TIPO COQUETEL	CEN	400	31,91

As despesas decorrentes da entrega dos produtos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir enumerada:

As despesas decorrentes da entrega dos GENEROS ALIMENTICIOS, GAS DE COSINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir especificadas:

Entidade	órgão	Unidade	Projeto atividade	descrição
01	07.00	07.01	2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
01	07.00	07.01	2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
01	03.00	03.05	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM.
01	06.00	06.04	2.007	SEGURANÇA PÚBLICA
01	12.00	12.01	2.010	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS
01	12.00	12.01	2.011	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
01	07.00	07.01	2.016	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
01	07.00	07.01	2.017	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL
04	01.00	01.01	2.030	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
04	01.00	01.01	2.031	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
09	15.00	15.01	2.034	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
01	10.00	10.03	2.036	MANUTENÇÃO SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 72/2011, Pregão Presencial nº 37/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 05 de janeiro de 2012.
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

Eletro Mecanica e Padaria Marcon LTDA
MAUREN MARCON DOS SANTOS
Fornecedor

Fundo Municipal de Saúde
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA
Órgão Participante

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 05/2012 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2012

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº

95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: SUPERMERCADO JL CORDEIRO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Presidente Kennedy, nº 103, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.240.549/0001-16, neste ato representada pelo Sr. JOAQUIM CORDEIRO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto da Licitação 72/2011 - PR 37/2011, a empresa vencedora receberá as importâncias unitárias constante da planilha abaixo pelas quantidades solicitadas e efetivamente entregues como segue:

LOTE: 06

SUPERMERCADO JL CORDEIRO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Q t d e Cotada	P r e ç o Unitário
40	ARROZ PARBORIZADO CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. EM EMBALAGEM PL	PCT	2750	7,33
41	ARROZ INTEGRAL EM EMBALAGEM PLÁSTICA, C/ 1 KG	PCT	100	3,75
42	MACARÃO INTEGRAL DE PRIMEIRA QUALIDADE C/ 1 KG	PCT	250	4,80
43	MACARRÃO (tipo espaguete). Massa com ovos.	PCT	2150	3,84
44	MACARRÃO BOA QUALIDADE C/ OVOS PCTE 01 KG	UN	3100	4,12
45	AVEIA EM FLOCOS PCT 500 GR	PCT	100	4,80
46	AMIDO DE MILHO. Embalagem com no mínimo 500g	PCT	1000	3,17
47	CANJICA DE PRIMEIRA QUALIDADE EM PACOTES DE 500 GR	PCT	1750	1,44
48	CEREAL PRÉ - COZIDO DE 1ª QUALIDADE. EM EMBALAGEM PLÁSTICA	PCT	1000	3,75
49	ENSURE	UN	75	38,25
50	LINHAÇA PRETA EM PACOTES DE 500 GR	PCT	95	3,74
51	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL FORTIFICADO EM FERRO E ÁCIDO	PCT	750	6,57
52	FARINHA DE MILHO ESPECIAL FORTIFICADO EM FERRO E	PCT	650	6,62



	ACIDO			
53	FARINHA DE ROSCA PCT C/ 500 GR	UN	250	1,91
54	FARINHA DE BIJU DE 1ª QUALIDADE. EM EMBALAGEM RESISTENTE	PCT	520	2,89
55	FIBRA DE TRIGO EM PACOTES DE 500 GR	PCT	75	4,41
56	FLOCOS DE CEREAL TIPO SUCRI- LIOS COM EMBALAGEM DE 2 KG	PCT	3200	18,19
57	MILHO EM LATA 1ª QUAD DE 2KG	LATA	350	10,78
58	MISTURA DE CEREAIS, CASTA- NHAS E FRUTAS SECAS PCT 500GR	PCT	150	8,26
59	POLVILHO AZEDO PCT 500 GR	PCT	250	2,30
60	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA PCT 500 GR	PCT	110	5,44
61	QUIRERINHA. Armazenados em embalagens de 500 gramas	PCT	1200	1,86
62	SAGU DE 1ª QUALIDADE. EM EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE	PCT	2000	1,88
63	SUSTAGEM® (Complemento alimentar hipocalórico). Armazenados	UNI	150	21,97

LOTE: 09

SUPERMERCADO JL CORDEIRO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Q t d e Cotada	P r e ç o Unitário
88	AGUA MINERAL SEM GÁS BUTI- JÃO DE 20LT	BUT	480	8,99
89	ÁGUA MINERAL SEM GÁS. Produ- to armazenado em galão de 5 litro	UNI	50	4,79
90	AGUA MINERAL S/ GAS C/ 500 ML	UN	400	0,97
91	CASCO DE BUTIJÃO DE AGUA 20 LTS CERTIFICADO	UN	25	21,88

LOTE: 13

SUPERMERCADO JL CORDEIRO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Q t d e Cotada	P r e ç o Unitário
146	AGUA SANITÁRIA. Caixa com 12 unidades - Desinfetante de uso	CX	50	14,75
147	ÁGUA SANITÁRIA. Caixa com 12 unidades - Desinfetante de uso	CXA	1800	34,89
148	ÁLCOOL - 1 LITRO	UN	2150	3,78
149	AMACIANTE DE ROUPA C/ 2 LTS	UNI	1000	2,67
150	AMACIANTE DE 1 LT DE BOA QUALIDADE	LT	250	1,46
151	ANIL LIQUIDO COM 200ML	UN	150	4,52
152	PÁ PARA LIXO.	UNI	200	2,67
153	CERA EM PASTA AMARELA 375 G	UNI	3500	5,95
154	CERA EM LIQUÍDA AMARELA. Pro- duto polimentável	UNI	2000	2,17
155	CERA EM LIQUÍDA VERMELHA Produto polimentável	UNI	1000	2,20

156	CERA LÍQUIDA INCOLOR. Cera lí- quida polimentável	UNI	550	2,17
157	DESINFETANTE - 02 LITROS	UN	3750	2,90
158	DETERGENTE 500 GRS	UNI	6000	1,01

As despesas decorrentes da entrega dos produtos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir enumerada:

As despesas decorrentes da entrega dos GENEROS ALIMENTÍCIOS, GAS DE COSINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir especificadas:

Entidade	órgão	Unidade	Projeto atividade	descrição
01	07.00	07.01	2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
01	07.00	07.01	2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
01	03.00	03.05	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM.
01	06.00	06.04	2.007	SEGURANÇA PÚBLICA
01	12.00	12.01	2.010	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS
01	12.00	12.01	2.011	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
01	07.00	07.01	2.016	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
01	07.00	07.01	2.017	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL
04	01.00	01.01	2.030	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
04	01.00	01.01	2.031	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
09	15.00	15.01	2.034	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
01	10.00	10.03	2.036	MANUTENÇÃO SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 72/2011, Pregão Presencial nº 37/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 05 de janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo

ANTONINHO T. GONÇALVES

Órgão Gerenciador

Supermercado JL Cordeiro LTDA ME

JOAQUIM CORDEIRO

Fornecedor

Fundo Municipal de Saúde

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Órgão Participante

FUNREBOM

ANTONINHO T. GONÇALVES



Órgão Participante

FUNREBOM

ANTONINHO T. GONÇALVES

Órgão Participante

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 06/2012**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2012**

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA ME (ELSON ANTONIO BARPP) pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº 25, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.617.278/0001-51, neste ato representada pelo Sr. ELSON ANTONIO BARPP, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto da Licitação 72/2011 – PR 37/2011, a empresa vencedora receberá as importâncias unitárias constante da planilha abaixo pelas quantidades solicitadas e efetivamente entregues como segue:

LOTE: 02

ELSON ANTONIO BARPP - bela vista

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
9	CARNE BOVINA (Bife de fígado). Cortes de animal sadio	KG	150	5,56
10	CARNE BOVINA MOÍDA. Produto de primeira qualidade	KG	3700	8,25
11	CARNE BOVINA EM BIFES	KG	2750	13,90
12	CARNE BOVINA PICADA SEM OSSO - 1ª QUALIDADE.	KG	2000	9,26
13	CARNE DE FRANGO EM CORTE DE COXA E SOBRECOXA - CX 18KG	CX	1500	81,45
14	CARNE DE FRANGO EM CORTES DE PEITO	KG	350	4,63
15	CARNE DE SOJA PCT 500 GR	PCT	25	6,48
16	FILÉ DE TILÁPIA	KG	250	18,54
17	LINGUIÇINHA. Produto de 1ª qualidade	KG	600	6,95
18	OVOS	bdj	750	6,95

19	PRESUNTO MAGRO FATIADO RESFRIADO ATE 10°C EM PCT DE 01 KG	KG	400	11,11
20	SARDINHA AO PROPRIO SUCO COM OLEO COMESTIVEL. EM LATAS	CXA	300	54,22
21	SASSAMI DE FRANGO (tipo filezinho). Cortes de frango	KG	1600	7,88
22	SALSICHA DE 1ª QUALIDADE. CONGELADA A -18°C, EMBALADA	KG	2000	4,13

LOTE: 03

ELSON ANTONIO BARPP - bela vista

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
23	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM C/ 1 LT	UN	25	27,74
24	CREME DE LEITE C/ 200G	UN	250	1,29
25	EMULSIFICANTE PARA SORVETE 200 G	UN	100	3,51
26	MARGARINA COM SAL C/ 1 KG	UNI	1700	3,07
27	NATA. Produto armazenado em embalagem plástica, resistente,	PCT	150	2,17
28	OLEO DE SOJA REFINADO 900 ML	LATA	2000	2,95

LOTE: 08

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
81	SACHE DE AÇUCAR DE 1 GR CX C/ 2.000 UND	CX	25	181,69
82	SACHE DE ADOÇANTE 8 GR CX C/ 1.000 UND	CX	25	134,59
83	SACHE DE SAL 1 GR CX C/ 2.000 UND	CX	10	168,59
84	SACHE DE GELÉIA 15 GR, SABORES DIVERSOS CX C/ 144 UND	CX	25	78,36
85	SACHE DE MARGARINA S/ SAL 10 GR CX C/ 192 UND	CX	25	89,01
86	SACHE DE MARGARINA C/ SAL 10 GR CX C/ 192 UND	CX	30	89,01
87	SACHE DE TORRADA CX C/ 100 UND	CX	50	72,05

LOTE: 12

ELSON ANTONIO BARPP - BELA VISTA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
116	ABOBRINHA DE 1ª QUALIDADE	UNI	1700	2,69
117	ALFACE DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	1750	1,35
118	ALHO PCT C/ 100GRS 1º QUALIDADE	PCT	1000	2,01
119	BATATA DE 1ª QUALIDADE EM BOLSA DE 50 KG	BOLS	150	78,12
120	CEBOLA (1ª QUALIDADE) - BOLSA 10 KG	BLS	200	22,59
121	CENOURA DE 1ª QUALIDADE	KG	1350	2,14
122	LARANJA (1ª QUALIDADE) - CX 20 KG	CX	850	39,18
123	REPOLHO 1ª QUALIDADE	KG	2100	1,26
124	MAMÃO FORMOSA DE 1ª QUALIDADE	KG	2500	2,51
125	BANANA 1ª QUALIDADE CX. C/ 20 KG	CX	800	23,89
126	BETERRABA DE 1ª QUALIDADE	KG	700	2,14
127	MAÇÃ (1ª QUALIDADE) - CX. 20 KG	CX	950	42,84

128	TEMPERO VERDE EM MAÇO	UN	2000	1,75
129	TOMATE DE 1ª QUALIDADE	KG	1300	2,73
130	CHUCHU DE 1ª QUALIDADE	KG	1000	1,76
131	PEPINO IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1000	1,76
132	MORANGA CABUTIÁ, CADA UNI PESANDO EM MÉDIA 2 KG	UNI	550	3,59
133	MANDIOCA "IN NATURA" LAVADA	KG	1200	3,63
134	MELANCIA, CADA UNIDADE PESANDO DE 8 A 10 KG	UNI	1500	11,99
135	BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	250	2,69
136	PIMENTÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM KG	KG	250	2,66
137	ABACAXI IN NATURA C/ PESO MÉDIO DE 2 A 3 KG A UND	UN	350	3,60
138	AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, MAÇO C/ 2250 GR	UN	270	2,32
139	BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE MAÇO C/ 1 KG	UN	270	2,69
140	BROTO DE ALFAFA, BANDEJA C/ 500 GR	UN	250	5,55
141	LIMÃO PRIMEIRA QUALIDADE	KG	200	4,06
142	FEIJÃO-DE-VAGEM PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1000	4,37
143	COUVE FLOR 1ª QUALIDADE GRAUDA.	UNI	250	2,55
144	MELÃO COM PESO MÉDIO DE 2 A 3 KG	UN	350	4,56
145	MORANGO IN NATURA BANDEJA C/ 500 GR	UN	300	3,13

LOTE: 17

ELSON ANTONIO BARPP - BELA VISTA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
279	CASCO DE BUTIÃO DE GÁS DE COZINHA 13 KG	UN	18	56,07
280	GAS DE COZINHA 13 KG	UN	890	31,99

As despesas decorrentes da entrega dos produtos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir enumerada:

As despesas decorrentes da entrega dos GENEROS ALIMENTICIOS, GAS DE COSINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir especificadas:

Entidade	orgão	Unidade	Projeto atividade	descrição
01	07.00	07.01	2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
01	07.00	07.01	2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
01	03.00	03.05	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM.
01	06.00	06.04	2.007	SEGURANÇA PÚBLICA
01	12.00	12.01	2.010	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS
01	12.00	12.01	2.011	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
01	07.00	07.01	2.016	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
01	07.00	07.01	2.017	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL
04	01.00	01.01	2.030	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
04	01.00	01.01	2.031	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

09	15.00	15.01	2.034	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
01	10.00	10.03	2.036	MANUTENÇÃO SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 72/2011, Pregão Presencial nº 37/2011 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 05 de janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Gerenciador	Supermercado Bela Vista LTDA ME ELSON ANTONIO BARPP Fornecedor
---	--

Fundo Municipal De Saúde MARCOS N. C. DE SIQUEIRA Órgão Participante	FUNREBOM ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Participante
--	--

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 07/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MERCADO RZ LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, nº 357, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.373.157/0001-15, neste ato representada pela Sra. SALETE VARISA PARIZOTTO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto da Licitação 72/2011 – PR 37/2011, a empresa vencedora receberá as importâncias unitárias constante da

planilha abaixo pelas quantidades solicitadas e efetivamente entregues como segue:

LOTE: 05				
MERCADO RZ LTDA ME				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
35	BOLACHA DOCE SORTIDA CX C/ 06 PCTS DE 1.600KG	CXA	1000	44,51
36	BOLACHA DOCE TIPO WAFER. Produto de diversos sabores.	CX	3800	33,80
37	BOLACHA SALGADA TIPO CREAM CRACKER CX C/ 10 PCT 800 GR	CXA	1150	40,38
38	BOLACHA DOCE TIPO MARIA CX C/ 10 PCT COM 800 GR	CXA	1150	40,38
39	BOLACHA INTEGRAL em embalagem plástica atóxica, resistente.	CX	50	43,38
LOTE: 10				
MERCADO RZ LTDA ME				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
92	CAFÉ TORRADO E MOÍDO. 100% puro, embalagem a vácuo de 500g,	PCT	2000	6,20
93	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO C/ 200G	UNI	300	8,37
94	CHÁ DIVERSOS SABORES. EM CAIXA CONTENDO 25 UN DE SACHE.	CX	1550	2,02
95	SUCO NATURAL DE FRUTAS EM GARRAFA DE 500 ML	UN	350	2,46
96	SUCO DE FRUTAS NATURAL EM PÓ C/ 45 GRS	UNI	500	0,55
97	PREPARO SÓLIDO. Refresco artificial de vários sabores.	PCT	1550	4,59
LOTE: 14				
MERCADO RZ LTDA ME				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
159	ESCOVA DE ROUPA OVAL DE 1ª QUALIDADE	UN	175	2,18
160	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE DE BOA QUALIDADE	UN	275	1,91
161	ESFREGÃO DE AÇO	UN	375	1,07
162	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - PCTE COM 08 UN (60 g)	PCT	2000	1,50
163	ESPONJA DE LOUÇA 20 MM DE 1ª QUALIDADE DUPLA FACE	UN	2350	0,88
164	FOSFORO EM MASSO PCT C/10 CX CADA CX C/ 45 PALITOS	PCT	940	2,65
165	LIMPA FORNO 230 g	UN	215	3,72
166	LIMPA PISO. Produto a base de tensoativo não-ionico	UNI	2000	5,77
167	LUVA DE LATEX TAM. P, M E G	PAR	2000	3,54
168	PALHA DE AÇO Nº 0	UN	275	0,88
169	QUEROZENE DE BOA QUALIDADE C/ 1LT	UN	1100	5,32

170	RODO DE CERA (Tamanho grande 1º qualidade).Produto com 40 c	UNI	500	7,01
171	RODO DE PLÁSTICO (Tamanho grande 1º qualidade).	UNI	475	10,65
172	SABÃO EM BARRA DE ALCOOL C/ 400GR	UN	1840	2,35
173	SABÃO PARA LOUÇA TIPO BRILHANTE PCT COM 05 UND	PCT	800	4,62
174	SABÃO EM PÓ. Produto em caixas com 1 kg. Composição: tensoat	UNI	3800	4,43
175	SACO P/ LIXO 15 LTS PCT 50 UNI	PCT	2500	1,23
176	SACO DE LIXO DE 30 LTS PCT C/ 25 UN	PCT	2500	1,23
177	SACO P/ LIXO 50 LTS C/ 25 UNI	PCT	2100	1,23
178	SACO PARA LIXO DE 100 LT - PCTE 05 UNI	UN	2750	1,23
179	SAPONACEO COM DETERGENTE 300 GRS	UNI	1650	3,37
180	SAPONÁCEO EM PÓ COM DETERGENTE 300 ml. Saponáceo em pó	UNI	2750	2,30
181	SODA CAUSTICA (TIPO ABEL ®) C/ 1KG - DE BOA QUALIDADE	PCT	64	6,44
182	VASSOURA DE NYLON DE 1ª QUALIDADE COM CABO	UN	850	5,76
183	DESINFETANTE TIPO PINHO C/ 500 ML	VD	550	1,59
184	DESINFETANTE C/ 01 LT	VD	750	3,54
185	DESINFETANTE E AROMATIZANTE CONCENTRADO 140ML. DIVERSOS AROM	UNI	55	5,32
186	ODORIZADOR DE AMBIENTE.	UNI	175	5,23
187	ESCOVA OVAL DE PLASTICO	UNI	75	2,65
188	INSETICIDA AEROSOL CONTRA MOSCAS, MOSQUITOS, ARANHAS..	UN	115	6,21
189	LIMPA VIDROS C/ 500 ML	VD	450	2,65
190	LIMPADOR MULTIUSO 500 ML	VD	650	2,65
191	LIXA PARA FOGÃO	UN	250	1,07
192	LUSTRA MÓVEIS C/ 200 ML	VD	215	2,21
193	.MOP AUTOTORÇÃO (MOP MAIS CABO)	UN	45	48,39
194	REFIL MOP AUTOTORÇÃO ALGODÃO	UN	75	53,19
195	REMOVEDOR DE CERA	UN	350	6,21
196	RODO DE BORRACHA COM FIXADOR EM METAL C/ CABO	UNI	175	17,67
197	PANO DE CHÃO TP TOALHA GRANDE DE BOA QUALIDADE	UN	1550	4,97
198	VELAS Nº 03 PCT C/ 8UN	PCT	50	2,13
199	PASTILHA ADESIVA SANITÁRIA CX C/ 03 UND	CXA	190	4,08
LOTE: 15				
MERCADO RZ LTDA ME				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
200	PAPEL HIGIENICO BRANCO PCT 8RL X 60M	PCT	3000	31,91
201	GUARDANAPO PCT C/ 50 UNI	PCT	1100	1,11
202	EMBALAGEM P/ CARNE 5 KG PCT C/ 100 UNIDS	UNI	250	4,33
203	SACOLA PLÁSTICA. Fardos com 100 unidades de 20 Kg	PCT	155	33,68
204	PAPEL TOALHA PCT C/ 02 ROLOS	PCT	250	2,47

205	PAPEL ALUMINIO ROLO 7,5 MTS X 45 CM	RL	75	2,65
206	ABSORVENTE BASICO COM ABAS PCT COM 8 UNIDADES	PCT	150	2,56
207	PALITO DE DENTE CX C/ 200 PALITOS	CX	350	0,58
208	SABONETE LIQUIDO C/ 5LTS	LT	36	16,75
209	LENÇOS UMEDECIDOS ANTI-ALÉRGICOS EMB. COM 75 UN.	UNI	75	2,92
210	LAMINA DE AÇO PARA BARBEAR CX C/ 03 UND.	UN	75	1,95
211	FIO DENTAL COM 50 MTS	UNI	50	3,81
212	CREME DENTAL COM FLUOR E CÁLCIO C/ 90 GR	TUB	95	2,38
213	CREME CONDICIONADOR PARA CABELOS POTES COM 1 KG	PT	25	4,87
214	ESCOVA DENTAL MÉDIA. MACIA COM 28 TUFOS	UNI	150	3,27
215	DESODORANTE TIPO ROLL ON C/ 50 ML	TUB	45	4,07
216	TOALHA DE BANHO DE 1ª QUALIDADE	UN	800	8,69
217	TOALHA DE ROSTO DE 1ª QUALIDADE	UN	250	6,29
218	TOUCAS DESCARTAVEIS	UN	185	8,78
219	SABONETE ANTI-ALERGICO	UN	1500	1,32
220	SHAMPOO INFANTIL ANTI ALÉRGICO E SEM IRRITAÇÃO C/ 250 ML	FRAS	1100	5,84
221	TALCO INFANTIL DE BOA QUALIDADE ANTIALÉRGICO	PT	1000	6,11

As despesas decorrentes da entrega dos produtos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir enumerada:

As despesas decorrentes da entrega dos GENEROS ALIMENTICIOS, GAS DE COSINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, a seguir especificadas:

Entidade	órgão	Unidade	Projeto atividade	descrição
01	07.00	07.01	2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
01	07.00	07.01	2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
01	03.00	03.05	2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM.
01	06.00	06.04	2.007	SEGURANÇA PÚBLICA
01	12.00	12.01	2.010	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS
01	12.00	12.01	2.011	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
01	07.00	07.01	2.016	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
01	07.00	07.01	2.017	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL
04	01.00	01.01	2.030	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
04	01.00	01.01	2.031	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
09	15.00	15.01	2.034	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
01	10.00	10.03	2.036	MANUTENÇÃO SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 72/2011, Pregão Presencial nº 37/2011 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 05 de janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Gerenciador	Mercado RZ LTDA SALETE VARISA PARIZOTTO Fornecedor
---	--

Fundo Municipal De Saúde MARCOS N. C. DE SIQUEIRA Órgão Participante	FUNREBOM ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Participante
--	--

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado Pregão Presencial Nº 049/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2011
PREFEITURA DE NOVA TRENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2011

OBJETO: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA CRECHES MUNICIPAIS para o ano de 2012.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS VOLTOLINI LTDA. (CNPJ Nº 83.715.383/0001-01)

VALOR: R\$ 79.648,81 (setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Nova Trento/SC, 12 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resultado Pregão Presencial Nº 052/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2011
PREFEITURA DE NOVA TRENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2011

OBJETO: Aquisição de dois caminhões, sendo um 6 x 4 e outro 4 x 2, de acordo com as exigências constantes do anexo I (Termo de Referência) que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: Item 01: E B F COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA. - FORD CAMINHÕES (CNPJ Nº 08.531.438/0001-08) e Item 02: R.F COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA. (CNPJ Nº

78.824.224/0001-05)

VALOR: Item 01: R\$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais); Item 02: R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

Nova Trento/SC, 21 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resultado Pregão Presencial N° 054/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2011

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 129/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2011

OBJETO: Aquisição parcelada de Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Etanol), para uso na Frota Municipal de Nova Trento (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o ano de 2012

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA. (CNPJ N° 75.294.082/0001-23)

VALOR: Prefeitura: R\$ 423.660,00 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e sessenta reais); e Saúde: R\$ 85.740,00 (oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais).

Nova Trento/SC, 15 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resultado Pregão Presencial N° 056/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2011

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2011

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.736 m² lajotas, 496 ML de meio-fio e confecção e reforma de bocas de lobo a ser executado na RUA CARLOS BATISTA DELL 'ANTÔNIA no Bairro Trinta Reis.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: JOSE CARLOS BERNARDES - ME (BERNARDES CALÇAMENTO) (CNPJ N° 06.072.790/0001-05)

VALOR: R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais).

Nova Trento/SC, 20 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resultado Pregão Presencial N° 057/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL N° 057/2011

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 134/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N° 057/2011

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.224 m² lajotas, 199 ML de meio-fio e confecção e reforma de Bocas de lobo a ser executado na RUA TERESA GANDIM no Bairro Ribeirão da Velha.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: JOSE CARLOS BERNARDES - ME (BERNARDES CALÇAMENTO) (CNPJ N° 06.072.790/0001-05)

VALOR: R\$ 18.680,00 (dezoito mil seiscentos e oitenta reais).

Nova Trento/SC, 20 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resultado Pregão Presencial N° 058/2011

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2011

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 135/2011 - PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2011

OBJETO: Licença de uso de sistemas para a gestão pública municipal, juntamente com a contratação de serviços de implantação, migração de dados, treinamento e capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, nos termos deste edital e seus anexos, para Administração Municipal de Nova Trento, incluindo, Prefeitura, Fundo de Saúde, Câmara Municipal, Iprevent e SAMAE.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: BETHA SISTEMAS LTDA. (CNPJ N° 00.456.865/0001-67)

VALOR: Prefeitura: R\$ 44.889,99 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos); Educação: R\$ 5.760,13 (cinco mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos); Saúde: R\$ 2.278,93 (dois mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos); Assistência Social: R\$ 1.798,92 (mil setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos); Câmara de Vereadores: R\$ 2.640,06 (dois mil seiscentos e quarenta reais e seis centavos); Iprevent: R\$ 1.560,03 (mil, quinhentos e sessenta reais e três centavos); SAMAE: R\$ 12.798,79 (doze mil setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos); SERVIÇOS TÉCNICOS: 22.800,49 (vinte e dois mil, oitocentos reais e quarenta e nove centavos).

Nova Trento/SC, 20 de dezembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Prorrogação Ata de Registro de Preços N° 018/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 018/2011

Processo Licitatório n° 115/2011 - Pregão Presencial n° 044/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA

DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E OUTROS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS.

Data da Homologação: 14/12/2011.

Vigência: 31/12/2011

Prorrogar até dia: 14/12/2012.

VENCEDORES NO CERTAME: CORREA MATERIAL ELÉTRICO (CNPJ nº 02.559.947/0001-62); JMM ELETRICA LTDA -ME. (CNPJ nº 13.226.152/0001-59) e SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME. (CNPJ nº 09.056.757/0001-71).

Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novarento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Prorrogação Ata de Registro de Preços Nº 019/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2011

Processo Licitatório nº 116/2011 - Pregão Presencial nº 045/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA USO NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PESSOAS CARENTES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO PARA O ANO DE 2012.

Data da Homologação: 25/11/2011.

Vigência: 31/12/2011

Prorrogar até dia: 25/11/2012.

VENCEDORES NO CERTAME: COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA - PLASMEDIC (CNPJ nº 09.200.303/0001-22).

Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novarento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Prorrogação Ata de Registro de Preços Nº 020/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2011
Processo Licitatório nº 117/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE 520 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO CONFORME ESTUDO SOCIO ECONOMICO EFETUADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Data da Homologação: 30/11/2011.

Vigência: 31/12/2011

Prorrogar até dia: 30/11/2012.

VENCEDORES NO CERTAME: COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VOLTOLINI LTDA. (CNPJ nº 83.715.383/0001-01).

Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novarento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto 1920-2012

DECRETO Nº 1920, de 05 de Janeiro de 2012.

Decreta desapropriação indireta, por utilidade pública, de imóvel de propriedade de EVALDO FURLANETTO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do Decreto nº 1.913, de 13/12/2011, combinado com o artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3365/1941, de 21 de junho de 1941 e, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978; mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estes da Lei nº 10.406, de 10.01.2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado desapropriado, por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável, o seguinte imóvel: Parte do lote urbano nº 01, do Loteamento Bottega, com área de 220,05 m2, AO NORTE: com parte do mesmo lote nº 01 na extensão de 7,422m; AO SUL com parte da área de terras de cultura e matos de reserva de Sidinei Forcelini numa extensão de 7,27 m; AO LESTE com área verde numa extensão de 31,093 m; AO OESTE com parte do mesmo lote 01 de Evaldo Furlanetto na extensão de 29,445 m, conforme croqui em anexo, imóvel de propriedade do Sr. Evaldo Furlanetto, inscrito no CPF nº 814.572.949-15, com endereço na marginal SC 468, Km 14, neste Município.

Parágrafo único. Em decorrência da desapropriação, o Município pagará à Expropriada, como indenização, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme Termo de Acordo, firmado entre as partes.

Art. 2º O imóvel objeto desta desapropriação será utilizado para fins de abertura do prolongamento da Rua Castelo Branco.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, Código da Dotação: Órgão: 30.00 Secretaria de Administração e Fazenda. Unidade: 30.01 - Departamento de Administração e Fazenda. Projeto/Atividade: 04.122.0003.2.003.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Novo Horizonte/SC, em 05 de Janeiro de 2012.

SEBASTIÃO LIMA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Termo de Acordo 01/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO 01-2012

EXPROPRIANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXPROPRIADO: EVALDO FURLANETTO.

Objeto: Desapropriação Parte do lote urbano nº 01, do Loteamento Bottega, com área de 220,05 m2, AO NORTE: com parte do mesmo lote nº 01 na extensão de 7,422m; AO SUL com parte da área de terras de cultura e matos de reserva de Sidinei Forcelini numa extensão de 7,27 m; AO LESTE com área verde numa extensão de 31,093 m; AO OESTE com parte do mesmo lote 01 de Evaldo Furlanetto na extensão de 29,445 m. Valor: R\$ 15.000,00. FINALIDADE: Abertura da Rua Castelo Branco. Sebastião Lima dos Santos. Novo Horizonte-SC, em 05/01/2012.

Paial

PREFEITURA

Edital de Credenciamento Universal Nº 01/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
AVISO DE CREDENCIAMENTO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 01/2012 - Edital de Credenciamento 01/2012.

Objeto:

Contratação de Serviços de Distribuição de Dejetos Suínos conforme Edital de Credenciamento 01/2012.

Período de Credenciamento: 10/01/2012 a 31/12/2012.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 05 de Janeiro de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Edital De Credenciamento Universal Nº 02/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Credenciamento Universal para contratação de prestadores de serviços com trator agrícola de pneus para realização de serviços em propriedades agrícolas do interior do Município, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Credenciamento 02/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 02/2012 - Credenciamento Universal 02/2012.

Objeto:

Serviços de silagem, serviços de grade de reboque (arradora) e sulcador (pé-de-pato)

Data de início do credenciamento: 10/01/2012

Data final do credenciamento: 31/12/2012

Os preços são fixados pelo Município conforme edital de credenciamento universal 02/2012.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 05 de janeiro de 2012

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 01/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 03/2012

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 03/2011 - Pregão Presencial 01/2012 JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: contratação de serviços de seguro para veículos, Máquinas e Prédios Públicos do município de Paial conforme especificação no edital.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 23 Janeiro de 2011, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09:00 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 05 de Janeiro de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Complementar nº 013/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 013, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
"INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 1º Essa Lei institui o Plano Diretor do Município de Passo de Torres, e incorpora as diretrizes estabelecidas pelo artigo 182 da Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal de Passo de Torres passa a ser o instrumento orientador e normativo da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, definindo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do Município, tendo em vista as aspirações da população.

Parágrafo Único. O Plano, nos exatos termos das leis que o compõem, aplica-se a toda a extensão territorial do Município de Passo de Torres.

Art. 3º As políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender ao estabelecido

nesta Lei, e nas Leis que integram o Plano Diretor.

Art. 4º Integram o Plano Diretor, instituído por esta, as seguintes leis:

I. Lei do Perímetro Urbano;

II. Lei do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano;

III. Lei do Parcelamento do Solo Urbano;

IV. Lei de Mobilidade Urbana;

V. Código de Obras e Edificações;

VI. Código de Posturas;

VII. Código Ambiental.

Parágrafo Único. Outras leis e decretos poderão vir a integrar o Plano, desde que cumulativamente:

I. tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;

II mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano;

III definam as ligações existentes e a compatibilidade entre dispositivos seus e os das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

Art. 5º O Plano Diretor do Município de Passo de Torres é o instrumento básico da política de desenvolvimento, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, visando a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como o atendimento às aspirações da comunidade, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico.

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º São princípios fundamentais do Plano Diretor do Município de Passo de Torres:

I. incentivo à participação popular como instrumento de construção da cidadania e meio legítimo de manifestação das aspirações coletivas;

II. fortalecimento da municipalidade como espaço privilegiado de gestão pública democrática e criativa, de solidariedade social e de valorização da cidadania;

III. garantia do direito ao espaço urbano e rural e às infraestruturas de que dispõe ou de que venham a dispor, como requisito básico ao pleno desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos munícipes;

IV. garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;

V. combate às causas da pobreza e redução das desigualdades sociais, assegurando-se a todos o acesso aos recursos, infraestrutura e serviços públicos que lhes proporcionem meios físicos e psicossociais indispensáveis à conquista de sua própria autonomia;

VI. garantia do pleno cumprimento das funções sociais da propriedade, nos termos da Lei.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do Plano Diretor do Município de Passo de Torres:

I. garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida;

II. promover a redistribuição entre os munícipes dos encargos e benefícios decorrentes do desenvolvimento urbano;

III. fazer cumprir a função social da propriedade urbana, prevalecendo esta função sobre o exercício do direito de propriedade individual;

IV. promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano;

V. assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo

ocorra de forma planejada e participativa;

VI. estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, buscando o aprendizado social na gestão urbana e na construção da cidadania;

VII. garantir um desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais existentes e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da região e do Município;

VIII. garantir a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 8º São objetivos da Política Urbana do Município de Passo de Torres:

I. estabelecer alternativas de expansão urbana, adotando-se normas de zoneamento e sistema viário, garantindo-se uma urbanização com qualidade;

II. conservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural mediante a promoção de usos compatíveis com as tendências de mudança e dinamização da economia, garantindo uma urbanização contemporânea, porém coerente com o patrimônio histórico e cultural do município;

III. desenvolver projetos que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade ambiental e urbanística do município de Passo de Torres;

IV. priorizar a elaboração e execução de programas, planos e projetos para grupos de pessoas que se encontram em situações de risco, vulneráveis e desfavorecidas;

V. utilizar instrumentos redistributivos de renda e da terra, e controle público sobre o uso e ocupação do espaço da cidade, para uma urbanização socialmente justa e sustentável.

CAPÍTULO IV

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Art. 9º A cidade e a propriedade, pública ou privada, cumprirão sua função social quando, além de atenderem ao disposto nas leis integrantes do Plano, contribuirão para garantir, de modo justo e democrático, o pleno acesso de todos os cidadãos aos bens e serviços essenciais à vida digna.

§ 1º. O direito de propriedade sobre o solo não acarreta, obrigatoriamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Executivo, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º. Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

Art. 10 Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:

I. intensidade de uso adequada à disponibilidade da infraestrutura urbana, de equipamentos e de serviços;

II. uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio cultural, histórico e arqueológico;

III. aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança.

Parágrafo Único. O Município utilizará os instrumentos previstos nesta lei e demais legislações pertinentes para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Art. 11 Em caso de descumprimento dos parâmetros descritos pela legislação vigente, deverão ser utilizados os instrumentos referentes a não-utilização, não edificação, subutilização ou utilização inadequada previstos nesta Lei.

§ 1º. Entende-se por subutilização o aproveitamento inferior ao definido na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, referente às dimensões mínimas dos lotes e taxa de ocupação máxima.

§ 2º. Entende-se por utilização inadequada aquela diversa da descrita na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e legislações correlatas.

Art. 12 A propriedade rural cumprirá sua função social quando houver a correta utilização econômica da terra e a sua justa distribuição, de modo a atender o bem estar social da coletividade, mediante a produtividade e a promoção da justiça social.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 13 A política de desenvolvimento urbano visa o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar o bem estar de seus habitantes.

Art. 14 São diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano:

- I. promover o desenvolvimento integrado e racional do espaço urbano, observando-se o disposto nas Leis de Parcelamento do Solo, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Mobilidade Urbana;
- II. organizar o território municipal através de instrumentos de Parcelamento do Solo e de Ocupação, de Uso e Ocupação do Solo;
- III. garantir o provimento da infraestrutura urbana, desconcentrá-la territorialmente e estendê-la a toda população, priorizando a sua implantação nas áreas de maior densidade populacional;
- IV. assegurar a distribuição de usos e intensidades de ocupação e uso do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, ao transporte e ao meio ambiente, de modo a evitar a ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos;
- V. promover a ocupação dos vazios urbanos;
- VI. garantir a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do poder público;
- VII. promover a regularização fundiária e urbanização específica de áreas ocupadas pela população de baixa renda;
- VIII. incorporar a iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e de transformação dos espaços coletivos da cidade;
- IX. promover a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;
- X. promover hierarquização das ruas em função de suas características e uso;

XI. estabelecer condições para a mobilidade urbana, de forma a priorizar o pedestre sobre os veículos;

XII. estabelecer parcerias com o governo do Estado, com a União e com outros municípios e agentes sociais, tendo em vista promover ações de interesse comum, em especial as relativas ao sistema viário, ao abastecimento de água, ao tratamento de esgotos, ao meio ambiente, à destinação final do lixo, à implantação industrial, à energia, às telecomunicações, ao parcelamento e uso do solo.

Art. 15 São ações estratégicas da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano:

I. ordenar o crescimento urbano, conforme especificações do zoneamento proposto na Lei de Uso do Solo;

II. elaborar e implantar lei de zoneamento que impeça a ocupação das áreas impróprias, direcionando o desenvolvimento às áreas mais adequadas.

III. realizar Plano de Regularização Fundiária;

IV. promover incentivos para estudos e levantamentos dos sítios arqueológicos existentes na área rural do município;

V. implantar e estimular a utilização dos Instrumentos do Estatuto das Cidades de forma a incentivar a ocupação dos vazios urbanos existentes.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

SEÇÃO I

DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 16 A Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de acessar o mercado de trabalho assim como gerar renda, priorizando as famílias de alta vulnerabilidade social.

Art. 17 São princípios no campo do Trabalho, Emprego e Renda:
I. a contribuição para o aumento da oferta de postos de trabalho;
II. a defesa do trabalho digno, combatendo todas as formas de trabalho degradante;

III. o incentivo e o apoio às diversas formas de produção e distribuição por intermédio dos empreendimentos privados, associações de produtores, cooperativas e entidades.

IV. o estímulo a parcerias para a formulação de projeto de micro-crédito para o pequeno e médio agricultor e empreendimentos econômicos solidários da zona urbana e rural.

Art. 18 São diretrizes no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

I. criar estruturas e mecanismos favoráveis à ampliação do trabalho, emprego e renda, permitindo a consolidação da cidadania bem como a sua divulgação preferencialmente em diversas regiões;

II. fomentar o surgimento de novas centralidades econômicas e incrementar as existentes, visando à distribuição espacial adequada dos serviços e oportunidades de trabalho e emprego;

III. incentivar o cooperativismo e associativismo urbano e rural, facilitando a aquisição de insumos e equipamentos, bem como a comercialização da produção;

IV. dar suporte técnico à agricultura familiar e grupos de pequenos agricultores.

Art. 19 São ações estratégicas no campo do Trabalho, Emprego e Renda:

I. buscar medidas de desenvolvimento que auxiliem no fomento de atividades econômicas, proporcionando, desta forma, um aumento na geração de empregos no Município;

II. investir na formação e capacitação dos profissionais, de forma a aumentar a remuneração dos mesmos e o potencial/capacidade de consumo.

III. aproveitar o potencial turístico do município para a geração de emprego e renda;

IV. fomentar atividades que propiciem a ampliação do número de empregos destinados à mão-de-obra feminina;

V. promover a divulgação do artesanato local.

VI. incentivar a atividade pesqueira;

VII. manter e estimular as associações de produtores e cooperativas;

VIII. realizar parcerias entre a prefeitura e agricultores para obtenção de insumos agrícolas;

SEÇÃO II

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 20 A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico deve propiciar a consolidação do Município como cidade competitiva, empreendedora e solidária, tendo como princípios norteadores:

I. o estímulo à eficiência econômica da cidade, à ampliação dos benefícios socioeconômicos e à redução dos custos para os setores público e privado;

II. o fortalecimento e consolidação de suas vocações nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia, indústria, serviços, educação e cultura;

III. a educação em todos os níveis, como instrumento de qualificação profissional e de desenvolvimento econômico, competitividade e empregabilidade, integração social e cidadania;

IV. o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades produtivas, possibilitando a transferência de tecnologia entre os diversos setores, a fim de agregar maior valor à produção local;

V. o desenvolvimento da produção rural orgânica sustentável, com aplicação de tecnologias que permitam a manutenção do meio ambiente saudável;

VI. o desenvolvimento do entorno dos locais turísticos urbanos.

Art. 21 A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como diretrizes:

I. fomentar a inovação tecnológica, adequando o conhecimento às atividades econômicas do Município e promovendo sua disponibilização;

II. incentivar a produtividade e a competitividade como fatores de

melhoria da participação do setor produtivo no mercado nacional e internacional;

III. incentivar o empreendedorismo, as atividades de economia solidária e de incubação;

IV. acolher empresas e manter as já instaladas, divulgando o município e suas potencialidades;

V. facilitar a conexão entre as atividades urbanas e rurais do município;

VI. apoiar a produção agrícola local e a difusão do conhecimento específico;

VII. estimular a responsabilidade sócio-ambiental;

VIII. incentivar as atividades das entidades do terceiro setor;

IX. incentivar a aplicação de tecnologias sociais;

X. mitigar a informalidade dos segmentos produtivos.

Art. 22 São ações estratégicas no campo do desenvolvimento econômico:

I. melhorar o nível de escolaridade da população;

II. promover o desenvolvimento do setor secundário, de forma a intensificar o potencial industrial regional;

III. promover consórcios intermunicipais visando o desenvolvimento regional;

IV. elaborar e executar programa de capacitação para os produtores rurais, informando sobre o manejo mais adequado do solo na região;

V. investir no setor de pescado;

VI. aproveitar a integração regional proporcionada pela BR-101 e pela SC-450;

VII. buscar na AMESC auxílio para a política de desenvolvimento regional.

SEÇÃO III

DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Art. 23 A política de Desenvolvimento Turístico de Passo de Torres como princípio fundamental a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio histórico-cultural-ambiental.

Art. 24 São diretrizes específicas para o desenvolvimento do turismo sustentável:

I. apoiar e promover eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico;

II. compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município e da região;

III. apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo;

IV. fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, através da definição de políticas e implantação de ações que assegurem o fortalecimento da atividade econômica no município, gerando emprego e renda, e a garantia da preservação dos recursos naturais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações fixas;

V. incentivar a participação da sociedade pela instituição de mecanismos de controle social, na priorização das ações, disponibilização das informações, no envolvimento da população na avaliação das ações desenvolvidas e dos impactos causados pela atividade turística e na transparência dos investimentos efetuados e dos resultados alcançados;

VI. articular ações a partir da integração do plano municipal com os planos estadual e regionais, da busca de parcerias com a iniciativa privada a fim de incrementar o fluxo turístico e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas;

VII. atender o turista, a partir da implantação de pontos de atendimento ao turista e ao estímulo da cultura da hospitalidade, fazendo com que o turista aumente seu tempo de permanência e reconheça a excelência da prestação dos serviços públicos;

VIII. estabelecer parcerias com os municípios da orla litorânea catarinense, de modo a fortalecer a atividade turística na região;

IX. identificar as áreas de maior potencialidade turística no território municipal, para o desenvolvimento de projetos de intervenções pontuais que visem a sua otimização, respeitando as diretrizes de ordenamento do uso do solo;

Art. 25 São ações estratégicas no campo do Turismo:

I. incentivar o empreendedorismo local;

II. qualificar a mão-de-obra empregada em turismo;

III. planejar circuitos turísticos;

IV. incentivar eventos e manifestações populares;

V. dotar de infraestrutura os atrativos turísticos naturais;

VI. desenvolver políticas de desenvolvimento agro-turístico regional;

VII. elaborar plano de estruturação dos espaços potenciais para a atividade turística;

VIII. adequar a sinalização turística;

IX. promover incentivos turísticos para a área do Complexo Lagunar de Sombrio;

X. melhorar a infraestrutura de acesso ao Balneário Bella Torres.

SEÇÃO IV

DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA

Art. 26 A Política Municipal de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida é de interesse da coletividade e tem caráter universal, compreendida como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de formulação, decisão, execução e fiscalização dos resultados.

Art. 27 É objetivo dessa política combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 28 As ações do Poder Público devem garantir acesso aos serviços das políticas sociais setoriais, observando os pressupostos de transversalidade, universalidade, descentralização, democratização e equidade.

Art. 29 Os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas previstas neste Plano estão voltados ao conjunto da população do município, destacando-se a população de baixa renda e a garantia de sobrevivência material, ambiental, social, cultural e política, sob o enfoque da recuperação das capacidades de desenvolvimento integral das famílias e de sua capacidade protetiva.

Art. 30 A política de desenvolvimento humano e qualidade de vida objetiva integrar e coordenar ações de saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, cultura, esportes e lazer, universalizando o acesso e assegurando maior eficácia aos serviços sociais indispensáveis ao combate das causas da pobreza e à melhoria das condições de vida da população.

Art. 31 A política de desenvolvimento humano e qualidade de vida tem como diretriz o desenvolvimento de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, com a integração de programas e projetos específicos, vinculados às políticas da área social, como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social, à cidadania e à diminuição das desigualdades.

Parágrafo único. A articulação entre as políticas setoriais deve ocorrer no planejamento e na gestão, primando pelo desenvolvimento descentralizado das ações propostas, de acordo com suas regulamentações específicas.

Art. 32 As diversas secretarias municipais envolvidas na implementação das políticas sociais têm como atribuição a gestão da política e a execução dos seus serviços realizados de acordo com:

I. os preceitos da administração pública;

II. as orientações legais para cada área;

III. as diretrizes adotadas na Constituição Federal em vigor referentes à universalização de acesso, descentralização e participação social;

IV. a possibilidade de integração dos diversos setores sociais, organizações governamentais e não governamentais e instituições de ensino e pesquisa, em torno de propostas abrangentes que visem a universalização das políticas e a contínua melhoria da qualidade de sua prestação, combinadas com a garantia da equidade

V. a articulação e integração de ações e recursos tanto na relação

intra como interinstitucional e com os órgãos de controle social, como Organizações não-governamentais e o Ministério Público, na constituição de uma rede de proteção social local.

Parágrafo único. A atuação das Secretarias Municipais na implementação das Políticas sociais deve ser integrada, visando uma atuação que englobe todos os aspectos envolvidos, bem como a obediência a todas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 33 São ações estratégicas na política de desenvolvimento humano e qualidade de vida:

I. buscar medidas de desenvolvimento que auxiliem na qualificação e disponibilização de atividades proporcionando, desta forma, um aumento no rendimento da população.

SEÇÃO V DA HABITAÇÃO

Art. 34 A Política Municipal de Habitação objetiva assegurar a todos o direito à moradia, devendo orientar-se pelos seguintes princípios:

- I. a garantia de condições adequadas de higiene, conforto e segurança para moradias;
- II. a consideração das identidades e vínculos sociais e comunitários das populações beneficiárias;
- III. o atendimento prioritário aos segmentos populacionais socialmente mais vulneráveis;
- IV. o tratamento da questão habitacional como política de Estado;
- V. a universalização do direito à moradia e à cidade;
- VI. a democratização da gestão urbana;
- VII. a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda;
- VIII. a integração da política habitacional às demais políticas urbanas;
- IX. a incorporação dos fundamentos da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- X. a adoção do viés sócio-econômico pautado no enfoque da população de baixa renda;
- XI. a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda;
- XII. integração das políticas habitacionais a outras políticas públicas em geral.

Art. 35 São diretrizes da Política Municipal de Habitação:

- I. assegurar a compatibilização entre a distribuição populacional, a disponibilidade e a intensidade de utilização da infraestrutura urbana;
- II. garantir participação da população nas fases de projeto, desenvolvimento e implantação de programas habitacionais;
- III. diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização, adequando o atendimento às características sócio-econômicas das famílias beneficiadas;
- IV. estabelecer normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificações para assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda, respeitadas a situação sócio-econômica da população e as normas ambientais;
- V. instituir zonas especiais de interesse social, estabelecendo parâmetros para a sua implantação;
- VI. estabelecer critérios para a regularização de ocupações consolidadas e promover a titulação de propriedade aos seus ocupantes;
- VII. assegurar, sempre que possível, a permanência das pessoas em seus locais de residência, limitando as ações de remoção aos casos de residentes em áreas de risco ou insalubres;
- VIII. priorizar ações no sentido de resolver a situação dos residentes em áreas de risco e insalubres;
- IX. desenvolver programas preventivos e de esclarecimento quanto à ocupação e permanência de grupos populacionais em áreas de risco ou insalubres;
- X. permitir o parcelamento e ocupação do solo de interesse social com parâmetros diferenciados, como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda, desde que em parceria com o gestor municipal do Fundo Municipal de Habitação;

- XI. priorizar, quando da construção de moradias de interesse social, as áreas já devidamente integradas à rede de infraestrutura urbana, em especial as com menor intensidade de utilização;
- XII. promover a progressiva eliminação do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, em especial para os segmentos populacionais socialmente vulneráveis, residentes no Município;
- XIII. estabelecer parâmetros para a regularização fundiária dos assentamentos precários;
- XIV. garantir a alocação de recursos públicos para a execução da política habitacional do município;
- XV. definir os critérios para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na questão habitacional.

Art. 36 São ações estratégicas no campo da Política Municipal de Habitação:

- I. atualizar o Cadastro Imobiliária Municipal;
- II. manter coerência nos planos e programas municipais com os programas estaduais e federais de financiamento habitacional e assistência técnica;
- III. adequação das habitações na área rural;
- IV. elaborar o Plano de Habitação de Interesse Social - PLHIS;
- V. elaborar Plano de Regularização Fundiária;
- VI. Realização de Regularização Fundiária com a finalidade de adequar as ocupações existentes na margem do Rio Mampituba, junto à ponte pênsil para pedestre ao Zoneamento proposto no na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Municipal;

SEÇÃO VI DA EDUCAÇÃO

Art. 37 A Política Municipal de Educação objetiva garantir a toda população acesso à educação, observados os seguintes princípios:

- I. acesso universal e igualitário a uma política educacional unitária, construída democraticamente;
 - II. articulação da política educacional com o conjunto de políticas públicas, em especial a política cultural, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural;
 - III. autonomia de instituições educacionais quanto aos projetos pedagógicos e aos recursos financeiros necessários à sua manutenção, conforme artigo 12 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Art. 38 São diretrizes da Política Municipal de Educação:
- I. democratizar o acesso e garantir a permanência do aluno na escola, inclusive em relação àqueles que não o tiveram em idade apropriada;
 - II. permitir autonomia de gestão na educação;
 - III. democratizar o conhecimento e articular valores locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas;
 - IV. incentivar a auto-organização dos estudantes por meio da participação na gestão escolar, em associações coletivas, grêmios e outras formas de organização;
 - V. realizar a Conferência Municipal de Educação;
 - VI. incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo;
 - VII. trabalhar com a comunidade escolar para o respeito e valorização das diferenças;
 - VIII. promover ampla mobilização para a superação do analfabetismo, reconstruindo experiências positivas já realizadas e reivindicando a colaboração de outras instâncias de governo;
 - IX. promover a articulação das escolas de ensino fundamental com outros equipamentos sociais e culturais do Município e com organizações da sociedade civil, voltados ao segmento de seis a quatorze anos, de modo a proporcionar atenção integral a essa faixa etária;
 - X. apoiar novos programas comunitários de educação de jovens e adultos e fomentar a qualificação dos já existentes;
 - XI. promover a articulação dos agentes de cursos profissionalizantes no Município com vistas a potencializar a oferta de educação dessa natureza.
- Art. 39 São ações estratégicas na área da educação:
- I. investir na infraestrutura das escolas;

- II. investir em bibliotecas escolares;
- III. investir na educação continuada dos professores;
- IV. prover transporte intermunicipal para universitários;
- V. ampliar o número de equipamentos de informática e internet.

SEÇÃO VII

DA SAÚDE

Art. 40 A Política Municipal de Saúde objetiva promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, diminuindo as desigualdades e promovendo serviços de qualidade, observados os seguintes princípios:

I. integralidade e intersetorialidade nas ações e nos serviços de saúde;

II. ênfase em programas de ação preventiva;

III. humanização do atendimento;

IV. gestão participativa do Sistema Municipal de Saúde.

Art. 41 São diretrizes da Política Municipal de Saúde:

I. reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde;

II. aprimorar o modelo assistencial;

III. ampliar o acesso aos serviços de saúde, com a qualificação e humanização da atenção conforme critérios de contingente populacional, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde;

IV. promover programas de educação em saúde, incluindo os de prevenção contra o consumo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros;

V. promover a integralidade das ações de saúde de forma interdisciplinar, por meio de abordagem integral e contínua do indivíduo no seu contexto familiar, social e laboral;

VI. aprimorar os mecanismos de controle social garantindo a gestão participativa no sistema municipal de saúde e o funcionamento em caráter permanente e deliberativo do Conselho Municipal de Saúde;

VII. assegurar o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal que definem o arcabouço político-institucional do Sistema Único de Saúde, bem como a implementação das diretrizes operacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 42 São ações estratégicas no campo da saúde:

I. investir no setor de tratamentos especializados e internação;

II. executar ações de vigilância em saúde, compreendendo a epidemiológica, sanitária e ambiental, visando a redução de riscos e agravos;

III. ampliar a oferta de serviços na atenção básica à saúde na lógica da Estratégia da Saúde da Família, na sede urbana e em todos os Distritos e o número de equipes do Programa Saúde da Família;

IV. ampliar a Unidade Central de Passo de Torres de forma a dobrar a sua capacidade de atendimento.

SEÇÃO VIII

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 43 A Política Municipal de Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, como política de proteção social não contributiva destinada a cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, desenvolvida na forma do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, tem como objetivos:

I. promover um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada para garantir ampliação do sistema de proteção social e o acesso aos direitos previstos na Legislação Social Brasileira;

II. prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial, prioritariamente para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

III. contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;

IV. assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.

Art. 44 A assistência social se desenvolve por meio de três funções

principais, articuladas entre si:

I. a proteção social, hierarquizada em proteção social básica e proteção social especial, com provisão de benefícios, serviços, programas e projetos;

II. a vigilância social, visando conhecer a presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos da vida;

III. a defesa social e institucional, que implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção básica e especial, para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, e no acesso a oportunidades, capacitação, serviços, condições de convívio e socialização.

Art. 45 A proteção social deve garantir:

I. segurança de sobrevivência, de rendimento e de autonomia, que implicam na garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego;

II. segurança de acolhida, que implica na provisão às necessidades humanas como o direito à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade;

III. segurança de vivência familiar ou convívio, que implica no fortalecimento e/ou recuperação dos vínculos pessoais, familiares, de vizinhança e de segmento social.

Art. 46 A política pública de assistência social no município segue os princípios estabelecidos pelo art. 4º da Lei Federal nº. 8.742/93, quais sejam:

I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 47 São diretrizes da Política Municipal de Assistência Social:

I. concepção da Política de Assistência Social como direito e respeito à condição do usuário enquanto cidadão;

II. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;

III. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;

IV. descentralização da Política de Assistência Social;

V. democratização e transparência na aplicação da Política de Assistência Social;

VI. ampliação quantitativa e qualitativa do acesso do usuário, buscando a efetivação da universalização da Política de Assistência Social;

VII. articulação da Política de Assistência Social com as demais Políticas Públicas.

Art. 48 São ações estratégicas no campo da assistência social:

I. implantar, estruturar e implementar ações no campo da assistência social de forma descentralizada;

II. definir as ações com base nos níveis de vulnerabilidade e no processo de vigilância social;

III. promover a articulação e a integração entre o Poder Público, os segmentos sociais organizados e rede de serviços não governamentais que atuam na área de assistência social;

IV. desenvolver ações voltadas à inclusão produtiva sob uma ótica solidária como forma de proporcionar oportunidades de renda à população que não tem acesso ao mercado de trabalho, promovendo o acesso às seguranças de sobrevivência, rendimento,

autonomia e convívio;

V. ampliar as potencialidades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

SEÇÃO IX

DA CULTURA

Art. 49 A Política Municipal de Cultura objetiva incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura e tem como princípios:

I. a liberdade de expressão, criação e produção no campo cultural;

II. o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição;

III. o incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais nos vários campos da cultura e das artes;

IV. a cultura como política pública, enriquecendo a subjetividade e a perspectiva de vida dos cidadãos;

V. a superação da distância entre produtores e receptores de informação e cultura, oferecendo à população o acesso à produção cultural, renovando a auto-estima, fortalecendo os vínculos com a cidade, estimulando atitudes críticas e cidadãs e proporcionando prazer e conhecimento;

VI. a valorização, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural local.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, o patrimônio cultural é integrado pelos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e memória coletiva como edificações isoladas e/ou conjuntos, ruas, bairros, traçados urbanos, praças, paisagens, sítios arqueológicos, monumentos naturais, além de saberes e manifestações que, por sua importância para consolidar a identidade cultural, merecem a proteção do Município.

Art. 50 São diretrizes da Política Municipal de Cultura:

I. promover a descentralização das ações culturais do Município, estendendo o circuito e os aparelhos culturais a toda a municipalidade;

II. fortalecer o meio cultural local, formando um público participativo, desenvolvendo condições para artistas, técnicos e produtores aperfeiçoarem seu trabalho na cidade;

III. garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

IV. proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais;

V. mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio de ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades pelo desenvolvimento e pela sustentação das manifestações e projetos culturais;

VI. desenvolver a política municipal de cultura, em consonância com outras políticas públicas, a fim de atender amplamente ao cidadão;

VII. levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e a memória material e imaterial da comunidade.

Art. 51 São ações estratégicas no campo da cultura:

I. incentivar a valorização do folclore regional;

II. formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais;

III. apoiar instituições culturais públicas e privadas;

IV. incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais;

V. integrar a comunidade às atividades culturais.

SEÇÃO X

DO ESPORTE E LAZER

Art. 52 A Política Municipal de Esportes e Lazer tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de desenvolvimento físico, mental e social, através do incentivo à prática de atividades esportivas e recreativas, no âmbito escolar, universitário, comunitário, de competição e de alto rendimento, programas sociais e da promoção de eventos.

Art. 53 A Política Municipal de Esportes e Lazer deverá orientar-se pelos seguintes princípios:

I. desenvolvimento e fortalecimento dos laços sociais e

comunitários entre os indivíduos e grupos sociais;

II. universalização da prática esportiva e recreativa, independentemente das diferenças de idade, raça, cor, ideologia, sexo e situação social.

Art. 54 São diretrizes da Política Municipal de Esportes e Lazer:

I. envolver as entidades representativas na mobilização da população, na formulação e na execução das ações esportivas e recreativas;

II. estimular a prática de atividades de esporte e lazer junto à comunidade;

III. garantir a toda população, condições de acesso e de uso dos recursos, serviços e infraestrutura para a prática de esportes e lazer;

IV. elaborar e propor programas dirigidos ao esporte na rede escolar municipal, estadual e particular, promovendo eventos que englobem todas as áreas do ensino primário, fundamental e médio;

V. incentivar e apoiar as entidades que promovem o esporte competitivo da juventude assim como atividades com características alternativas;

VI. viabilizar junto às entidades especializadas o desenvolvimento do esporte, recreação e lazer para portadores de necessidades especiais;

VII. promover a formação e treinamento especializado de recursos humanos, destinados a execução de programas esportivos, de recreação e lazer e elaborar e propor programas para a comunidade por meio do esporte comunitário;

VIII. otimizar o uso de espaços públicos para ações de integração da comunidade em geral.

Art. 55 São ações estratégicas no campo de esportes e lazer:

I. destinar áreas de lazer e prática de esportes nas vilas e localidades rurais;

II. destinar espaços nas escolas, para prática de esportes;

III. aumentar o número de quadras esportivas;

IV. revitalizar as praças existentes;

V. requalificar o entorno da Lagoa da Barra;

VI. criar espaços de lazer contemplativo junto às áreas de preservação permanente do Rio Mampituba;

VII. estruturar áreas para uso de lazer no Parque Ecológico do Morro dos Macacos.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 56 A Política Municipal Ambiental articula-se às diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Art. 57 São princípios da Política Municipal Ambiental:

I. a implementação das diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e regulamentares da Legislação Federal e da Legislação Estadual, no que couber;

II. a proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana;

III. o controle e redução dos níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;

IV. a pesquisa, desenvolvimento e fomento da aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais;

V. a preservação de áreas especiais, ecossistemas naturais e paisagens notáveis, com a finalidade de transformá-las futuramente em unidades de conservação de interesse local;

VI. a garantia da existência e o desenvolvimento das condições básicas de produção, regularização, disponibilização e conservação de recursos hídricos necessários ao atendimento da população e das atividades econômicas do Município;

VII. a promoção da educação ambiental dentro e fora das escolas, visando a conscientização da população quanto à correta destinação dos resíduos sólidos.

VIII. a promoção da eficiência do consumo de energia, buscando a otimização e evitando o desperdício;

IX. as unidades de planejamento e gestão das macro bacias e seus afluentes.

Art. 58 Constituem diretrizes da Política Municipal Ambiental:

I. aplicar os instrumentos de gestão ambiental, estabelecidos nas legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como criar outros instrumentos, adequando-os às metas estabelecidas pelas políticas ambientais;

II. controlar o uso e a ocupação de fundos de vale, áreas sujeitas à inundação, áreas de mananciais hídricos;

III. orientar o manejo adequado do solo nas atividades agrícolas;

IV. controlar a poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo;

V. implementar o controle de produção e circulação de produtos perigosos;

VI. adequar o tratamento e manutenção da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana;

VII. manter e ampliar a arborização urbana;

VIII. disciplinar o uso das áreas verdes públicas municipais para atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico, compatibilizando-os ao caráter essencial desses espaços;

IX. instituir e aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos no Município;

X. articular a gestão da demanda e da oferta de água, particularmente daquela destinada ao abastecimento da população, por meio da adoção de instrumentos para a sustentação econômica da sua produção nos mananciais.

Art. 59 São ações estratégicas no campo do meio ambiente:

I. implementar ações de conscientização ambiental junto à população em geral;

II. ampliar o sistema de coleta e disposição das embalagens de agrotóxicos utilizadas;

III. formar equipe municipal de fiscalização ambiental, devidamente treinada e equipada;

SEÇÃO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 60 A Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos tem por objetivos:

I. o controle e a fiscalização dos processos de geração de resíduos sólidos, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas;

II. a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos;

III. a garantia de metas e procedimentos de introdução crescente no ciclo produtivo dos resíduos recicláveis, tais como metais, papéis e plásticos, e a compostagem de resíduos orgânicos;

IV. o estímulo ao uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;

V. o estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

Art. 61 São diretrizes da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos:

I. promover um ambiente limpo e agradável por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental;

II. preservar a qualidade dos recursos hídricos pelo controle efetivo do descarte de resíduos em áreas de mananciais;

III. implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana;

IV. minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;

V. minimizar a nocividade dos resíduos sólidos por meio do controle dos processos de geração de resíduos nocivos e fomento à busca de alternativas com menor grau de nocividade;

VI. controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental, oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva;

VII. repassar o custo das externalidades negativas aos agentes responsáveis pela produção de resíduos que sobrecarregam as finanças públicas;

VIII. assegurar a inclusão social no programa de coleta seletiva, garantindo a participação de catadores de materiais recicláveis;

IX. estimular a conscientização e a participação da comunidade nos programas de coleta seletiva.

Art. 62 São ações estratégicas no campo da Gestão de Resíduos Sólidos:

I. melhorar o sistema de coleta de lixo;

II. melhorar o sistema de limpeza urbana;

III. implementar o programa de coleta seletiva do lixo.

IV. elaborar o plano de resíduos sólidos como parte integrante do plano de saneamento ambiental do município.

SEÇÃO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA

Art. 63 A Política Municipal de Drenagem Urbana tem por objetivos:

I. o disciplinamento da ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando à sua recuperação;

II. a implementação da fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas e talvegues e nas áreas destinadas à futura construção de reservatórios;

III. a definição de mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, tais como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;

IV. o desenvolvimento de projetos de drenagem que considerem, entre outros aspectos, a mobilidade de pedestres e portadores de deficiência física, a paisagem urbana e o uso para atividades de lazer;

V. a implantação de ações educativas, de orientação e punição para a prevenção de inundações, tais como controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e a outros tipos de invasões nas áreas com interesse para drenagem;

VI. o estabelecimento de programa articulando os diversos níveis de governo para a implementação de cadastro da rede de drenagem e instalações.

Art. 64 São diretrizes da Política Municipal de Drenagem Urbana:

I. equacionar a drenagem e a absorção de águas pluviais combinando elementos naturais e construídos;

II. garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais;

III. controlar o processo de impermeabilização do solo;

IV. conscientizar a população quanto à importância do escoamento da retenção com infiltração das águas pluviais;

V. criar e manter atualizado cadastro da rede e instalações de drenagem.

Art. 65 São ações estratégicas no campo da drenagem urbana:

I. realizar estudo específico, que delimite as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes;

II. elaborar cadastro técnico dos poços existentes no município;

III. elaborar e implantar plano de controle de cheias;

IV. realizar o cadastro do sistema de drenagem atual e elaborar um plano diretor de drenagem, como parte integrante do plano de saneamento ambiental do município.

SEÇÃO III

SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES E CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 66 Compõem o Sistema Municipal de Áreas Verdes:

I. áreas verdes públicas ou privadas com vegetação significativa, parques e Unidades de Conservação, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população;

II. áreas de preservação permanente (nascentes, cabeceiras dos cursos d'água dentre outras) que integram as bacias hidrográficas

do Município;

III. áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental, que devem ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental;

IV. áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais.

Art. 67 Este sistema tem por objetivo:

I. assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema;

II. adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal;

III. definir critérios para a vegetação a ser empregada no paisagismo urbano, garantindo sua diversificação;

IV. garantir a multifuncionalidade das unidades através do tratamento paisagístico a ser conferido às mesmas e atender às demandas por gênero, idade e condição física;

V. integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;

VI. ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem-estar dos pedestres;

VII. mobilizar a população envolvida de modo a identificar suas necessidades e anseios quanto às características físicas e estéticas do seu bairro de moradia;

VIII. garantir as formas tradicionais de organização social relacionada com recursos naturais preservados.

Art. 68 São diretrizes relativas ao sistema:

I. manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

II. estímulo à parceria entre setores públicos e privados;

III. regulação do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico;

IV. estabelecimento de programas de recuperação de áreas degradadas;

V. criação e implantação de Unidades de Conservação da natureza, a fim de assegurar amostras representativas dos ecossistemas e preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico do Município.

CAPÍTULO IV

DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I

DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 69 São diretrizes do Sistema Viário Municipal:

I. garantir à população condições eficientes de deslocamento e acessibilidade aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer;

II. reduzir o caráter da área central de principal articuladora do sistema viário urbano e intermunicipal, realizando as obras de arte necessárias que permitam a integração entre os diversos bairros da cidade e garantam a sua estruturação planejada;

III. promover campanhas de educação para o trânsito visando a redução de acidentes automobilísticos;

IV. minimizar o conflito entre trânsito de veículos e de pedestres;

V. manter o sistema viário em condições adequadas de circulação e transportes para pedestres e veículos;

VI. desenvolver o sistema cicloviário;

VII. estabelecer padrões de qualidade das calçadas com a finalidade de assegurar condições adequadas para todos os pedestres;

VIII. combater e reduzir os níveis de impacto ambiental em áreas residenciais degradadas pelo tráfego intenso de veículos;

IX. dotar e manter as vias com sinalização informativa e de trânsito;

X. fornecer subsídios para revisão da legislação urbanística e estabelecer critérios e parâmetros de transporte e trânsito no processo de análise e aprovação de empreendimentos geradores de tráfego, por meio de órgãos colegiados.

Art. 70 São ações estratégicas para o sistema viário municipal:

I. pavimentar as rodovias vicinais;

II. implantar transporte coletivo municipal;

III. solicitar ao governo estadual a implantação de acostamento na Rodovia SC-450;

IV. implantar traçado cicloviário;

V. reestruturar as vias urbanas conforme os parâmetros previstos no Plano Diretor;

VI. implantar semáforos para pedestres e para portadores de necessidades especiais;

VII. adequar lombadas e obstáculos conforme previsto na legislação;

VIII. implantar calçamento na beira mar, no entorno do Braço Morto do Rio Mampituba e Avenida Beira Rio;

IX. Incentivar o trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal e as comunidades locais com vistas ao investimento na melhoria da infraestrutura em loteamentos parcialmente implantados.

SEÇÃO II

DO SISTEMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 71 A Política Municipal de Mobilidade, entendida como a articulação e integração dos componentes estruturadores da mobilidade, incluindo transportes de carga e passageiros, sistema viário, trânsito, educação de trânsito e integração metropolitana, de forma a assegurar o direito de ir e vir com sustentabilidade e a melhor relação custo benefício social, tem como princípios básicos:

I. priorizar a mobilidade e a acessibilidade cidadã voltada aos pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência e pessoas com restrição de mobilidade em relação ao transporte motorizado;

II. priorizar na ordenação do sistema viário a circulação do transporte público coletivo sobre o individual, conforme demanda de transporte, capacidade e função da via;

III. reduzir tempos de viagem;

IV. reduzir o consumo energético e o impacto ambiental;

V. articular o sistema de mobilidade municipal e acessibilidade com o estadual e nacional, existente e planejado;

VI. estruturar o sistema de transporte para atendimento das demandas atuais e projetadas e das diretrizes e normas relativas às macrozonas;

VII. compatibilizar a legislação existente com as diretrizes urbanísticas estabelecidas neste Plano Diretor, bem como exigir o cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004 no que se refere à acessibilidade.

Art. 72 São diretrizes da Política Municipal de Mobilidade:

I. adequar o atendimento às pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade, no sistema de transporte coletivo público e privado e no sistema de transporte individual remunerado de passageiros;

II. incentivar o uso do transporte não motorizado através de bicicleta;

III. disciplinar o transporte de cargas e compatibilizá-lo às características de trânsito e das vias urbanas;

IV. garantir a toda a população a oferta diária e regular de transporte coletivo;

V. dotar e manter os pontos de ônibus com abrigos e informações referentes a trajetos e horários;

VI. incentivar no sistema de transporte público coletivo o uso de tecnologias veiculares que reduzam a poluição ambiental e elevem as condições de conforto e segurança dos passageiros;

VII. disciplinar e fiscalizar o sistema público e privado de transporte coletivo, transporte escolar, fretamento, o sistema de transporte individual remunerado de passageiros e o sistema de transporte remunerado de cargas;

VIII. integrar políticas de desenvolvimento do turismo nas diretrizes do transporte coletivo.

Art. 73 São ações estratégicas para o sistema de transporte e mobilidade:

I. elaborar e implantar hierarquização viária;

II. estabelecer padrões mínimos de qualidade das calçadas com a finalidade de assegurar condições adequadas de trânsito para todos os pedestres;

III. dotar e manter as vias com sinalização informativa e de

trânsito;

IV. elaborar o Plano Cicloviário Municipal.

SEÇÃO III

DO SANEAMENTO PÚBLICO

Art. 74 A Política Municipal de Saneamento tem por objetivo universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Art. 75 São diretrizes da Política Municipal de Saneamento Ambiental:

I. prover abastecimento de água tratada a toda população, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências de higiene e conforto;

II. implementar sistema abrangente e eficiente de coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e de drenagem urbana, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana e rural;

III. promover sistema eficiente de prevenção e controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública;

IV. garantir sistema eficaz de limpeza urbana, de coleta e de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana;

V. otimizar os programas de coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos;

VI. atender ao disposto na Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007, sobre o saneamento básico, no que couber.

Art. 76 São ações estratégicas da Política Municipal de Saneamento Ambiental:

I. ampliar a rede de saneamento básico;

II. executar rede de esgoto nas bacias de abastecimento prioritariamente;

III. ampliar a capacitação de atendimento do abastecimento de água;

IV. adotar medidas alternativas de abastecimento de água, sempre que possível;

V. implantar sistema de tratamento de esgoto municipal;

VI. regularizar a situação das ligações clandestinas pluviais;

VII. complementar os projetos de saneamento básico para as áreas sobrecarregadas durante a temporada;

VIII. elaborar o Plano de Saneamento Ambiental do Município.

SEÇÃO IV

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 77 Na medida em que se amplia aos entes municipais a atribuição de segurança pública, o Poder Público Municipal, subsidiariamente ao Poder Público Estadual e ao Federal, contribuirá com o cuidado da segurança das pessoas, em especial:

I. adotando uma ação institucional integrada das áreas públicas e dos diversos níveis de governo para a prevenção da violência;

II. aprimorando o trabalho municipal em assuntos de segurança pública;

III. atuando na fiscalização do trânsito e no apoio aos diversos órgãos municipais responsáveis pelo meio ambiente, posturas e outras do poder de polícia local;

IV. modernizando o monitoramento e controle de espaços públicos;

V. atuando contra a violência intrafamiliar, em especial a violência de que são vítimas as mulheres, as crianças e os idosos;

VI. protegendo as pessoas dos riscos naturais e carências urbanísticas;

VII. cuidando de expandir a rede de hidrantes visando combater incêndios;

VIII. cuidando do patrimônio público municipal.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 78 A Organização Territorial tem por objetivo a estruturação do espaço municipal, sua articulação com os municípios vizinhos e tem como princípios:

I. a compatibilização dos instrumentos de desenvolvimento municipal com as políticas de desenvolvimento regional;

II. a participação da população nos processos de decisão sobre a política urbana;

III. a continuidade no tempo e no espaço das ações básicas de planejamento urbano;

IV. a fiscalização permanente para adoção de medidas corretivas e punitivas.

Art. 79 O ordenamento do território far-se-á através do processo de planejamento contínuo, de investimentos em infra-estrutura, de políticas setoriais e da regulação e controle do parcelamento do solo, uso e ocupação.

Parágrafo único. A organização territorial está explicitada no Macrozoneamento, o qual abrange as áreas urbana e rural do Município.

Art. 80 A regulação do uso e da intensidade da ocupação do solo considerará sempre:

I. o equilíbrio entre as atividades urbanas e rurais;

II. a capacidade de sustentação ambiental;

III. a divisão do território em bacias hidrográficas;

IV. o patrimônio natural, artificial e cultural;

V. a segurança individual e coletiva;

VI. a qualidade de vida;

VII. a oferta suficiente ou projetada de infraestrutura e serviços, compreendendo:

a) saneamento básico;

b) transporte público coletivo;

c) drenagem;

d) pavimentação;

e) iluminação pública;

f) equipamentos públicos e comunitários;

g) outros serviços urbanos essenciais;

VIII. a necessidade de se eliminar a segregação sócio-espacial e evitar os grandes deslocamentos entre moradia, trabalho e serviços.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 81 Para os fins desta lei, consideram-se as seguintes definições:

I. Conjunto residencial: grupo de edificações residenciais unifamiliares e/ou multifamiliares, cujos projetos são aprovados e construídos conjuntamente em áreas urbanizadas especificamente;

II. Consulta prévia de viabilidade: documento fornecido pela Municipalidade informando os seus usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóveis;

III. Declividade: diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência;

IV. Degradação ambiental: é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente: prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas; ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais;

V. Desmembramento: é a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes;

VI. Edificação: casa, edifício, construção destinada a obrigar qualquer atividade humana. Classificam-se de acordo com as categorias de uso: residencial, industrial, comercial ou de serviços, institucional e misto;

VII. Equipamentos comunitários: são os equipamentos públicos de educação cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social;

VIII. Equipamentos urbanos: são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

IX. Estabelecimento: local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços;

X. Faixa "non aedificandi": área do terreno onde não é permitida a construção;

XI. Faixa de domínio: É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios;

XII. Faixa de rolamento: É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos;

XIII. Faixa sanitária: área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de rede de esgotos;

XIV. Índice de aproveitamento: é calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada desse mesmo terreno;

XV. Licença: é ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei;

XVI. Licenciamento de obras: ato administrativo municipal que concede licença e prazo para início e término de uma obra;

XVII. Logradouro público: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

XVIII. Lote mínimo: porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados;

XIX. Lote: parcela de terreno com frente para logradouro público, com divisas definidas em documento aprovado pela Prefeitura e em condições de receber edificação;

XX. Loteamento: subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros;

XXI. Manancial: qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação;

XXII. Montante: para o lado da nascente de um rio;

XXIII. Olho d'água, nascente: local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;

XXIV. Perímetro urbano: linha que separa a zona urbana da área ou zona rural;

XXV. Poluição ambiental: Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população;

XXVI. Remembramento: a junção de dois ou mais lotes formando um novo lote;

XXVII. Talvegue: linha de maior profundidade no leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto de crista;

XXVIII. Uso do solo: apropriação do solo, com edificação ou instalação, destinadas as atividades urbanas, segundo as categorias de uso residencial, comercial, de serviços, industrial e institucional;

XXIX. Uso extrativo: categoria de uso do solo que se caracteriza pela exploração de recursos naturais;

XXX. Uso inadequado: usos incompatíveis com o zoneamento;

XXXI. Uso industrial: categoria de uso do solo correspondente às edificações destinadas a abrigar atividades através das quais resultam as produções de bens pela transformação de insumos;

XXXII. Uso permitido: forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza;

XXXIII. Uso residencial: categoria de uso do solo correspondente às edificações destinadas à moradia da população, compreendendo uso residencial unifamiliar e o uso residencial multifamiliar vertical;

XXXIV. Uso residencial multifamiliar: corresponde às edificações destinadas à moradia de 2 ou mais famílias;

XXXV. Uso residencial unifamiliar: corresponde às edificações destinadas à moradia de uma só família;

XXXVI. Uso tolerado: permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas;

XXXVII. Vazio urbano: lotes não edificados servidos da infraestrutura urbana; Vazios Urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, encravadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do Incra; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas);

XXXVIII. Zoneamento: repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

CAPÍTULO II

DO PERÍMETRO URBANO

Art. 82 A definição do perímetro urbano do Município de Passo de Torres tem como objetivo orientar o desenvolvimento do uso e da ocupação urbana da cidade, de modo a:

I. assegurar o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana;

II. otimizar a utilização da infraestrutura instalada e projetada;

III. preservar o patrimônio ambiental do município.

Parágrafo único. A definição do perímetro urbano do Município de Passo de Torres será feita em lei específica.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Art. 83 A preservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do Município de Passo de Torres visa à proteção, recuperação e conservação da memória construída da cidade, devendo atender aos seguintes objetivos:

I. garantia de integridade do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do Município;

II. incorporação da proteção do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;

III. aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

IV. conscientização da população quanto aos valores culturais e à necessidade de sua proteção e recuperação;

V. impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico.

CAPÍTULO IV

DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL E DA FAIXA LINDEIRA

Art. 84 O Macrozoneamento tem por finalidade ordenar o território e possibilitar a definição de orientações estratégicas para o planejamento das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas, objetivando o desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 85 Fica instituído o Macrozoneamento Municipal de Passo de Torres, cujo território foi dividido, com a finalidade do ordenamento do solo municipal, nas seguintes macrozonas:

I. Macrozona Urbana;

II. Macrozona de Preservação Permanente;

III. Macrozona Industrial I (Faixa Lindeira à BR 101);

IV. Macrozona de Desenvolvimento Turístico;

V. Macrozona Industrial II;

VI. Macrozona de Expansão Urbana;

VII. Macrozona de Amortecimento;

VIII. Macrozona Rural;

IX. Macrozona de Preservação Ambiental;

X. Macrozona de Restrição à Ocupação.

Parágrafo único. A localização das Macrozonas está definida no Anexo 1- Mapa do Macrozoneamento Municipal, parte integrante dessa lei.

SEÇÃO I

DA MACROZONA URBANA

Art. 86 A Macrozona Urbana corresponde aos perímetros urbanos da Sede Municipal e do Distrito de Bela Torres.

Art. 87 A delimitação da Macrozona Urbana tem como objetivos:

I. controlar e direcionar o adensamento em especial nas áreas urbanizadas, adequando-o à infraestrutura disponível;

II. garantir a utilização dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados;

III. controlar e direcionar os vetores do crescimento urbano para áreas aptas à urbanização, de forma a permitir a não ocupação das áreas frágeis do ponto de vista ambiental;

IV. permitir a estruturação dos pequenos núcleos urbanos existentes no município, interligando-os entre si, de forma a desenvolver o espaço urbano em rede.

Art. 88 Nos casos de grandes empreendimentos habitacionais, industriais ou comerciais, a licença para construir será concedida se for verificada a existência de infraestrutura equipamentos urbanos e comunitários suficientes na região do empreendimento, ou se o empreendedor se comprometer a realizá-los simultaneamente às obras do empreendimento, por si ou em acordo com o Poder Público.

SEÇÃO II**DA MACROZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

Art. 89 A Macrozona de Preservação Permanente corresponde à todas as áreas que se enquadram nas determinações estabelecidas no Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina, Lei estadual n. 14.675/09, além das Resoluções do CONSEMA referentes ao assunto, tais como os entornos do Complexo Lagunar do Sombrio, as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos de água correntes e dormentes no Município e em especial do Rio Mampituba tem por objetivo garantir a obediência ao Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e à legislação estadual pertinente;

Art. 90 A delimitação da Macrozona de Preservação Permanente tem como objetivos:

I. Garantir a obediência ao Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina;

II. Recuperar e revitalizar os ecossistemas naturais;

III. Estabelecer Unidades de Conservação;

IV. Revitalizar os cenários naturais com potencial paisagístico para favorecer o desenvolvimento turístico local.

SEÇÃO III**DA MACROZONA INDUSTRIAL I (DA FAIXA LINDEIRA À BR 101)**

Art. 91 A Macrozona da Faixa Lindeira à BR101 compreende as áreas lindeiras à Rodovia Federal BR 101, que dispõem de alto potencial logístico para atividades de indústria, serviços e comércio geral.

Art. 92 A delimitação da Macrozona da Faixa Lindeira à BR101 tem como objetivos:

I. favorecer a implantação de empreendimentos de comércio geral e serviços devido ao potencial logístico gerado pela rodovia;

II. oportunizar a geração de emprego e renda no principal eixo viário estadual;

III. controlar a ocupação ao longo da rodovia federal, privilegiando os usos compatíveis com o caráter da via.

SEÇÃO IV**DA MACROZONA RURAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

Art. 93 A Macrozona Rural de Desenvolvimento Turístico corresponde às áreas de entorno das lagoas e lagoas incidentes no território municipal definidas no mapa integrante do anexo da presente lei, que em função de seu potencial paisagístico devem ter atividades compatíveis com uma visão conservacionista do meio ambiente e ao mesmo tempo passíveis de utilização econômica controlada, tais como as atividades vinculadas ao turismo

Art. 94 A delimitação da Macrozona Rural de Desenvolvimento Turístico tem por objetivos:

I. Recuperar e revitalizar os recursos naturais do município, e sua paisagem natural;

II. Garantir a possibilidade de desenvolvimento de atividades

econômicas não vinculadas à silvicultura, protegendo dessa forma a paisagem do entorno do complexo lagunar do Sombrio;

III. Fomentar a utilização do potencial paisagístico do município para o estabelecimento de estruturas geradoras de emprego e renda voltadas ao comércio de produtos da terra e ao turismo.

SEÇÃO V**DA MACROZONA INDUSTRIAL II**

Art. 95 A Macrozona Industrial II corresponde às áreas lindeiras à rodovia SC 450 e à estrada municipal que faz a ligação entre a BR-101 e aquela rodovia, conforme mapa integrante do anexo desta lei.

Art. 96 A delimitação da Macrozona Industrial II tem por objetivos:

I. Fomentar a instalação de unidades produtivas;

II. Incrementar as atividades industrial e de serviços no eixo de acesso ao município para fomentar a geração de emprego e renda;

III. Aproveitar o potencial logístico de sua localização próxima ao eixo rodoviário nacional;

IV. Dotar o eixo de infraestrutura e sinalização de modo a atrair investidores.

SEÇÃO VI**DA MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA**

Art. 97 A Macrozona de Expansão Urbana tem por objetivos norte-ar a evolução da ocupação e a implantação de infraestrutura urbana, promovendo o crescimento urbano na direção mais adequada.

Art. 98 A Macrozona de Expansão Urbana está delimitada em duas áreas:

I. Macrozona de Expansão Urbana da Sede Municipal, que compreende as áreas ao norte da Sede Municipal ao longo da rodovia SC 450, onde existe um potencial paisagístico para núcleos residenciais de baixa densidade;

II. Macrozona de Expansão Urbana do Distrito Rosa do Mar, que compreende as áreas à noroeste do Balneário BellaTorres, junto ao traçado da via interpraia projetada.

Parágrafo único - a ocupação dessas áreas estará condicionada à aprovação pelo Conselho Municipal da Cidade e ao atendimento de infraestrutura básica, como o abastecimento de água, rede de saneamento básica, pavimentação de ruas e implantação de rede de águas pluviais, rede de energia elétrica e iluminação pública.

SEÇÃO VII**DA MACROZONA DE AMORTECIMENTO**

Art. 99 A Macrozona de Amortecimento corresponde ao polígono situado entre o limite norte do perímetro municipal junto à rodovia SC 450 e o limite municipal com Balneário Gaivota, entre a Macrozona Rural e a Macrozona de Desenvolvimento Turístico, conforme mapa integrante do anexo desta Lei.

Art. 100 A delimitação da Macrozona de Amortecimento tem como objetivos:

I. Garantir o abastecimento de água à população de Passo de Torres;

II. Conservar, recuperar e revitalizar os recursos naturais do município;

III. Coibir o avanço das áreas de reflorestamento para fins de exploração silvícola sobre áreas urbanas adensadas.

SEÇÃO VIII**DA MACROZONA RURAL**

Art. 101 A Macrozona Rural corresponde às áreas rurais do Município.

Art. 102 A delimitação da Macrozona Rural tem por objetivos:

I. fomentar atividades rurais no Município que estejam de acordo com seu potencial de arranjo produtivo, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável;

II. incentivar a produção agrícola, nos espaços aptos para tal, utilizando técnicas adequadas, de forma a gerar desenvolvimento econômico, especialmente os que se relacionam com a preservação ambiental e o turismo rural: reflorestamento, fruticultura, agricultura orgânica e outros.

SEÇÃO IX**DA MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Art. 103 A Macrozona de Conservação Ambiental corresponde

às áreas que possuem declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

Art. 104 A delimitação da Macrozona de Conservação Ambiental tem como objetivos:

I. conservar e recuperar quando for o caso, os ecossistemas naturais;

II. revitalizar os cenários naturais com potencial paisagístico para o desenvolvimento turístico local;

III. garantir a utilização racional do solo a partir da elaboração de plano de manejo para sua ocupação e uso.

CAPÍTULO V

DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 105 Em todo o território do Município poderão ser permitidos os usos residencial, não-residencial, misto ou rural, de acordo com os requisitos previstos na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 106 As normas municipais de uso do solo urbano têm em vista o aproveitamento racional do estoque local de terrenos edificáveis, promovendo:

I. o parcelamento e o remembramento de terrenos não corretamente aproveitados;

II. o desmembramento de lotes;

III. a melhoria das condições de vivência urbana, principalmente dos assentamentos residenciais com carência de infraestrutura e serviços públicos;

IV. a edificação prioritária dos terrenos não utilizados ou subutilizados no interior do perímetro urbano.

CAPÍTULO VI

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DA FAIXA LINDEIRA

Art. 107 O parcelamento do solo no município de Passo de Torres deverá atender à legislação federal e estadual pertinente e será regido por lei municipal específica, não sendo permitido em:

I. terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;

II. terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;

III. nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

IV. terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológica;

V. terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental;

VI. ao longo das faixas de domínio público das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão de energia elétrica, cabos de fibra ótica, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos, e outros equipamentos congêneres;

VII. terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

VIII. terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, que demonstrem inviabilidade de atendimento de infraestrutura.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO

Art. 108 O Plano Diretor do Município de Passo de Torres é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as ações necessárias a implementar as linhas estratégicas nele contidas, nos termos da Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

Art. 109 Os instrumentos constantes do Estatuto da Cidade poderão ser utilizados desde que estejam de acordo com as disposições contidas na legislação vigente.

Parágrafo Único. Outros instrumentos de indução de desenvolvimento, não mencionados nesta Lei, poderão ser utilizados, desde que atendam ao disposto no Plano Diretor e demais Legislações do Município.

Art. 110 Para os fins desta lei, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I. parcelamento, edificação e utilização compulsória;

II. IPTU progressivo no tempo;

III. desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública;

IV. direito de preempção;

V. transferência de potencial construtivo;

VI. operações urbanas consorciadas;

VII. direito de superfície;

VIII. consórcio imobiliário.

Art. 111 Os instrumentos não regulamentados por este Plano Diretor serão regidos por legislação própria.

SEÇÃO I

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 112 As disposições contidas nesta legislação são articuladas com os instrumentos de regularização fundiária, constantes do Estatuto da Cidade e na Lei Federal no 11.977/2009.

Art. 113 Para fins desta Lei, consideram-se instrumentos de regularização fundiária aqueles destinados a legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei.

Art. 114 São considerados Instrumentos de Regularização Fundiária:

I. usucapião especial de imóvel urbano;

II. concessão de uso especial para fins de moradia;

III. concessão de direito real de uso.

Art. 115 Os instrumentos mencionados neste capítulo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta lei.

SUBSEÇÃO I

DO USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO

Art. 116 Entende-se como Usucapião Especial de Imóvel Urbano, a aquisição do domínio, por aquele que possuir como sua, área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família.

Parágrafo Único. Só será concedida a Usucapião Especial de Imóvel Urbano aos possuidores que não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

SUBSEÇÃO III

DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 117 Entende-se como Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, a posse, até 31 de junho de 2001, por aquele que utilizou como sua moradia ou de sua família, imóvel público situado em área urbana, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.

Parágrafo Único. A Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia será concedida somente àqueles que não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título de outro imóvel urbano ou rural.

SUBSEÇÃO III

DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 118 Compreende-se como Concessão do Direito Real de Uso o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.

Art. 119 A concessão deve ser registrada perante o Cartório Registral do município onde se encontra o bem, mantendo-se a disciplina do ordenamento jurídico pátrio, a qual exige tal anotação para que seja considerada válida e oponível, perante terceiros, com caráter real.

Art. 120 A Concessão do Direito Real de Uso rege-se pela legislação que lhe é própria, observado o disposto nesta Lei.

SEÇÃO II

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 121 Para efeitos desta Lei, outorga onerosa é a concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional acima do resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, através de contrapartida pelo beneficiário.

Parágrafo único. Coeficiente básico e o máximo são os estabelecidos pela lei de uso e ocupação do solo.

Art. 122 Desde que o lote possua potencial construtivo adicional, o proprietário poderá efetuar a aquisição onerosa junto à Prefeitura Municipal.

§1º. A aquisição onerosa de que trata o caput deste artigo se fará por:

I Compra, mediante pagamento de contrapartida financeira;

II Prestação de Serviços.

§2º. A aquisição onerosa poderá ser efetuada através da combinação das duas modalidades.

§3º. A prestação de serviços de que trata o inciso II do § 1º será objeto de Licitação Pública, com pagamento em potencial construtivo.

Art. 123 A aquisição onerosa por compra se fará com base em parâmetros a serem definidos em lei específica.

Art. 124 A aquisição onerosa por prestação de serviços, através da execução, pelo interessado, de obras de infraestrutura urbana no valor equivalente ao valor do potencial construtivo adquirido se fará após aprovação dos projetos de infraestrutura pelo órgão responsável da Prefeitura.

Parágrafo Único. Os recursos provenientes da aquisição onerosa de potencial construtivo serão aplicados para as seguintes finalidades:

I regularização fundiária;

II execução de programas e projetos habitacionais de interesse social definidos no PLHIS de Passo de Torres;

III constituição de reserva fundiária;

IV ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 125 As áreas com potencial construtivo adicional serão fixadas na lei municipal do uso e ocupação do solo.

SEÇÃO III**DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR**

Art. 126 O direito de construir do proprietário de imóvel é limitado aos direitos de vizinhança, ao coeficiente de aproveitamento estabelecido na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e às determinações estabelecidas neste Plano Diretor e nas demais legislações urbanísticas.

Art. 127 Entende-se como transferência do direito de construir o instrumento de política urbana utilizado como forma de compensação ao proprietário de imóvel sobre o qual incide um interesse público de preservação ambiental, histórica ou de interesse social, de transferir para outro local o potencial construtivo que foi impedido de utilizar.

Art. 128 A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários, equipamentos públicos, programas habitacionais de interesse social e programas de recuperação ambiental.

Art. 129 Não será concedida a faculdade de transferir o direito de construir, nos termos do artigo supra-mencionado, aos proprietários de imóveis cujos possuidores preencham os requisitos para adquiri-lo por Usucapião.

Art. 130 A Lei Municipal Específica estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

SEÇÃO IV**DO DIREITO DE PREFERÊNCIA (PREEMPÇÃO)**

Art. 131 O direito de preferência (preempção) confere ao Poder Público Municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, no caso deste necessitar de áreas para realização de programas e projetos municipais.

Art. 132 O direito de preferência será exercido nos termos das disposições contidas nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal n.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 133 Lei Municipal Específica delimitará as áreas em que incidirá o direito de preferência e fixará prazos de vigência, não superiores a cinco anos, renováveis a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

Parágrafo Único. A Lei Municipal descrita no caput deste artigo deverá enquadrar cada área em uma ou mais das finalidades enumeradas no Art. 26 da Lei Federal n.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

SEÇÃO V**DO DIREITO DE SUPERFÍCIE**

Art. 134 O Direito de Superfície é o Direito Real de construir, assentar qualquer obra ou plantar em solo de outrem.

§ 1º. A utilização desse instrumento é restrita a particulares.

§ 2º. O Direito de Superfície é adquirido pelo registro de seu título constitutivo no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 135 O instrumento do Direito de Superfície objetiva a regularização fundiária e o ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

Art. 136 É facultado ao proprietário de imóvel urbano, conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis, conforme o disposto na Lei n.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 137 O instrumento do Direito de Superfície será regulamentado por legislação própria, devendo atender ao disposto nas legislações correlatas.

SEÇÃO VI**DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS**

Art. 138 Compreende-se como operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 139 Mediante leis específicas o Município utilizará Operações Urbanas Consorciadas com as seguintes finalidades:

I. ampliação e melhoria da Rede Viária Estrutural e outras infraestruturas;

II. ampliação e melhoria da Rede Estrutural de Transporte Público Coletivo;

III. implantação e melhoria de espaços públicos;

IV. implantação de programas para preservação do patrimônio cultural;

V. implantação de programas de habitação de interesse social;

VI. implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;

VII. requalificação de espaços urbanos subutilizados ou degradados.

Art. 140 Cada operação urbana consorciada deverá ser aprovada por lei específica, a partir de um plano de operação urbana consorciada, contendo no mínimo:

I. definição da área a ser atingida;

II. finalidade da operação;

III. programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;

IV. instrumentos previstos na operação;

V. estudo de impacto de vizinhança;

VI. contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

VII. forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil;

VIII. cronograma físico - financeiro com demonstrativo das expectativas de receitas e despesas.

Art. 141 Lei Municipal Específica estabelecerá as condições a serem observadas para a aplicação da operação urbana consorciada no Município de Passo de Torres.

SEÇÃO VII

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 142 O Parcelamento, a Edificação e a Utilização Compulsória do solo urbano visam garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde o Plano Diretor considerar prioritário.

Art. 143 A utilização do Parcelamento, da Edificação e da Utilização Compulsória do solo urbano, objetiva:

I. ocupar regiões da cidade dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos inibindo a expansão urbana na direção de áreas não servidas de infraestrutura, bem como nas áreas ambientalmente frágeis;

II. aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana;

III. combater o processo de periferização;

IV. inibir o processo de especulação imobiliária.

Art. 144 É facultado ao Poder Público Municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, utilizado inadequadamente ou não utilizado, localizados nas áreas delimitadas por esta Lei, que promova seu adequado aproveitamento sob pena de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, nos termos das disposições contidas nos artigos 5º e 6º da Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. Os instrumentos referidos neste artigo não poderão ser aplicados em imóveis com área igual ou inferior a 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados) destinados à moradia, que sejam única propriedade do titular.

SEÇÃO VIII

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 145 O Município aplicará para os imóveis constantes das áreas delimitadas no mapa de georeferenciamento como prioritárias para o adensamento ou como imóveis abandonados que descumprirem as etapas e dos prazos estabelecidos no artigo 126, alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§1º. Lei específica baseada no §1º. artigo 7º do Estatuto da Cidade, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§2º. Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 5 (cinco) anos o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação;

§3º. É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

SEÇÃO IX

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO MEDIANTE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 146 É facultado ao Poder Público Municipal, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização adequada, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública, os quais deverão ter sua emissão previamente aprovada pelo câmara vereadores, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 147 A desapropriação com títulos da dívida pública visa aplicar uma sanção ao proprietário do imóvel urbano, para garantir o

cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana nos termos deste Plano Diretor.

Art. 148 O instrumento da Desapropriação com títulos da dívida pública, objetiva:

I. promover a reforma urbana;

II. fazer cumprir a função social da propriedade urbana e da cidade, a que o imóvel se destina;

III. combater o processo de periferização;

IV. inibir o processo de especulação imobiliária.

SEÇÃO X

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 149 O Consórcio Imobiliário é um instrumento de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada para fins de realização de urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis urbanos subutilizados, não utilizados ou utilizados inadequadamente.

Art. 150 O instrumento do Consórcio Imobiliário, objetiva:

I. realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água e esgoto e iluminação pública; e,

II. realizar planos de edificação.

Art. 151 O instrumento do Consórcio Imobiliário poderá ser aplicado nas seguintes zonas urbanas:

Parágrafo Único. Os instrumentos referidos neste artigo não poderão ser aplicados em imóveis com área igual ou inferior a 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados) destinados à moradia, que sejam única propriedade do titular.

Art. 152 O instrumento do Consórcio Imobiliário será regulamentado por legislação própria, devendo atender ao disposto nas legislações correlatas.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS

SEÇÃO I

DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 153 Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades não naturais que, direta ou indiretamente, afetem:

I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II. as atividades sociais e econômicas;

III. a biota;

IV. as condições estéticas e sanitárias do ambiente;

V. a qualidade e a quantidade dos recursos ambientais;

VI. os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 154 A avaliação de impacto ambiental, resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal que possibilita a análise e a interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, compreende:

I. a consideração da variável ambiental nas políticas, nos planos, nos programas e nos projetos que possam resultar em impacto referido no caput;

II. a elaboração de Projeto de Controle Ambiental (PCA) ou de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

Parágrafo único. A variável ambiental deverá incorporar o processo de planejamento das políticas, dos planos, dos programas e dos projetos como instrumento decisório do órgão ou da entidade competente.

Art. 155 É de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a exigência de PCA ou de EIA/RIMA para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente degradadora do ambiente e a sua deliberação final, observada a legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. O EIA/RIMA poderá ser exigido para a ampliação de atividade já licenciada ainda que se tenha aprovado Rima quando da implantação da atividade.

Art. 156 Os requisitos essenciais do tipo de Avaliação Prévia de Impactos Ambientais, exigível em cada caso para o Licenciamento

Ambiental, respeitarão as resoluções do CONAMA e as normas e resoluções federais, estaduais e municipais em vigência.

SEÇÃO II

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 157 O Estudo de Impacto de Vizinhança compreende a análise dos impactos gerados, positivos e negativos, na implantação de empreendimentos dentro do perímetro urbano quanto ao adensamento populacional, os equipamentos urbanos e comunitários, o uso e ocupação do solo, a valorização imobiliária, a geração de tráfego e demanda por transporte coletivo, a ventilação e iluminação, a paisagem urbana, o patrimônio natural e cultural.

Parágrafo Único. O Poder Público poderá exigir condições, contrapartidas e alterações em projeto visando à mitigação dos efeitos negativos de ordem urbana, ambiental, social e econômica apontados pelo Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 158 O Estudo de Impacto de Vizinhança, objetiva:

I. democratizar o sistema de tomada de decisões sobre a implantação de empreendimentos urbanos;

II. inibir os impactos urbanos, ambientais, econômicos e sociais negativos gerados na implantação de empreendimentos urbanos.

Art. 159 Lei Municipal, com fulcro neste Plano, estabelecerá quais empreendimentos dependerão de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para sua aprovação, bem como critérios, prazos e procedimentos cabíveis.

TÍTULO V

DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 160 Entende-se por gestão democrática a atuação de instâncias de participação dos cidadãos nos processos de planejamento, tomada de decisão e controle das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público constituído delega o seu direito de decisão.

Art. 161 Deverá ser respeitada a participação de todas as entidades da sociedade civil organizada, bem como daqueles que tiverem interesse, em todas as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e prioridades contidas neste plano, de modo a garantir o controle direto das atividades e o pleno exercício da cidadania.

Art. 162 Para fins desta Lei, entende-se por instrumentos de democratização da gestão municipal aqueles que têm por objetivo promover a gestão municipal descentralizada e participativa, quais sejam:

I. órgãos colegiados de política urbana;

II. debates, audiências e consultas públicas;

III. conferências;

IV. conselhos;

V. gestão orçamentária participativa;

VI. estudo de impacto de vizinhança;

VII. projetos e programas específicos;

VIII. iniciativa popular de projeto de lei.

Art. 163 Além dos instrumentos previstos nesta lei, a Prefeitura Municipal de Passo de Torres poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Art. 164 A participação de toda população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público.

Art. 165 A informação acerca da realização dos Debates, Conferências, Audiências Públicas e Gestão Orçamentária Participativa será garantida por meio de veiculação nas rádios locais, jornais locais e internet, podendo ainda, ser utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

Art. 166 As informações referentes ao artigo anterior deverão ser divulgadas com no mínimo quinze dias de antecedência.

Parágrafo Único. Deverão constar na informação o local, o dia, o horário e o assunto respectivo à reunião.

Art. 167 O Poder Público assegurará a participação da população economicamente desfavorecida colocando à sua disposição transporte coletivo gratuito nos horários e dias em que houver a realização de Debates, Conferências, Audiências Públicas e reuniões

sobre Gestão da Política Urbana Municipal.

Art. 168 Os instrumentos mencionados neste capítulo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 169 A Prefeitura do Município de Passo de Torres deverá implantar um Sistema de Informações, que possibilite o monitoramento de dados sobre o Município.

Parágrafo Único. O Sistema de Informações estará vinculado à estrutura da Assessoria de Planejamento.

Art. 170 O Sistema de Informações deverá conter necessariamente:

I. delimitação precisa das zonas urbanas ou unidades territoriais de planejamento;

II. informações geo-ambientais;

III. cadastros que contenham a relação de equipamentos urbanos públicos, equipamentos sociais, cadastro imobiliário, áreas vazias, sistema viário, rede de transporte público, arruamento, infraestrutura de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, estabelecimentos industriais, de comércio, de serviços, áreas verdes e configuração da área rural;

IV. legislação urbanística, em especial as Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras;

V. informações sócio-econômicas, em especial demografia, emprego e renda.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 171 O Planejamento Municipal tem como objetivo a articulação de políticas da Administração Municipal com os interesses da população.

Art. 172 O Planejamento Municipal efetivar-se-á por meio:

I. da articulação entre os órgãos da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II. da participação dos Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, das Associações de Moradores e demais organizações e representações da população de Passo de Torres;

III. da aplicação dos instrumentos previstos nesta Lei;

IV. da implementação do Sistema de Informações;

V. da análise e avaliação periódica das diretrizes contidas no Plano Diretor.

Art. 173 É garantida a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento e gestão urbana.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

Art. 174 A Participação Popular objetiva valorizar e garantir o envolvimento dos municípios, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas e sócio-culturais da comunidade.

Art. 175 A garantia da participação dos cidadãos, responsabilidade do governo municipal, tem por objetivos:

I. a socialização da pessoa e a promoção do seu desenvolvimento integral como indivíduo e membro da coletividade;

II. o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública;

III. a permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

Art. 176 São diretrizes para incentivar e garantir a participação popular:

I. valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;

II. fortalecer os Conselhos Municipais e distritais como principais instâncias de assessoramento, consulta, fiscalização e deliberação da população sobre decisões e ações do governo municipal;

III. apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;

IV. consultar a população sobre as prioridades quanto à destinação dos recursos públicos;

V. elaborar e apresentar os orçamentos públicos de forma a facilitar o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;
VI. assegurar acessibilidade ao Sistema Municipal de Informações;
VII. apoiar e participar de iniciativas que promovam a integração social e o aprimoramento da vida comunitária;
VIII. tornar pública toda a pesquisa e planejamento;
IX. apoiar e promover a criação de associação de moradores nos novos loteamentos e conjuntos habitacionais.

Art. 177 São ações estratégicas relativas à participação popular:

I. disponibilizar informações referentes à sistematização das reuniões técnicas internas entre gestores e realizar reuniões regulares com os principais atores sociais que compõem a sociedade;

II. buscar medidas para solucionar e controlar a questão do déficit orçamentário municipal;

III. aumentar o número de conselhos municipais e associações comunitárias.

SEÇÃO I

DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 178 As Conferências terão por objetivo a mobilização do Governo Municipal e da sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas, onde serão discutidas as metas e prioridades para o Município.

Art. 179 O instrumento Conferências Públicas deverá ser regulamentado em legislação própria.

Art. 180 Este instrumento deverá ser utilizado, necessariamente, para definir alterações na legislação urbanística.

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Art. 181 Fica criado o Conselho Municipal da Cidade como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta Lei.

Art. 182 São atribuições do Conselho Municipal da Cidade:

I. elaborar seu regimento interno;

II. dar encaminhamento às deliberações da Conferência Nacional da Cidade em articulação com o Conselho Nacional das Cidades;

III. articular discussões para a implementação do Plano Diretor;

IV. acompanhar a elaboração e implementação do Plano Plurianual municipal;

V. opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;

VI. emitir parecer sobre propostas de alteração da lei geral do Plano Diretor e leis complementares;

VII. acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, inclusive os planos setoriais;

VIII. emitir parecer sobre projetos de lei de interesse da política urbana e regulamentações, antes do seu encaminhamento a Câmara Municipal;

IX. acompanhar a implementação dos instrumentos urbanísticos previstos nesta lei;

X. deliberar sobre casos não previstos na lei do Plano Diretor e na legislação municipal correlata.

XI. analisar e emitir parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 183 O Conselho Municipal da Cidade será composto por dez membros efetivos, além dos seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, da seguinte forma:

I. 01 (um) representante de associações representativas dos moradores locais;

II. 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Passo de Torres;

III. 01 (um) representante do setor imobiliário local;

IV. 01 (um) representante dos produtores rurais;

V. 01 (um) representante dos pescadores locais;

VI. 01 (um) representante da EPAGRI;

VII. 01 (um) representante da Secretaria de Meio Ambiente;

VIII. 01 (um) representante da Procuradoria do Estado de Santa Catarina;

IX. 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA);

X. 01 (um) representante da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

§ 1º. Os membros titulares e suplentes são nomeados pelo Prefeito, e aprovados pela Câmara Municipal.

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal da Cidade devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 3º. O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal da Cidade será prestado diretamente pela Prefeitura, através da Assessoria de Planejamento, a ser criada para tal.

§ 4º. As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente

§ 5º. O regimento interno elaborado e aprovado na 1ª reunião do conselho estabelecerá a extensão do 1º (primeiro) mandato, com vistas à anualmente ocorrer renovação de metade dos membros.

Art. 184 São atribuições do Presidente do Conselho Municipal da Cidade:

I. convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II. firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções.

Art. 185 As deliberações do Conselho serão feitas mediante resolução aprovada por maioria simples dos presentes.

Art. 186 O Presidente encaminhará novo processo de votação em casos de empate.

Art. 187 O regimento interno do Conselho será aprovado na forma definida por resolução e será modificado somente mediante aprovação de dois terços dos presentes.

SEÇÃO III

DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 188 A Audiência Pública é um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

Art. 189 As Audiências Públicas serão promovidas pelo Poder Público para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 190 Serão realizadas Audiências Públicas nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental com efeitos potencialmente danosos em seu entorno, e nos demais casos que forem de interesse público relevante.

§ 1º. Todos os documentos relativos ao tema da audiência pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias da data da realização da respectiva audiência pública.

§ 2º. As intervenções realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo o Conselho respectivo ao tema, reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da Ata de Realização da Audiência.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 191 É parte integrante e complementar desta Lei o seguinte anexo:

I. Anexo1 - Mapa de Macrozoneamento Municipal.

Art. 192 Este Plano deverá ser revisto pelo menos a cada dez anos.

Art. 193 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, faculdades, demais órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil.

Art. 194 Os instrumentos de política municipal instituídos por este Plano deverão ser regulamentados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei.

Art. 195 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 196 Revogam-se todas as disposições contrárias a esta Lei.

Passo de Torres, 28 de dezembro de 2011 .
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 010/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.
"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, em matéria de higiene, segurança, ordem e costumes públicos, funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, visando disciplinar as relações entre poder público e a população.

§ 1º. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública, que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato, em razão de interesse público, concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção do mercado e ao respeito à propriedade, aos direitos individuais ou coletivos, e ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, no território do Município.

§ 2º. Estas normas serão aplicáveis sem prejuízo das exigências previstas em leis específicas.

TÍTULO II

DO LICENCIAMENTO EM GERAL

CAPÍTULO I

DO ALVARÁ DE LICENÇA

SEÇÃO I

DA ANUÊNCIA PRÉVIA PARA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 2º A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Consulta Prévia contendo informações sobre o uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, e demais informações necessárias para a instalação de atividades comerciais.

§ 1º. A consulta prévia é procedimento que antecede o Alvará de Licença, devendo o profissional responsável formalizá-la perante o Protocolo Geral da Prefeitura através de formulário próprio, tendo validade de 90 (noventa) dias prorrogável por mais 90 (noventa) dias.

§ 2º. O Município fornecerá, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a partir da data da consulta, todas as informações necessárias e, em especial no que diz respeito ao tipo de atividade prevista para a zona, índices e parâmetros construtivos, a fim de orientar o trabalho do profissional, se necessário.

Art. 3º Para a solicitação de anuência prévia deverão constar as seguintes informações:

- I. nome do interessado;
- II. natureza da atividade e restrições ao seu exercício;
- III. local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário e número predial devidamente concedido pela prefeitura, quando localizado no perímetro urbano;
- IV. número de inscrição do interessado no Cadastro Mobiliário do

Município;

V. horário de funcionamento, quando houver.

Art. 4º Dependem de concessão de Alvará de Licença:

I. a localização e o funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuário, de prestação de serviço de qualquer natureza profissional ou não, e as empresas em geral;

II. a exploração de atividade comercial ou de prestação de serviço em logradouros públicos;

III. a execução de obras;

IV. o exercício de atividades especiais.

Parágrafo Único. Para a concessão do Alvará de Licença, a Prefeitura verificará a oportunidade e conveniência da localização do estabelecimento e do exercício da atividade a ele atinentes, bem como as implicações relativas ao trânsito, à preservação do patrimônio histórico, à proteção estética e tráfegos urbanos.

Art. 5º Para concessão de Alvará de Licença, o interessado deverá apresentar os elementos necessários ao preenchimento do formulário oficial.

Art. 6º Do Alvará de Licença deverão constar os seguintes elementos:

I. nome do interessado;

II. natureza da atividade e restrições ao seu exercício;

III. local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário e número predial devidamente concedido pela prefeitura;

IV. número de inscrição do interessado no Cadastro Mobiliário do Município;

V. horário de funcionamento, quando houver.

Parágrafo único. O Alvará de Licença será expedido pela Secretaria de Finanças, após a análise dos departamentos competentes.

Art. 7º Somente será concedida a licença quando o interessado comprovar o pagamento da taxa devida nos termos da legislação tributária.

Art. 8º O Alvará de Licença deverá ser mantido em bom estado de conservação, sendo renovável anualmente e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

Parágrafo único. Quando for o caso, deverá ser exibida em local visível a Licença Sanitária, que deverá ser renovada anualmente, de acordo com a legislação específica.

Art. 9º O Alvará será obrigatoriamente substituído, quando houver qualquer alteração que modifique um ou mais elementos característicos.

Parágrafo Único. A modificação da licença, devido ao disposto no presente artigo, deverá ser requerida no prazo de trinta (30) dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 10 O Alvará deverá ser renovado anualmente mediante pagamento da taxa respectiva.

Parágrafo Único. A falta de renovação do alvará implicará em cancelamento da licença e inscrição do contribuinte em dívida ativa, respeitados os prazos legais.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Art. 11 A localização e o funcionamento de qualquer estabelecimento de produção, industrial, comercial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuário, de prestação de serviço de qualquer natureza, profissional ou não, clube recreativo, estabelecimento de ensino e empresa em geral, bem como o exercício de atividade decorrente de profissão, arte, ofício ou função, dependem de Alvará de Licença.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, de exercício de qualquer natureza das atividades nele enumeradas.

Art. 12 O funcionamento de açougues, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre precedido de exame no local, e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 13 Quando se tratar de construção nova, reforma ou ampliação de imóvel destinado a atividade industrial, comercial ou de prestação de serviço, a licença de localização e funcionamento somente será concedida após a expedição do "habite-se" e da certidão de edificação da obra.

Art. 14 A licença de localização e funcionamento, quando se tratar de estabelecimento em cujas instalações deve funcionar máquina, motor ou equipamento eletromecânico em geral, e no caso de armazenamento de inflamável, corrosivo ou explosivo, somente será concedida após a expedição do Alvará de Licença Especial prevista neste Código.

Art. 15 Quando a atividade da empresa for exercida em vários estabelecimentos, para cada um deles será expedido o correspondente Alvará de Licença.

Art. 16 É vedado o exercício de qualquer atividade industrial, comercial ou de prestação de serviço em apartamento residencial, salvo as hipóteses seguintes:

I. a de prestação de serviço, nos pavimentos de prédio residencial, desde que se não oponha a convenção de condomínio ou, no silêncio desta, haja autorização dos condôminos;

II. a de natureza artesanal, exercida pelo morador do apartamento, sem emprego de máquina de natureza industrial, utilização de mais de um auxiliar e o uso de letreiros.

Art. 17 Na concessão da licença para localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, a Prefeitura levará em consideração, de modo especial:

I. os setores de zoneamento estabelecidos em Lei;

II. sossego, a saúde e a segurança da população.

Art. 18 A falta de Alvará de Licença implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização de localização e funcionamento do comércio, da indústria e da prestação de serviços.

Art. 19 O processo fiscal que objetiva a regularização de localização e funcionamento do comércio, da indústria e da prestação de serviços será iniciado através de Notificação Preliminar, que concederá prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar o estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços será interditado.

CAPÍTULO III

DA LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 20 A exploração de atividade em logradouros públicos depende de Alvará de Licença.

§ 1.º Compreendem-se como atividades nos logradouros públicos, entre outras, as seguintes:

I. comércio e prestação de serviço, em local pré-determinado, tais como: banca de revistas, jornais, livros, frutas, feiras livres, engraxates;

II. comércio e prestação de serviços ambulantes;

III. publicidade;

IV. recreação e esportiva;

V. exposição de arte popular.

§ 2.º Entende-se por logradouros públicos: as ruas, praças, bosques, alamedas, travessas, passagens, galerias, pontes, jardins, becos, passeios, estradas e qualquer via aberta ao público no território do Município.

Art. 21 A licença para exploração de atividade em logradouros públicos é intransferível e será sempre concedida a título precário.

Art. 22 O Poder Executivo poderá expedir normas complementares para exploração de atividades em logradouros públicos.

Art. 23 A falta de Alvará de Licença implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização da licença para exploração de atividades em logradouros públicos.

Art. 24 O processo fiscal que objetiva a regularização da licença para exploração de atividades em logradouros públicos será iniciado através de Notificação Preliminar que concederá prazo de 30 (trinta) dias para regularização.

Parágrafo Único. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar ocorrerá a interdição da atividade.

CAPÍTULO IV

DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 25 O Alvará de Licença Especial será expedido para o funcionamento, em caráter extraordinário e por prazo curto, de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, sempre que, a critério da Prefeitura, a medida for considerada necessária para evitar danos, tais como:

I. instalação de máquina, motor e equipamento eletromecânico em geral;

II. armazenamento de inflamável, explosivo ou corrosivo;

III. funcionamento de atividade prejudicial às condições do meio ambiente;

IV. funcionamento de atividades de divertimentos noturnos.

§ 1º. Na concessão do Alvará Especial a Prefeitura considerará a segurança, a saúde, o sossego e o interesse da coletividade.

§ 2º. Os empreendimentos que funcionam como pólos geradores de tráfego ou pólos geradores de ruídos deverão apresentar EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança.

§ 3º. Os casos omissos serão analisados pelo Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 26 A falta de Alvará de Licença Especial, ou de sua renovação anual, a que se refere este Capítulo, implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização de localização e funcionamento do comércio, indústria e prestação de serviços.

Art. 27 O processo fiscal que objetiva a regularização quanto ao Alvará de Licença Especial será iniciado através de Notificação Preliminar que concederá prazo de 30 (trinta) dias para regularização. Parágrafo Único. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar o estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços será interditado.

TÍTULO III

DA PROTEÇÃO ESTÉTICA, PAISAGÍSTICA E HISTÓRICA DA CIDADE

CAPÍTULO I

DA PROTEÇÃO ESTÉTICA

Art. 28 Além das limitações à propriedade privada, estabelecidas nas leis específicas visando a compor harmoniosamente o conjunto urbanístico, incumbe à administração adotar através de normas complementares, as medidas seguintes:

I. regulamentar o uso de anúncios e letreiros evitando que, pelo seu tamanho, localização ou forma, possam prejudicar a paisagem ou o livre trânsito;

II. disciplinar a exposição de mercadorias não permitindo a exposição de mercadorias nos passeios públicos e também nos recuos, de forma a evitar a poluição visual;

III. determinar a demolição de edificações em ruína, ou condenadas por autoridade pública;

IV. disciplinar a ornamentação das fachadas dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, nos períodos de carnaval, festejos juninos, natalinos e outras festividades populares.

CAPÍTULO II

DO ASPECTO PAISAGÍSTICO E HISTÓRICO

Art. 29 Para proteger a paisagem, os monumentos e os locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe à Prefeitura, através de regulamentação, adotar medidas amplas, visando a:

I. preservar os recantos naturais de beleza paisagística e finalidade turística, mantendo sempre que possível, a vegetação que caracteriza a flora natural da região;

II. proteger as áreas verdes existentes no Município, com objetivos urbanísticos, preservando, tanto quanto possível, a vegetação nativa e incentivando o reflorestamento;

III. preservar os conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos da Cidade que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, bem assim quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Cidade ou, ainda, relacionadas com sua tradição histórica ou folclórica;

IV. fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção da

beleza paisagística da Cidade.

Art. 30 A fiscalização das atividades previstas neste capítulo ficará a cargo da Secretaria.

CAPÍTULO III

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 31 Entende-se por árvore toda espécie representante do reino vegetal que possua sistema radicular, tronco, estirpe ou caule lenhoso e sistema foliar, independentemente do diâmetro, altura e idade.

Art. 32 É vedado o corte, derrubada ou a prática de qualquer ação que possa provocar dano, alteração do desenvolvimento natural ou morte de árvore em bem público ou em terreno particular, obedecidas as disposições do Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina, Legislação Municipal correlata e Resoluções de Conselhos Ambientais.

Parágrafo Único. Em caso de necessidade de poda, corte ou derrubada é necessária autorização do órgão municipal de meio ambiente, atendida a legislação municipal, estadual e federal pertinente.

Art. 33 As áreas urbanas desprovidas de arborização deverão ser gradualmente arborizadas.

Parágrafo Único. Cabe ao órgão municipal de meio ambiente elaborar o Plano de Arborização Municipal, definindo espécies da flora adequadas à região e espaçamentos necessários, respeitando-se fiações e tubulações.

Art. 34 As áreas que contenham áreas verdes devem ser cadastradas pelo órgão municipal de meio ambiente, sendo considerados de preservação permanente.

Parágrafo Único. Consideram-se áreas verdes os bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Passo de Torres, que contribuam para a preservação de águas existentes, do habitat, da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais.

Art. 35 As áreas referidas no artigo anterior não perderão sua destinação específica.

Parágrafo Único. No caso de depredação total ou parcial das áreas verdes é obrigatória a sua recuperação.

Art. 36 É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da urbanização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura.

Parágrafo Único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvores importará no imediato plantio da mesma ou de uma nova árvore em ponto cujo afastamento seja a menor possível da antiga posição.

Art. 37 Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 38 Os proprietários ou moradores são obrigados a providenciar a poda e retirada das árvores existentes no imóvel, de modo a evitar que as ramagens se estendam sobre os logradouros e vias públicas, quando isso representar prejuízo para livre circulação de veículos e pedestres, ou que comprometam a rede elétrica ou telefônica.

Parágrafo Único. No caso de ramagens estendidas sobre ou entre os cabos da rede elétrica ou telefônica, o corte deverá ser solicitado ao Poder Público ou às empresas concessionárias desses serviços, a fim de garantir a segurança da população.

TÍTULO IV

DA HIGIENE PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 Compete à fiscalização municipal zelar pela higiene e saúde públicas, tomando as providências necessárias para evitar e sanar irregularidades que venham a comprometê-las.

Art. 40 As normas do poder de polícia relativas à higiene pública serão fiscalizadas pelos órgãos do setor de saúde do Município, excetuando-se as atinentes à higiene e limpeza dos logradouros públicos, de competência da Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 41 Quando for verificada infração às normas de higiene cuja fiscalização seja atribuída ao governo estadual ou federal, a autoridade administrativa municipal que tiver conhecimento do fato fica obrigada a comunicá-lo ao órgão ou entidade competente.

Art. 42 A autoridade de saúde pública municipal compete verificar a insalubridade dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço e hortifrutigranjeiros, dos terrenos baldios e das habitações que não reúnam condições de higiene.

Parágrafo Único. Verificada a insalubridade, a administração promoverá as medidas cabíveis para a interdição do estabelecimento ou da habitação.

CAPÍTULO II

DA HIGIENE DOS LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS

Art. 43 É dever de todo cidadão respeitar os princípios de higiene e de conservação dos logradouros e vias públicas.

Art. 44 Nos logradouros e vias públicas é defeso:

I. impedir ou dificultar a passagem de águas, servidas ou não, pelos canos, valas, sarjetas ou canais, danificando-os ou obstruindo-os;

II. impedir a passagem de pedestres nas calçadas, com construção de tapumes ou depósito de materiais de construção ou demolição, tabuleiros, veículos ou qualquer outro corpo que sirva de obstáculo para o trânsito livre dos mesmos;

III. depositar ou queimar lixo, resíduos ou detritos;

IV. lavar veículos ou animais;

V. instalar aparelhos de ar condicionados de maneira que o resíduo aquoso se projete sobre o trânsito de pedestres:

a) os proprietários ou possuidores de imóveis nos quais existam aparelhos já instalados sem a observância do disposto neste inciso, terão o prazo de três (03) meses, a contar da publicação desta lei, para a devida regularização;

b) no caso de aparelhos instalados em altura inferior a três metros, nas partes externas das vias públicas, o prazo a que se refere a alínea "a" será de seis (06) meses.

Art. 45 A limpeza dos logradouros e vias públicas e a coleta do lixo domiciliar são serviços públicos executados diretamente pela Prefeitura ou por empresa privada mediante concessão.

§ 1º. O recolhimento de entulhos (restos de construção civil) é de responsabilidade do proprietário do imóvel.

§ 2º. A coleta de restos de vegetais, resultante de limpeza de quintal ou jardim, será feita pelo Departamento de Limpeza Pública, sendo que:

I A coleta será feita todas as terças e quintas-feiras pelo Departamento de Limpeza Pública, mediante agendamento, e só poderão ser colocadas na calçada depois da confirmação da retirada, sendo que:

II Serão recolhidos somente restos vegetais de até 2,00 m³ (dois metros cúbicos) com direito a um recolhimento ao mês;

III Acima de 2,00 m³ (dois metros cúbicos), a coleta deverá ser feita pelo proprietário ou empresa por ele contratada;

IV Os restos depositados em frente à propriedade não poderão exceder 50% da largura da calçada.

§ 3º. O descumprimento deste artigo implica em multa aos responsáveis.

Art. 46 Os ocupantes de prédios devem conservar limpos os passeios de suas residências e estabelecimentos.

Parágrafo Único. Quando se tratar de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços, a lavagem e varrição dos passeios somente serão efetuadas fora do horário normal de atendimento ao público.

Art. 47 Quando se constatar erosão, desmoronamento ou carregamento de terras para logradouros e vias públicas ou propriedades particulares, o proprietário do terreno, onde ocorrem ou possam vir a ocorrer estes fenômenos, deverá impedi-los através de obras de arrimo e drenagem.

Art. 48 Ficam os donos ou empreiteiros de obras obrigados à pronta remoção dos restos de materiais ou quaisquer objetos deixados nas vias públicas.

Art. 49 Quanto à higiene dos logradouros e vias públicas também

serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 50 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria.

CAPÍTULO III

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS EM GERAL

Art. 51 Estão sujeitos à fiscalização do setor de higiene do Município os estabelecimentos:

I. industriais que fabriquem ou preparem gêneros alimentícios, tais como: panificadoras, torrefadoras, fábricas de bebidas e refrigerantes, moinhos de trigo, fábricas de doces;

II. comerciais que depositem ou vendam gêneros alimentícios, tais como: armazéns, supermercados, açougues, peixarias, bares, quiosques, cafés, lanchonetes e ambulantes;

III. de prestação de serviços, tais como: hotéis, restaurantes, matadouros, hospitais, casas de saúde, pronto-socorros, barbearias, salões de beleza, saunas.

Art. 52 Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a proporcionar condições de higiene e uniformes adequados aos seus funcionários.

Art. 53 Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, calistas e assemelhados, todos os aparelhos, ferramentas, toalhas e outros utensílios deverão ser esterilizados antes e após cada aplicação.

Art. 54 Nos hospitais, casas de saúde, maternidades e estabelecimentos assemelhados, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão ser cumpridas as normas do Código Saúde do Estado e do Ministério da Saúde.

Art. 55 As coqueiras, estábulos e pocilgas existentes na área rural do Município deverão, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis:

I. possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas pluviais;

II. possuir sistema de armazenamento, tratamento e de disposição final adequada, destinado aos dejetos animais;

III. possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais;

IV. manter completa separação entre os compartimentos para empregados e animais;

Art. 56 A fiscalização das atividades previstas neste capítulo ficará a cargo da Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO IV

DA HIGIENE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Art. 57 As unidades imobiliárias devem ser mantidas em condições de higiene e habitabilidade.

Art. 58 Caberá aos proprietários a constante limpeza dos terrenos baldios, os quais deverão, obrigatoriamente, possuir cercas de testada conforme estabelecido no Código de Obras Municipal.

Parágrafo Único. É proibida a utilização de arame farpado ou material que ofereça risco.

Art. 59 Os proprietários são responsáveis pela construção do passeio correspondente à área de testada dos imóveis, conforme determinado no Código de Obras do Município.

Art. 60 Os proprietários ou moradores são obrigados a manter em estado de limpeza os quintais, pátios e terrenos das unidades imobiliárias de sua propriedade ou residência.

Parágrafo Único. Entre as condições exigidas neste artigo, se incluem as providências de saneamento, para evitar a estagnação de águas e poluição do meio ambiente.

Art. 61 Os proprietários de terrenos não edificadas ou em que houver construção em ruínas, condenada, incendiada ou paralisada, ficam obrigados a adotar providências no sentido de impedir o acesso do público, o acúmulo de lixo, a estagnação de água e o surgimento de focos nocivos à saúde.

Art. 62 Quanto à higiene das unidades imobiliárias também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 63 A Prefeitura, a seu exclusivo critério, sob o ponto de vista ambiental, sanitário e estético, poderá construir muro de testada e passeios e proceder a limpeza dos terrenos baldios, cujo custo será cobrado juntamente no mesmo carnê com o IPTU do proprietário.

Art. 64 A fiscalização das atividades previstas neste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO V

DA HIGIENE DOS ALIMENTOS

Art. 65 O controle sanitário de alimentos será desenvolvido pela Secretaria Municipal da Saúde e, complementar e suplementarmente, pelos órgãos estaduais de saúde.

Art. 66 As ações de controle sanitário de alimentos dar-se-ão sobre todos os tipos de alimentos, matérias-primas, coadjuvantes de tecnologia, processos tecnológicos, aditivos, embalagens, equipamentos, utensílios e também quanto aos aspectos nutricionais.

Parágrafo único. As ações de controle sanitário de alimentos dar-se-ão em todas as fases, da produção, da produção ao consumo de alimentos, inclusive no transporte, serviços e atividades relacionadas à alimentação e a nutrição.

Art. 67 A Secretaria de Estado da Saúde (SESA), através dos órgãos a ela vinculados, coordenará as ações de vigilância epidemiológica de doenças transmitidas e/ou veiculadas por alimentos, através do sistema estadual de notificação, investigação e controle desses agravos.

Parágrafo único. Os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica municipais deverão notificar, de imediato e obrigatoriamente, a SESA os agravos por doenças transmitidas e/ou veiculadas por alimentos.

Art. 68 Compete à SESA, em colaboração com a Secretaria Municipal da Saúde, o desenvolvimento de programas de informação e educação à população, em relação à alimentação adequada e à sanidade dos alimentos.

Art. 69 A fiscalização das atividades previstas neste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Saúde.

TÍTULO V

DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70 São fatores ambientais de risco à saúde aqueles decorrentes de qualquer situação ou atividade no meio ambiente, principalmente os relacionados à organização territorial, ao ambiente construído, ao saneamento ambiental, às fontes de poluição, à proliferação de artrópodes nocivos, a vetores e hospedeiros intermediários, às atividades produtivas e de consumo, às substâncias perigosas, tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e radioativas e a quaisquer outros fatores que ocasionem ou possam vir a ocasionar riscos à saúde, à vida ou à qualidade de vida.

Art. 71 Para exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, o Município respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas de qualquer dos elementos constitutivos do meio ambiente (solo, água, mata, ar e outros) que possa constituir prejuízo à saúde, ao meio ambiente, à segurança e ao bem-estar da população.

Art. 72 Cabe à Prefeitura Municipal articular-se com órgãos federais e estaduais competentes para fiscalizar ou proibir, no município, atividades que, direta ou indiretamente:

I. criem ou possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;

II. prejudiquem a fauna e a flora;

III. disseminem resíduos com óleo, graxa e lixo;

IV. prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins de utilização doméstica, agropecuária, de piscicultura, recreativa e para outros fins perseguidos pela comunidade.

§ 1º. O conceito de meio ambiente engloba a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade pública, privada ou de uso comum, a atmosfera e a vegetação.

§ 2º. O município poderá celebrar convênios com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de projetos ou atividades que tenham como objetivo o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

§ 3º. As autoridades incumbidas de fiscalização ou inspeção, para

fins de controle da poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, em instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras, particulares ou públicas, que possam causar danos ao meio ambiente.

Art. 73 É proibido:

I. deixar no solo da qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;

II. lançar resíduos sólidos e líquidos em galerias pluviais, rios, lagos, córregos, poços, chafarizes ou congêneres;

III. desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;

IV. fazer barragens sem prévia licença do Município, da SUDERHSA e do IAP ou sucedâneos;

V. plantar e conservar espécies que possam gerar problemas à saúde pública;

VI. atear fogo em roçada, palhadas ou matos;

VII. instalar e por em funcionamento incineradores sem o devido licenciamento ambiental;

VIII. efetuar o lançamento de quaisquer efluentes líquidos e sólidos tratados nas galerias pluviais e rios sem autorização expressa dos órgãos reguladores municipais e/ou estaduais e sem atender aos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 74 As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina estabelece.

Art. 75 Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio ambiente será executada, além da aplicação das multas previstas neste Código, a interdição das atividades, observada a legislação estadual e federal competente.

Art. 76 Para impedir ou reduzir a poluição do meio ambiente, a administração promoverá os meios a fim de preservar o estado de salubridade do ar, evitar os ruídos, os sons excessivos e a contaminação das águas.

Art. 77 Para verificar o cumprimento das normas relativas à preservação do meio ambiente, a Prefeitura, a qualquer tempo, poderá inspecionar os estabelecimentos, as máquinas, os motores e equipamentos, determinando as modificações que forem julgadas necessárias e estabelecendo instruções para o seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 78 Para preservar a salubridade do ar, incumbe à administração adotar as medidas seguintes:

I. impedir que sejam depositados nos logradouros públicos os materiais que produzam aumento térmico e poluição do ar;

II. promover a arborização de áreas livres e proteção das arborizadas;

III. promover a construção ou o alargamento de logradouros públicos que permitam a renovação frequente do ar;

IV. disciplinar o tráfego dos transportes coletivos, de modo a evitar a sua concentração no centro urbano;

V. irrigar os locais poeirentos;

VI. evitar a suspensão ou desprendimento de material pulverizado ou que produza excesso de poeira;

VII. executar e fiscalizar os serviços de asseio e limpeza dos logradouros públicos, estabelecendo os locais de destinação do lixo;

VIII. adotar qualquer medida contra a poluição do ar;

IX. impedir a incineração de lixo de qualquer matéria, quando dela resultar odor desagradável, emanação de gases tóxicos ou se processe em local impróprio;

X. impedir depósito de substâncias que produzam odores incômodos;

XI. promover, quando necessário, a medição do nível de poluição do ar para conhecimento da população.

Art. 79 Os estabelecimentos que produzam fumaça desprendam

odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais à saúde deverão instalar dispositivos para eliminar ou reduzir, ao mínimo, os fatores de poluição.

Art. 80 Os estabelecimentos industriais deverão atender a todas as normas específicas no tocante à poluição atmosférica e adotar as medidas cabíveis para minimizar o impacto de sua atividade, atendendo aos parâmetros e limites já definidos na legislação específica.

Art. 81 Os veículos de transporte coletivo devem ser dotados de dispositivos antipoluentes.

Art. 82 A fim de evitar a poluição do ar, a Prefeitura poderá determinar que os materiais de construção em geral sejam transportados devidamente cobertos.

Art. 83 Quanto à poluição do ar também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 84 A fiscalização das atividades previstas neste Capítulo ficará a cargo da Secretaria.

CAPÍTULO III

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 85 A fim de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, incumbe à administração adotar as seguintes medidas:

I. impedir a instalação, em setores residenciais ou comerciais, de estabelecimento cujas atividades produzam ruídos, sons excessivos ou incômodos, exceto se devidamente comprovado que o estabelecimento esteja munido com isolamento acústico;

II. disciplinar a prestação de serviços de propaganda por meio de alto-falantes ou megafones, fixos ou volantes;

III. disciplinar e controlar o uso de aparelhos de reprodução eletroacústica em geral;

IV. disciplinar o uso de maquinaria, dispositivo ou motor de explosão que produzam ruídos ou sons, além dos limites toleráveis, fixados em ato administrativo;

V. disciplinar o transporte coletivo de modo a reduzir ou eliminar o tráfego em áreas próximas a hospitais, casas de saúde ou maternidades;

VI. disciplinar o horário de funcionamento noturno de construções;

VII. impedir a localização, em zona de silêncio ou setor residencial, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, produzam sons excessivos ou ruídos incômodos.

Art. 86 Para as casas de comércio, prestação de serviços, indústrias, locais de diversão de acesso ao público - bares, restaurantes, boates, clubes e similares - igrejas ou templos de qualquer culto, nos quais haja ruído por sonorização, execução ou reprodução de música ou apenas locução; os níveis máximos permitidos, de intensidade de som ou ruído, são os seguintes:

I. para o período noturno, compreendido entre as 22:00 e 07:00 horas:

a) nas áreas de entorno de hospitais : 40 dB (quarenta decibéis);

b) outras áreas : 60 dB (sessenta decibéis);

II. para o período diurno, compreendido entre as 07:00 e 22:00 horas:

a) nas áreas de entorno de hospitais : 45 dB (quarenta e cinco decibéis);

b) outras áreas : 65 dB (sessenta e cinco decibéis).

Art. 87 A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, através de propaganda falada, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas, sujeitar-se-á a licença prévia e ao pagamento de taxa respectiva.

Parágrafo Único. A exploração de que trata este artigo poderá ser feita diariamente, no horário das 8:00 horas às 18 horas, de segunda à sábado.

Art. 88 Não será permitida divulgação de publicidade comercial, através de propaganda falada, por meio de amplificadores de voz e alto-falantes, fixos ou móveis, no polígono denominado Centro Histórico e nas áreas compreendidas em raio de cem (100) metros de prédios públicos, hospitais, cemitérios e capelas mortuárias.

Art. 89 A propaganda eleitoral está sujeita à regulamentação própria.

Art. 90 Excetuam-se das proibições deste Capítulo, os eventos com caráter de utilidade pública.

Art. 91 Quanto à poluição sonora também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 92 A fiscalização das atividades previstas neste Capítulo ficará a cargo da Secretaria.

CAPÍTULO IV

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 93 Para evitar a poluição das águas, a Prefeitura deverá, dentre outras medidas:

I. impedir que as indústrias, fábricas e oficinas depositem ou encaminhem para rios, lagos ou reservatórios de águas, resíduos ou detritos provenientes de suas atividades;

II. impedir a canalização de esgoto e águas servidas para os rios e córregos;

III. proibir a localização de estábulos, cocheiras, pocilgas, currais e congêneres nas proximidades dos cursos d'água;

Art. 94 Na proteção dos recursos hídricos, deve ser atendida a legislação federal, estadual e municipal sobre o assunto, bem como a atuação conjunta com os órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 95 A fiscalização das atividades previstas neste Capítulo ficará a cargo da Secretaria.

CAPÍTULO V

DA ARBORIZAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DA PRESERVAÇÃO DE BOSQUES, PARQUES E JARDINS

Art. 96 Compete à Prefeitura Municipal a arborização das vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. É facultado a todo munícipe o plantio de árvores defronte à sua residência ou ao terreno de sua propriedade, respeitadas as normas e especificações da Prefeitura Municipal.

Art. 97 As árvores são consideradas bens públicos, sendo vedada sua utilização como apoio ou suporte de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 98 A poda, remoção ou extração de árvores só poderá ser realizada pelo departamento competente da Prefeitura, constatada a real necessidade da medida, mediante parecer técnico aprovado pela autoridade responsável.

Art. 99 Os danos causados a plantas e equipamentos de bosques, parques e jardins, sujeitarão os responsáveis ao pagamento de indenização, avaliada pelos técnicos responsáveis.

Art. 100 A Prefeitura deverá colaborar com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 101 Para evitar a propagação de incêndios, deverão ser observadas, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 102 A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, inclusive nas margens de estradas ou rodovias, sem tomar as seguintes precauções:

I. Preparar aceiros de, no mínimo, 7m (sete metros) de largura;

II. Mandar aviso aos confrontantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 103 A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 104 A derrubada de bosques ou matas dependerá de licença da Prefeitura e de órgãos estaduais ou federais competentes.

§ 1º. Quando o terreno for urbano, a Prefeitura só concederá licença se o destino for a construção e a mata não for de importância paisagístico-ambiental, além de exigir vistoria e aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º. A Prefeitura poderá conceder licença especial para a derrubada de árvores encontradas em lotes urbanos que possam prejudicar, causar danos ou incômodo a residências próximas, bem como aos muros de fechamento das mesmas, desde que precedida de vistoria e aprovação dos órgãos competentes.

TÍTULO VI

DOS COSTUMES, DA ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 105 Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias públicas ou recintos fechados, de livre acesso ao público, mediante pagamento ou não de entrada.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo serão considerados divertimentos públicos: bailes, shows, circos, parques, rodeios, exposições, eventos esportivos, bares com música ao vivo e mecanizada, lanchonetes com música ao vivo, restaurantes com música ao vivo, bares com karaokê ou videokê, lanchonetes com karaokê ou videokê, restaurantes com karaokê ou videokê, boates, motéis, teatros, cinemas, trailers fixos ou móveis, e similares.

Art. 106 Nenhum divertimento público será realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 107 Os estabelecimentos de diversões públicas deverão obedecer às exigências que se seguem:

I. conservar as dependências em perfeitas condições de higiene;

II. possuir indicação legível e visível, à distância dos locais de entrada e saída do recinto;

III. possuir instalações sanitárias com indicação que permita distinguir o uso, em separado, para os sexos masculino e feminino;

IV. dotar o estabelecimento de dispositivos de combate a incêndio, em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória a instalação de extintores, em locais visíveis e de fácil acesso, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código de Prevenção de Incêndios de Santa Catarina;

V. conservar em funcionamento as instalações hidráulicas;

VI. reposteiros ou cortinas;

VII. efetuar a desinfetação periódica do estabelecimento;

VIII. manter o mobiliário em bom estado de conservação;

IX. apresentar os empregados convenientemente trajados, e se possível, uniformizados.

Art. 108 Estão também sujeitas a licenciamento as atividades comerciais exercidas no interior dos estabelecimentos de diversão e praças desportivas.

Art. 109 Constitui obrigação do responsável pelo estabelecimento manter a boa ordem durante a realização dos espetáculos.

Art. 110 Os divertimentos públicos, com programação preestabelecida, serão executados integralmente e deverão ser iniciados na hora previamente fixada.

Parágrafo Único. Em caso de modificação de programa ou de horário, a empresa devolverá aos reclamantes o preço integral do ingresso.

Art. 111 Os ingressos serão vendidos em número não excedente ao da lotação do estabelecimento e deles deverão constar o preço, a data e o horário do espetáculo.

Art. 112 Os estabelecimentos de diversões são obrigados a afixar, nos locais de entrada, de forma visível, o horário de funcionamento.

Art. 113 Ficarà a critério da Prefeitura a aprovação dos locais para funcionamento dos divertimentos públicos.

Parágrafo Único. Os locais tratados neste artigo deverão estar citados no requerimento de solicitação do Alvará de Licença.

Art. 114 A administração impedirá, por contrário à tranquilidade da população, a instalação de diversões públicas em unidades imobiliárias de edifícios de apartamentos residenciais ou em locais distando menos de 200m (duzentos metros) de hospitais, templos, escolas, asilos, presídios e capelas mortuárias.

§ 1º. As atividades previstas neste artigo poderão ser instaladas se houver a anuência dos atingidos que se enquadrem nas categorias mencionadas, bem como a autorização da Prefeitura Municipal.

§ 2º. A autorização concedida no caso do parágrafo anterior terá caráter precário, podendo ser cassada se houver pedido por parte dos afetados, enquadrados nas categorias mencionadas.

§ 3º. A falta de Alvará de Licença implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização de localização e funcionamento dos estabelecimentos de divertimentos públicos.

Art. 115 O processo fiscal será iniciado através de Notificação

Preliminar, que concederá prazo de um a trinta (30) dias para regularização a juízo da autoridade.

Parágrafo único -Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar o estabelecimento será interditado.

Art. 116 Para permitir o funcionamento de divertimentos públicos em vias ou logradouros públicos, a Prefeitura deverá exigir um depósito correspondente a um (1) Valor de Referência do Município (VRM) em vigência, como garantia de despesas extraordinárias com limpeza, conservação e recomposição da área pública.

§ 1.º O depósito que trata este artigo deverá ser creditado no Departamento de Tesouraria da Prefeitura Municipal.

§ 2.º O valor do depósito corresponderá a 1 VRM para atividades de porte igual ou menor que 500,00 m² (quinhentos metros quadrados) e 2 VRM para atividades de porte acima de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados).

§ 3.º Este depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos. Em caso contrário, será deduzido da quantia depositada, o valor das despesas pela execução dos serviços.

Art. 117 Na concessão e/ou renovação do Alvará de Licença para os divertimentos públicos, além dos elementos necessários ao preenchimento do formulário oficial, a Administração Pública deverá exigir:

I. Consulta prévia;

II. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente às instalações elétricas, assinada por profissional devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);

III. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente às instalações hidráulico-mecânicas, assinada por profissional devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);

IV. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente à segurança, ou Laudo de Segurança, assinado por profissional devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);

V. Alvará do Departamento da Polícia Civil (FUNRESPOL).

Parágrafo Único. Os incisos I e II poderão estar descritos em uma única Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia).

Art. 118 Caso não sejam apresentados os documentos citados no artigo anterior, ou não sejam respeitados seus prazos de validade, a Prefeitura poderá deixar de conceder ou renovar, e até suspender ou cassar o Alvará de Licença.

Art. 119 A Prefeitura poderá deixar de conceder ou renovar, e até suspender ou cassar o Alvará de Licença, caso não sejam respeitados o sossego e o decoro da população.

Parágrafo Único. As infrações tratadas neste artigo deverão estar comprovadas em processo, através de boletins de ocorrência ou abaixo-assinados elaborados por moradores da região onde está localizado o estabelecimento, contendo nome legível, número do documento de identidade, endereço e assinatura dos interessados.

Art. 120 Os processos de concessão e/ou renovação do Alvará de Licença para os divertimentos públicos, apenas serão concluídos, com os pareceres e assinaturas dos seguintes setores internos desta Prefeitura:

I. Um membro do Meio Ambiente;

II. Um membro da Vigilância à Saúde;

III. Um membro da Fiscalização de Obras;

IV. Um membro da Fiscalização Tributária.

Art. 121 A falta de Alvará de Licença implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização de localização e funcionamento dos estabelecimentos de divertimentos públicos.

Art. 122 O processo fiscal será iniciado através de Notificação Preliminar, que concederá prazo de um a trinta (30) dias para regularização a juízo da autoridade.

§ 1º. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar o estabelecimento será interditado.

§ 2º. No caso de risco a saúde pública ou segurança a autoridade poderá proceder a interdição imediata.

Art. 123 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO II

DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 124 O trânsito de pedestres e de veículos será disciplinado de modo a manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 125 O trânsito em logradouros públicos somente será impedido ou suspenso em consequência da execução de obra pública ou por autorização da administração municipal, através do Conselho de Urbanismo.

Art. 126 O depósito de material de qualquer espécie, nos logradouros públicos, terá o prazo de seis (06) horas para a sua remoção, quando não for possível sua descarga no interior da unidade imobiliária.

Art. 127 Na área do centro histórico, a carga e descarga de materiais e mercadorias, de qualquer natureza e para quaisquer fins, é vedada entre 8:00 horas e 19:00 horas, salvo autorização específica.

Parágrafo Único. Não se incluem nesta vedação os veículos responsáveis pelo transportes de valores.

TÍTULO VII

DA SEGURANÇA DA POPULAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128 O poder de polícia será exercido sobre os estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviço e outros que, pela natureza de suas atividades, possam por em risco a segurança da população, devendo a Prefeitura para tal fim adotar as medidas seguintes:

I. determinar a instalação de aparelhos e dispositivos de segurança para eliminar riscos à população;

II. negar ou cassar licença para instalação e funcionamento de máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos em geral ou para o exercício de qualquer atividade que possa causar iminente ameaça à segurança da população;

III. impedir o funcionamento de aparelhos e equipamentos que ponham em risco a segurança de seus usuários.

CAPÍTULO II

DAS INSTALAÇÕES ELETROMECÂNICAS

Art. 129 A instalação, reforma ou substituição de elevadores, escadas rolantes e outros equipamentos equivalentes, quando destinados ao uso público, dependem de licença especial da Prefeitura.

Parágrafo Único. Para a concessão da licença de que trata este artigo, o interessado deverá fornecer as plantas e documentos que forem exigidos pela administração para exame do pedido.

Art. 130 Os estabelecimentos que tenham por finalidade a instalação, reforma, substituição e assistência técnica de equipamentos eletromecânicos, são obrigados ao registro no órgão competente da Prefeitura.

Art. 131 O funcionamento de qualquer equipamento eletromecânico, destinado ao uso da população, somente será permitido mediante comprovação da existência de contrato de manutenção com firma técnica especializada.

§ 1º. O proprietário ou responsável pelo prédio onde funcionam equipamentos eletromecânicos deverá comunicar à Prefeitura, anualmente, o nome da firma encarregada da prestação de assistência técnica, juntando cópia do contrato.

§ 2º. Quando ocorrer substituição da firma de prestação de assistência técnica, o proprietário ou responsável comunicará o fato à Prefeitura, dentro do prazo de quinze (15) dias, encaminhando cópia do novo contrato de manutenção.

Art. 132 Nos elevadores e ascensores deverão ser afixados, em lugar visível:

I. certificado do último exame e vistoria da firma prestadora do serviço de assistência técnica;

II. a indicação da capacidade de peso e lotação;

III. certificado do seguro contra acidente.

Art. 133 Quanto às instalações eletromecânicas também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 134 A fiscalização das atividades previstas neste capítulo ficará a cargo da Secretaria de Obras.

CAPÍTULO III

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 135 São considerados inflamáveis:

- I. fósforo e os materiais fosforados;
- II. a gasolina e os demais derivados de petróleo;
- III. os éteres, alcoóis e óleos combustíveis;
- IV. os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;
- V. qualquer substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 130 (cento e trinta) graus Celsius.

Art. 136 Consideram-se explosivos:

- I. os fogos de artifício;
- II. a nitroglicerina, seus compostos e derivados;
- III. a pólvora e o algodão de pólvora;
- IV. as espoletas e os estopins;
- V. os fulminantes e congêneres;
- VI. os cartuchos de guerra, de caça e minas.

Art. 137 No interesse público, a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 138 A Prefeitura somente concederá licença para o fabrico, comércio e depósito de mercadorias inflamáveis e explosivos, mediante cumprimento, pelos interessados, das exigências estabelecidas pelos órgãos federais e estaduais competentes.

Art. 139 O transporte de explosivos e inflamáveis será efetuado mediante a adoção das seguintes providências:

- I. não serem conduzidas, ao mesmo tempo, num só veículo, explosivos e inflamáveis;
- II. no veículo que transportar explosivos ou inflamáveis somente serão permitidos o motorista e o pessoal encarregado da carga e descarga do material;
- III. observância de horário para carga e descarga, evitando-se, sempre que possível, o percurso do veículo por logradouros de tráfego intenso.

Art. 140 Em dias de festividades religiosas, tradicionais e outras de caráter público, poderão ser usados fogos de artifícios e outros apropriados, observadas as normas fixadas pela Prefeitura e pelo órgão estadual.

Art. 141 Fica sujeito à licença especial da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura, a instalação de bombas de gasolina e de depósito de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

§ 1º. O requerimento de licença indicará local para a instalação, a natureza dos inflamáveis e será instruído com planta de descrição minuciosa das obras a executar.

§ 2º. O Poder Público Municipal negará a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba de combustível prejudicará, de algum modo, a segurança ou a tranquilidade pública.

§ 3º. O Executivo Municipal poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

CAPÍTULO IV

DAS PEDREIRAS E JAZIDAS MINERAIS

Art. 142 A exploração de jazidas de pedra e solos lateríticos, areias e jazidas minerais de uma maneira geral, além de licença de localização e funcionamento, dependerá de licença especial, nos casos de emprego de explosivos, especialmente junto ao órgão ambiental do Estado de Santa Catarina.

Art. 143 A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras, inclusive de acessos próprios, nas áreas ou locais de exploração de propriedades circunvizinhas, bem como de vias públicas, evitando a obstrução de cursos e mananciais d'água, o carreamento do material explorado para os leitos das estradas e o acúmulo de água em depressões resultantes de exploração.

Parágrafo Único. Em qualquer caso, os limites da área de

exploração serão disciplinados pela Prefeitura, devendo esses limites situarem-se fora das faixas de domínio das rodovias e/ou estradas municipais, a uma distância capaz de não comprometer a estabilidade daquelas rodovias.

Art. 144 Os volumes de transporte de materiais de construção em geral, especialmente os materiais terrosos, solos lateríticos e areias, nos limites da zona urbana do Município, não deverão exceder a capacidade nominal dos veículos transportadores, a fim de evitar evasão desses materiais para as vias públicas.

Art. 145 Quanto às pedreiras e jazidas minerais também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 146 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Obras.

CAPÍTULO V

DOS ANIMAIS

Art. 147 É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 148 Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 149 Os animais de grande e médio porte, recolhidos em virtude do disposto no artigo 148, poderão ser retirados dentro do prazo máximo de dez (10) dias, mediante pagamento de multa e taxa de manutenção respectivas, regulamentadas por decreto.

Parágrafo Único. Não sendo retirados nesse prazo, os animais passarão para a propriedade do Município, o qual poderá efetuar a sua venda ou doação.

Art. 150 É obrigatória a vacinação dos animais por parte de seu proprietário que deverá manter o documento comprobatório desta exigência, com observância do prazo de validade.

Art. 151 Os cães poderão andar nas vias públicas desde que em companhia do seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Parágrafo Único. Para a condução de cães e animais perigosos pelas vias públicas, devem os proprietários adotar medidas de segurança da população, tais como coleira com guia e focinheira.

Art. 152 Os espetáculos de feras e as exposições de animais perigosos pelas vias e logradouros públicos, somente serão realizados após a adoção comprovada das medidas que permitam a segurança dos espectadores.

Art. 153 É expressamente proibido:

- I. criar ou engordar suínos, bovinos, caprinos, ovinos, equinos e asininos no perímetro urbano, ou qualquer animal não adequado para criação doméstica;
- II. criar abelhas no perímetro urbano.

Art. 154 A fiscalização das atividades previstas neste capítulo ficará a cargo da Secretaria de Saúde.

TÍTULO VIII

DAS ATIVIDADES EM LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 155 O exercício de qualquer atividade comercial ou de prestação de serviço, profissional ou não, em vias e logradouros públicos, depende de licença da Prefeitura.

Parágrafo Único. As atividades em vias e logradouros públicos só serão exercidas em área previamente indicada pela Prefeitura.

CAPÍTULO II

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 156 As atividades nas feiras livres destinam-se ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios essenciais à população, especialmente os de origem hortifrutigranjeira, como também a comercialização de produtos artesanais.

Art. 157 A atividade de feirante somente será exercida pelos interessados que estiverem cadastrados na Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

§ 1.º O requerimento de matrícula será instruído com os seguintes documentos:

I carteira de identidade;

II carteira de saúde, no caso de comercialização de gêneros alimentícios.

§ 2.º A matrícula para o exercício da atividade será concedida a

título precário, podendo ser suspensa ou cassada nos termos da presente Lei.

§ 3.º Para o cadastro de feirantes, a Prefeitura dará preferência aos produtores rurais que comercializem produtos "in natura" ou beneficiados em agroindústria, desde que devidamente registrados nos órgãos competentes.

Art. 158 As feiras serão localizadas em áreas ou logradouros públicos, previamente estabelecidos pela Prefeitura, que disciplinará seu funcionamento, de modo a não prejudicar o trânsito e de permitir acesso fácil para aquisição de mercadorias.

Art. 159 As mercadorias serão expostas à venda em barracas desmontáveis ou tabuleiros, em perfeitas condições de higiene e apresentação.

Art. 160 Na hora fixada para o encerramento da feira, os feirantes suspenderão as vendas, procedendo à desmontagem das barracas, balcões, tabuleiros e respectivos pertences; e também a remoção rápida das mercadorias, de forma a ficar o recinto livre e pronto para o início imediato da limpeza.

Art. 161 É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas e de cigarros nas feiras livres.

Art. 162 Os feirantes, por si ou por seus prepostos, são obrigados a:

I. acatar as determinações regulamentares estabelecidas pela Prefeitura e guardar decore para com o público;

II. manter em perfeito estado de higiene as suas barracas ou balcões e aparelhos, bem como os utensílios empregados na venda dos seus artigos;

III. não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolongá-lo além da hora do encerramento;

IV. não ocupar área maior do que a que for concedida na distribuição de locais;

V. não deslocar as suas barracas ou tabuleiros para pontos diferentes que lhes forem determinados;

VI. colocar etiquetas com os preços das mercadorias.

Art. 163 A fiscalização das atividades previstas neste capítulo ficará a cargo da Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO III

DO COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE

Art. 164 O exercício do comércio eventual e ambulante dependerá de licença, bem como de matrícula concedida a título precário, para o vendedor ambulante.

§ 1º. Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, por ocasião de festejos e comemorações populares, em locais previamente autorizados pela Prefeitura.

§ 2º. Considera-se comércio ambulante a atividade comercial ou a prestação de serviços em logradouro público, sem instalação fixa.

Art. 165 O requerimento de licença deverá ser instruído com os elementos seguintes:

I. carteira de identidade e CPF;

II. nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funcionará o comércio eventual ou ambulante;

III. comprovação de residência do comerciante ou responsável;

IV. indicação do ramo de atividade (num máximo de dois);

V. carteira de saúde para os que negociarem com gêneros alimentícios;

VI. indicação do local, ou locais a serem utilizados pelo comerciante ou responsável;

VII. especificação dos meios que serão utilizados para o exercício da atividade.

§ 1º. A Prefeitura estabelecerá, quando da concessão da licença, os locais e horários de estacionamento dos veículos a serem utilizados para o exercício da atividade do comércio eventual e ambulante, quando for o caso.

§ 2º. Na concessão da licença, a Prefeitura considerará, de modo especial, as características do logradouro público em que será exercida a atividade comercial eventual, ou que será percorrido pelo comerciante ambulante, quanto à estética urbana, trânsito e outros elementos adequados.

§ 3º. Os produtores orgânicos receberão Alvará de Licença

Especial, desde que comprovem produzir no Município de Passo de Torres e com mão-de-obra familiar e sejam reconhecidos como produtores orgânicos.

Art. 166 O local indicado para o exercício do comércio eventual e ambulante, deverá ser mantido em perfeitas condições de asseio e limpeza, ficando o comerciante obrigado à utilização de recipientes adequados para a coleta do lixo ou resíduos provenientes do exercício da atividade.

Art. 167 Os que exercerem o comércio eventual ou ambulante em logradouro público devem apresentar-se decentemente trajados, em perfeitas condições de higiene, sendo obrigatório aos vendedores de gêneros alimentícios o uso de uniforme.

Art. 168 Os vendedores ambulantes deverão sempre portar a licença para o exercício da atividade, e para o caso de comercialização de produtos alimentícios, também deverão sempre portar a carteira de saúde.

Art. 169 Não serão fornecidos Alvarás de Licença e Localização para o exercício do comércio ambulante a requerentes não residentes, ou que não possuam sua sede ou mesmo uma filial neste Município.

Art. 170 Toda a mercadoria a ser comercializada de forma ambulante deverá estar devidamente acompanhada da documentação fiscal obrigatória.

Art. 171 Para os vendedores ambulantes residentes em nosso Município, a falta de Alvará de Licença, ou de sua renovação anual, implicará no início de processo fiscal que objetiva a regularização da licença para exploração da atividade.

§ 1º. O processo fiscal será iniciado através de Notificação Preliminar que concederá prazo de sete (7) a quarenta e cinco (45) dias para regularização.

§ 2º. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar, a atividade de comércio ambulante, estará sujeita à multa diária de 20% (vinte por cento) sobre o Valor de Referência do Município (VRM) em vigência, bem como apreensão da mercadoria.

Art. 172 Para os vendedores ambulantes não residentes no Município, a falta de Alvará de Licença implicará no início de processo fiscal que objetiva a proibição imediata da atividade.

§ 1º. O processo fiscal será iniciado através de Notificação Preliminar, que concederá prazo de quinze (15) minutos para encerramento das atividades, por parte do comerciante notificado.

§ 2º. Em caso de não atendimento da Notificação Preliminar, a mercadoria será apreendida.

Art. 173 Os produtos apreendidos, tendo em vista as irregularidades da atividade do comércio ambulante, apenas serão devolvidos a seu proprietário, nas seguintes situações:

I. para a primeira apreensão, se for comprovado o pagamento de multa de 10% sobre o Valor de Referência do Município em vigência;

II. para a segunda e demais apreensões, se for comprovado o pagamento de multa correspondente a uma vez o Valor de Referência do Município em vigência;

III. se for deferida a contestação da diligência e/ou ação fiscal.

Art. 174 As multas deverão ser pagas, e as contestações deverão ser protocoladas, com os seguintes prazos:

I. os produtos perecíveis, até dois (2) dias após a ação fiscal;

II. os produtos não perecíveis, até trinta (30) dias após a ação fiscal.

Art. 175 Em caso de não pagamento das multas ou apresentação das contestações nos prazos regulamentares a Prefeitura poderá objetivar a doação das mercadorias apreendidas.

Parágrafo Único. Ficará a critério do Secretaria de Administração e de Finanças, o destino das mercadorias apreendidas, com os devidos documentos que comprovem sua doação.

Art. 176 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO IV

DAS COMIDAS TÍPICAS, FLORES E FRUTAS

Art. 177 A Prefeitura poderá conceder permissão de uso de logradouro público para o comércio de comidas típicas, flores e frutas,

desde que atendidas as exigências deste Código.

Art. 178 Para a outorga da permissão de uso e concessão do Alvará de Licença, a Prefeitura verificará a oportunidade e conveniência da localização do negócio relativamente ao trânsito, à estética da cidade e ao interesse público.

Parágrafo Único. Quando as condições previstas neste artigo, para concessão do Alvará de Licença, forem modificadas com prejuízo do trânsito, da estética urbana e do interesse público, a Prefeitura, de ofício, determinará a transferência do comércio para outro local.

Art. 179 Para o exercício das atividades definidas neste Capítulo o interessado deverá observar, além de outras, as condições seguintes:

I. apresentar-se asseado e convenientemente trajado;

II. manter o local de trabalho limpo e provido de recipiente para coleta de lixo ou resíduos;

III. utilizar recipientes e utensílios adequados e higienizados.

Art. 180 Quanto às comidas típicas, também serão respeitadas outras normas específicas, regulamentadas por Decreto ou Lei.

Art. 181 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Finanças, e da Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO V

DAS BANCAS DE JORNAIS, REVISTAS E LIVROS

Art. 182 A Prefeitura outorgará permissão de uso de logradouro público para instalação de bancas de jornais, revistas e livros, desde que atendidas as disposições deste Código e legislação específica do Patrimônio Histórico.

Art. 183 Para concessão do Alvará de Licença, a Prefeitura verificará a oportunidade e conveniência da localização da banca e suas implicações relativamente ao trânsito, à estética da cidade e ao interesse público.

Parágrafo Único. Quando as condições previstas neste artigo, para concessão do Alvará de Licença, forem modificadas com prejuízo do trânsito, da estética urbana e do interesse público, a Prefeitura, de ofício, determinará a transferência da banca para outro local.

Art. 184 As bancas de jornais, revistas e livros não poderão ser localizadas:

I. a menos de 10m (dez metros) de ponto de parada de coletivos;

II. a menos de 50m (cinquenta metros) de outra já licenciada;

III. a menos de 100m (cem metros) de estabelecimento fixo, cuja a atividade principal seja semelhante;

IV. em áreas que possam perturbar a visão dos condutores de veículos;

V. em áreas que possam ocupar mais de 1/3 (um terço) da largura da calçada.

Art. 185 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO VI

DAS EXPOSIÇÕES

Art. 186 A Prefeitura poderá autorizar, sem cobrança de qualquer taxa, a pintores, escultores, livreiros, artesãos e entidades culturais ou de assistência social a realizarem, em logradouros públicos, a prazo certo, exposições de livros ou de trabalhos de natureza artística, cultural e artesanal.

Art. 187 O pedido de autorização protocolado na Secretária Municipal de Serviços Públicos, que indicará o local, natureza, caráter e prazo da exposição.

Art. 188 O local da exposição deverá ser mantido limpo, sendo o interessado responsável por qualquer dano que porventura causar ao logradouro ou a bem público.

Art. 189 Quanto às exposições, também serão respeitadas outras normas específicas, regulamentadas por Decreto ou Lei.

CAPÍTULO VII

DOS MEIOS DE PUBLICIDADE

Art. 190 A colocação de cartazes, placas, faixas, letreiros e anúncios nos logradouros públicos, para fins de publicidade ou propaganda de qualquer espécie, em todo o território do Município, depende de prévia autorização da Prefeitura.

Art. 191 Para os fins deste código, consideram-se:

I. Anúncio indicativo: "aquele que visa apenas identificar no próprio local da atividade os estabelecimentos e/ou profissionais que dele fazem uso, podendo também ser composto de logomarca e referência a outras empresas fornecedoras, colaboradoras ou patrocinadoras das atividades desenvolvidas no local, desde que esta última não ultrapasse 1/3 (um terço) da área total do anúncio";

II. Os anúncios publicitários, as indicações de referências de produtos, serviços ou atividades através de placas, painéis, "outdoors" ou qualquer meio de veiculação de mensagem publicitária, colocados em local estranho àquele em que a atividade é exercida ou no próprio local, quando as referências extrapolarem às contidas no inciso anterior;

III. Quota: "é o coeficiente que, multiplicado pela testada do imóvel onde se situa o anúncio, possibilita obter a área máxima de anúncio permitida no imóvel".

Art. 192 Em hipótese alguma será permitida a colocação de anúncios de natureza permanente:

I. nos terrenos baldios;

II. quando prejudiquem o aspecto paisagístico do local;

III. nos muros e grades de parques e jardins.

Parágrafo Único. É vedada em edifícios públicos a colocação de cartazes de qualquer natureza.

Art. 193 Em hipótese alguma será permitida a colocação de cartazes, anúncios e faixas e pinturas, contendo ou não propaganda comercial, nem a fixação de cabos ou fios, nos postes ou nas árvores dos logradouros públicos.

Art. 194 A licença de publicidade deverá ser requerida ao órgão municipal competente, instruído o pedido com as especificações técnicas e apresentação dos seguintes documentos:

I. requerimento padrão, onde conste:

a) o nome e o CNPJ da empresa;

b) a localização e especificação do equipamento;

c) o número de cadastro imobiliário do imóvel, no qual será instalado o letreiro ou anúncio;

d) a assinatura do representante legal;

e) número da inscrição municipal;

II. autorização do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida;

III. para os casos de franquias, o contrato com a franqueadora;

IV. projeto de instalação contendo:

a) especificação do material a ser empregado;

b) dimensões;

c) altura em relação ao nível do passeio;

d) disposição em relação à fachada, ou ao terreno;

e) comprimento da fachada do estabelecimento;

f) sistema de fixação;

g) sistema de iluminação, quando houver;

h) inteiro teor dos dizeres;

i) tipo de suporte sobre o qual será sustentado;

V. termo de responsabilidade técnica ou ART. - Anotação de Responsabilidade Técnica, quando for o caso, quanto à segurança da instalação e fixação, assinado pela empresa fabricante, instaladora e pelo proprietário da publicidade.

Art. 195 A quota para instalação de anúncios nos imóveis localizados nas áreas definidas por este Código, corresponde a 0,3.

Art. 196 Os estabelecimentos de que trata este Capítulo deverão optar, na instalação de anúncios nas fachadas, exclusivamente por uma das alternativas seguintes:

I. Anúncios paralelos;

II. Anúncios perpendiculares;

III. Anúncios em toldos.

§ 1º. Será permitida a instalação de logomarca, em forma de anúncio perpendicular, em conjunto com os anúncios paralelos, respeitada a quota.

Art. 197 Será permitida a instalação de anúncios em postos de combustíveis atendendo às seguintes diretrizes:

I. Fixação nas testeiças das coberturas de bombas;

II. Nas lojas, atendendo às diretrizes deste Capítulo para anúncios em fachadas;

III. Na área livre do imóvel, respeitada a quota e demais diretrizes deste Capítulo.

Art. 198 Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar:

I. sistema de iluminação a ser adotado;

II. tipo de iluminação, se fixa, intermitente ou movimentada;

III. discriminação das faixas luminosas e não luminosas do anúncio e das cores empregadas.

Art. 199 A Prefeitura não concederá licença para colocação de anúncios ou cartazes, quando:

I. obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e respectivas bandeiras;

II. pelo seu número e má distribuição se apresentem anti-estéticas;

III. sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a pessoas, crenças ou instituições.

Art. 200 Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Art. 201 A Secretaria de Administração e Finanças fica responsável pela aplicação do presente Capítulo.

CAPÍTULO VIII

DAS ATIVIDADES DIVERSAS

Art. 202 A utilização dos logradouros públicos para colocação, em caráter transitório ou permanente, de alegoria ou símbolo, qualquer que seja o seu significado, bem assim como outras criações representativas dependerá de licença da Prefeitura.

Art. 203 A Prefeitura só aprovará a armação de palanques, em logradouros públicos, em caráter provisório, para festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular e desde que:

I. não prejudiquem o trânsito público;

II. não impeçam calçadas, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades a reparação dos danos porventura causados;

III. sejam removidos no prazo máximo de 24 horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único. A colocação de móveis, para venda ou demonstração, nos passeios públicos, será permitida mediante licença temporária do poder público municipal e desde que:

I não prejudique o trânsito público;

II não impeçam o livre escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis eventuais reparações por danos causados.

Art. 204 A instalação de cobertura fixa ou removível sobre passeio, área de recuo e a colocação de mesas e cadeiras nesses locais, dependem de verificação de sua oportunidade e conveniência, tendo em vista as implicações relativamente à estética da Cidade e ao trânsito.

Parágrafo Único. Na concessão de licença serão levadas em conta a categoria do estabelecimento e a dimensão da área para sua atividade.

Art. 205 Mediante prévia autorização da Prefeitura, os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício.

§ 1.º Para efeito deste artigo será cobrada uma taxa anual correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o Valor de Referência do Município (VRM) em vigência;

§ 2.º A autorização tratada neste artigo refere-se ao período compreendido entre as 18:00 e as 24 horas.

§ 3.º Deverá ficar livre para o trânsito público, uma faixa correspondente a 1/3 (um terço) ou, no mínimo, 0,80m (oitenta centímetros) do passeio.

§ 4.º Tendo em vista possíveis ações policiais, a qualquer momento poderá ser solicitada a retirada das mesas e cadeiras nos passeios.

Art. 206 A instalação de postes de linhas telefônicas e de força e luz, bem como a colocação de caixas postais e extintores de incêndio nos logradouros públicos, dependem de autorização da Prefeitura.

Art. 207 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo Secretaria.

TÍTULO IX

DOS CEMITÉRIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 208 Os cemitérios terão caráter secular e serão fiscalizados pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres que os administrará diretamente ou mediante concessão.

§ 1º. É facultado às pessoas jurídicas de direito privado, que se organizarem para esse fim, explorar cemitérios particulares, mediante concessão da Prefeitura e pagamento dos tributos e emolumentos devidos, observadas as disposições constantes deste título, além de outros requisitos regulamentares que forem estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º É assegurado às associações religiosas, que já os possuam, administrar seus cemitérios particulares.

Art. 209 No recinto dos cemitérios, além das áreas de enterramento, de ruas e avenidas, serão reservados espaços para construção de capela e salão mortuário.

Art. 210 Os cemitérios poderão ser extintos e sua área transformada em praça ou parque, quando tenha chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos, ou quando hajam se tornado muito centrais.

Parágrafo Único. Quando, do cemitério antigo para o novo, se tiver de proceder à trasladação de restos mortais, os interessados terão direito de obter, neste, espaço igual em superfície, ao antigo cemitério.

CAPÍTULO II

DAS INUMAÇÕES

Art. 211 Nenhum enterro será permitido nos cemitérios sem a apresentação de atestado de óbito devidamente firmado por autoridade médica.

Art. 212 As inumações serão feitas em sepulturas separadas, temporárias e perpétuas.

Art. 213 Nas sepulturas gratuitas os sepultamentos serão feitos pelo prazo de cinco (05) anos para adultos e de três (03) anos para menores, não se admitindo com relação a elas prorrogação de prazo.

Art. 214 As concessões de perpetuidade serão feitas para sepultura do tipo destinado a adultos e crianças, em mausolés simples ou geminados e sob as seguintes condições, que constarão do título:

I. possibilidade de uso do mausoléu para sepultamento de cônjuge e de parentes consanguíneos ou afins; outras pessoas só poderão ser sepultadas mediante autorização do concessionário por escrito e pagamento das taxas devidas;

II. obrigação de construir, dentro de seis (06) meses, os baldrames convenientemente revestidos e efetuar a cobertura da sepultura em alvenaria no prazo máximo de um (01) ano;

III. caducidade da concessão no caso de não cumprimento do disposto no inciso II anterior.

Art. 215 Nenhum concessionário de sepultura ou mausoléu poderá negociar sua concessão, seja a que título for.

Art. 216 Havendo sucessão "causa mortis" através de partilha devidamente homologada pelo juiz, o herdeiro deverá registrar o seu direito na administração do cemitério.

Art. 217 É de cinco (05) anos para adulto e de três (03) anos para menores, o prazo máximo a vigorar entre duas inumações em um mesmo local.

Art. 218 Quanto às inumações, também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 219 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO III

DAS CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

Art. 220 As construções funerárias só poderão ser executadas nos cemitérios, depois de expedido alvará de licença mediante requerimento do interessado, dirigido ao Departamento, o qual acompanhará o respectivo projeto, em duas vias.

Parágrafo Único. Após aprovação, uma das vias do projeto de construção será devolvida ao interessado, devidamente visada pela autoridade competente.

Art. 221 A Prefeitura deixará as obras de embelezamento e melhoramento das concessões tanto quanto possível ao gosto dos proprietários; porém, reservar-se-á o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais à boa aparência do cemitério, à higiene e à segurança.

Art. 222 Será permitida a construção de baldrame até a altura de quarenta centímetros (0,40m) para suporte de lápide.

Art. 223 O serviço de conservação e limpeza de jazigos só poderá ser executado por pessoas autorizadas pela administração do cemitério.

Art. 224 É proibida dentro do cemitério, a preparação de pedras ou de outros materiais destinados à construção de jazigos e mausoléus.

Art. 225 Restos de materiais provenientes de obras, conservação e limpeza de túmulos, devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis.

Art. 226 Do dia 28 de outubro a 1.º de novembro, não serão permitidos trabalhos nos cemitérios, a fim de ser executada, pela Administração Municipal, a limpeza geral.

Art. 227 A Prefeitura fiscalizará a execução dos projetos de construções funerárias.

Art. 228 O ladrilhamento do solo em torno dos jazigos é permitido, desde que atinja a totalidade da largura das ruas de separação e sejam pelos interessados obedecidas as instruções da administração do cemitério.

Art. 229 Quanto às construções, também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 230 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 231 A administração dos cemitérios competirá os poderes de polícia, fiscalização dos assentamentos e registros e controle da organização interna das necrópoles.

Art. 232 O registro dos sepultamentos far-se-á em livro próprio e em ordem numérica, contendo o nome do falecido, idade, sexo, estado civil, filiação, naturalidade, "causa mortis", data e lugar do óbito e outros esclarecimentos que forem necessários.

Art. 233 Os cemitérios serão convenientemente fechados e neles a entrada e permanência só serão permitidas no horário previamente fixado pela administração.

Art. 234 Excetuados os casos de investigação policial devidamente autorizados por mandado judicial e de transferência dos despojos, nenhuma sepultura poderá ser reaberta, mesmo a pedido dos interessados, antes de decorrido os prazos para inumações previstos neste Código.

Art. 235 Para qualquer inumação em sepulturas perpétuas deverá ser apresentado à administração o respectivo título de concessão.

Art. 236 Decorridos os prazos para inumações, as sepulturas poderão ser abertas para novos sepultamentos, retirando-se as cruzes e os outros emblemas sobre elas colocados.

§ 1.º Para esse fim, a administração fará publicar editais de aviso aos interessados de que, no prazo de noventa (90) dias, serão as cruzes e emblemas retirados e a ossada depositada no ossuário geral.

§ 2.º As grades, cruzes, emblemas, lápides e outros objetos retirados das sepulturas serão postos, por um período de sessenta (60) dias, à disposição dos interessados, que poderão reclamá-los. Findo este prazo a Prefeitura dará a esses objetos o destino que melhor lhe convier.

Art. 237 Quanto à administração dos cemitérios, também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 238 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

TÍTULO X

DO TRANSPORTE COLETIVO

Art. 239 A Prefeitura pode explorar o serviço público de transporte coletivo do Município, através de companhia a ser por si criada, ou mediante o regime de concessão ou permissão nos termos da Constituição Federal.

Art. 240 Incumbe ao Poder Executivo, quanto ao serviço de transporte coletivo urbano:

I. baixar decreto regulamentando o serviço público de transporte coletivo do município;

II. promover os meios para a prestação adequada do serviço;

III. fiscalizar a execução do serviço, a aplicação das tarifas e o pagamento do preço público;

IV. recomendar os processos mais econômicos e eficazes para a prestação do serviço;

V. fiscalizar as condições de higiene e segurança dos veículos.

Art. 241 A licença de localização e funcionamento para a utilização de terrenos destinados a pátio de estacionamento de veículos, além de outras exigências, obriga o interessado a:

I. fechar o terreno por muro;

II. construir passeio correspondente à área de testada do terreno;

III. impermeabilizar, adequadamente, o piso do terreno;

IV. construir cabine para abrigar o vigia;

V. instalar na entrada do estabelecimento, sinalização indicadora do tráfego de veículos;

VI. no caso de oficinas de manutenção ou posto de abastecimento.

Art. 242 Quanto ao transporte coletivo, também serão respeitadas outras normas específicas sobre a matéria.

Art. 243 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças.

TÍTULO XI

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 244 A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no Município obedecerão aos horários previstos neste artigo, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato, duração e as condições de trabalho:

I. Para as Indústrias de modo geral:

a) abertura às 06:00 horas e fechamento às 18:00 horas nos dias úteis;

b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como, nos feriados locais, que são: Dia de Nossa Senhora dos Navegantes, Aniversário do Município, Dia de São Pedro e Festa do Pescador.

II. Para o comércio em geral, que não estejam descritos no artigo 295, o Horário será o seguinte:

a) Na sede do Município, abertura às 08:00 horas e fechamento às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira; e das 08:00 às 15:00 horas nos sábados;

b) no interior do Município, abertura às 07:00 horas e fechamento às 22:00 horas.

Parágrafo Único. Nos dias previstos na letra "b" do Inciso I, os estabelecimentos permanecerão fechados, exceto os que se enquadrem na letra "b" do Inciso II deste artigo.

Art. 245 Terão horários especiais os seguintes estabelecimentos comerciais instalados na sede do Município:

I. CONFEITARIAS, BOMBONIERES E PANIFICADORAS:

a) De segunda a sábado:

a.1) Abertura: 06:00 horas;

a.2) Fechamento: 21:00 horas.

b) Aos Domingos e Feriados:

b.1) Abertura: 06:00 horas;

b.2) Fechamento: 18:00 horas.

II. LOCADORAS DE VÍDEO, FITAS E CD's:

a) De segunda a sábado:

a.1) Abertura: 08:00 horas;

a.2) Fechamento: 22:00 horas.

b) Aos Domingos e Feriados:

b.1) Abertura: 08:00 horas;

b.2) Fechamento: 15:00 horas.

III. SORVETERIAS E BARES:

a) De segunda a domingo, inclusive feriados:

a.1) Abertura: 08:00 horas;

a.2) Fechamento: 24:00 horas.

IV. LANCHONETES E RESTAURANTES:

a) De segunda a domingo, inclusive feriados:

a.1) Abertura: 08:00 horas;

a.2) Fechamento: 02:00 horas do dia seguinte.

V. FIXOS E MÓVEIS:

a) De segunda a domingo, inclusive feriados:

a.1) Abertura: 08:00 horas;

a.2) Fechamento: 02:00 horas do dia seguinte.

VI. CARRINHOS DE CACHORRO-QUENTE:

a) De segunda a domingo, inclusive feriados:

a.1) Abertura: 08:00 horas;

a.2) Fechamento: 02:00 horas do dia seguinte.

VII. LIVRARIAS, PAPELARIAS E BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS:

a) De segunda a sexta-feira:

a.1) Abertura: 07:30 horas;

a.2) Fechamento: 18:00 horas.

b) Aos Sábados:

b.1) Abertura: 07:30 horas;

b.2) Fechamento: 12:00 horas.

c) Aos Domingos e Feriados:

c.1) Abertura: 08:00 horas;

c.2) Fechamento: 12:00 horas.

VIII. AÇOGUES:

a) De segunda a sábado:

a.1) Abertura: 06:00 horas;

a.2) Fechamento: 20:00 horas.

b) Aos Domingos e Feriados:

b.1) Abertura: 07:00 horas;

b.2) Fechamento: 12:00 horas.

IX. FARMÁCIAS:

a) De segunda a sexta-feira:

a.1) Abertura: 07:30 horas;

a.2) Fechamento: 21:00 horas.

b) Aos Sábados:

b.1) Abertura: 07:30 horas;

b.2) Fechamento: 12:00 horas.

c) Após estes horários, será permitida a abertura somente da Farmácia de Plantão, obedecida a escala organizada pelos interessados ou pelo Município.

X. POSTOS DE GASOLINA E EMPRESAS FUNERÁRIAS:

a) Poderão funcionar a qualquer hora e em qualquer dia.

XI. BANCOS:

a) Obedecerão as disposições do Banco Central do Brasil.

XII. ARMAZÉNS, MINI-BOXES E SUPERMERCADOS:

a) De segunda a sábado:

a.1) Abertura: 07:00 horas;

a.2) Fechamento: 20:00 horas.

XIII. SHOWS AO VIVO, VIDEOKÊS E KARAOKÊS, NAS LANCHONETES E RESTAURANTES (desde que comprovada a acústica):

a) De segunda a quinta-feira:

a.1) Encerramento: 22:00 horas.

b) Sextas, sábados e dias que antecedem os feriados:

b.1) Encerramento: 02:00 horas do dia seguinte.

XIV. SHOWS AO VIVO, VIDEOKÊS E KARAOKÊS, NOS BARES (desde que comprovada a acústica):

a) De segunda a domingo:

a.1) Encerramento: 22:00 horas.

XV. BAILES NOS CLUBES OU DANCETERIAS (desde que comprovada a acústica):

a) Sextas, sábados e dias que antecedem os feriados:

a.1) Encerramento: 05:00 horas do dia seguinte.

b) Domingos:

b.1) - Encerramento: 01:00 horas do dia seguinte.

§ 1º. Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos e feriados nacionais e locais, excluindo o expediente

de escritório, aos que dediquem-se às atividades de impressão de jornais, laticínios e frios industriais, purificação e distribuição de gás, concessionárias de serviços de esgoto, serviços de transporte coletivo ou outras atividades que a juízo das autoridades federais competentes seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º. As farmácias fechadas poderão, nos casos de urgência, atender ao público a qualquer hora.

§ 3º. Poderão os estabelecimentos comerciais, mediante pedido à autoridade administrativa competente, nos dois dias que antecedem a comemoração do Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, Dia dos Namorados e Páscoa, terem os horários de fechamento estendidos para as 22:00 horas, permanecendo o mesmo horário para a abertura, sem a necessidade de autorização especial da autoridade administrativa competente.

§ 4º. No período de 1.º de Dezembro a 06 de Janeiro, o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais será estendido para as 22:00 horas, inclusive aos sábados, sem a necessidade de autorização ou licença especial da autoridade administrativa competente.

§ 5º. No período de temporada, o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais será estendido de acordo com autorização ou licença especial da autoridade administrativa competente.

Art. 246 Por motivo de conveniência pública, e a pedido do interessado, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I. Varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos;

II. Varejistas de peixes;

III. Barbeiros, cabeleireiros, massagistas e engraxates;

IV. Cafés e leiterias;

V. Lojas de flores e coroas;

VI. Casas lotéricas, com exceção dos feriados e domingos;

VII. Bilhares;

VIII. Dancing's, cabarés e similares;

IX. Fliperamas e similares (observando o horário máximo das 21:00 horas).

Art. 247 Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

Art. 248 O descumprimento do Horário de Funcionamento poderá ser comprovado através de Boletins de Ocorrência (B.O's) da Polícia Militar ou Polícia Civil.

Art. 249 A fiscalização deste Capítulo ficará a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

TÍTULO XII**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES****CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES**

Art. 250 Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, de outras leis, decretos e atos normativos baixados pela administração no exercício de seu poder de polícia.

Art. 251 As infrações resultantes do descumprimento das disposições deste código serão punidas com o seguinte critério:

I. 1ª Infração - Notificação Preliminar, concedendo um (1) dia para regularização;

II. 2ª Infração - Multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o Valor de Referência do Município (VRM) em vigência;

III. 3ª Infração - Suspensão do Alvará de Licença, por três (3) dias;

IV. 4ª Infração - Multa correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) sobre o Valor de Referência do Município (VRM) em vigência;

V. 5ª Infração - Cassação do Alvará de Licença.

Parágrafo único. As multas previstas neste artigo serão aplicadas independentemente de outras penalidades previstas neste Código.

Art. 252 Será considerado infrator todo aquele que cometer, iniciar, constranger ou auxiliar alguém na prática de infração à legislação de postura do Município.

Art. 253 A responsabilidade por infração à norma de poder de

polícia, independe da intenção do agente ou responsável e da natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 254 A responsabilidade será:

I. pessoal do infrator;

II. de empresa, quando a infração for praticada por pessoa na condição de seu mandatário, preposto, ou empregado;

III. dos pais, tutores, curadores, quanto às pessoas de seus filhos menores, tutelados e curatelados, respectivamente.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 255 As penalidades previstas neste Código serão aplicadas através de processo fiscal, pela autoridade competente subordinada aos setores funcionais descritos nos mais diversos Capítulos deste Código.

Art. 256 Caso sejam extintos os setores funcionais responsáveis pela fiscalização e aplicação das penalidades previstas neste Código, suas atribuições ficarão a cargo:

I. do setor funcional subordinado à mesma Secretaria;

II. do setor funcional designado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. Em ambos os casos, as designações serão feitas mediante Decreto.

Art. 257 A aplicação de penalidade não desonera o infrator da obrigação de fazer ou desfazer, nem o isenta da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma prevista no Código Civil Brasileiro.

SEÇÃO II

DA MULTA

Art. 258 A multa será aplicada através de Auto de Infração, o qual terá modelo único a ser utilizado pelos diversos setores funcionais responsáveis pela aplicação das penalidades.

Art. 259 As multas serão aplicadas de forma cumulativa e sua aplicação não excluirá a administração da competência de impor outras penalidades a que o infrator estiver sujeito.

Art. 260 Aplicada a multa, não fica o infrator exonerado do cumprimento da obrigação que a Administração Municipal lhe houver determinado.

Art. 261 A multa imposta será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator deixar de recolhê-la no prazo legal.

SEÇÃO III

DA APREENSÃO E PERDA DE BENS E MERCADORIAS

Art. 262 A apreensão será efetuada mediante a lavratura do Termo de Apreensão, que conterá a descrição dos bens ou mercadorias apreendidas e indicação do lugar onde ficarão depositadas.

Art. 263 Os bens ou mercadorias apreendidas serão recolhidos a depósito da Prefeitura, até que sejam cumpridas pelo infrator, no prazo estabelecido, as exigências legais ou regulamentares.

Parágrafo Único. Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos, ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderão ser depositados em mão de terceiros ou do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

Art. 264 A devolução de bens e mercadorias, quando couber, somente será feita após o pagamento de multa e de despesas com manutenção em depósitos da Prefeitura quando for o caso.

Art. 265 Os bens ou mercadorias apreendidos serão doados ou levados a leilão com observância da legislação pertinente, no caso de não cumprimento das exigências a que estiver obrigado o infrator.

Art. 266 O leilão será anunciado por edital, com prazo mínimo de oito (08) dias para sua realização, publicando-se resumo no órgão oficial e em jornal de grande circulação.

Art. 267 Encerrado o leilão, no mesmo dia será recolhido o sinal de vinte por cento (20%) pelo arrematante, sendo-lhe fornecida guia para o recolhimento da diferença sobre o total do preço da arrematação.

Art. 268 Quando o arrematante, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a partir do encerramento do leilão, não completar o preço da arrematação, perderá o sinal pago e os bens e as mercadorias

serão novamente levados a leilão.

Art. 269 Além dos casos previstos neste Código, a perda de mercadorias ocorrerá quando a apreensão recair sobre substâncias entorpecentes, nocivas à saúde ou outras de venda ilegal.

Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo a autoridade administrativa determinará a remessa da mercadoria apreendida ao órgão federal ou estadual competente, com as necessárias indicações.

SEÇÃO IV

DA SUSPENSÃO DE LICENÇA

Art. 270 A suspensão de licença consiste na interrupção, por prazo não superior a um ano, da atividade constante do alvará, em consequência do não cumprimento de norma prevista nesta Lei, para seu regular exercício ou funcionamento.

SEÇÃO V

DA CASSAÇÃO DE LICENÇA

Art. 271 A cassação de licença consistirá na paralisação da atividade constante do alvará, nos casos previstos neste Código.

Art. 272 Cessados os motivos que determinarem a cassação da licença, o interessado poderá restabelecer o exercício da atividade, subordinando-se às exigências estabelecidas para outorga de nova licença.

SEÇÃO VI

DA CASSAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 273 A cassação da matrícula poderá ocorrer nos casos previstos neste Código e a reemissão da matrícula poderá ocorrer somente após o decurso de 06 (seis) meses de sua cassação.

SEÇÃO VII

DA INTERDIÇÃO

Art. 274 A interdição consiste na proibição do funcionamento de estabelecimentos, máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos em geral, do uso ou ocupação de prédio ou local, e, ainda, da execução de obra, desde que ponham em risco a segurança, a higiene e o bem-estar da população ou a estabilidade de edificações.

§ 1º. A interdição não impede a aplicação de outras penalidades previstas neste Código.

§ 2º. Até que cessem os motivos da interdição, o bem interditado ficará sob a vigilância da Divisão de Fiscalização de Obras da Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 275 Lavrado o Auto de Interdição proceder-se-á à intimação do interessado obedecidas as disposições do artigo 352.

Art. 276 O cumprimento das medidas estabelecidas para a suspensão da interdição deverá ocorrer em prazo fixado pela Administração.

Art. 277 O Auto de Interdição será lavrado pela autoridade administrativa responsável pelos serviços de fiscalização do poder de polícia.

TÍTULO XIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Art. 278 Constituem medidas preliminares do processo, quando necessárias à configuração da infração, o exame, a vistoria e a diligência.

§ 1.º Concluídas as providências de que trata este artigo será lavrado o termo correspondente e apresentado relatório circunstanciado.

§ 2.º Quando da medida preliminar ficar apurada a existência da infração será lavrado o competente Auto.

Art. 279 Sempre que se verificar a existência de ato ou fato com possibilidade de pôr em risco a segurança, a saúde ou o bem-estar da população, proceder-se-á à necessária vistoria.

Art. 280 A vistoria será realizada em dia e hora previamente marcados, na presença de autoridade municipal e do responsável pelo ato ou fato que a motivar.

Parágrafo Único. Na hipótese de não comparecer o responsável far-se-á a vistoria à sua revelia, na presença de duas testemunhas que assinarão o respectivo laudo.

Art. 281 Quando da vistoria ficar apurada a prática de infração

da qual resulte risco à população, além da aplicação da penalidade a que o responsável estiver sujeito, será indicado prazo para cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, no sentido de eliminar o risco.

Parágrafo Único. Findo o prazo de que trata este artigo, sem o cumprimento das medidas indicadas pela vistoria, será aplicada ao infrator a penalidade que couber.

CAPÍTULO II

DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 282 Verificando-se infração ao disposto neste Código será expedida contra o infrator uma Notificação Preliminar para que, nos prazos fixados neste Código, regularize sua situação.

Parágrafo Único. O prazo para regularização da situação será mencionado pelo agente fiscal no ato da notificação

Art. 283 A Notificação Preliminar será feita em formulário destacável de talonário próprio, onde ficará cópia em carbono, na qual o notificado aporá o seu ciente ao receber a primeira via da mesma, e conterá os seguintes elementos:

I. nome do notificado ou denominação que o identifique;

II. dia, mês, ano, hora e lugar da lavratura da notificação preliminar;

III. prazo para a regularização da situação;

IV. descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido;

V. a penalidade a ser aplicada em caso de não regularização no prazo estabelecido;

VI. nome e assinatura do agente fiscal notificante.

§ 1º. Recusando-se o notificado a dar seu ciente, será tal recusa declarada na notificação preliminar pela autoridade notificante, devendo este ato ser testemunhado por duas pessoas.

§ 2º. A recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via da Notificação Preliminar lavrada, não favorece nem prejudica o infrator.

Art. 284 Esgotado o prazo estabelecido na Notificação sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, será lavrado Auto de Infração.

CAPÍTULO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 285 O Auto de Infração é o instrumento pelo qual se inicia o processo para apurar infração às normas de poder de polícia.

Art. 286 O Auto de Infração conterá obrigatoriamente:

I. dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;

II. o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver, das testemunhas;

III. o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, bem como, o dispositivo legal violado e, quando for o caso, referências da Notificação Preliminar;

IV. o valor da multa a ser paga pelo infrator ou outra penalidade cabível;

V. o prazo de que dispõe o infrator para efetuar o pagamento da multa ou apresentar sua defesa e suas provas;

VI. nome e assinatura do agente fiscal que lavrou o Auto de Infração.

Art. 287 Da lavratura do Auto intimar-se-á o infrator mediante entrega de cópia do instrumento fiscal.

Parágrafo Único. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o Auto de Infração far-se-á menção de tal circunstância, devendo este ato ser testemunhado por duas pessoas.

CAPÍTULO IV

DA DEFESA

Art. 288 O infrator terá o prazo de dez (10) dias para defesa que deverá ser apresentada através de petição entregue contra-recibo, no protocolo geral da Prefeitura, contando-se o prazo da data de sua intimação.

Art. 289 Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, sem que o autuado tenha apresentado defesa, será considerado revel, certificando-se no processo a revelia.

Art. 290 Apresentada a defesa o setor responsável terá o prazo de

dez (10) dias para instrução do processo.

Art. 291 A autoridade julgadora terá o prazo de vinte (20) dias, a contar do recebimento do processo, para proferir decisão.

§ 1º. Não se considerando habilitada para decidir, a autoridade poderá, dentro do prazo de cinco (5) dias do recebimento do processo, convertê-lo em diligência ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico, passando a contar, da data do retorno do processo, o prazo estabelecido para decisão.

§ 2º. Para cumprimento da diligência ou emissão do parecer será fixado prazo não superior a dez (10) dias.

Art. 292 A decisão será proferida por escrito, com simplicidade e clareza, concluindo pela procedência ou improcedência, total ou parcial, do Auto de Infração.

Art. 293 Da decisão será intimado o interessado ou infrator, por instrumento de comunicação contra-recibo ou registro em livro protocolo, ou mediante publicação no órgão oficial.

Art. 294 O prazo de pagamento da penalidade pecuniária é de dez (10) dias, a contar da ciência da decisão.

CAPÍTULO V

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 295 Da decisão de primeira instância cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, dentro do prazo de dez (10) dias, contados da data da ciência da decisão, à autoridade imediatamente superior.

§ 1º. Não será admitido recurso, no caso de aplicação de penalidade pecuniária de valor inferior a 30% (trinta por cento) do Valor de Referência do Município (VRM) em vigência.

§ 2º. O recurso será interposto perante a autoridade prolatora da decisão, que o encaminhará ao seu superior hierárquico, devidamente instruído.

§ 3º. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, salvo quando proferidas em um mesmo processo fiscal.

Art. 296 Julgado improcedente o recurso, o recorrente será intimado para no prazo de dez (10) dias a contar do recebimento da intimação, dar cumprimento à decisão.

CAPÍTULO VI

DOS EFEITOS DA DECISÃO

Art. 297 Considerada definitiva, a decisão produz os efeitos seguintes:

I. em processo originário de Auto de Infração, obriga o infrator ao pagamento da penalidade pecuniária, dentro do prazo de dez (10) dias;

II. em processo do qual resulte a aplicação de outra penalidade, ainda que cumulativa, esta será cumprida no prazo estabelecido pela autoridade julgadora.

§ 1º. No caso do não pagamento da penalidade pecuniária, o processo será encaminhado para inscrição do débito em dívida ativa.

§ 2º. No caso de não cumprimento de penalidade prevista no item II, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis.

Art. 298 Quando o processo for encaminhado para inscrição de débito em dívida ativa aplicar-se-ão, no que couber, as formalidades previstas no Código Tributário do Município.

CAPÍTULO VII

DAS AUTORIDADES JULGADORAS

Art. 299 Em primeira instância é competente para decidir o processo relativo à aplicação de penalidade pecuniária o Diretor do Departamento a que estiver subordinado o órgão responsável pela expedição da providência fiscal.

Art. 300 Quando o processo se referir à aplicação de penalidade não pecuniária, a competência para decidir em primeira instância é do Secretário Municipal a que estiver subordinado o órgão responsável pela fiscalização.

Art. 301 Em segunda instância é competente para julgar o processo o Secretário Municipal a que estiver subordinado o Diretor do Departamento que decidiu o processo em primeira instância, ou o Prefeito nos casos em que a decisão de primeira instância for proferida por Secretário Municipal.

TÍTULO XIV**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 302 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição aos órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil.

Art. 303 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único. Ficam revogadas as disposições em contrário

Passo de Torres, 28 de dezembro de 2011 .

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 011/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 011 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente lei destina-se a hierarquizar, dimensionar, e disciplinar a implantação do Sistema Viário Básico do Município da Passo de Torres, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei do Plano Diretor.

Art. 2º Constituem objetivos da presente lei:

I. garantir a continuidade da malha viária, inclusive nas áreas de expansão urbana de modo a, entre outros fins, ordenar o seu parcelamento;

II. atender às demandas de uso e ocupação do solo urbano;

III. estabelecer um sistema hierárquico das vias de circulação para a adequada circulação do tráfego e segura locomoção do usuário;

IV. definir as características geométricas e operacionais das vias compatibilizando com a legislação de zoneamento de uso do solo e itinerário das linhas do transporte coletivo.

Art. 3º É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei, em todos os empreendimentos imobiliários e parcelamento do solo que vierem a ser executados no Município da Passo de Torres.

CAPÍTULO I**DO SISTEMA VIÁRIO**

Art. 4º O sistema viário do Município de Passo de Torres classifica-se em:

I. Sistema Viário Municipal: rede de vias que atendem às principais localidades do Município;

II. Sistema Viário Urbano: conjunto de vias inseridas na área urbana.

CAPÍTULO II**DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS**

Art. 5º Para efeitos desta Lei, as vias no Município de Passo de Torres classificam-se em:

I. Rodovia Federal: via rural pavimentada integrante do sistema rodoviário federal;

II. Rodovia Estadual: via rural pavimentada integrante do sistema rodoviário estadual;

III. Rodovia Municipal: via rural pavimentada integrante do sistema rodoviário municipal;

IV. Rodovia Intermunicipal: via rural de ligação entre Passo de Torres e os Municípios vizinhos - Balneário Gaivota e São João do Sul;

V. Rodovia de Integração Municipal: via rural de ligação entre a Sede Urbana e as áreas rurais mais demandadas no município;

VI. Estrada: via rural não pavimentada integrante do sistema

rodoviário municipal;

VII. Vias Arteriais: são as vias que estruturam a organização funcional do sistema viário urbano e acumula os maiores fluxos de tráfego da cidade, normalmente originários do prolongamento das rodovias no acesso à sede urbana, constituem os principais eixos comerciais da cidade;

VIII. Vias Coletoras: diluem o fluxo de circulação intra-urbano ligando as vias de baixo tráfego (vias locais) às vias de maior tráfego (vias arteriais);

IX. Vias Locais: têm como função básica permitir o acesso às propriedades privadas ou áreas e atividades específicas, implicando em pequeno volume de tráfego;

X. Ciclovias: via especial destinada à circulação de bicicletas.

DAS FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS

Art. 6º O sistema viário do Município de Passo de Torres, indicado no mapa anexo integrante desta lei, é formado por rodovia federal, rodovias estaduais e municipais, estradas, vias arteriais, vias coletoras, e vias locais e estão definidas de acordo com a seguinte classificação:

I. Rodovia Federal: BR - 101;

II. Rodovia Estadual: SC 450;

III. Rodovia Intermunicipal: Via rural de ligação entre Passo de Torres e os Municípios vizinhos - Balneário Gaivota, São João do Sul;

IV. Rodovia de Integração Municipal: Via rural de ligação entre a Sede Urbana e as áreas rurais mais demandadas no município;

V. Rodovias Municipais: vias rurais pavimentadas;

VI. Estradas Municipais: restante das vias municipais que interligam áreas rurais;

VII. Vias Articuladoras: Av. Beira Rio, Rua Coronel João Fernandez, José Hespanhol, Av. Beira Mar;

VIII. Vias Arteriais: Avenida Interpraia para Bela Torres, SC 450;

IX. Vias Coletoras: Rua Guilherme Rodrigues da Silva ;

X. Locais: o restante das vias urbanas;

XI. Ciclovias: a implantar.

CAPÍTULO III**DAS DIMENSÕES DAS VIAS**

Art. 7º Objetivando o perfeito funcionamento das vias, são considerados os seguintes elementos:

I. caixa da via - é a distância definida em projeto entre os dois alinhamentos prediais em oposição;

II. pista de rolamento - é o espaço dentro da caixa da via onde são implantadas as faixas de circulação e o estacionamento de veículos;

III. passeio - é o espaço destinado à circulação de pedestres, situado entre o alinhamento predial e o início da pista de rolamento.

Art. 8º Os padrões de urbanização para o sistema viário obedecerão aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto:

I. definição das faixas de domínio das rodovias e estradas municipais;

II. definição das dimensões das caixas das vias;

III. definição das dimensões das pistas de rolamento;

IV. definição das dimensões dos passeios.

Art. 9º Todas as vias abertas à circulação de veículos e com o pavimento definitivo implantado permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto específico de urbanização uma nova configuração geométrica para a mesma.

Art. 10 As demais vias a serem implantadas ou pavimentadas deverão obedecer às seguintes dimensões mínimas:

I. Rodovias Federais:

a) faixa de domínio: 70,00 m - 35,00 m para cada lado a partir do eixo;

b) pista de rolamento: conforme determinação do DNIT;

II. Rodovias Estaduais:

a) faixa de domínio: 40,00 m - 20,00 m para cada lado a partir do eixo;

b) pista de rolamento: conforme determinação do DEINFRA;

III. Rodovias Municipais;

- a) faixa de domínio: 20,00 m - 10,00 m para cada lado a partir do eixo;
b) pista de rolamento: mínimo de 9,00 m;
IV. Rodovias Intermunicipais;
a) faixa de domínio: 25,00 m - 12,50 m para cada lado a partir do eixo;
b) pista de rolamento: conforme determinação do DEINFRA;
V. Rodovias de Integração Municipal;
a) faixa de domínio: 20,00 m - 10,00 m para cada lado a partir do eixo;
b) pista de rolamento: mínimo de 7,00 m;
VI. Estradas Municipais;
a) faixa de domínio: 15,00 m - 7,50 m para cada lado a partir do eixo;
b) pista de rolamento: mínimo de 7,00 m;
VII. Via Arterial:
a) caixa da via: 14,00 m
b) pista de rolamento: 8,00 m;
c) passeio: 6,00 m (2,00 x 3,00 m);
VIII. Via Coletora:
a) caixa da via: 12,00 m
b) pista de rolamento: 8,00 m;
c) passeio: 4,00m (2,00 x 2,00 m);
IX. Via Local - I
a) caixa da via: 12,00 m;
b) pista de rolamento: 7,00 m;
c) passeio: 5,00 m (2,00 x 2,50 m).
Via Local - II
a) caixa da via: 12,00 m;
b) pista de rolamento: 8,00 m;
c) passeio: 4,00 m (2,00 x 2,00 m).
X. Ciclofaixa
a) caixa da via: 2,00 m;
XI. Ciclovia
a) caixa da via: 2,00 m.

§ 1º. No interior das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS

- as vias locais, a critério do órgão municipal de planejamento,

poderão ter dimensões menores do que as estabelecidas neste

artigo.

§ 2º. Para a implantação da ciclofaixa, deverá ser acrescida no projeto a metragem correspondente à ciclofaixa na caixa de rolamento.

§ 3º. Nos passeios deverão ser respeitadas as normas da NBR9050 quanto à acessibilidade, e atendidas as orientações municipais no que se refere à:

I Definição de uma faixa central de percurso destinada ao pedestre de pavimentação mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

II Definição de uma faixa lateral permeável junto ao meio fio, onde será possível implantar a arborização urbana a ser definida pelo município em legislação específica, possibilitando maior área de infiltração da água de chuva;

III Definição de uma faixa de serviço destinada à implantação do mobiliário urbano permitindo o acesso universal.(que poderá coincidir com a faixa permeável);

IV Definição de uma faixa de piso tátil.(que poderá estar sobreposta à faixa de percurso destinada ao pedestre);

V Inclinação mínima para as vias (2%) para permitir o escoamento pluvial;

VI Utilizar materiais semipermeáveis nas áreas de estacionamento;

VII A entrada para as propriedades não pode interferir nos passeios.

§ 4º. Os projetos de condomínios deverão adotar o dimensionamento das vias locais.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES DE INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO

Art. 11 Ficam definidas como diretrizes para intervenções no

Sistema Viário:

I. Implementar a hierarquia viária proposta para esta Lei, consolidando os principais eixos estruturadores do crescimento urbano;
II. Garantir que a implantação de melhorias no sistema viário, tais como pavimentação e sinalização, obedeçam à hierarquia proposta nesta Lei;

III. Ordenar o fluxo de veículos na Sede, evitando o tráfego de caminhões;

IV. Garantir espaço para circulação de pedestres de forma a evitar prejuízo às ligações entre as áreas urbanas;

V. Implantar uma política de comunicação visual para o trânsito, abrangendo placas de sinalização, de circulação e identificação de ruas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.

§ 1º. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de parcelamento onde constará a orientação para o traçado das vias de acordo com esta Lei.

§ 2º. A implantação do arruamento e demais obras de infraestrutura em todo o parcelamento é condição imprescindível para a liberação da caução prevista na Lei de Parcelamento.

Art. 13 São partes integrantes e complementares desta Lei:

I. Anexo 1 - Croquis das vias;

II. Anexo 2 - Mapa de Diretrizes Viárias do Município de Passo de Torres; e

III. Anexo 3 - Mapa de Diretrizes Viárias da Área Urbana da Sede do Município de Passo de Torres.

Art. 14 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, faculdades, demais órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil.

Art. 15 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 28 de dezembro de 2011 .

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 012/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 012, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS “

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres , Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei se destina a disciplinar os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Passo de Torres, sendo elaborada nos termos da Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações posteriores, bem como as demais disposições sobre a matéria, complementadas pelas normas específicas de competência do Município.

Parágrafo Único. O disposto na presente Lei obriga não só os loteamentos, desmembramentos e remembramentos, realizados para venda ou melhor aproveitamento de imóveis, como também os efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, por

extinção de comunhão de bens ou qualquer outro título.

Art. 2º No parcelamento do solo urbano deverão ser observadas as disposições desta Lei, exigências da legislação federal, estadual e municipal e das Leis do Plano Diretor, do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para efeito de aplicação da presente lei, são adotadas as seguintes definições:

I. Alinhamento predial: linha divisória entre o lote e o logradouro público;

II. Área verde: bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Passo de Torres, que contribuam para a preservação de águas existentes, do habitat, da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais;

III. Área Total do Parcelamento: é a área que será objeto de loteamento, ou desmembramento;

IV. Área Institucional: áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos comunitários de educação, cultura, saúde, lazer e similares;

V. Área de Domínio Público: é a área ocupada pelas vias de circulação, áreas institucionais e espaços livres;

VI. Área Total dos Lotes: é a resultante da diferença entre a área total do parcelamento e a área de domínio público;

VII. Arruamento: é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

VIII. Caixa da via: distância entre os limites dos alinhamentos prediais de cada um dos lados da rua;

IX. Desmembramento: é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

X. Equipamentos comunitários: são as instalações públicas de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

XI. Equipamentos Urbanos: são as instalações de infraestrutura urbana básica e outras de interesse público;

XII. Espaços Livres: áreas de interesse de preservação e/ou espaços livres de uso público destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos;

XIII. Faixa Não Edificável: área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

XIV. Fração mínima: fração ou parcela pela qual a área total da gleba deve ser dividida, com vistas a obter o número máximo de lotes ou frações ideais aplicáveis para a gleba;

XV. Gleba: área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano;

XVI. Infraestrutura básica: equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação;

XVII. Lote: parcela de terra delimitada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com pelo menos uma divisa lindeira à via de circulação, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, na zona em que se situe;

XVIII. Loteamento: é a subdivisão de glebas em lotes, com abertura ou efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes, bem como respeito às diretrizes de arruamento;

XIX. Loteamento fechado: loteamento cercado ou murado, no todo ou em parte do seu perímetro;

XX. Parcelamento do solo: divisão da terra urbana em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e fracionamento, sempre mediante aprovação municipal;

XXI. Pista de rolamento: faixa destinada exclusivamente ao tráfego

de veículos.

XXII. Quadra: área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação e/ou limites deste mesmo loteamento;

XXIII. Remembramento: é a fusão de glebas ou lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XXIV. Testada: é a linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

XXV. Via de Circulação: área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas.

CAPÍTULO II

DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 4º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos nas áreas urbanas passíveis de serem parceladas, de acordo com a Lei Municipal do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 5º Não será permitido o parcelamento do solo:

I. em terrenos alagadiços, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II. nas nascentes e corpos d'água e nas demais áreas de preservação permanente;

III. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

IV. em terrenos com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

V. em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a Prefeitura Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI. em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

VII. em terrenos situados em áreas essenciais para o equilíbrio ambiental, escoamento natural das águas e abastecimento público, a critério da Prefeitura Municipal e, quando couber, do órgão estadual competente;

VIII. em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX. em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, nomeadamente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

X. em áreas que não apresentem contiguidade com a malha urbana consolidada;

XI. em topos de morros;

XII. em manguezais e suas áreas de influência;

XIII. em ilhas, costões, promontórios e faixas de praia;

XIV. em terrenos de marinha;

XV. em áreas de paisagem notáveis.

TÍTULO I

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

SEÇÃO I

DOS ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS INSTITUCIONAIS

Art. 6º O proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma parcela de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) da área total a lotear, objeto do parcelamento, sendo que:

I. desta parcela deverá corresponder 7% (sete por cento), no mínimo, para os espaços livres de uso público - áreas verdes - 8% (oito por cento), no mínimo, para as áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários- áreas institucionais, cuja soma com as áreas destinadas ao sistema de circulação deverá perfazer no mínimo 35% (trinta e cinco por cento);

II. em loteamentos destinados ao uso industrial, cujos lotes tiverem área superior a 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados), a porcentagem poderá ser reduzida, a critério da Prefeitura Municipal;

III. a localização das áreas verdes e institucionais será determinada pela Prefeitura Municipal na expedição das diretrizes urbanísticas, levando-se em consideração a distribuição equilibrada das áreas públicas pela cidade;

IV. ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável, correspondente à largura das faixas de preservação definidas na Lei Estadual nº 14.675/09-Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina, sendo que esta área passará ao domínio público quando do parcelamento, observado o disposto no inciso IV do artigo 5º desta Lei, não podendo, porém, representar mais do que 10% (dez por cento) no cômputo da área total de que trata o inciso III deste artigo.

§ 1º. As áreas destinadas a uso institucional serão escolhidas pelo órgão competente da Prefeitura.

§ 2º. No mínimo 10% das áreas destinadas a espaços livres deverão ser edificáveis.

§ 3º. O Município poderá aceitar, com prévia anuência, a doação das áreas verdes e institucionais fora do perímetro do empreendimento.

Art. 7º Para desmembramentos em áreas maiores de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), em glebas não parceladas, em que haja a abertura ou alargamento de via pública por iniciativa da Prefeitura Municipal, o proprietário da área cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 20% (vinte por cento) da área a desmembrar.

Parágrafo Único. Para os desmembramentos em áreas menores de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), o proprietário cederá apenas o correspondente ao alargamento ou abertura das vias, de acordo com a Lei Municipal do Sistema Viário e em conformidade com as diretrizes fornecidas pelo órgão municipal de planejamento.

Art. 8º Em parcelamentos que resultem em um total de áreas públicas inferior a 1.800,00 m² (um mil e oitocentos metros quadrados), excetuando-se as áreas de vias, serão estudadas pelo órgão de planejamento da Prefeitura Municipal e aprovadas pelo Conselho Municipal de Planejamento as seguintes alternativas:

I. transferência de áreas para o Município de Passo de Torres fora daquela objeto do parcelamento;

II. pagamento, em moeda corrente, do valor correspondente à área que seria objeto de doação.

SEÇÃO II

DA INFRAESTRUTURA

Art. 9º Os parcelamentos deverão atender à seguinte infraestrutura mínima:

I. só poderão ser parceladas áreas com acesso direto à via pública em boas condições de trafegabilidade, à critério da Prefeitura Municipal;

II. a infraestrutura básica deverá se conectar com as redes existentes;

III. as vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;

IV. as vias de circulação de qualquer parcelamento deverão possuir um percurso de 200,00 m (duzentos metros), no máximo, medidos entre eixo das vias de circulação;

V. a hierarquia das vias e a dimensão mínima das vias deverá respeitar a Lei do Sistema Viário, as diretrizes da Lei do Plano Diretor e as diretrizes fornecidas pelo órgão municipal de planejamento;

VI. todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário as diretrizes de arruamento definidas pela Prefeitura Municipal, para assegurar a continuidade do sistema viário do Município;

VII. nos parcelamentos de solo sob a forma de loteamento é obrigatória:

a) implantação do sistema coletivo de abastecimento de água;

b) tratamento paisagístico dos passeios;

c) coleta e interligação à rede pública de esgotos e tratamento existente;

d) implantação da rede de energia elétrica e iluminação das vias públicas;

e) captação, condução e disposição das águas pluviais;

f) adequação topográfica de modo a garantir acessibilidade entre vias e quadras e greide apropriado;

g) demarcação das quadras e lotes;

h) abertura e pavimentação das vias;

i) tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de Área de Preservação Permanente;

j) tratamento da área total loteada com gramíneas quando não houver cobertura vegetal remanescente;

VIII. nos parcelamentos de solo sob a forma de desmembramento é obrigatório:

IX. em áreas críticas, sujeitas à erosão, elaborar e implantar os devidos projetos de drenagem, de acordo com diretrizes do órgão municipal competente;

X. apresentar solução para tratamento de esgoto compatível com densidade e tamanho dos lotes;

XI. os parcelamentos situados ao longo de rodovias estaduais ou federais e ferrovias deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio das referidas estradas com caixa mínima de 8,00 m (oito metros).

Parágrafo Único. Nos loteamentos de interesse social, excetuam-se as disposições do contido na letra j do inciso VII do caput.

Art. 10 Nenhum empreendimento imobiliário aprovado pelo Poder Público poderá produzir impacto de aumento da vazão máxima de águas pluviais para jusante, com relação às condições de total permeabilidade da área.

Parágrafo Único. A área permeável é definida pela cobertura que permite a infiltração da precipitação.

Art. 11 As obras e serviços de infraestrutura urbana exigidos para loteamento deverão ser executados de acordo com o cronograma físico, aprovado pela Prefeitura Municipal.

§ 1º. O loteador terá o prazo máximo de quatro anos, a contar da data de publicação do decreto de aprovação do loteamento, para executar as obras e serviços de infraestrutura.

§ 2º. Poderão ser feitas alterações na sequência de execução dos serviços e obras mencionados neste Artigo, mediante apresentação de cronograma que justifique as alterações, devendo as mesmas ser autorizadas previamente pela Prefeitura Municipal.

Art. 12 Os padrões de urbanização para o sistema viário obedecerão o disposto na Lei do Sistema Viário da Passo de Torres.

CAPÍTULO II

DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 13 O interessado em elaborar projeto de parcelamento deverá solicitar à Prefeitura Municipal, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo, os requisitos urbanísticos e as diretrizes para o Uso do Solo e Sistema Viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:

I. requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;

II. planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:1000 (um para mil), com referências da rede oficial, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:

a) divisas da propriedade perfeitamente definidas;

b) localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundações, bosques, monumentos naturais ou artificiais, vegetação com classificação de porte e construções existentes, tipologia do solo e principais acidentes topográficos;

c) relevo, por meio de curvas de nível equidistantes de 1 (um) metro;

d) arruamento contíguo a todo perímetro.

III. o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IV. planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:5000 (hum por cinco mil), indicando:

a) norte magnético e verdadeiro, área total e dimensões do terreno e seus principais pontos de referência, assinalando as áreas limítrofes que já estejam arruadas;

b) arruamentos contíguos a todo o perímetro;

c) localização de vias de comunicação, dos espaços livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 1.000 m (hum mil metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V. matrícula do registro de imóveis;

VI. certidões negativas de impostos municipais relativos ao imóvel.

Art. 14 Havendo viabilidade de implantação, a Prefeitura Municipal, de acordo com as diretrizes de planejamento do Município e Legislação do Plano Diretor após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I. as diretrizes das vias de circulação existentes ou projetadas que compõem o sistema viário do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II. a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

III. localização aproximada das áreas institucionais e dos espaços livres de uso público, de acordo com as prioridades para cada zona;

IV. as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não-edificáveis;

V. relação das obras de infraestrutura que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º. O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 30 dias, neles não sendo computados o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º. As diretrizes vigorarão pelo prazo máximo de um ano, a contar da data de sua expedição, após o qual deverá ser solicitada nova Consulta Prévia.

§ 3º. A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta do loteamento.

Art. 15 Por ocasião de fornecimento de diretrizes para elaboração de projeto, poderá ser solicitada:

I. elaboração de um parecer geotécnico, nos casos de terrenos de elevada complexidade geológica ou geotécnica, o qual deverá compreender a delimitação das zonas ou unidades do terreno que apresentam comportamento geotécnico homogêneo;

II. estabelecimento, para cada unidade, de diretrizes geotécnicas para o desenvolvimento dos projetos.

§ 1º. As diretrizes geotécnicas incluirão recomendações relacionadas a escavações, estabilidade de taludes de corte e aterro, comportamento de aterros quanto a deformações (recalques), estabilidade dos terrenos à erosão, bem como orientações para escolha de fundações e drenagem.

Art. 16 Para liberação das diretrizes a Prefeitura Municipal poderá ainda solicitar Estudo de Impacto de Vizinhança referente ao projeto de loteamento, com fins de instrumentalizar a decisão de exigência ou dispensa do Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA.

CAPÍTULO III

DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 17 Cumpridas as etapas do Capítulo anterior e havendo viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pela Prefeitura Municipal, composto de:

I. planta do imóvel, em meio digital e quatro plotagens em escala 1:1.000 (um para mil) ou 1:500 (um para quinhentos), indicando:

a) delimitação exata, confrontantes, curva de nível de metro em metro, norte magnético e verdadeiro e sistema de vias com o devido estaqueamento a cada 20,00 m (vinte metros);

b) quadras e lotes com respectivas dimensões e numeração;

c) cursos d'água e nascentes e respectivas faixas de preservação permanente - escrever no interior das faixas a expressão "FAIXA NÃO EDIFICÁVEL - Lei Federal nº6766/79";

d) sentido de escoamento das águas pluviais;

e) delimitação e indicação das áreas públicas institucionais e espaços livres;

f) faixas não edificáveis, nos lotes onde forem necessárias, para obras de saneamento ou outras de interesse público;

g) raios de curvatura e desenvolvimento das vias e seus cruzamentos;

h) larguras das vias, das caixas de rolamento e dos passeios;

i) ruas adjacentes que se articulam com o plano de loteamento;

j) faixas não edificáveis ao longo das águas correntes e dormentes - Áreas de Preservação Permanente, de acordo com Lei Estadual n. 14.675/09 e alterações posteriores;

k) faixas de domínio das rodovias, ferrovias, dutos e sob as linhas de alta tensão, nas quais deverá constar a expressão "FAIXA NÃO EDIFICÁVEL - Lei Federal nº6766/79";

l) áreas verdes e construções existentes;

m) áreas que poderão receber acréscimo de potencial construtivo, quando for o caso;

n) existência de elemento de valor histórico, tais como sinais de sítios arqueológicos, monumento ou imóvel de valor histórico;

o) quadro estatístico de áreas, constante no carimbo da planta, conforme modelo expedido pela Prefeitura Municipal;

II. perfis Longitudinais das Vias de Circulação, contendo os eixos das vias, apresentados em escala 1:1000 (horizontal) e 1:100 (vertical), sendo aceitas outras escalas, caso necessário. No perfil longitudinal deverá constar: estaqueamento a cada 20,00m (vinte metros), número da estaca; traçado do terreno original e da via projetada com as declividades longitudinais e respectivas cotas referidas à RN (referência de nível) a ser fornecida pela Prefeitura Municipal;

III. perfis transversais das vias de circulação, em escala 1: 500 (horizontal) e 1:100 (vertical), sendo aceitas outras escalas, caso necessário, com traçado da(s) pista(s) de rolamento, passeios e canteiro central (quando for o caso) com as devidas dimensões e desenhos;

IV. memorial descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

a) denominação do loteamento;

b) descrição sucinta do loteamento com suas características;

c) condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

d) indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;

e) enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;

f) limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos Lotes, área total da Área Pública, discriminando as áreas de sistema viário, espaços livres e área institucional, com suas respectivas percentagens;

g) especificação das quadras e lotes;

h) discriminação dos lotes a serem caucionados, à escolha da Prefeitura, de acordo com o valor de cada serviço ou obra pública de infraestrutura;

i) descrição do sistema viário, constando identificação das vias (nome ou número), largura da pista de rolamento, largura do passeio, declividade máxima e tipo de revestimento;

V. cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA, relativa ao projeto de loteamento;

VI. projetos das obras de infraestrutura exigida, acompanhado do respectivo orçamento e cronograma, que deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes, e apresentados em meio digital, acompanhados de 4 (quatro) plotagens:

a) projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais, detalhes dos meios-fios e sarjetas e projeto de pavimentação;

b) projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e das obras complementares necessárias;

c) projeto de abastecimento de água potável;

d) projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

e) projeto da rede de coleta de esgoto e do seu tratamento, quando a rede não estiver conectada ao sistema centralizado;

f) rede de telefone e gás, quando for o caso;

VII. modelo de contrato de Compra e Venda, em 02 (duas) vias, o qual deverá estar de acordo com a Lei Federal e demais cláusulas

que especifiquem:

- a) compromisso do loteador quanto à execução das obras de infraestrutura, enumerando-as;
- b) prazo de execução da infraestrutura, constante nesta Lei;
- c) condição de que os lotes só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas no Artigo 9º desta Lei;
- d) possibilidade de suspensão do pagamento das prestações pelo comprador, vencido o prazo e não executadas as obras, que passará a depositá-las, em juízo;

e) enquadramento do lote de acordo com o Mapa de Zoneamento de Uso do Solo, definindo a zona de uso e os parâmetros urbanísticos incidentes;

VIII. documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

a) título de propriedade devidamente registrado no Registro Geral de Imóveis;

b) certidões negativas de Tributos Municipais.

§ 1º. As pranchas de desenho devem obedecer à normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 2º. O conteúdo dos projetos de infraestrutura referidos neste artigo deverá atender às exigências específicas definidas pela Prefeitura Municipal.

§ 3º. Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA desta região e o número do seu registro na Prefeitura.

§ 4º. Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão da matrícula exigida neste artigo não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias no tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto à aprovação daí decorrente.

CAPÍTULO IV

DOS PROJETOS DE CONDOMÍNIO HORIZONTAL

Art. 18 Aplica-se ao projeto de condomínio horizontal, no que couber o disposto nesta Lei para a aprovação de projeto de loteamento.

Art. 19 O condomínio Horizontal deverá estar adequado ao traçado do sistema viário básico, às diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental determinadas pelo Município, à Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, ao Código de Obras e demais disposições relativas ao parcelamento do solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo Único. A implantação de condomínio horizontal em gleba não originária de loteamento urbano aprovado pelo Município e sujeita a diretriz de arruamento, deve atender preliminarmente as disposições urbanísticas exigidas para loteamento.

Art. 20 Todos os condomínios horizontais deverão satisfazer as seguintes exigências:

I. Não poderão ter área superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados).

II. A taxa de ocupação e demais parâmetros urbanísticos das edificações deverão ser os definidos para a zona onde o imóvel estiver situado.

III. Os limites externos do condomínio poderão ser vedados por muros, conforme o código de obras, não se admitindo a construção de muros divisórios internos.

IV. As obras de urbanização interna deverão apresentar no mínimo:

- a) meio-fio e ensaibramento das vias internas;
- b) rede de água interna;
- c) redes de energia e de iluminação interna;
- d) galeria de águas pluviais;
- e) sistema de tratamento de esgoto;

V. A Prefeitura Municipal poderá aceitar, a seu critério, a doação da área situada em qualquer parte urbana do município, desde

que a mesma tenha valor equivalente ao da área mencionada no artigo 7º;

VI. Entre dois ou mais condomínios horizontais vizinhos, a Prefeitura Municipal poderá exigir a abertura de uma via de circulação, tendo em vista as necessidades do sistema viário Municipal.

Art. 21 As frações ideais de terrenos de condomínios horizontais aprovados pela Municipalidade, são consideradas indivisíveis e deverão respeitar as dimensões mínimas definidas para a zona em que se localizar pela lei de uso e ocupação do solo.

§ 1º. Ao ser registrado no Registro de Imóveis o projeto deverá ser especificada condição de uso da área somente para condomínio horizontal e a proibição da subdivisão da área em lotes individualizados.

§ 2º. A Prefeitura Municipal não estenderá qualquer serviço público ao interior de condomínio horizontal, sendo estes de responsabilidade exclusiva dos condomínios.

CAPÍTULO V

DO PROJETO E APROVAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 22 O pedido de desmembramento ou remembramento será feito mediante requerimento do interessado à Prefeitura Municipal, acompanhado de matrícula do Registro de Imóveis, certidão negativa de tributos municipais, e da planta do imóvel a ser desmembrado ou remembrado na escala 1:1000 (um para mil), contendo as seguintes indicações:

I. situação do imóvel, com vias existentes e loteamento próximo;

II. tipo de uso predominante no local;

III. áreas e testadas mínimas, determinadas pela Lei de Zoneamento, do Uso e Ocupação do Solo, válidas para a(s) zona(s) a qual afeta o imóvel;

IV. divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;

V. dimensões lineares e angulares;

VI. relevo, por curvas de nível equidistantes de 1,00m (um metro);

VII. indicação das edificações existentes.

§ 1º. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(eis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 23 Verificadas as condições apresentadas no artigo anterior, fica a aprovação do projeto condicionada à comprovação de que:

I. os lotes desmembrados e/ou remembrados tenham as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

II. a parte restante do lote, ainda que edificado, compreenda uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

§ 1º. Fica obrigado o Poder Público Municipal, a convocar o Conselho Municipal de Planejamento, que deliberará sobre a aprovação de todo e qualquer projeto de desmembramento do solo urbano, depois de realizada a comprovação de que trata o caput.

§ 2º. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 dias.

Art. 24 Após examinada e aceita a documentação, será concedida "Licença de Desmembramento e Remembramento" para competente averbação no Registro de Imóveis.

Art. 25 Após a aprovação do projeto, o interessado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, deverá encaminhar para averbação no Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. Somente após a averbação dos novos lotes no Registro de Imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação nos mesmos.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 26 Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá:

I. exame de exatidão do projeto definitivo;

II. exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência do Capítulo V desta Lei.

§ 1º. A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

§ 2º. A Prefeitura Municipal disporá de 60 dias para pronunciar-se, ouvidos os órgãos competentes, inclusive os órgãos sanitários e ambientais, no que lhes disser respeito.

§ 3º. Para aprovação dos projetos de loteamento a Prefeitura Municipal deverá, necessariamente, obter a anuência do órgão metropolitano de planejamento.

Art. 27 Deferido o processo, o projeto de loteamento terá sua aprovação através de Decreto Municipal, no qual deverá constar:

I. condições em que o loteamento foi autorizado;

II. as obras a serem realizadas;

III. o cronograma e o orçamento para execução;

IV. as áreas caucionadas para garantia da execução das obras;

V. as áreas transferidas ao domínio público;

VI. os lotes que poderão receber aumento do potencial construtivo, quando for o caso.

Art. 28 No ato de recebimento da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um Termo de Compromisso no qual se obrigará a:

I. executar as obras de infraestrutura referidas no inciso do Art. 9º desta Lei, conforme cronograma observando o prazo máximo disposto no Artigo 11 desta Lei;

II. executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis à vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;

III. facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;

IV. não outorgar qualquer escritura de compra e venda ou compromisso de compra e venda dos lotes caucionados antes de concluídas as obras previstas nos Incisos I e II deste artigo;

V. utilizar o modelo de Contrato de Compra e Venda aprovado pela Prefeitura Municipal;

VI. preservar os elementos de valor arqueológico ou histórico;

VII. preservar as áreas verdes existentes, sob pena de responsabilização cível, administrativa e criminal.

Art. 29 No Termo de Compromisso deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 30 Em garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, dar-se-á em caução área de terreno correspondente ao custo das obras e serviços a serem realizados, correspondente à época da aprovação do loteamento.

§ 1º. Os lotes caucionados deverão ser discriminados, correspondentemente a 15 % (quinze por cento) da área total do loteamento, cabendo ao Município escolher os lotes a serem caucionados.

§ 2º. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área, sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

§ 3º. Concluídos todos os serviços e obras de infraestrutura exigidos para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução.

§ 4º. A caução será formalizada mediante escritura pública que deverá ser levada ao Registro de Imóveis, no ato do registro do loteamento.

§ 5º. As áreas a serem transferidas ao domínio público não poderão ser caucionadas para o cumprimento dos dispositivos previstos nesta Lei.

§ 6º. A liberação das áreas caucionadas não poderá ser parcial e somente ocorrerá quando todas as obras estiverem realizadas.

Art. 31 Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao Registro de Imóveis, apresentando a documentação exigida pela Lei Federal 6766/79 e suas alterações.

§ 1º. No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante Escritura Pública e sem qualquer

ônus ou encargos para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme Artigo 6º desta Lei.

§ 2º. O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao Registro de Imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo, sob pena de caducidade da aprovação.

§ 3º. O título de propriedade será dispensado quando se tratar de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e imissão provisória na posse, desde que promovido pela União, Estado de Santa Catarina, Município ou suas entidades delegadas, autorizadas por lei a implantar projetos de habitação.

§ 4º. No caso de que trata o parágrafo anterior, o pedido de registro do parcelamento, além dos documentos mencionados no caput deste artigo, será instruído com cópias autênticas da decisão que tenha concedido a imissão provisória na posse, do decreto de desapropriação, do comprovante de sua publicação na imprensa oficial e, quando formulado por entidades delegadas, da lei de criação e de seus atos constitutivos.

Art. 32 Examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis encaminhará comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 (três) dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação.

§ 1º. Findo o prazo sem impugnação, será feito imediatamente o registro. Se houver impugnação de terceiros, o Oficial do Registro de Imóveis intimará o requerente e a Prefeitura Municipal, para que sobre ela se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do processo. Com tais manifestações o processo será enviado ao Juiz competente para decisão.

§ 2º. Registrado o loteamento, o oficial de Registro comunicará, por certidão, o seu registro à Prefeitura.

Art. 33 Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal solicitará à Prefeitura através de requerimento que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º. O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta atualizada do loteamento que será considerada oficial para todos os efeitos.

§ 2º. Após a vistoria a Prefeitura expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com o Termo de Compromisso e com as demais exigências municipais, expedirá um Termo de Conclusão da Execução das Obras e Serviços, o qual deverá ser encaminhado ao Registro Geral de Imóveis para liberação da caução.

Art. 34 A não execução total das obras e serviços no prazo legal caracterizará inadimplência do loteador, ficando a cargo do Município a realização das mesmas.

Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto no caput deste artigo a administração pública promoverá a adjudicação de tantos lotes caucionados, na forma do Art. 34, quantos forem necessários.

Art. 35 Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura Municipal, e deverão ser averbados no Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º. Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Decreto de Aprovação do Loteamento pela Prefeitura Municipal.

§ 2º. Quando houver mudança substancial do projeto, este será analisado total ou parcialmente, observando-se as disposições desta Lei e do Decreto da respectiva aprovação.

§ 3. Após a aprovação do projeto alterado, de que trata o parágrafo anterior, será concedida nova Licença através de Decreto Municipal

Art. 36 A aprovação do projeto de loteamento, desmembramento ou remembramento não implica em nenhuma responsabilidade por parte da Prefeitura Municipal, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área loteada, desmembrada ou remembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedeceram aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo será de inteira responsabilidade do proprietário e do responsável técnico pelo projeto e/ou pela obra.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 37 Sem prejuízo do embargo administrativo da obra, ficará sujeito à multa todo aquele que:

I. der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos, sem autorização da Prefeitura Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas Federais e Estaduais pertinentes;

II. der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III. registrar loteamento, desmembramento ou remembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento, desmembramento ou remembramento não aprovado;

IV. fazer, ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

§ 1º. A multa a que se refere este artigo será definida em regulamento específico.

§ 2º. O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de regularizar as obras, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do embargo, de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º. A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão de sua licença para o exercício da atividade de construir no Município pelo prazo de dois anos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 São passíveis de punição a bem do serviço público os servidores da Prefeitura Municipal que, direta ou indiretamente, fraudando a presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

Art. 39 Os loteamentos aprovados, implantados ou não, em época anterior à presente Lei, serão analisados sob a ótica da Lei anterior.

Art. 40 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição aos órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil.

Art. 41 As rotinas de Aprovação de Projeto de Parcelamento serão definidas mediante decreto do Poder Executivo municipal no prazo de 180 dias contados da publicação desta lei.

Art. 42 Esta Lei estará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Passo de Torres, 28 de dezembro de 2011 .

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 799/2011

LEI Nº 799 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ALTERA ARTIGO 1º DA LEI 599 DE 09 DE AGOSTO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica alterado o nome do Bairro de área compreendida da quadra 01 a 04 do mapa do perímetro urbano da sede do município de Passo de Torres para "Bairro Paraíso".

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correm à custa do orçamento do município de Passo de Torres.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 29 de dezembro de 2011

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 28 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 001/2012

DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

DETERMINA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII,

Art. 1º.- Fica determinado o horário expediente nas Secretarias Municipais desta Prefeitura, com horário das 8:00 hs às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30, a partir de 09 de janeiro de 2012 (segunda-feira) .

Art 2º - O horário de expediente do art. 1º não se aplica as Secretarias de Saúde e Administração que já tem horário próprio de funcionamento regulamentado pelo decreto nº 065/2011.

Art.3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de Janeiro de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2012.

PAULO DALOLLI DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002/2012

DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 733 de 13 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão permanente de Licitação CPL, composta de 05 (cinco), membros, que procederá ao recebimento e ao julgamento dos processos licitatórios do Município de Passo de Torres.

Art. 2º- Para compor a Comissão permanente de Licitação, ficam nomeados, Lúcia Alves Hespanhol, , Robert F.Broca Minotto, Luiz Carlos Hespanhol, Josandra dos S. Mauricio Henrique, Solon Cardoso Batista, sendo a mesma presidida pela primeira e secretária do pelo segundo.

Art. 3º -A comissão de licitação, compete privativamente:

- I - Deliberar sobre o processo licitatório;
- II -Receber todas as propostas dos participantes da licitação;
- III - Proceder o julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerencia do processo licitatório nas seguintes modalidades:

- I - Concorrência;
- II - Tomada de preço;
- III - Convite;
- IV - Concurso;
- V - Leilão.

Art. 5º - O presidente baixará todos os atos necessários ao bom funcionamento e o Secretário elaborará os relatórios e/ ou as atas das reuniões e das licitações.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º-Revogam-se as disposições em contrário .

PASSO DE TORRES, EM 02 DE JANEIRO DE 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado no Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2012.

PAULO DALOLLI DE SOUZA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 003/2012

DECRETO Nº. 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2012.

"EXONERA, SANDRA MARIA SILVEIRA DOS SANTOS, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada , Sandra Maria Silveira dos Santos do cargo de Chefe de Divisão de Educação -Nível - DAS-5.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2012.

PAULO DALOLLI DE SOUZA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 001/2012

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2012.

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados no período de: 02/01/2012 à 31/01/2012.

Secretaria da Saúde

- Alexandre Achilles de Oliveira Badaraco
- Maria de Lourdes Santos
- Paulo Lemos de Siqueira Filho
- Sergio Luiz Ferreira Louzada

Secretaria de Educação

- Adriana Araujo da Rosa
- Adriana Scheffer Hespanhol
- Alessandra Rodrigues Luiz
- Amaurete Joaquim Kegellim
- Ana Terezinha de Quadros Costa
- Aurora Fernandes Joaquim
- Carina Silveira Porto Peres
- Carla Simone Fragoso da Silva
- Ceni Trajano Gomes
- Cristiane Scheffer da Silveira de Lima
- Daniela Castro Scheffer
- Edenise de Souza Cardoso
- Eliane Assunção dos Santos
- Elisabete Vieira Lemos Joaquim
- Fatima Maria Idalencio Martins de Oliveira
- Juceni Lopes Scheffer
- Letuza Scheffer Hainzenreder
- Maira da Silva Pacheco Santos
- Marcelo Baltazar Cardoso
- Marcos Antonio da Silva Monteiro
- Maria Luci Silveira dos Santos
- Marione da Silva Rosa Cardoso
- Michele Ramos da Silva
- Oliza Maria Machado da Silva
- Rosa Perpetua Jorge Schardosim
- Rosalia Estevam Torres
- Rosani Maria Batista Antonio de Quadros
- Sandra Lemos Fernandes
- Simone Teixeira da Silva
- Simoni Lemos Fernandes Schoeffer

-Suzana Teixeira da Silva
-Thaysa Maria Benedetti Nery
-Vera Regina Bueno Lopes
-Vera Regina dos Santos Boch

Secretaria de Pesca
-Amilton Lopes Roldão

Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social
-Maria Zea Silveira Pires
-Noeli Batista da Rocha
-Rosane Apolinario da Silva
-Suzana Bayma de Menezes Dalpasquale

Secretaria de Obras
-Antonio Alceu Cardoso Justo
-Carlos Jorge Ramos Machado
-Dani Nasser de Oliveira

Secretaria de Administração e Finanças
-Flavio Antonio Fabricio da Rocha

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de janeiro de 2012.
EMERSON CARDOSO KIJILLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado no Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2012.

PAULO DALOLLI DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Extrato de Termo de Contrato Nº 147/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 147/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Santana Moraes Henrique

Objeto: Serviços aulas de artesanato em material reciclável, as crianças e adolescentes inscritos no Bolsa Família conforme Projeto "Oficina de Artesanato de Natal em material Reciclável".
Valor: R\$ 960,00
Vigência: 31/01/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 28 de novembro 2011
EMERSON CARDOSO KIJILLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 151/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 151/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Patricia Joppert Pedroso Me

Objeto: Aquisição de Vagas para Crianças da Creche
Valor: R\$ 1.780,00
Vigência: 30/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (37) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.0100.0

Passo de Torres, 16 de dezembro 2011
EMERSON CARDOSO KIJILLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 153/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 153/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: A. Michels Peças Me

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção da Caçamba placas AEK 2189.
Valor: R\$ 5.258,67
Vigência: 31.12.2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e licitação nº 58/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100

Passo de Torres, 20 de dezembro 2011
EMERSON CARDOSO KIJILLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Termo de Contrato Nº 154/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 154/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Gilnei da Rosa Mattos Me

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Manutenção do Ônibus Escolar Placas IHP 5438.
Valor: R\$ 1.277,00
Vigência: 31.12.2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e licitação nº 58/2011
Modalidade CV
Dotação Orçamentária: (44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0100, (132) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.01100

Passo de Torres, 20 de dezembro 2011
EMERSON CARDOSO KIJILLIN
Prefeito Municipal em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA

Errata Portaria Nº 372/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 372/2011

Na portaria nº372/2011, publicada no dia 29/12/2011 que Constitui a Comissão Especial de Seleção, para executar e julgar o Processo Seletivo Simplificado nº 07/2011, onde se lê: "Programa Estadual de Medicamentos de Alto Custo (PEMAC)", Leia-se: "Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ)". Permanecendo o restante do texto da mesma.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Errata ao edital da TP 02/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
Errata do Edital de Tomada de Preço 02/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público a retificação da Tomada de Preços nº 02/2012, objeto a aquisição medicamentos para o ano de 2012. Na especificação do item 86 (oitenta e seis),

onde se lê: Dramin B6 , lê-se: Dramin B6, IM, 1 ml . As quantidades dos mencionados itens e as demais especificações continuam inalteradas.

Paulo Lopes, 09 de janeiro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 008/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 20 de janeiro de 2012, licitação modalidade Pregão presencial n. 008/2012, visando a CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/01/2012, até às 15:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 15:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000.

Centro Administrativo De Pinheiro Preto-SC, 05 De Janeiro De 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 001/2012

CONTRATO Nº 001/2012

OBJETO: Fornecimento de Serviços.
LICITAÇÃO: Modalidade Processo Seletivo nº011/12
EMPRESA CONTRATADA: Zeli Piva
VALOR DO CONTRATO: R\$ 833,59(oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos).
DATA DO CONTRATO: 02/01/2012
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Termo Aditivo 040/2011

TERMO ADITIVO 040/2011

OBJETO: Aquisição de Tintas
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 049/2011
EMPRESA CONTRATADA: Rafa Comercio e Serviços de Pintura Ltda
DATA DO CONTRATO: 28/12/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Rio do Sul

PREFEITURA

Pregão Presencial 024/2011-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2011 - FMAS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de produtos de higiene e limpeza para manutenção dos prédios onde estão localizados os CRAS. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/01/2012, às 08:00h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 20/01/2012, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 06 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 0961/2011

DECRETO Nº 0961, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2011.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de Crédito Adicional Suplementar;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal nº 2681/10 que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do Município:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.650,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(01) 10.301.0015.3.1.90.11.00.0.002.00 - Venc. Vant. Fixas - PC
R\$ 22.000,00

(17) 10.301.0015.3.3.90.39.00.0.002.00 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.650,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar abertos no art. 1º serão utilizados como fonte de recursos a anulação das seguintes dotações:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(05) 10.301.0015.3.1.91.13.00.0.002.00 - Obrig. Patr. Inst. De Prev R\$ 22.000,00

(23) 10.301.0015.4.4.90.52.00.0.002.00 - Equip. e Mat. Perm R\$ 2.650,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0962/2012

DECRETO Nº 0962, DE 03 DE JANEIRO DE 2012

ESTABELECE VALOR DA UFM

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal, UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 2,8272, a partir de 01 de janeiro de 2012, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, incisos I e II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de janeiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0963/2012

DECRETO Nº 0963, DE 05 DE JANEIRO DE 2012.

REABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o §2º do art. 167 da Constituição Federal
DECRETA

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta mil reais), que foi aberto pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2900 de 26 de outubro de 2011, reabrindo as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta e Tratamento de Esgoto

XXX 4.4.90.30.00.00.00.00.0183 - Material de Consumo R\$ 1.700.000,00

XXX 4.4.90.35.00.00.00.00.0183 - Serviços de Consultoria R\$ 200.000,00

XXX 4.4.90.39.00.00.00.00.0183 - Outros Serviços de Terceiros

- P.J R\$ 2.250.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 9707/2012

PORTARIA Nº 9707, DE 05 DE JANEIRO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 99, § 1º, da Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Douglas Henrique Olsen, Roberta Linzmeyer e Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa, para sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão para instaurar, instruir, relatar e emitir parecer no processo Administrativo de Revisão de Benefícios Previdenciários, em virtude da denegação do registro de aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo da servidora inativa abaixo nominada:

Nome do aposentado: Número do Processo:

DORACI DOS PRAZERES COSTA DE LIMA SPE 02/10336170

Art. 2º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será nos termos da lei.

Art. 3º - O procedimento de revisão de benefício seguirá o disposto no art. 99 e seus parágrafos, da Lei nº 1.718/06 e no que couber o disposto no Título V, da Lei nº 228/01.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 9708/2012

PORTARIA Nº 9708, DE 05 DE JANEIRO DE 2012

CONSOLIDA PORTARIA Nº 0217/2009

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0217, de 25 de fevereiro de 2009, que concedeu aposentadoria a ZELMIRA VALENTINI CONTESSINI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, APE nº 09/00405970, através da Decisão nº 3533, de 30 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 28/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº28/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LOCALIZADO NA TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, Nº100, EM SÃO BENTO DO SUL, COM ÁREA TOTAL DE 810,22M², SENDO: 1º ANDAR 220,80M², 2º ANDAR 129,22M², 3º ANDAR 220,80M², 4º ANDAR 223,90M², E ELEVADOR 15,50M², PELO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012.

CONTRATADO: Bracor Corretora de Seguros Ltda
VALOR: R\$ 122.435,76 (Cento e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, e setenta e seis centavos).

SÃO BENTO DO SUL, 06 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimento E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 26/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE MAFRA, RIO NEGRINHO E CAMPO ALEGRE; PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: Reunidas Turismo S/A

VALOR: R\$104.437,00 (Cento e quatro mil e quatrocentos e trinta e sete reais.)

SÃO BENTO DO SUL, 06 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimentos E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 27/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº27/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: FORNECIMENTO DE 5.600 BLOCOS DE PASSES (VALE TRANSPORTE) PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos

VALOR: R\$ 296.800,00 (Duzentos e noventa e seis mil e oitocentos reais).

SÃO BENTO DO SUL, 06 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimento E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato Inexigibilidade 25/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2012

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul - Jaraguá do Sul - Piên e Fragosos para transporte dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e da rede municipal de ensino, pelo período de janeiro a dezembro de 2012.

CONTRATADO: Expresso São Bento Ltda.

VALOR: R\$ 8.379,00.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimento E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 28/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LOCALIZADO NA TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, Nº100, EM SÃO BENTO DO SUL, COM ÁREA TOTAL DE 810,22M², SENDO: 1º ANDAR 220,80M², 2º ANDAR 129,22M², 3º ANDAR 220,80M², 4º ANDAR 223,90M², E ELEVADOR 15,50M², PELO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012.

II - Contratado: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

As salas locadas se destinam ao funcionamento do expediente da Secretaria Municipal de Educação, e o referido prédio está localizado na área central do Município, sendo de fácil acesso aos professores e funcionários e, inclusive próximo à Prefeitura Municipal, prédio este onde também funcionam a Fundação Municipal de Desportos e a Fundação Cultural de São Bento do Sul, ambas entidades afins à Secretaria de Educação. As salas se adequam às necessidades da Secretaria no seu expediente e atendimento aos professores e usuários, e a sua localização condicionou a escolha, bem como o espaço físico necessário, e também ainda a divisão de espaço com as demais entidades da Administração, tornando a locação menos onerosa para ambas, atendendo assim as finalidades precípuas da Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Bracor Corretora de Seguros foi quem ofereceu o melhor espaço para a locação, com localização central, e cujo espaço permite dividir o espaço com as entidades afins da Administração Municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é o preço praticado no mercado conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

SALETE BAYERL SPIZTNER

Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário Municipal de Administração

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 26/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE MAFRA, RIO NEGRINHO E CAMPO ALEGRE; PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

II - Contratado: Reunidas Turismo S/A

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade:

a inexigibilidade de licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente, e da empresa realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

SALETE BAYERL SPITZNER
Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário Municipal de Administração

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 27/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTO DE 5.600 BLOCOS DE PASSES (VALE TRANSPORTE) PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

II - Contratado: NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

SALETE BAYERL SPITZNER
Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário Municipal de Administração

Justificativa Inexigibilidade 25/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul - Jaraguá do Sul - Piên e Fragosos para transporte

dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e da Rede Municipal de Ensino, pelo período de janeiro a dezembro de 2012.

II - Contratado: Expresso São Bento Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a inexigibilidade de licitação funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores para os seus locais de residência, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: os preços contratados são os praticados no mercado, para o fornecimento das passagens.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

SALETE BAYERL SPITZNER
Secretária de Educação.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário Municipal de Administração

Resumido Edital Pregão Presencial 22/2012

EDITAL DE PREGÃO Nº. 22 /2012

MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 08:45 horas do dia 19 de janeiro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA TIPO PRANCHA, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 09 de janeiro de 2012.

TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário De Administração

Extrato do Contrato Nº 325/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Programa que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

DO OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Bento do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA, conforme Dispensa de Licitação nº 361/2011.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
JOÃO ROMÃO, pelo CIGA.

Extrato do Contrato Nº 326/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Rateio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).
DO OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de São Bento do Sul ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 325/2011, conforme Dispensa de Licitação nº 361/2011.
DO VALOR: R\$ 2.016,00 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 10 de novembro de 2011 até 31 de dezembro 2011.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
JOÃO ROMÃO, pelo CIGA.

Extrato do Contrato Nº 327/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato Particular de Prestação de Serviços Educacionais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa VEC CAPACITAÇÃO EXECUTIVA LTDA EPP.
DO OBJETO: Prestação de serviços educacionais na Área de Gerenciamento de Projetos, sendo a inscrição no curso de capacitação em Governança em TI, com carga horária de 72 horas para os servidores Paulo Roberto Uhlig e Lisandro José Fendrich, conforme Compra Direta nº 4122/2011 e requisição nº 121050.
DO VALOR: R\$ 5.130,00 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses e 17 (dezesete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 09 de novembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
MIGUEL RIVERO NETO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 329/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA.
DO OBJETO: Contratação de empresa para construção e acabamento de calçadas em diversos pontos da cidade, conforme memorial descritivo, decorrente do Convite nº 347/2011.
DO VALOR: R\$ 101.045,98 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 13 (treze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
LOURIVAL NEGRELI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 332/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVE-TEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para

reforma do Ginásio de Esportes da Escola Básica Municipal Adélia Lutz, situada na Rua Alto Paraguaçu, Bairro Cruzeiro, conforme memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 348/2011.
DO VALOR: R\$ 294.964,44 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 23 de novembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
MARCION LUIZ VEIGA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 349/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA.
DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para reforma parcial do Centro Administrativo Municipal e Espaço Municipal, situado na Rua Benjamin Constant, Centro, em São Bento do Sul - 2º Etapa, área parcial de reforma 2.439,91 m2, sendo a área do Bloco I - 1.175,25 m2, para a nova sede da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 345/2011.
DO VALOR: R\$ 1.022.835,10 - valor total.
DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2011.
ASS: FLAVIO ERVINO SCHUHMACHER, pelo Município em Exercício.
INEIS IVANIS DENCK LOVEMBERGER, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 369/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 369/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato Particular de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOCIESC - SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA.
DO OBJETO: Contratação de Instituição especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de Concurso Público da Prefeitura de São Bento do Sul, conforme Dispensa de Licitação nº 428/2011.
DO VALOR: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para os cargos de Ensino Fundamental;
R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de Ensino Médio;
R\$ 90,00 (noventa reais) para os cargos de Ensino Superior.
DA VIGÊNCIA: 22.12.2011 até 21.04.2012.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2011.
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
SANDRO MURILO SANTOS e WESLEY MASTERSOM BELO DE ABREU, pela SOCIESC.

Extrato do Contrato Nº 370/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 370/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVE-TEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para ampliação e reforma na Pré-Escola Municipal Ernesto Venera dos Santos, situado na Rua Tubarão, Bairro Progresso em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 391/2011.
DO VALOR: R\$ 395.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MARCION LUIZ VEIGA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 372/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 372/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para implantação da Escola de Ensino Infantil Padrão FNDE - TIPO B, Bairro Lençol, Loteamento Alpestre, conforme Convênio nº 700071/2011 e de acordo com o memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 362/2011.

DO VALOR: R\$ 1.444.279,10 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

PAULO ROBERTO KNOP, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 373/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 373/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para construção de ginásio de esportes na Escola Básica Municipal Dr. Hercílio Malinowsky, situado na Rua Severino Eichendorf, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 393/2011.

DO VALOR: R\$ 574.689,05 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LOURIVAL NEGRELI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 089/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 089/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Exames de Biópsias de nº 034/2011, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CITOPAR CENTRO CITO PATOLOGIA PARANÁ S/C LTDA, em 19 de abril de 2011, conforme Convite nº 41/2011.

Tendo em vista o objeto do Contrato que consiste na prestação de serviços de 1.500 (mil e quinhentas) unidades de exames biópsias para o Fundo Municipal de Saúde, conforme valor estabelecido na tabela SIA/SUS, mais vantagens ao Sistema de Saúde 5% desconto, e devido ao aumento de pedidos médicos pelos exames, fica incluído no Contrato o valor de R\$ 6.670,00 (seis mil, seiscentos e setenta reais), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 19 de abril de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.

ASS: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

ANTONIO DE PÁDUA GOMES DA SILVA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 090/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 090/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 058/2011, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MARQUES PRÓTESES ODONTOLOGIA LTDA ME, em 24 de agosto de 2011, conforme Convite nº 66/2011.

Tendo em vista o objeto do Contrato que consiste na prestação de serviços para confecção de próteses dentárias sendo aproximadamente 50 (cinquenta) próteses dentais totais (superior e inferior) por mês, e devido a grande procura por usuários do SUS pelos serviços, fica incluído no Contrato o valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de agosto de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.

ASS: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

MARIO ROBERTO MARQUES, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 091/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 091/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 013/2011, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JOAREZ GOMES ME - LAVANDERIA BRILHANTE, em 11 de fevereiro de 2011, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 19/2011.

Tendo em vista o objeto do Contrato que consiste na prestação de serviços de lavagem de roupas hospitalares (lençóis, fronhas, pano de copa, de chão, hamper, campos, aventais, toalhas, camisolas entre outros), sendo aproximadamente 2.500 (duas mil e quinhentas) peças/mês, das Unidades Sanitárias, CEM, Posto de Saúde Central e Laboratório Municipal, e devido o aumento nas quantidades de roupas a serem lavadas, e maior número de procedimentos cirúrgicos pela Secretaria Municipal de Saúde, fica incluído no Contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de fevereiro de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.

ASS: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

JOAREZ GOMES, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 092/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 092/2011

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Análises Clínicas nº 118/2010, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A, em 29 de dezembro de 2010, conforme Edital de Pregão Presencial nº 88/2010.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na contratação de laboratório de apoio para prestação de serviços de análises clínicas para o Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), como suporte técnico, conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, e de acordo Cláusula Quarta - Da Vigência, e por se tratar de serviços contínuos, fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2012 e com término em 31 de dezembro de 2012, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo,

firmado em 29 de dezembro de 2010 e Termo Aditivo nº 070/2011 de 16 de novembro de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2011.

ASS: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

ALYRIO LIBERATO DE ALCANTARA, pela Empresa Contratada.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 124/2011

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 124/2011

DA ESPÉCIE: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços de nº 124/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JCE SERVIÇOS LTDA, a partir de 01 de dezembro de 2011.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CIDNEI XAVIER BRANCO, pela Empresa Contratada.

SAMAE

PORT 001, de 06 de Janeiro de 2012

Portaria/SAMAE/SBS Nº 001, de 06 de janeiro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 0011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor EDSON LUIZ FEIL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 02 a 21/01/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

PORT 002, de 06 de Janeiro de 2012

Portaria/SAMAE/SBS Nº 002, de 06 de janeiro de 2011.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 0011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Olegário Sluminski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09 a 28/01/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Schroeder

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Pregão Nº 10/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011

Número do Registro de Preços: 8/2011

Data do Registro: 06/10/2011

Válido até: 06/10/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplemento nutricional para adultos e crianças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural.Embalagem: pacote com 500g.	PC	CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA EPP (12074)	NEO NUTRI	0	17,8000	1
4	MALTODEXTRINA EM PÓ. Sabor: natural.Embalagem: pacote com 1 Kg.	PC	CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA EPP (12074)	NEO NUTRI	0	9,8000	1
5	Dieta enteral ou oral em pó, a base de proteína isolada de soja.Deve ser normocalórica e hipossódica. É destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, em TNE por tempo limitado ou a pacientes que necessitem de dieta suplementada com soja. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100g) contidos na fórmula:Valor energético: 450 Kcal;Carboidratos: 63 gramas, sendo maltodextrina 100%; Proteínas: 16 gramas, sendo proteína isolada de soja 73% e caseinato de cálcio 27% do total de proteínas Gorduras totais: 15 gramas, sendo óleo de milho 25%, óleo de canola 60% e triglicerídeos de cadeia média 15% Gorduras saturadas: 3,4 gramas;Gorduras trans: 0 (zero) grama; Fibra alimentar: 15 gramas; Sódio: 178 mg;Ferro: 5 mg. Relação w6: w3 = 5;; Relação Kcal não protéicas/ gN = 158/1;Osmolalidade: 320 mOsm/ Kg H2O. NÃO contem glúten, lactose e sacarose;Sabor: Baunilha; Embalagem: lata com 800g	LATA	CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA EPP (12074)	NUTRIMED	0	43,7500	1
7	IMUNIDADE BAIXA: Módulo de glutamina em pó, destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Ingredientes: glutamina (100%). Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: caixa com 40 envelopes de 10g cada.	LATA	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA (12168)	DANONE	0	6,1000	1
			CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA EPP (12074)	NUTRIMED	0	6,1500	2
8	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100ml) contidos na fórmula: Valor energético: 104 Kcal; Carboidratos: 11 gramas; Proteínas: 3 a 3,1 gramas; Gorduras totais: 5 a 5,2 gramas; Gorduras saturadas: 1,2 gramas; Gorduras trans: 0 (zero) grama; Fibra alimentar: 0 (zero) grama; Sódio: 46 a 48 mg Ingredientes: Xarope de milho, sacarose, caseinato de sódio, óleo de girassol de alto teor oleico, óleo de soja, triglicerídeos de cadeia média (TCM), MINERAIS (fosfato de cálcio tribásico, citrato de potássio, cloreto de magnésio, fosfato de potássio dibásico, cloreto de potássio, citrato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de manganês, sulfato cúprico, cloreto de cromo, iodeto de potássio, molibdato de sódio, selenito de sódio), concentrado de proteína do soro de leite, VITAMINAS (cloreto de colina, ácido ascórbico, palmitato de ascorbila, niacinamida, acetato de dl-alfa-tocoferol, pantotenato de cálcio, cloridrato de tiarina, cloridrato de piridoxina, riboflavina, palmitato de vitamina A, beta-caroteno, ácido fólico, biotina, vitamina D3, filloquinona, cianocobalamina), inositol, taurina, l-carnitina, aromatizante. Pode conter: maltodextrina, sulfato de magnésio e cloreto de sódio. Não contem glúten,Isento de lactose,Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g.	LATA	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA (12168)	DANONE	0	28,6900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2011**Número do Registro de Preços: 8/2011****Data do Registro: 06/10/2011****Válido até: 06/10/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplemento nutricional para adultos e crianças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Fórmula em pó destinadas a crianças a partir de 1 ano de idade. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100g) contidos na fórmula: Valor energético: 493 Kcal; Carboidratos: 61 gramas, sendo maltodextrina 75%, sacarose 16% e outros 9% do total de carboidratos. Proteínas: 11 gramas (caseinato de cálcio 100%). Gorduras totais: 23 gramas (óleos vegetais - palma, girassol, canola e semente de colza) Fibra alimentar: 0 (zero) grama; Sódio: 222 mg; Relação w6: w3 = 5:1; Relação Kcal não protéicas/ gN = 248/; Osmolalidade: 505 mOsm/ Kg H2O. Não contem glúten; Isento de lactose; Sabor: neutro; Embalagem: lata com 400g.	LATA	NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA (12168)	DANONE	0	28,6900	1

SCHROEDER, 6 de Outubro de 2011.

Timbó**CÂMARA MUNICIPAL****Aditivo ao Contrato Nº. 01/2011**

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO nº. 01/2011.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT
Objeto: Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE.
Vigência: até 31/12/2012
Assinado: 08/12/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e ECT.(Guilherme V.Bianchi).

Três Barras**PREFEITURA****Extrato de Contrato**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2011

Vigência: 22/12/2011 a 21/12/2012

Processo Licitatório nº 127/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC
Contratado: Shark Máquinas para Construção Ltda - CNPJ: 06.224.121/0010-94.
Objeto: Aquisição de uma Retroescavadeira / Pá Carregadeira.
Valor total: R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais).

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2011

Vigência: 22/12/2011 a 21/12/2012

Processo Licitatório nº 127/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC
Contratado: Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda - CNPJ: 78.879.318/0002-25.
Objeto: Aquisição de um Rolo Compactador de Solo.
Valor total: R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil reais).

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2011

Vigência: 22/12/2011 a 21/12/2012

Processo Licitatório nº 127/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC
Contratado: Konrad Curitiba Comércio de Caminhões Ltda - CNPJ: 08.482.610/0001-80.
Objeto: Aquisição de um Caminhão Caçamba 6x2 e dois Caminhões Caçamba 6x4 Zero Km.
Valor total: R\$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais).

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Edital de Tomada de Preços Nº. 04/2012 - RESÍDUOS SÓLIDOS**

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2012
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2012

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DA COLETA DOMICILIAR DESTE MUNICÍPIO (ATERRO SANITÁRIO). QUANTIDADE APROXIMADA POR ESTIMATIVA DE 200 TONELADAS POR ANO.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: compras@prefeituravidalramos.com.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 10:30 horas do dia 17 de janeiro 2012, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 10:30 horas do 17 de janeiro de 2012, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 02 de janeiro de 2012.
NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº. 11/2012 - MATERIAL de EXPEDIENTE

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 11/2012

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO MATERIAL PARA EXPEDIENTE DO SETOR ADMINISTRATIVO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2012. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2012, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto

nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 17 de janeiro de 2012.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 14:00 hrs do dia 17 de janeiro de 2012, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 05 de janeiro de 2012.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 08/2012 - MATERIAL SETOR de OBRAS

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 08/2012

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2012

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a MATERIAL DESTINADO A FABRICAÇÃO DE LAJOTAS, BEM COMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO E SERVIÇOS URBANOS DESENVOLVIDAS PELO DMER, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2012.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 08/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 12/01/2012, às 10:30 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 03 de janeiro de 2012.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.916/12

DECRETO Nº 9.916/12, DE 04 DE JANEIRO DE 2012.

Decreta Situação de Emergência

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Videira, na Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998 e, no Laudo Técnico emitido pela Secretaria de Planejamento,

CONSIDERANDO que depois do desmoronamento e aparecimento de buraco, na Rua Luiz Ferlin Sênior, foram iniciados serviços de movimentação de terra para pesquisa da causa, constatando-se por avaliações tratar-se de rompimento de galeria, a qual é responsável pelo leito do Córrego do Curtume e que passa sob a região;

CONSIDERANDO que iniciados os trabalhos de remoção e limpeza de terra, constatou-se a gravidade da situação e a urgência dos serviços, sendo que, o local onde se apresentam os problemas está sob a rede de distribuição de água, sendo necessário cuidados durante a execução da remoção de terra, ou seja, a execução de serviços de escoramento e contenção são de extrema importância;

CONSIDERANDO que os trabalhos devem ser executados com a máxima urgência para que se evitem transtornos graves como a suspensão do abastecimento de água em diversos bairros do Município, caso ocorra o rompimento da adutora provocado por deslizamento de terra, tendo em vista que conforme relatado pela CASAN, os materiais para conserto desta rede não estão disponíveis e o número de residências atingidas passariam de 4.000 unidades;

CONSIDERANDO, ainda, que para que os trabalhos possam ser executados há a necessidade de remoção de muro no alinhamento do terreno de Propriedade do Sr. Paulo Falchetti, também será necessária a remoção de terra em parte daquele terreno devido a instabilidade provocada com o rompimento da galeria sob a rua;

DECRETA

Art. 1º Fica reconhecida e decretada Situação de Emergência, na galeria do Rio do Curtume, iniciando na propriedade do Sr. Paulo Falchetti e estendendo-se até a Rua Luiz Ferlin Sênior, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado caso se torne necessário.

Art. 2º Os setores competentes da Administração Municipal deverão adotar as providências necessárias para evitar a ocorrência de repetição de fatos danosos semelhantes, promovendo a contratação em caráter emergencial de empresas especializadas para a realização dos serviços e obras recomendados pelo supramencionado Laudo de Vistoria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.917/12

DECRETO Nº 9.917/12, DE 05 DE JANEIRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011, bem como no Decreto nº 9.916/12 que reconhece Situação de Emergência na Galeria do Rio do Curtume.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 100.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

99 - Reserva de Contingência
01 - Reserva de Contingência
9.001 - Reserva de Contingência
9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de janeiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0018/12

PORTARIA nº 0018/12

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 114/2012,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0785/11, que nomeou ROSILENE MARIA SCHNEIDER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2011, para exercer o cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física - Voleibol.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de janeiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0019/12

PORTARIA nº 0019/12

Nomeia Profissional de Educação Física - Voleibol

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

DIRCEU LUIZ CENDRON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2011, para exercer o cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física - Voleibol, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de janeiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 03/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR A SUCÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS RESIDENCIAIS NOS BAIRROS ONDE NÃO HÁ TRATAMENTO DE ESGOTO, CONFORME DISPOSTO NO DECRETO Nº 9858/2011. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 20 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 06 de Janeiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0388/2011 - Retificação

Retificação da Publicação do Aditivo nº: 0388/2011

Aditivo nº: 0388/2011

Contrato/Ata nº: Ata 48/2011

Licitação: PR 56/2011

CONTRATADA: SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da ata que vence em 31/12/2011, pelo prazo máximo previsto em lei, com efeitos a partir de 01/01/2012 até 10/04/2012, e aumento no quantitativo de 25% do item 10.

Valor: R\$ 6.240,00 (seis mil e duzentos e quarenta reais).

Data: 28/12/2011

Edital de Convocação Nº 001/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/12

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público nº 002/2011:

CONVOCADO CARGO PORTARIA NOMEAÇÃO

1. DIRCEU LUIZ CENDRON PROF. EDUC. FÍS. - VOLEIBOL 0019/12, DE 05/01/2012

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo estabelecido.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 05 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Lei n.º 0809**

LEI DE Nº 809, DE 06 DE JANEIRO DE 2012

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE MÃES ARTE E LAZER".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Clube de Mães Arte e Lazer, entidade civil, sem fins econômicos, constituído em 30 de junho de 1993, com sede na Rua João Darolt, município de Vitor Meireles/SC, foro na Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º. Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios e todas as vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 06 de janeiro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Lei n.º 0810

LEI DE Nº 810, DE 06 DE JANEIRO DE 2012

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE MÃES SANTA ALBERTINA".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Clube de Mães Santa Albertina, entidade civil, sem fins econômicos, constituído em 20 de junho de 1990, com sede na localidade de Serra da Abelha I, município de Vitor Meireles/SC, foro na Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º. Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios e todas as vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 06 de janeiro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Lei n.º 0811

LEI DE Nº 811, DE 06 DE JANEIRO DE 2012

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ESPORTE CLUBE IPIRANGA".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Esporte Clube Ipiranga, entidade civil, sem fins econômicos, constituído em 20 de novembro de 1967, com sede na localidade de Serra da Abelha I, município de Vitor Meireles/SC, Foro na Comarca de Ibirama.

Art. 2º. Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios e todas as vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 06 de janeiro de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 022 - Rateio - Maracajá

Extrato de Contrato nº 022/2012

Contrato de Rateio - Maracajá

CONTRATANTE: Município de Maracajá

CNPJ: 82.915.026/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 62/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Maracajá e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 33/2011.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2012 e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 023 - Rateio - Braço do Trombudo

Extrato de Contrato nº 023/2012

Contrato de Rateio - Braço do Trombudo

CONTRATANTE: Município de Braço do Trombudo

CNPJ: 95.952.230/0001-67

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 1/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Braço do Trombudo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 16/2008.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2012.

Edinando Brustolin

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMURC

Ata Nº 003/2011 da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ATA Nº 003/2011 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC - CANOINHAS - 01 de Dezembro de 2011.

Local: Restaurante e Pesque-Pague Suchara - Canoinhas - SC

Horário: 17:00 horas

Municípios presentes:

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Porto União e Três Barras.

Abertura dos Trabalhos:

Saudação do Gerente Administrativo do CISAMURC, Luiz Cesar Batista, dando as boas vindas a todos, e na sequência passou a palavra para o presidente Prefeito Eloi José Quege o qual cumprimentou e agradeceu a presença de todos, destacando o trabalho realizado pelo CISAMURC ao longo do ano de 2011, apesar das críticas vinculadas pela imprensa local as quais são inconsistentes e infundadas, ou seja, as pessoas que as fizeram não tem conhecimento de causa e tão pouco conhecimento técnico para julgar o serviço ora apresentado pela equipe de profissionais do Centro de Diagnóstico do CISAMURC. Destacando que o importante que a população ou usuários do SUS esta sendo atendidos a contento.

1 - Apresentação Demonstrativos dos Serviços e da Receita CISAMURC:

Apresentado pelo gerente Administrativo quadro dos serviços prestados pelo Centro de Diagnóstico por Imagem Dr. Osvaldo Segundo de Oliveira - CDI/CISAMURC no período de janeiro a novembro de 2011(conforme tabela anexa), destacando que a produção de exames de ultrassonografias teve aumento considerável de com uma média de mensal de 756 exames, já o serviço de ressonância magnética vem apresentando um crescimento após o credenciamento junto a Unimed e esta com média de 200 exames/mês. Destacando que de acordo com o Demonstrativo de Recursos Financeiros e das Despesas (em anexo) existe equilíbrio entre as contas se considerarmos os créditos junto aos municípios e hospital conveniado.

2 - Proposta Orçamentária do CISAMURC para 2012: Apresentada para apreciação e deliberação proposta de orçamento geral do CISAMURC para exercício financeiro de 2012, conforme projeto resolução anexo a este documento. Após apresentação e discussão

entre os presentes foi aprovada por unanimidade a proposta que segue para publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios (DOM) da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). No entanto, foi aprovado pelos presentes que ao final do primeiro trimestre deverá ocorrer avaliação entre o orçamento aprovado e as despesas efetivamente realizadas no período para um possível ajuste entre os mesmos.

3 - Proposta Reposição Salarial: Foi apresentada proposta de reajuste de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de 2011. Sendo que o referido reajuste será aplicado nos salários do mês de janeiro de 2012. Proposta aprovada por unanimidade.

4 - Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2012: Em virtude da questão estatutária em relação as apresentações prévias das chapas, por consenso e depois de várias discussões foi eleito por aclamação a seguinte Diretoria Executiva para o exercício de 2012: Presidente - Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União; 1º Vice-Presidente - Wanderlei Lezan, Prefeito Municipal de Irineópolis; 2º Vice-Presidente: Leoberto Weinert - Prefeito Municipal de Canoinhas; Secretário - Adelmo Alberti - Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo; Tesoureiro: João Alfredo Herbst, Prefeito Municipal de Mafra. Conselho Fiscal: Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva; Israel Kiem - Prefeito Municipal de Major Vieira; e Aldomir Roskamp - Prefeito Municipal de Monte Castelo. Gerente Administrativo: Luiz Cesar Batista.

5 - Assuntos Gerais: Apresentada proposta de pagamento de sobre aviso médico para o Departamento de Anestesiologia do Hospital Santa Cruz de Canoinhas, de acordo com os presentes esta proposta deverá ser levada ao Colegiado de Secretários Municipais de Saúde da região para a devida apreciação e deliberação.

Com a palavra presidente eleito prefeito Renato Stasiak agradeceu o apoio e o voto de confiança depositado em seu nome e solicita o empenho de todos os colegas prefeitos para o fortalecimento do CISAMURC por entender ser esta uma instituição importante para a saúde regional. Nada mais havendo a tratar, eu, Luiz Cesar Batista, Gerente Administrativo do CISAMURC lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Presidente Prefeito Eloi José Quege.

Canoinhas, 01 de dezembro de 2011.

CISAMA

Ata - CISAMA do Dia 06 de Janeiro de 2012

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA DO DIA 06 DE JANEIRO DE 2012.

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e doze, com início às oito horas e trinta minutos na Sede da AMURES, reuniram-se os Prefeitos abaixo relacionados para tratarem da seguinte pauta: 1) Apreciação dos pedidos de inclusão no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade de Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense - CISAMA 2) Assuntos Gerais; Dando início aos trabalhos o Diretor Executivo do CISAMA, Senhor Selênio Sartori saudou a todos e convidou o Senhor Denilson Luiz Padilha, prefeito de Otacílio Costa e Vice-Presidente do CISAMA, para compor a mesa e fazer a abertura da Assembléia do Consórcio, que agradeceu a presença de todos os Prefeitos e outras autoridades que se fizeram presentes. Apresentou a pauta da reunião, conforme edital de convocação enviado no dia 30 de dezembro de 2012. Dando início aos trabalhos o Presidente colocou a ata da assembléia anterior de vinte e nove de dezembro em discussão, perguntou se todos

estavam de acordo com a dispensa de leitura da ata devido ao fato da mesma ter sido entregue com antecedência aos prefeitos e colocando em votação a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando início ao primeiro ponto de pauta, foram analisados os pedidos de inclusão do CISAMA, os mesmos foram aceitos por unanimidade, ficando definido que os municípios de Capão Alto e Palmeira voltam a figurar como consorciados. Nada mais tendo a tratar foi encerrada a presente assembléia que vai assinada por mim, Selênio Sartori, Diretor do CISAMA e pelos Prefeitos presentes.

JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO
Prefeito de Cerro Negro

ROBERTO MARIN
Prefeito de Anita Garibaldi

MARTA REGINA GÓSS
Prefeita de Bocaina do Sul

ILTON LUIZ MACHADO
Prefeito de Bom Jardim da Serra

JOSÉ ANTÔNIO DE MELO
Prefeito de Bom Retiro

FIRMINO ADERBAL CHAVES BRANCO
Prefeito de Campo Belo do Sul

ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR
Prefeito de Capão Alto

VÂNIO FORSTER
Prefeito de Correia Pinto

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito de Lages, brasileiro

EVERALDO JOSÉ RANSONI
Prefeito de São José do Cerrito

OSNI FRANCISCO DE SOUSA
Prefeito de Palmeira

JOSÉ BELIZÁRIO BORGES ANDRADE
Prefeito de Paineal

LUIZ PAULO FARIAS
Prefeito de Ponte Alta

ADEMAR DE BONA SARTOR
Prefeito de Rio Rufino

ADILSON JORGE COSTA
Prefeito de Urubici

AMARILDO LUIZ GAIO
Prefeito de Urupema

SELÊNIO SARTORI
Diretor Executivo do CISAMA

DENILSON LUIZ PADILHA
Prefeito de Otacílio Costa
Vice-Presidente do CISAMA